

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

**AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO: uma análise do período 1990-2007**

São Luís
2011

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

**AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO: uma análise do período 1990-2007**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima.

Co-orientador: Prof. Dr. Flávio Bezerra de Farias.

São Luís

2011

Araujo, Elizeu Serra de.

As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo: uma análise do período 1990-2007 / Elizeu Serra de Araujo. – 2011.

197 f.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientadora: Valéria Ferreira Santos de Almada Lima.

Co-orientador: Flávio Bezerra de Farias.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011.

1. Força de trabalho – Exploração 2. Economia brasileira 3. Dependência econômica 4. Crise capitalista I. Título

CDU 331.526(81)

ELIZEU SERRA DE ARAUJO

**AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL
NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO: uma análise do período 1990-2007**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do título de Doutor em Políticas Públicas.

Aprovada em 22/07/2011.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Valéria Ferreira Santos de Almada Lima (Orientadora)
Doutora em Políticas Públicas – UFMA
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Marcelo Dias Carcanholo
Doutor em Economia – UFRJ
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. José Menezes Gomes
Doutor em História Econômica – USP
Universidade Federal do Maranhão

Profa. Dra. Josefa Batista Lopes
Doutora em Serviço Social – PUC-SP
Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Romildo dos Santos Silva
Doutor em Sociologia – UNESP
Universidade Federal do Maranhão

À memória de meu pai, Boaventura Gomes de Araujo,
e à minha mãe, Vitoria Serra de Araujo,
meus mestres.

A Sístina, esposa e amiga.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, desejo agradecer a Deus. A Ele devo tudo o que sou e tudo o que tenho. Sem Ele, a realização desta tese seria impossível.

Agradeço ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão pela liberação para a realização do Doutorado. Do mesmo modo, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas por ter atendido prontamente ao pedido de prorrogação do prazo de entrega da tese e, principalmente, por proporcionar um ambiente livre para a abordagem crítica do objeto de estudo.

Ao Professor Flávio Bezerra de Farias, pela orientação segura desde a discussão do projeto até uma fase avançada da elaboração da tese. À Professora Valéria Ferreira Santos de Almada Lima, que aceitou a tarefa de continuar o processo de orientação, e o fez com dedicação e grande generosidade.

Aos professores José Menezes Gomes e Josefa Batista Lopes, pelas sugestões apresentadas na banca de qualificação, e às demais pessoas com quem tive oportunidade de discutir o tema.

A José Reinaldo Ribeiro Júnior, da Unidade do IBGE no Maranhão, que foi sempre muito solícito no atendimento das minhas muitas demandas de dados. A Dionatan Carvalho, com quem discuti o tratamento de parte dos dados. Às pessoas que facilitaram o acesso a material bibliográfico. Enfim, a todas as pessoas que deram contribuições em alguma das etapas da elaboração desta tese.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, especialmente à Professora Maria Ozanira da Silva e Silva, pelo empenho na consolidação do Programa.

Aos funcionários do Programa, especialmente à amiga Izabel, por todo o apoio.

Aos colegas de turma, pelo convívio estimulante.

À minha mãe, pelo apoio dedicado e constante. Aos meus irmãos e a todos os meus familiares.

A Sístina, por todo o carinho, apoio e compreensão.

De um modo ou de outro, esta tese também pertence a vocês.

RESUMO

A partir dos anos 1990, a economia brasileira, a exemplo de outras economias dependentes, passou por amplas transformações como parte da reação à crise estrutural do capital iniciada em meados dos anos 1970. Voltadas para o objetivo de recomposição das condições de acumulação, essas transformações tiveram como foco a recuperação da taxa de lucro e a criação de novos espaços de valorização do capital. O objetivo do trabalho é analisar como essas transformações repercutiram sobre as condições de exploração da força de trabalho no Brasil, levando em conta a sua condição de economia dependente. Para tanto, após a exposição dos fundamentos teóricos da exploração capitalista, situamos a questão da exploração no contexto específico da fase atual do capitalismo, tomando como referência as economias avançadas. A seguir, discutimos as especificidades da exploração da força de trabalho no caso das economias dependentes. Por fim, procedemos a uma estimativa empírica da taxa de mais-valia e ao levantamento de alguns indícios das modalidades predominantes de exploração no período, e tentamos identificar os principais determinantes do comportamento dessas variáveis. Por um lado, registra-se um aumento persistente do grau de exploração (com exceção do subperíodo 2005-2007). Esse aumento é atribuído ao prolongamento da fase depressiva do capitalismo mundial, que repôs em grau mais elevado a contradição entre produção e apropriação de mais-valia, e ao aprofundamento da dependência da economia brasileira, que resultou numa intensificação do volume de transferências de valor para as economias capitalistas avançadas. Por outro lado, esse aumento do grau de exploração está associado à manutenção de modalidades regressivas de exploração da força de trabalho. O mecanismo clássico da mais-valia relativa, embora também presente no período, ainda não apresenta o peso que geralmente possui nas economias avançadas em termos de contribuição para o aumento da taxa de mais-valia.

Palavras-chave: Exploração. Força de trabalho. Economia brasileira. Dependência. Crise capitalista.

ABSTRACT

Since the 1990's, Brazilian economy, like other dependent economies, has undergone broad changes as part of the reaction to the capital structural crisis started in the mid-1970's. Aiming at the restoration of accumulation conditions, these changes have focused on the recovery of the profit rate and the creation of new spaces of capital valorization. The purpose of this study is to analyze how these changes have affected the conditions of exploitation of the labor force in Brazil, taking into account their condition of dependent economy. For that purpose, after describing the theoretical foundations of capitalist exploitation, we placed the issue of exploitation in the specific context of the current phase of capitalism, taking as reference the advanced economies. Then, we discussed the specificities of exploitation of the labor force in the case of dependent economies. Finally, we performed an empirical estimate of the rate of surplus value and the survey of some indication of the leading modes of exploitation in the period, and tried to identify the main determinants of the behavior of these variables. On the one hand, there was a persistent increase in degree of exploitation (except for the underperiod 2005-2007). This increase is due to extension of the depressive phase of world capitalism, which has put on a higher level the contradiction between production and appropriation of surplus value, and the deepening of dependency of Brazilian economy, which resulted in an intensifying of the volume of transfers of value to advanced capitalist economies. On the other hand, this increase in degree of exploitation is associated with maintenance of regressive forms of exploitation of labor power. The classic mechanism of relative surplus value, although also present in the period, still does not present the weight that usually has in advanced economies in terms of contribution to the increase in the rate of surplus value.

Keywords: Exploitation. Labor power. Brazilian economy. Dependency. Capitalist crisis.

LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1 - Taxas de lucro, de acumulação e de desemprego - Estados Unidos e Europa	76
Tabela 4.1 - América Latina - taxas de crescimento anual (%)	125
Tabela 5.1 - Lucros e dividendos e juros (saldo) - 1990-2007 (US\$ milhões)	142
Tabela 5.2 - Taxa de mais-valia - níveis absolutos e taxas de variação anual e acumulada - 1990-1994	150
Tabela 5.3 - Taxa de mais-valia - níveis absolutos e taxas de variação anual e acumulada - 1995-2007	150
Tabela 5.4 - Produtividade do trabalho - taxas de variação anual e acumulada - 1990- 1994	158
Tabela 5.5 - Produtividade do trabalho - taxas de variação anual e acumulada - 1995- 2007	158
Tabela 5.6 - Taxa salarial - variação anual e acumulada - 1990-1994	160
Tabela 5.7 - Taxa salarial - variação anual e acumulada - 1995-2007	160
Tabela 5.8 - Produtividade do trabalho e taxa salarial - taxas de variação acumulada - 1990-2007	162
Tabela 5.9 - Taxa de desemprego - 1990-2007	163
Tabela 5.10 - Evolução da PEA, da condição de ocupação e do desemprego - anos selecionados	166
Tabela 5.11 - Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial - variação anual (%) - 1991-1994	168
Tabela 5.12 - Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial - variação anual (%) - 1996-2007	168

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - Taxa de lucro - Europa e Estados Unidos	74
Gráfico 3.2 - Taxa de acumulação - Europa e Estados Unidos	75
Gráfico 5.1 - Formação bruta de capital fixo (% do PIB) - 1981-2007	140
Gráfico 5.2 - Investimento estrangeiro no Brasil - 1990-2007 (US\$ milhões)	141
Gráfico 5.3 - Transações correntes - 1990-2007 (US\$ milhões)	142
Gráfico 5.4 - Taxa de mais-valia - 1990-1994	151
Gráfico 5.5 - Taxa de mais-valia - 1995-2007	152
Gráfico 5.6 - Taxa de mais-valia - variação anual - 1996-2007	152
Gráfico 5.7 - Salário relativo - 1990-1994	154
Gráfico 5.8 - Salário relativo - 1995-2007	154
Gráfico 5.9 - Participação do emprego produtivo no emprego total (%) - 1990-2007	156
Gráfico 5.10 - Taxa salarial - variação anual - 1996-2007	161
Gráfico 5.11 - Produtividade do trabalho e taxa salarial - taxa acumulada - 1990-1994	161
Gráfico 5.12 - Produtividade do trabalho e taxa salarial - taxa acumulada - 1995-2007	162
Gráfico 5.13 - Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial - variação anual (%) - 1996-2007	168

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: fundamentos teóricos e problemas de mensuração	19
2.1 Fundamentos teóricos da exploração da força de trabalho	20
2.1.1 A exploração capitalista	20
2.1.2 O grau de exploração da força de trabalho	22
2.1.3 Taxa de acumulação e taxa de mais-valia	43
2.1.4 Taxa de mais-valia e taxa de lucro	48
2.1.5 A exploração da força de trabalho no desenvolvimento do MPC	49
2.2 Sobre os problemas empíricos de medição da taxa de mais-valia	55
2.2.1 Sobre a estimativa da taxa de mais-valia	56
2.2.2 Sobre os determinantes da taxa de mais-valia	61
2.2.3 Sobre as modalidades de exploração da força de trabalho	64
3 TENDÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO	67
3.1 Gênese e desenvolvimento da fase atual do capitalismo	68
3.1.1 O <i>boom</i> do pós-guerra	68
3.1.2 O ingresso na fase depressiva	75
3.1.3 Rumo a uma nova fase ascendente?.....	81
3.2 A exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo	90
3.2.1 Fatores que tornaram necessário o aumento da exploração da força de trabalho	90
3.2.2 Fatores que tornaram possível o aumento da exploração da força de trabalho	93
3.2.3 Modalidades predominantes de exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo	100
4 A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS ECONOMIAS DEPENDENTES	106
4.1 Especificidades da exploração da força de trabalho nas economias dependentes	109
4.1.1 Especificidades relacionadas ao grau de exploração da força de trabalho	109
4.1.2 Especificidades relacionadas às modalidades predominantes de exploração da força de trabalho	117

4.2 A exploração da força de trabalho nas economias dependentes e a reprodução do sistema em sua fase atual	123
4.2.1 A dependência na fase atual do capitalismo	123
4.2.2 O diferencial de taxas de mais-valia e a reprodução do sistema em sua fase atual	127
5 AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO	131
5.1 A fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil	131
5.1.1 Preliminar: o desenvolvimento capitalista no Brasil durante a fase expansiva do pós-guerra (1955-1973)	132
5.1.2 O desenvolvimento capitalista no Brasil na fase atual (1974-2007)	136
5.2 A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo	144
5.2.1 A evolução do grau de exploração da força de trabalho: alguns indicadores	144
5.2.2 Os determinantes da taxa de mais-valia	157
5.2.3 Modalidades de exploração da força de trabalho	170
6 CONCLUSÃO	178
REFERÊNCIAS	184
APÊNDICE	191

1 INTRODUÇÃO

A manutenção de taxas elevadas de exploração da força de trabalho é uma tendência que tem acompanhado o desenvolvimento do capitalismo nas economias dependentes ao longo de diferentes etapas desse modo de produção. Isso se traduz, usualmente, no reconhecimento de uma baixa participação dos salários no total da riqueza anualmente produzida relativamente à prevalente nas economias avançadas. A manifestação dessa tendência é particularmente relevante no período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando grande parte dos países dependentes levou a cabo seus processos de industrialização, aprofundando a destruição de relações de produção pré-capitalistas e transformando grandes contingentes de sua população em força de trabalho disponível para o capital. Diversas análises que se dedicam ao capitalismo dependente têm chamado a atenção para as implicações dessas taxas de exploração elevadas, seja para a reprodução do capital nessas economias, seja para a reprodução da força de trabalho, em termos de padrões de vida e de condições de trabalho.

A questão ganha importância particularmente grande nos anos do neoliberalismo, em que se tornou hegemônico o discurso da flexibilização das relações capital-trabalho como recurso único e ao mesmo tempo eficaz para assegurar a absorção de força de trabalho e, por essa via, habilitar os trabalhadores a conseguir uma alteração substantiva em sua participação na renda nacional. Ora, a constatação do fracasso do neoliberalismo em ambas as frentes (aumento do nível de emprego e desconcentração da renda) não é suficiente. É necessário mostrar por que, para além do que afirma o discurso, a estratégia neoliberal era absolutamente necessária para assegurar o *aumento* da exploração no conjunto das economias capitalistas, sejam as avançadas, sejam as dependentes.

Na maioria destas últimas, o período de predomínio das políticas neoliberais iniciou-se com a crise da dívida externa e o esgotamento da estratégia de industrialização por substituição de importações. Tais particularidades devem ser levadas em conta no exame da evolução da exploração da força de trabalho a partir dos anos 1980. Isso significa que, para além das transformações por que passaram as economias capitalistas em geral no período, em conexão com a crise estrutural do capital iniciada em meados dos anos 1970, e que, portanto, afetaram as economias dependentes – como é o caso da mundialização do capital, do extraordinário crescimento do capital no âmbito financeiro e de uma nova forma de atuação do Estado capitalista –, essas economias experimentaram outros processos que, junto com os primeiros, ajudaram a desenhar a atual configuração da acumulação capitalista, a redefinir a

correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores e, assim, a determinar os rumos que tomou a exploração da força de trabalho no seio delas.

Tendo o anterior como pano de fundo, nosso objeto de estudo são as condições de exploração da força de trabalho no caso específico da economia brasileira no período 1990-2007. Isso significa, em primeiro lugar, estudar as condições em que se dá a compra da mercadoria força de trabalho pelo capital mediante o pagamento de um salário e o uso que faz o capitalista dessa mercadoria particular. Duas dimensões desse processo são privilegiadas no presente trabalho. Trata-se, por um lado, da evolução do *grau* de exploração da força de trabalho ao longo do período citado; por outro, das *modalidades predominantes* de exploração, vale dizer, de extração de excedente capitalista, de mais-valia.

Em segundo lugar, isso significa estudar as condições em que se dá a exploração da força de trabalho numa situação concreta – numa formação social determinada, numa fase determinada do seu desenvolvimento. Quanto a isso, dois pressupostos orientam o nosso tratamento desta problemática.

Primeiro pressuposto: *O processo de exploração capitalista, embora possua características comuns às diferentes formações sociais, apresenta, em suas manifestações particulares, diferenças importantes* que exigem uma investigação mais detida. Atendo-nos às duas dimensões indicadas acima, tanto o grau de exploração quanto as suas modalidades predominantes podem diferir por longos períodos entre as formações sociais. Nesses termos, é necessário levar em conta que a economia brasileira, na condição de economia dependente, se diferencia historicamente, nesses dois aspectos, das condições de exploração prevaletentes nas economias avançadas. O fato de que o ciclo do capital, em suas várias fases, depende do movimento do capital nos centros dominantes da acumulação mundial imprime sua marca ao processo de exploração do trabalho que tem lugar na periferia do sistema.

Mas as diferenças vão além. A economia brasileira se diferencia também de outras economias dependentes, nas duas dimensões da exploração referidas. Aqui entram em consideração a formação e o desenvolvimento do capitalismo em cada caso, no que pesam outros tantos fatores: o grau de desenvolvimento das forças produtivas; a natureza do vínculo estabelecido com as economias dominantes; a estrutura de classes (incluindo aquelas vinculadas a relações de produção pré-capitalistas), as lutas de classes entre capital e força de trabalho e os conflitos intraburgueses; a forma de atuação do Estado etc.

Segundo pressuposto: *O processo de exploração capitalista, embora possua características que perpassam as diferentes etapas do modo de produção capitalista (MPC), apresenta diferenças importantes em cada uma delas*, que também exigem uma investigação

mais detida. Assim, as condições concretas em que se dá a exploração da força de trabalho na fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil diferem das prevalecentes em etapas anteriores. Isso se explica facilmente se levarmos em conta as transformações que o MPC experimenta em seu desenvolvimento histórico, graças ao desenvolvimento de suas próprias contradições, à correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores e aos conflitos intercapitalistas (entre outros fatores). No caso do período escolhido para estudo, as diferenças nas condições de exploração remetem às características específicas da fase do capitalismo iniciada em meados dos anos 1970.

Enfim, nossa problemática consiste na identificação das tendências da exploração da força de trabalho na economia brasileira ao longo do período 1990-2007, no tocante ao grau e às modalidades predominantes de exploração, levando em conta, por um lado, sua condição de economia dependente e, por outro, a natureza da presente fase do capitalismo em nível mundial.

Nossa hipótese é que a trajetória da exploração da força de trabalho na economia brasileira nos anos 1990 e 2000 é explicada essencialmente pela crise estrutural do capitalismo e pela relação de dependência que essa economia mantém frente à economia mundial capitalista. Isso não significa desconhecer a influência de outros fatores, sobretudo de natureza política, sobre tal evolução. A explicação aqui proposta, ao privilegiar um dos aspectos do processo, pressupõe que sua compreensão plena requer a referência à totalidade.

Consideramos que uma investigação da problemática assim formulada se justifica, em primeiro lugar, pela necessidade de explicar o modo pelo qual as transformações que atingem a força de trabalho no Brasil contemporâneo (envolvendo o processo de sua compra e venda e seu uso pelo capital), sobretudo a partir dos anos 1990, se vinculam à evolução do grau de exploração da força de trabalho. É necessário, em outros termos, situar aquelas transformações no contexto das *necessidades da acumulação de capital* no atual estágio do MPC em nível local e mundial.

Em segundo lugar, coloca-se a necessidade de trazer de volta a discussão – que teve certa ressonância nos anos 1970, mas que depois foi engolida pela profunda crise em que mergulhou o capitalismo no Brasil nos anos 1980 e pela crise teórica que a seguiu¹ – acerca dos modos de exploração em economias dependentes, e no Brasil em particular, com a finalidade de lançar luz sobre as implicações do predomínio de determinadas modalidades

¹ Ver Marini (1992).

para a reprodução da força de trabalho e para o tipo de subordinação desta ao capital, assim como sobre as perspectivas de mudança nesse terreno.

Por fim, em terceiro lugar, a compreensão dos processos que subjazem à evolução do grau de exploração e à afirmação do predomínio de determinadas modalidades de exploração no Brasil, no período considerado, é necessária para capacitar os trabalhadores a fundamentar melhor suas opções na luta não apenas contra os efeitos da exploração capitalista, mas contra a exploração capitalista *per se*.

O objetivo geral do trabalho consiste em analisar como as transformações por que passou a economia brasileira em resposta à crise estrutural do capital repercutiram sobre as condições de exploração da força de trabalho, levando em conta a sua condição de economia dependente.

A seguir, expomos alguns aspectos da metodologia adotada no trabalho, compreendendo a base teórica e as diretrizes metodológicas gerais seguidas no processo de investigação. Os procedimentos metodológicos propriamente ditos são explicados no momento apropriado.

A base teórica para a análise das condições de exploração do trabalho numa formação social determinada e numa fase determinada é constituída pela teoria do valor formulada por Marx. Esse é um ponto de partida indispensável, se quisermos compreender a dinâmica da exploração nas condições do capitalismo contemporâneo, por mais que este último se diferencie em aspectos importantes daquele que serviu de base às formulações de Marx. Além desse ponto de partida, o referencial teórico para a análise das condições de exploração compreende dois outros aspectos. Ainda no âmbito do capital em geral, ele remete à teoria da acumulação de capital (reprodução em escala ampliada). Por fim, já no âmbito da concorrência intercapitalista, ele remete a uma das leis fundamentais do movimento do capital no longo prazo, a saber, a lei da queda tendencial da taxa de lucro.

Na medida, entretanto, em que o objeto de estudo toma como referência empírica uma economia dependente, esse quadro teórico básico deve ser complementado pelas contribuições teóricas de autores que abordaram a configuração histórica do capitalismo mundial que resultou na constituição de uma economia mundial capitalista enquanto totalidade hierarquizada, integrada por economias dominantes e dependentes. É preciso deixar claro qual o estatuto teórico dessas últimas contribuições. Não se trata de *substituir* as leis de desenvolvimento e as tendências do capitalismo formuladas a partir da teoria do valor por outras supostamente exclusivas do capitalismo dependente. Trata-se, antes, de fornecer os elementos teóricos necessários a um processo de concretização, no qual se procura verificar

como as leis de movimento do capital se manifestam no caso específico de economias dependentes.²

Nesse sentido, o trabalho pretende ser parte de um esforço de retomada da tradição crítica latino-americana, que procurou, a partir do instrumental teórico marxista, compreender as especificidades do desenvolvimento capitalista na região.³ Em particular, ele valoriza as contribuições em torno da questão da dependência dos países latino-americanos, ao mesmo tempo em que tenta vinculá-la à transformação das relações de produção nesses países.⁴

A seguir, explicamos as diretrizes metodológicas seguidas na investigação.

1) Procuramos efetuar uma *estimativa empírica* da taxa de mais-valia⁵ no período estudado. São amplamente reconhecidas as dificuldades desse tipo de empreendimento, associadas, principalmente, à grande distância que separa as categorias marxianas das variáveis com que trabalha a contabilidade social nos países capitalistas.⁶ De qualquer maneira, por mais imperfeitas que sejam as estimativas resultantes, elas nos parecem fundamentais para sustentar as análises levadas a cabo acerca das condições de reprodução da força de trabalho no capitalismo contemporâneo.

2) *Delimitação espacial*. Em nosso estudo das condições de exploração da força de trabalho, decidimos tomar como referência o conjunto da economia. Numa economia como a brasileira, que ainda apresenta heterogeneidades de grande magnitude, tanto em termos de desenvolvimento das forças produtivas quanto de disseminação das relações de produção capitalistas, pode-se argumentar – e não sem razão – que os números globais mais ocultam que revelam. Isso é verdadeiro tanto em termos regionais quanto setoriais. Para ficar no plano setorial, as diferenças nas condições de exploração se manifestam não só entre grandes setores (indústria e agropecuária, por exemplo) quanto no interior deles (digamos, no interior da indústria de transformação). É claro, portanto, que estudos focados em setores ou subsetores específicos podem ganhar muito em profundidade. Admitido isso, consideramos que uma

² Novamente remetemos a Marini (ver Marini, 1973, p. 85).

³ Cabe destacar, a esse respeito, o pioneirismo de *Dialéctica de la dependencia*, de Ruy Mauro Marini. Jaime Osorio considera que essa obra constitui um verdadeiro divisor de águas nos estudos latino-americanos sobre o tema da dependência. Por outro lado, lamenta que o esforço aí empreendido não tenha tido continuidade mediante o estudo de situações particulares (OSORIO, 2004, p. 138 e 141).

⁴ Para esse vínculo já apontava a conceituação de dependência proposta por Marini (1973, p. 18): “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco *as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas* para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (grifo nosso).

⁵ A evolução das condições de exploração poderia ser abordada através de outros métodos – por exemplo, observando os *efeitos* da exploração capitalista sobre os padrões de vida dos trabalhadores (saúde, expectativa de vida), a influência de relações não capitalistas sobre os custos de reprodução da força de trabalho etc.

⁶ Tratamos desse ponto no capítulo 2.

visão de conjunto pode ser extremamente útil para a compreensão do movimento do capital na economia brasileira no período em estudo, ao indicar a tendência geral da exploração capitalista. Além disso, no caso específico da estimativa da taxa de mais-valia, o cálculo por setor padece de limitações, que indicaremos oportunamente.⁷

3) *Delimitação temporal*. A escolha do período 1990-2007 decorre, por um lado, da limitação de dados para o período anterior a 1990. Certamente, a escolha de um período mais recuado – digamos, a partir de meados da década de 1970, para fazer coincidir com a manifestação da crise estrutural do capitalismo – seria extremamente útil ao permitir acompanhar a evolução da exploração em diferentes momentos do nosso processo histórico recente. Todavia, as diferenças metodológicas existentes nas Contas Nacionais – que servem de base para a nossa estimativa – entre as séries anteriores a 1990 e as que se iniciam nesse ano são muito grandes, além do que as séries anteriores não dispõem de informações mais detalhadas para o levantamento das condições de exploração.⁸ Por outro lado, o período em estudo coincide com o triunfo, no Brasil, do neoliberalismo, o que representa uma mudança importante na estratégia de desenvolvimento capitalista no país em relação ao período que vai do segundo pós-guerra a 1980, de predomínio do desenvolvimentismo (a década de 1980 sendo de transição entre uma e outra estratégia).

A estrutura do trabalho obedece aos dois eixos que orientam todo o tratamento do nosso objeto de estudo, a saber, a referência temporal, centrada na fase do capitalismo mundial iniciada em meados dos anos 1970, e a referência espacial, centrada no estudo de uma economia dependente. Daí a necessidade de tratarmos, previamente ao estudo da economia brasileira, (i) da questão da exploração na fase atual do capitalismo; (ii) da questão da exploração no caso das economias dependentes. Além disso, como a própria natureza do objeto de estudo envolve problemas teóricos de grande amplitude, alguns deles alvo de muita controvérsia, decidimos destinar um capítulo inicial aos fundamentos teóricos da exploração capitalista, tomando por base o tratamento da questão em Marx. Entendemos que essa providência nos pouparia de efetuar extensas digressões teóricas ao longo do texto.

Assim, o trabalho está estruturado em seis capítulos (incluindo esta introdução).

No capítulo 2, abordamos os fundamentos teóricos da exploração da força de trabalho. Tratamos da definição do grau de exploração e das formas de incrementá-lo. Inserimos, então, a questão da exploração no contexto do processo de acumulação de capital para, em seguida, já no contexto dos múltiplos capitais, relacionarmos o papel da taxa de

⁷ Ver o capítulo 2, seção 2.2.

⁸ Mais sobre isso no capítulo 5.

exploração em relação à operação da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Feito isso, passamos à discussão das tendências gerais da exploração no desenvolvimento do MPC, compreendendo tanto o grau de exploração como suas modalidades predominantes. A segunda parte do capítulo é dedicada à discussão de problemas empíricos envolvidos na estimativa da taxa de mais-valia e na identificação das modalidades de exploração.

No capítulo 3, procuramos identificar as principais tendências da exploração no contexto da fase do capitalismo iniciada em meados dos anos 1970. Para tanto, a primeira parte do capítulo começa com uma explicitação do marco teórico adotado para efeito do estudo do desenvolvimento do capitalismo numa perspectiva de longo prazo, que é o ponto de vista adotado no presente trabalho (em lugar da análise conjuntural). Tratamos então de identificar a natureza da presente fase, vale dizer, se houve ou não uma mudança de tonalidade, o que implica averiguar se a crise estrutural foi superada. Entendemos que esse passo é fundamental para a análise, posteriormente, das condições em que se dá a exploração nas economias que compõem a periferia do sistema, como é o caso do Brasil. Na segunda parte do capítulo, discutimos as tendências da exploração na fase atual, tomando como referência as economias avançadas, com o objetivo de examinar as razões do aumento do grau de exploração e as transformações ocorridas no tocante aos modos de exploração.

No capítulo 4, a atenção se volta para as economias dependentes. O propósito do capítulo é duplo. Trata-se, por um lado, de estudar as especificidades da exploração nessas economias *vis-à-vis* as economias avançadas. Nesse sentido, o capítulo complementa o marco de referências estabelecido no capítulo 2, essencialmente circunscrito às formulações de Marx, que, como sabemos, não trata especificamente do fenômeno da dependência. Por outro lado, o capítulo analisa a importância de uma taxa de exploração mais elevada no âmbito das economias dependentes, no marco da fase atual do capitalismo. Optamos por tratar desses temas em um nível de abstração elevado, sem recorrer à comprovação empírica.

No capítulo 5, tratamos da economia brasileira. Buscamos, em primeiro lugar, caracterizar a fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil. Procuramos mostrar que o que aparece como esgotamento da estratégia desenvolvimentista é, antes de tudo, a manifestação local da crise estrutural do capitalismo. Outros fatores certamente entram em consideração, mas apenas agravam uma situação que tem a crise na sua origem. Em segundo lugar, tratamos das tendências da exploração capitalista no Brasil na fase atual. Expomos a metodologia adotada para a estimativa da taxa de mais-valia e apresentamos os resultados obtidos. Além disso, procuramos identificar os determinantes da evolução da taxa de mais-valia, assim como as modalidades de exploração da força de trabalho relevantes no período.

Finalmente, no capítulo 6, apresentamos as principais conclusões do estudo, explicitando a relação entre a evolução das condições de exploração no Brasil e a fase atual do capitalismo, por um lado, e, por outro, entre essa evolução e a reiteração da condição de dependência da economia brasileira.

2 A EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO: fundamentos teóricos e problemas de mensuração

A despeito de ser a exploração da força de trabalho constitutiva do modo de produção capitalista (MPC), as condições efetivas em que ela se concretiza nas diferentes formações sociais capitalistas e em diferentes estágios do seu desenvolvimento variam muito. Elas são influenciadas, entre outros fatores, pelas condições em que se deu a implantação desse modo de produção, pela posição relativa do país no contexto da economia mundial capitalista e pela relação de forças entre trabalhadores e capitalistas e entre as diferentes frações da classe capitalista.

As diferenças se referem, por um lado, ao grau de exploração da força de trabalho. Rastrear-las significa analisar como evolui a situação *relativa* da classe trabalhadora na formação social considerada. Para esse objetivo, o movimento dos salários reais é inadequado.¹ A teoria de Marx, por sua vez, provê uma base precisa para isso, focada no movimento da taxa de mais-valia.

Por outro lado, as condições de exploração se diferenciam no tocante às modalidades predominantes de extração de mais-valia em cada formação social. Isso também tem repercussões importantes para a reprodução da classe trabalhadora.

Frente a isso, nossa tarefa neste capítulo é, em primeiro lugar, assentar as bases teóricas para uma análise da exploração capitalista que nos permita compreender como as duas dimensões referidas (grau e modalidades) se manifestam no capitalismo contemporâneo. O percurso envolve, inicialmente, a fundamentação teórica da exploração (em suma, a mais-valia e suas relações com variáveis chave do sistema de Marx, como a acumulação de capital e a taxa de lucro). A seguir, a base teórica para o acompanhamento da trajetória da exploração da força de trabalho no desenvolvimento do MPC, tanto em termos diacrônicos (o movimento das variáveis ao longo do tempo em dada formação social) como sincrônicos (seu movimento em diferentes formações sociais no mesmo período de tempo).

Em segundo lugar, o capítulo trata de alguns problemas empíricos envolvidos na estimativa da exploração da força de trabalho, dada a necessidade de aproximar a análise altamente abstrata desenvolvida por Marx à realidade do capitalismo contemporâneo, inclusive das formações sociais dependentes.

¹ Cf. a advertência de Rosdolsky (1985, p. 332): “[...] para a teoria econômica [e política] do marxismo não é decisivo em absoluto que os salários reais aumentem ou diminuam, por mais importante que possa ser habitualmente esse problema especial”.

A exposição que se segue é feita com base em *O capital* de Marx, recorrendo a outros autores quando isso é necessário para precisar determinados pontos. As referências às controvérsias existentes em torno das questões levantadas se restringem ao estritamente necessário para a elucidação das dimensões tratadas na tese.

2.1 Fundamentos teóricos da exploração da força de trabalho

2.1.1 A exploração capitalista

“Todo o sistema de produção capitalista”, diz Marx (1984a, p. 48), “repousa no fato de que o trabalhador venda sua força de trabalho como mercadoria”.² Marx (1983, p. 139) conceitua a força de trabalho – ou capacidade de trabalho – como “o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie”.³

Em total coerência com sua teoria do valor, Marx (*ibid.*, p. 141) sustenta que “o valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também à reprodução, desse artigo específico”. Ora, esse tempo de trabalho não é outro senão o necessário à produção dos meios de subsistência do trabalhador. Nesse montante estão compreendidos os meios de subsistência necessários à manutenção dos filhos dos trabalhadores,⁴ assim como os custos de aprendizagem.⁵

Pelo anterior, fica claro que o valor da força de trabalho depende: (a) da *quantidade* de meios de subsistência que entram no consumo do trabalhador; e (b) do *valor* desses meios de subsistência. Quanto ao primeiro elemento, a soma dos meios de subsistência deve ser suficiente para manter o indivíduo laborioso em sua condição de vida normal (*ibid.*). Esse montante compreende, por um lado, as necessidades “naturais” (alimentação, moradia etc.); por outro, aquelas “historicamente desenvolvidas”. “Em antítese às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral” (*ibid.*). Ora, esse montante varia muito em diferentes países e no mesmo país em

² O resgate do processo histórico do qual resulta a transformação da força de trabalho em mercadoria, processo que assumiu diferentes formas entre os países capitalistas e que, além do mais, necessita ser repostado incessantemente pelo capital, extrapola os limites deste trabalho. Ver, sobre o tema, Fontes (2010).

³ Não trataremos aqui da distinção entre trabalho e força de trabalho. Lembremos apenas que a força de trabalho “existe na personalidade do trabalhador e difere de sua função, o trabalho, tanto quanto uma máquina de suas operações” (MARX, 1984a, p. 129).

⁴ Ver Marx (1983, p. 142; 1984a, p. 23). Ver também Carcanholo (2007, p. 21).

⁵ Ver Marx (1983, p. 142; 1984a, p. 145. A discussão que se segue exclui o exame desse fator.

diferentes estágios do seu desenvolvimento. De qualquer modo, para determinado país, em determinado estágio de desenvolvimento, podemos considerá-lo como dado e atribuir as variações no valor da força de trabalho exclusivamente às variações no *valor* dos meios de subsistência.⁶

O limite mínimo do valor da força de trabalho corresponde ao “valor de uma massa de mercadorias sem cujo suprimento diário o portador da força de trabalho [...] não pode renovar o seu processo de vida, sendo, portanto, o valor dos meios de subsistência fisicamente indispensáveis” (*ibid.*, p. 143). Deve, de qualquer modo, assegurar a reprodução *normal* da força de trabalho nas condições sociais dadas. A fixação do preço da força de trabalho abaixo desse mínimo significa que ele cai *abaixo do valor* dela, com o que a força de trabalho só poderá reproduzir-se de forma atrofiada (*ibid.*).⁷

A determinação do valor da força de trabalho toma como referência o “valor dos meios de subsistência habitualmente necessários ao trabalhador *médio*” (1984a, p. 113). Na prática, devem-se levar em conta os diferentes níveis fixados para o valor da força de trabalho feminina e infantil (*ibid.*).⁸ Aqui essas diferenças não serão consideradas.

Após essas breves indicações acerca da determinação do valor da força de trabalho, podemos passar à noção de exploração. Sabemos que, a partir da distinção entre *valor* e *valor de uso* da mercadoria força de trabalho, isto é, entre “o trabalho passado, que a força de trabalho contém, e o trabalho vivo que ela pode prestar” (1983, p. 159), Marx chega à categoria da mais-valia. Não vamos reproduzir o caminho que ele percorre para chegar a essa descoberta teórica. Basta indicar que o processo de produção capitalista é unidade dialética do processo de trabalho e do processo de valorização e que este último corresponde rigorosamente a um processo de exploração da força de trabalho, consistente no fato de que os trabalhadores, ao longo da jornada de trabalho, produzem valor em magnitude superior ao valor de sua força de trabalho, a diferença correspondendo à mais-valia. Em toda a demonstração é pressuposto que as leis do intercâmbio de mercadorias são respeitadas – em

⁶ “A massa desses meios de subsistência, ainda que sua forma possa variar, em determinada época de determinada sociedade é dada, podendo, portanto, ser tratada como uma grandeza constante” (MARX, 1984a, p. 113). Isso de nenhum modo deve ser lido como uma referência a um salário real constante. Trata-se de um recurso heurístico, apenas. Ao longo da exposição, especialmente ao tratarmos da acumulação de capital, são indicados alguns fatores que fazem variar o montante dos bens-salário – e, portanto, o valor da força de trabalho.

⁷ Ver também Marx (1983, p. 250). Adiante trataremos do limite máximo do valor da força de trabalho (ver a subseção 2.1.3).

⁸ “A utilização dessas diferentes forças de trabalho, por sua vez condicionada pelo modo de produção, acarreta grande diferença nos custos de reprodução da família trabalhadora e no valor do trabalhador masculino adulto” (MARX, 1984a, p. 113).

particular, que a força de trabalho é paga de acordo com o seu valor. Em síntese, a exploração capitalista corresponde à extração de mais-valia, identifica-se com ela.

Essa é uma relação fundamental no regime capitalista. Como Marx (*ibid.*, p. 235) deixa claro, “a produção de mais-valia ou a extração de mais-trabalho constitui o conteúdo e o objetivo específico da produção capitalista [...]”. Isso independe da especificidade da formação social capitalista e do estágio de desenvolvimento em que se encontre.

O valor da força de trabalho expresso em dinheiro constitui o seu preço. O preço da força de trabalho – ou salário – pode corresponder ou não ao seu valor. Permanecendo igual o valor da força de trabalho, o preço da força de trabalho varia em virtude da relação entre demanda e oferta de força de trabalho (1984a, p. 131).

2.1.2 O grau de exploração da força de trabalho

Para Marx, o grau de exploração da força de trabalho é medido pela taxa de mais-valia. Para calcular esta última, ele procede da seguinte maneira.⁹ Inicialmente, toma o valor total do produto (soma do capital constante, c , despendido em meios de produção, com o capital variável, v , despendido em força de trabalho, e a mais-valia, m) e iguala o valor do capital constante a zero, na medida em que o mesmo não toma parte no processo de *criação* de valor. A parte restante ($v + m$) é o *valor novo*, o valor realmente produzido ao longo da jornada de trabalho. Dado um desses elementos (v ou m), a taxa de mais-valia (m') é calculada como a relação da mais-valia com o capital variável, m/v . Ela expressa, portanto, a proporção em que se valorizou o capital variável (1983, p. 175), em estrita correspondência com a asserção de Marx de que exclusivamente a parte do capital despendida em força de trabalho é capaz de sofrer um incremento no curso do processo de produção. Ou, dito de outra forma, de que exclusivamente o trabalho vivo é capaz de produzir mais valor no processo de produção.

A taxa de mais-valia pode ser expressa de outro modo. Para isso, Marx recorda o fato de que a jornada de trabalho é composta de duas partes bem distintas.¹⁰ Numa primeira parte, o trabalhador reproduz um valor equivalente ao dos meios de subsistência necessários à sua reprodução. Assim, essa parte da jornada varia de acordo com as variações no tempo de trabalho requerido, em média, para a produção daqueles meios de subsistência. A essa parte da jornada, Marx denomina de *tempo de trabalho necessário*. A outra parte da jornada, por consequência, corresponde a *tempo de trabalho excedente*. Nela, é produzida a mais-valia. A

⁹ Ver a seção 1 do cap. VII do Livro I de *O capital* (MARX, 1983).

¹⁰ Ver Marx (1983, p. 176ss).

taxa de mais-valia pode então ser expressa como a relação entre dois tempos de trabalho, entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário.¹¹

O objetivo do capitalista é extrair o máximo de mais-valia, na medida em que esse montante, comparado com o capital total adiantado – isto é, a taxa de lucro –, define o grau de valorização do capital. Assim, procurará elevar ao máximo a parte da jornada de trabalho correspondente a tempo de trabalho excedente. Deveria estar claro para qualquer leitor de Marx que, conquanto o grau de exploração possa ser eventualmente atenuado (como veremos no curso do trabalho), a superação mesma da exploração só é possível com a superação do MPC. Mudanças estruturais desse modo de produção, por mais profundas que sejam, não podem chegar ao ponto de comprometê-la, sob pena de pôr em risco o próprio fundamento da produção capitalista.

Passemos aos determinantes da taxa de mais-valia. Tomemos como ponto de partida a seguinte passagem de Sweezy (1982, p. 93-4):

A grandeza da taxa de mais-valia é determinada diretamente por três fatores: a extensão do dia de trabalho, a quantidade de mercadorias que participam do salário real e a produtividade do trabalho. O primeiro estabelece o tempo total a ser dividido entre o trabalho necessário e o [trabalho] excedente; o segundo e o terceiro em conjunto determinam qual a parte desse tempo que deve ser considerada como trabalho necessário. Cada um desses três fatores é, um de cada vez, o ponto focal de um complexo de forças [...].

O único fator omitido por Sweezy é a intensificação do trabalho – talvez por pressupor uma jornada de intensidade dada. Portanto, a taxa de mais-valia pode ser elevada: a) por um prolongamento da jornada de trabalho; b) por um aumento da produtividade do trabalho; c) por um aumento da intensidade do trabalho; d) por uma redução do salário real.¹² A seguir, analisamos cada um desses fatores separadamente.

A) Prolongamento da jornada de trabalho

O primeiro aspecto a notar é que o valor novo produzido durante a jornada de trabalho cresce proporcionalmente ao prolongamento desta, supondo-se constante a intensidade do trabalho. Se, além da intensidade, a produtividade do trabalho também permanece constante, o valor da força de trabalho permanece inalterado.¹³ Nessas

¹¹ Deve-se notar que a taxa de mais-valia é uma relação. Para seu cálculo, não importa a grandeza absoluta da jornada de trabalho, nem o período do processo de trabalho (dia, semana), nem tampouco o número de trabalhadores postos em movimento pelo capital variável (MARX, 1983, p. 177).

¹² Ver Sweezy (1982, p. 94); Mandel (1982, p. 103); Shaikh (2006, p. 342-3).

¹³ Ver Marx (1984a, p. 118).

circunstâncias, um prolongamento da jornada de trabalho resulta num aumento do trabalho excedente e, portanto, da taxa de mais-valia.¹⁴

O aumento da taxa de mais-valia pode ocorrer mesmo que haja aumento simultâneo do *preço* da força de trabalho,¹⁵ desde que, evidentemente, este último cresça a uma taxa inferior ao incremento da mais-valia. Tal estratégia de aumento da taxa de mais-valia só é eficaz precisamente porque o aumento do salário não acompanha, na mesma proporção, o incremento do valor novo. De passagem, note-se que, se a jornada de trabalho é uma grandeza fixa (como é praxe em Ricardo), aumento do preço da força de trabalho e aumento da mais-valia são incompatíveis: o aumento do primeiro acarreta necessariamente a queda da segunda. Porém, se a jornada aumenta extensiva ou intensivamente, os dois podem aumentar simultaneamente, variando apenas o grau desse aumento.

Cabe indagar se o prolongamento da jornada de trabalho produz um *aumento* do valor da força de trabalho. Marx deixa isso claro em passagens como esta:

Com a jornada de trabalho prolongada, o preço da força de trabalho pode cair abaixo de seu valor, embora nominalmente permaneça inalterado ou mesmo suba. É que o valor diário da força de trabalho [...] é calculado sobre sua duração média, ou seja, sobre a duração normal da vida de um trabalhador e sobre uma correspondente transformação normal, ajustada à natureza humana, de substância vital em movimento. Até certo ponto, o desgaste maior de força de trabalho, inseparável do prolongamento da jornada de trabalho, pode ser compensado por maior [remuneração] (1984a, p. 118).¹⁶

Assim, o prolongamento da jornada, ao implicar um maior desgaste da força de trabalho, acarreta um aumento do seu valor, de modo a permitir a reposição do valor da massa aumentada de meios de subsistência. Aliás, o valor da força de trabalho não apenas aumenta, mas o faz em proporção superior ao aumento da jornada: “O valor da força de trabalho, porque isso se dá com seu desgaste, aumenta com a duração de seu funcionamento e em proporção maior do que o incremento da duração de seu funcionamento” (*ibid.*, p. 135).

Embora Marx mencione tal possibilidade de aumento do valor da força de trabalho, geralmente, para o fim de demonstrar o efeito do prolongamento da jornada sobre a taxa de mais-valia, considera *dada* a massa de meios de subsistência e supõe que o preço da força de trabalho corresponde ao valor da força de trabalho ou então fica acima dele (*ibid.*, p.

¹⁴ O inverso acontece em caso de *redução* da jornada. Supondo-se produtividade e intensidade do trabalho constantes, uma redução da jornada de trabalho deixa inalterado o valor da força de trabalho e reduz a mais-valia. A propósito, Marx (1984a, p. 118) faz o seguinte comentário: “Todos os lugares comuns contra a redução da jornada de trabalho supõem que o fenômeno ocorra sob as circunstâncias aqui pressupostas, enquanto na realidade, ao contrário, variações na produtividade e intensidade do trabalho precedem a redução da jornada de trabalho ou a sucedem imediatamente”.

¹⁵ Ver Marx (1984a, p. 118).

¹⁶ Na edição da Abril Cultural, aqui utilizada, em vez de “remuneração”, aparece “restauração”. Corrigido de acordo com a edição Siglo XXI (tomo I, vol. 2, 13. ed., 1987, p. 639).

113). A hipótese de aumento do valor da força de trabalho é útil, porém, no momento em que desejamos considerar as implicações da fixação de um preço da força de trabalho *abaixo* do seu valor.

O quadro abaixo mostra, a partir de determinada situação inicial, as duas possibilidades para o valor da força de trabalho em caso de prolongamento da jornada.

	JT	Valor novo	Valor da FT	TN (1)	Preço da FT	TN (2)	m	TE	m'
	8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
1	10h	75	30	4h	30	4h	45	6h	1,5
2	10h	75	37,50	5h	36	4,80h	39	5,20h	1,08

JT = jornada de trabalho; FT = força de trabalho; TN = trabalho necessário; TE = trabalho excedente.

(1) Correspondente ao valor da força de trabalho.

(2) Correspondente ao preço da força de trabalho.

O valor novo (soma de $v + m$) sobe proporcionalmente ao incremento da jornada (supõe-se inalterada a intensidade do trabalho). No caso 1, o valor da força de trabalho (assim como o seu preço) não aumenta e todo o incremento do valor novo vai para a mais-valia, resultando numa taxa de 150%. Mas essa é uma hipótese extrema. Como dissemos, é perfeitamente possível haver um aumento do preço da força de trabalho; a taxa de mais-valia ainda aumentará, apenas em menor grau.

No caso 2, o valor da força de trabalho aumenta, suponhamos que proporcionalmente ao incremento da jornada (25%). O preço da força de trabalho pode permanecer inalterado ou subir, dependendo disso a grandeza da taxa de mais-valia. No exemplo, sobe 20%, frente a 30% da mais-valia, o que resulta numa taxa de mais-valia de 108%. O relevante é que o preço da força de trabalho, embora mais elevado, situa-se abaixo do seu valor, significando que a situação do trabalhador piora: o novo salário é insuficiente para a aquisição dos meios de subsistência de que necessita no novo contexto.

Historicamente, o prolongamento da jornada de trabalho revelou-se um dos meios mais poderosos nas mãos do capital para extrair mais-trabalho. A razão última do prolongamento da jornada é que os meios de produção, nas mãos do capital, servem para absorver mais-trabalho, e o fazem *proporcionalmente à duração da jornada* (1983, p. 210). (Abstrai-se aqui a intensificação do trabalho, que, evidentemente, permite que os meios de produção absorvam mais-trabalho durante a mesma jornada.) Eles “perdem seu caráter de capital [...] tão logo seja interrompida sua função de sugar trabalho” (*ibid.*).

Daí a importância que assumiu de pronto a questão dos limites da jornada de trabalho. De acordo com Marx, o limite máximo da jornada é duplamente determinado: a) por um componente físico (a limitação física da força de trabalho); b) por um componente moral

(o trabalhador necessita de tempo para satisfazer outras necessidades, determinadas pelo nível geral de civilização (*ibid.*, p. 188). “A variação da jornada de trabalho se move, portanto, dentro de barreiras físicas e sociais. Ambas as barreiras são de natureza muito elástica e permitem as maiores variações” (*ibid.*). De fato, “em sua voracidade por mais-trabalho, o capital atropela não apenas os limites máximos morais, mas também os puramente físicos da jornada de trabalho” (*ibid.*, p. 211). As implicações disso para o trabalhador são muito graves:¹⁷

A produção capitalista [...] produz, portanto, com o prolongamento da jornada de trabalho, não apenas a *atrofia da força de trabalho*, a qual é roubada de suas condições normais, morais e físicas, de desenvolvimento e atividade. Ela produz a *exaustão prematura* e o *aniquilamento* da própria força de trabalho. Ela prolonga o tempo de produção do trabalhador, num prazo determinado, mediante o encurtamento de seu tempo de vida (*ibid.*, p. 212; grifos nossos).

Dá toda a luta em torno da imposição de limites legais à jornada de trabalho.¹⁸ O capital não tem qualquer preocupação com as condições em que se dá a reprodução da classe trabalhadora – “a não ser quando é coagido pela sociedade” (*ibid.*, p. 215). E essa postura não depende essencialmente do capitalista individual. “A livre-concorrência impõe a cada capitalista individualmente, como leis externas inexoráveis, as leis imanentes da produção capitalista” (*ibid.*).

O fator que torna objetivamente possível o “prolongamento antinatural da jornada de trabalho” é a facilidade com que se pode substituir a força de trabalho desgastada, isto é, o fato de que o mercado de trabalho não apresente escassez de trabalho (*ibid.*, p. 212-3); em outros termos, a existência de uma superpopulação em relação à necessidade de valorização do capital (*ibid.*, p. 214).

O estabelecimento de uma jornada de trabalho normal é resultado da luta de classes (*ibid.*, p. 215). Assim, referindo-se às disposições acerca da jornada de trabalho na

¹⁷ Marx toma como referência os ramos de produção onde ainda não se haviam estabelecido limites legais à jornada de trabalho.

¹⁸ Ainda de acordo com Marx (1984a, p. 91), a história da extensão da legislação trabalhista na Inglaterra mostra duas coisas: 1) “o capital, assim que fica sujeito ao controle do Estado apenas em alguns pontos da periferia social, se ressarcia tanto mais desmesuradamente nos outros pontos”. Isso se aplica também às tentativas do capital para explorar as diferenças na legislação do trabalho entre países. A liberdade de movimento do capital é fundamental nesse ponto, permitindo que ele saia em busca de países em que a legislação seja mais *capital-friendly*; 2) a concorrência intercapitalista, por paradoxal que isso possa parecer, obrigou a extensão da legislação fabril ao conjunto dos ramos, de modo a evitar “vantagens” de capitalistas individuais na exploração da força de trabalho. Atendeu, assim, ao “clamor dos próprios capitalistas por igualdade nas condições de concorrência, isto é, limitações iguais à exploração do trabalho” (*ibid.*). “[...] igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital” (1983, p. 231).

Inglaterra, Marx (*ibid.*, p. 224) afirma: “Sua formulação, reconhecimento oficial e proclamação pelo Estado foram o resultado de prolongadas lutas de classes”.¹⁹

B) Aumento da produtividade do trabalho

Se a jornada de trabalho é uma grandeza fixa, só é possível, evidentemente, aumentar a taxa de mais-valia mediante a redivisão de suas partes integrantes: aumento do mais-trabalho à custa do trabalho necessário. Para isso, tem de ocorrer um aumento da produtividade do trabalho (ou de sua intensidade, como veremos adiante) (1984a, p. 107).²⁰

Por aumento da produtividade do trabalho, entende-se “uma alteração no processo de trabalho pela qual se reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria, que um menor quantum de trabalho adquira, portanto, a força para produzir um maior quantum de valor de uso” (1983, p. 250-1). Um aumento da produtividade resulta de alteração nos meios de trabalho e/ou nos métodos de trabalho. Por isso tem de ocorrer uma *revolução no processo de trabalho* (*ibid.*, p. 250).

Enquanto, pois, na produção da mais-valia na forma até aqui considerada [prolongamento absoluto da jornada de trabalho] o modo de produção é suposto como dado, não basta de modo algum, para produzir mais-valia mediante a transformação do trabalho necessário em mais-trabalho, que o capital se apodere do processo de trabalho em sua forma historicamente herdada ou já existente, e apenas alongue sua duração. Tem de revolucionar as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho, mediante o aumento da força produtiva do trabalho reduzir o valor da força de trabalho, e assim encurtar a parte da jornada de trabalho necessária para a reprodução desse valor (*ibid.*, p. 251).

A fim de compreendermos como o aumento da produtividade pode elevar a taxa de mais-valia, devemos notar inicialmente que um aumento da produtividade não pode, em hipótese alguma, alterar o valor global produzido em determinada jornada. Isso é uma consequência necessária da teoria do valor. Não pode ocorrer aumento ou diminuição do valor

¹⁹ A limitação e a regulamentação legal da jornada de trabalho “foram arrancadas, passo a passo, no curso de uma guerra civil de meio século [...] Compreende-se facilmente que, depois de terem os magnatas industriais se conformado e se reconciliado com o inevitável, enfraquecesse gradualmente a força de resistência do capital, enquanto, ao mesmo tempo, a força de ataque da classe trabalhadora cresceu com o número de seus aliados nas camadas sociais não diretamente interessadas” (MARX, 1983, p. 233-4). “A [fixação] de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o produto de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora” (*ibid.*, p. 236).

²⁰ “Pressupondo-se que a força de trabalho seja paga por seu valor, encontramos-nos frente a estas alternativas: dada a força produtiva do trabalho e seu grau normal de intensidade, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante prolongamento absoluto da jornada de trabalho; por outro lado, dada a limitação da jornada de trabalho, só é possível aumentar a taxa de mais-valia mediante mudança da grandeza de suas partes integrantes, trabalho necessário e mais-trabalho, o que, por sua vez, se o salário não deve cair abaixo do valor da força de trabalho, pressupõe mudança na produtividade ou na intensidade do trabalho” (MARX, 1984a, p. 107).

produzido sem que varie a quantidade de trabalho (abstraímos aqui variações na intensidade do trabalho). Ocorrendo um aumento da produtividade, o valor novo permanece, portanto, constante. Como, porém, esse valor invariável se reparte por uma quantidade maior de mercadorias, *o valor individual delas diminui*.

No entanto, um aumento da produtividade *per se* não é capaz de reduzir o valor da força de trabalho – e, portanto, aumentar a taxa de mais-valia. Para esse fim, esse aumento deve ocorrer necessariamente nos ramos industriais que produzem os meios de subsistência que compõem a cesta de consumo habitual do trabalhador, incluídos os ramos produtores de meios de produção que intervêm na produção dos primeiros (*ibid.*).

O móvel da ação do capitalista individual ao adotar métodos que levem ao aumento da produtividade é reduzir, premido pela concorrência, o valor individual da mercadoria que produz²¹ e, assim, obter uma *mais-valia extraordinária*. A magnitude desta última corresponde à diferença entre o *valor individual* e o *valor social* da mercadoria (*ibid.*, p. 252).²² A mais-valia extraordinária corresponde a uma *transferência de valor* dos capitais menos eficientes para os mais eficientes. Esse incremento da mais-valia para o capitalista inovador *independe* de a mercadoria produzida pertencer ou não ao conjunto dos meios de subsistência necessários (*ibid.*). “[...] existe, portanto, para cada capitalista individual, motivo para baratear a mercadoria mediante aumento da força produtiva do trabalho” (*ibid.*).

Essa mais-valia extraordinária desaparece tão logo se generalize o novo método de produção para o conjunto do ramo (*ibid.*, p. 253), na medida em que, nesse caso, o valor social cai até o valor individual da mercadoria produzida com o novo método (1984a, p. 31).²³ A taxa geral de mais-valia permanece inalterada. Se, entretanto, o processo descrito atinge ramos que produzem os meios de subsistência necessários – e, assim, influenciam o valor da força de trabalho –, a taxa de mais-valia aumentará (1983, p. 253). O trabalhador poderá reproduzir o valor de sua força de trabalho numa fração menor da jornada, aumentando a parte desta que corresponde a trabalho não-pago.

²¹ “A luta da concorrência é conduzida por meio do barateamento das mercadorias. A barateza das mercadorias depende, *ceteris paribus*, da produtividade do trabalho [...]” (MARX, 1984a, p. 196).

²² O valor individual expressa o tempo de trabalho necessário à produção da mercadoria em cada uma das empresas do ramo considerado, refletindo, portanto, o respectivo nível de produtividade do trabalho. O valor social (ou valor de mercado) expressa o tempo de trabalho necessário à produção no conjunto do ramo; ou seja, expressa o tempo de trabalho socialmente necessário. A venda da mercadoria por um preço correspondente ao valor social implicará uma sanção aos capitais menos eficientes (valor individual superior ao valor social) e um ganho adicional aos mais eficientes (em que ocorre o contrário), na forma de mais-valia extraordinária. De fato, a magnitude desta última corresponde à perda em que incorrem os capitais menos eficientes. Ver, sobre o tema, Carcanholo (2000).

²³ “[...] o valor da mercadoria produzida mecanicamente se torna o valor social que regula todas as mercadorias da mesma espécie [...]” (MARX, 1984a, p. 31).

Em suma, temos aí a descrição da dinâmica geral da concorrência, da qual resulta, para o capitalista individual, a obtenção de uma mais-valia extraordinária e, eventualmente (dependendo dos ramos afetados), o aumento da mais-valia para todos os capitalistas (mais-valia relativa).

A produção da mais-valia relativa traz à luz o problema da relação entre a ação do capitalista individual e as tendências gerais do capital.²⁴ Aí fica claro “como as leis imanentes da produção capitalista aparecem no movimento externo dos capitais, como se impõem como leis coercitivas da concorrência e assim surgem na consciência do capitalista individual como motivos impulsionadores [...]” (*ibid.*, p. 252). Se, de um lado, “é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador” (*ibid.*, p. 254), de outro lado, isso não pode ser visto como um objetivo imediato do capitalista individual.

Nesse ponto, sobressai uma diferença importante entre a mais-valia absoluta e a relativa. Na primeira, o aumento da mais-valia constitui um objetivo perseguido intencionalmente pelo capitalista individual; na segunda, constitui um *resultado* não-intencional da ação dos capitalistas. Cada um deles busca estritamente reduzir custos para aumentar seus lucros. Agora, quando o aumento da produtividade ocorre nos setores produtores de bens-salário, o valor da força de trabalho se reduz, aumentando a mais-valia. Vale reiterar: esse é um resultado que, embora beneficiando a classe capitalista como um todo, não é buscado conscientemente pelos capitalistas individualmente considerados.

Embora um aumento da produtividade implique uma redução do valor da força de trabalho, o *preço* da força de trabalho não corresponde necessariamente ao novo valor. O grau da queda do preço da força de trabalho “depende do peso relativo que a pressão do capital, de um lado, e a resistência do trabalhador, de outro, jogam no prato da balança” (1984a, p. 115). Assim, o aumento da produtividade demarca apenas o novo *limite mínimo* do preço da força de trabalho (*ibid.*).

O anterior tem uma implicação importante para a evolução das magnitudes absolutas do salário e da mais-valia. O grau em que o aumento da produtividade incidirá sobre elas não está definido de antemão. Se, por exemplo, o preço da força de trabalho situa-se acima do novo valor (mais baixo), é evidente que ocorrerá um aumento do salário real, isto é, os trabalhadores poderão adquirir uma quantidade maior de meios de subsistência. A *condição*

²⁴ Ver Marx (1983, p. 251).

*para o aumento da taxa de mais-valia é, simplesmente, que o crescimento do salário real seja inferior ao crescimento da produtividade nos setores produtores de meios de subsistência (e nos setores de meios de produção a eles articulados).*²⁵

Por outro lado, apesar dessa melhoria em seu salário real, a situação *relativa* do trabalhador poderá estar pior no novo contexto: “Relativamente, porém, isto é, comparado com a mais-valia, decresceria continuamente o valor da força de trabalho e ampliar-se-ia assim o abismo entre as condições de vida do trabalhador e as do capitalista” (*ibid.*, p. 116). No mesmo sentido, Marx afirma em outro lugar: “[...] com a crescente produtividade do trabalho, segue [...] o barateamento do trabalhador, portanto crescente taxa de mais-valia, mesmo se o salário real aumenta. *Ele nunca sobe proporcionalmente com a produtividade do trabalho*” (*ibid.*, p. 181; grifo nosso).²⁶ Note-se que Marx não afirma aí ser impossível um crescimento dos salários ao mesmo ritmo que a produtividade (deixando a taxa de mais-valia estável). De qualquer forma, deixa claro qual é a tendência geral.²⁷

C) Aumento da intensidade do trabalho

Marx define a natureza da intensificação nos seguintes termos: “Intensidade crescente do trabalho supõe dispêndio ampliado de trabalho no mesmo espaço de tempo” (1984a, p. 116).²⁸ Em consequência, aumenta o valor global produzido no período de tempo considerado. A forma mais simples de compreender esse mecanismo é confrontá-lo com um aumento da produtividade do trabalho:

A jornada de trabalho mais intensiva corporifica-se, portanto, em mais produtos do que a menos intensiva, com igual número de horas. Com força produtiva aumentada, em verdade a mesma jornada de trabalho fornece, também, mais produtos. No último caso, porém, cai o valor do produto unitário, porque custa menos trabalho que antes; no primeiro caso, ele permanece inalterado porque o produto, depois como antes, custa a mesma quantidade de trabalho. O número de produtos, aqui,

²⁵ Ver Mandel (1982, p. 103). Portanto, podem ocorrer simultaneamente aumento da taxa de mais-valia e aumento dos salários reais (cf. Shaikh, 2006, p. 345; Gouverneur, 2005, p. 160). Foi exatamente o que aconteceu no pós-Segunda Guerra Mundial (conforme veremos na seção 3.1). Existem, porém, autores que confundem uma taxa crescente de mais-valia com uma queda dos salários reais (cf. a crítica de Mandel [1982, p. 214]).

²⁶ Assim também se expressa Shaikh (2006, p. 408) ao observar que “as firmas que são forçadas a entregar todos os ganhos da produtividade pela mudança técnica aos trabalhadores na forma de salários reais aumentados não sobrevivem como empresas capitalistas”.

²⁷ Salários e produtividade podem crescer aproximadamente à mesma taxa apenas numa situação de esgotamento do exército industrial de reserva. É o que Mandel sustenta ao tratar do *boom* do pós-guerra (conforme veremos na seção 3.1) (cf. Mandel, 1985, p. 61).

²⁸ “Essa compressão de maior massa de trabalho em dado período de tempo conta, agora, pelo que ela é: como maior quantum de trabalho. [...] A hora, mais intensa, da jornada de trabalho de 10 horas contém, agora, tanto ou mais trabalho, isto é, força de trabalho despendida, do que a hora, mais porosa, da jornada de trabalho de 12 horas” (MARX, 1984a, p. 33).

aumenta sem cair seu preço. Com seu número cresce a soma de seus preços, enquanto lá a mesma soma de valor representa-se numa massa de produtos apenas aumentada (*ibid.*, p. 116-7).

Como método de elevação da taxa de mais-valia, a intensificação do trabalho opera de forma semelhante ao aumento da produtividade, isto é, permite o encurtamento do tempo de trabalho necessário e, em consequência, a ampliação do tempo de trabalho excedente. A semelhança entre os dois métodos no tocante à forma como promovem o aumento do grau de exploração é apontada claramente por Marx:

A força produtiva do trabalho aumentada e sua crescente intensidade atuam uniformemente em um mesmo sentido. Ambas ampliam a massa de produtos elaborada em cada período de tempo. *Ambas reduzem, pois, a parte da jornada de trabalho de que o trabalhador precisa para a produção de seus meios de subsistência ou seu equivalente* (*ibid.*, p. 120; grifo nosso).²⁹

Vejamus como isso ocorre. Suponhamos que a jornada de trabalho seja uma grandeza fixa e que a produtividade do trabalho permaneça inalterada. Com um aumento da intensidade, o valor novo total produzido aumenta, enquanto o valor unitário das mercadorias permanece o mesmo (similarmente ao que ocorre no caso de extensão absoluta da jornada). Nessas condições, como o período de tempo de que o trabalhador necessita para produzir um equivalente ao valor de sua força de trabalho poderia ser reduzido?

A jornada de trabalho mais intensa permite precisamente que, no mesmo tempo, se produza mais valor³⁰ ou, o que dá no mesmo, que determinada magnitude de valor se produza num tempo menor. Seja a jornada fixada em 8 horas e o valor novo nela produzido de \$ 60. Se o valor da força de trabalho é de \$ 30, o trabalho necessário é de 4 horas, assim como o trabalho excedente. A taxa de mais-valia é, portanto, de 100%. Se, por imposição legal, é impossível estender a jornada em termos absolutos, um aumento da intensidade do trabalho permitiria que, nas mesmas oito horas, se produzisse um valor novo, digamos, 25% maior, ou seja, de \$ 75. Para reproduzir o equivalente de sua força de trabalho (\$ 30), o trabalhador necessitaria agora, em vez de 4 horas, de apenas 3,20 horas (3 horas e 12 minutos). O trabalho excedente passaria a 4,80 horas (4 horas e 48 minutos), correspondendo a \$ 45. A taxa de mais-valia ascenderia agora a 150%. O quadro abaixo resume isso.

²⁹ Essa é também a interpretação de Mandel (1982, p. 103), ao afirmar que a taxa de mais-valia se elevará “se um aumento na intensidade do trabalho conduzir ao mesmo resultado [que um aumento da produtividade], isto é, o trabalhador produzir o equivalente em valor a seu salário em menos horas de trabalho do que antes, de maneira que haja um acréscimo na duração do sobretrabalho”. No mesmo sentido, Rosdolsky (1985, p. 260).

³⁰ É útil aqui a observação de Carcanholo (s/d, p. 1) de que a magnitude do valor depende da *quantidade* de trabalho, e não meramente do *tempo* de trabalho.

JT	Valor novo	Valor da FT	TN	m	TE	m'
8h	60	30	4h	30	4h	1,0
8h	75	30	3,20h	45	4,80h	1,5

JT = jornada de trabalho; FT = força de trabalho; TN = trabalho necessário; TE = trabalho excedente.

A única diferença entre a intensificação e o aumento da produtividade, no tocante à questão aqui tratada,³¹ é que, no caso da primeira, a redução do valor da força de trabalho pode ocorrer em *qualquer* ramo, e não apenas naqueles que produzem os meios de consumo habituais do trabalhador.³²

Podemos agora resumir as semelhanças e diferenças da intensificação do trabalho em relação aos outros dois mecanismos de elevação da taxa de mais-valia. 1) A intensificação se assemelha ao aumento da produtividade ao permitir o aumento da taxa de mais-valia através do encurtamento do trabalho necessário e do correspondente alargamento do trabalho excedente. Diferencia-se, porém, do aumento da produtividade ao implicar um aumento do valor novo produzido, deixando o valor individual da mercadoria inalterado, enquanto um aumento da produtividade deixa o valor novo inalterado e reduz o valor individual da mercadoria. 2) A intensificação do trabalho e o prolongamento da jornada são inteiramente semelhantes quanto aos seus impactos sobre o valor novo (que aumenta) e sobre o valor individual da mercadoria (que permanece inalterado). Diferenciam-se, porém, no tocante ao caminho que leva ao aumento da taxa de mais-valia. Enquanto no caso da intensificação o aumento resulta da redução do trabalho necessário, no caso do prolongamento da jornada decorre do simples incremento do trabalho excedente para um dado tempo de trabalho necessário.³³

³¹ De fato, a intensificação chega ao mesmo resultado que um aumento da produtividade. Por exemplo, se, na mesma jornada de 8 horas, se produzissem mais meios de subsistência, de modo que o valor da força de trabalho caísse, por exemplo, para \$ 24, seriam necessárias apenas 3,20 horas para reproduzir esse valor. A mais-valia aumentaria para \$ 36 (ou o mais-trabalho para 4,80h), o que daria uma taxa de mais-valia, igualmente, de 150%.

³² “Sabe-se que, com exceções transitórias, uma variação na produtividade do trabalho acarreta uma variação na grandeza do valor da força de trabalho, e, portanto, na grandeza da mais-valia, somente se os produtos dos ramos industriais atingidos entram no consumo habitual do trabalhador. Essa restrição desaparece aqui. Se a grandeza do trabalho muda extensiva ou intensivamente, sua mudança de grandeza corresponde a uma mudança na grandeza de seu produto-valor, independente da natureza do artigo no qual esse valor se representa” (MARX, 1984a, p. 117).

³³ Provavelmente por essa dupla interface da intensificação é que os autores divergem quanto a qualificá-la como um método de produção de mais-valia absoluta ou relativa. É possível que os textos de Marx tenham dado margem a mais de uma interpretação. Assim, numa passagem do Livro III de *O capital*, lemos que a intensidade aumentada do trabalho dá no mesmo que a jornada prolongada (1984b, p. 41). No entanto, nas passagens dedicadas propriamente ao tema o autor parece favorecer a posição que a considera um método de produção de mais-valia relativa. Assim, ao tratar das implicações da maquinaria em termos de intensificação, escreve: “Ao mesmo tempo, ocorreu uma modificação no caráter da mais-valia *relativa*. Em geral, o método de produção da mais-valia relativa consiste em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do

Esses resultados estão resumidos no quadro abaixo.

	Valor produzido por hora/jornada	Valor individual da mercadoria	Valor da FT
Prolongamento da jornada de trabalho	Aumenta	Invariável	Invariável
Aumento da produtividade do trabalho	Invariável	Diminui	Diminui
Intensificação do trabalho	Aumenta	Invariável	Diminui

Persiste, porém, um problema teórico relevante. O raciocínio anterior pressupõe que o valor da força de trabalho, enquanto determinado pela variação do valor de uma quantidade constante de meios de subsistência, diminui. Ocorre que o maior desgaste da força de trabalho decorrente da intensificação tem como contrapartida a necessidade de uma quantidade *maior* de meios de subsistência e, portanto, leva a um aumento do valor da força de trabalho. Vejamos como Marx trata o problema.

Inicialmente observa: “É claro: se varia o produto-valor da jornada de trabalho [o valor novo produzido] [...] ambas as partes desse produto-valor, preço da força de trabalho e mais-valia, podem crescer simultaneamente, seja em grau igual ou desigual” (1984a, p. 117). Marx não se refere aí a valor, mas a *preço* da força de trabalho, chamando a atenção para o importante fato de que um aumento do salário real não é incompatível com um aumento da taxa de mais-valia. Em seguida, agrega:

Aumento do preço da força de trabalho não implica aqui, necessariamente, elevação de seu preço acima de seu valor. Ele pode, pelo contrário, ser acompanhado por uma queda abaixo de seu valor. *Isso ocorre sempre que o aumento do preço da força de trabalho não compensa seu desgaste acelerado* (*ibid.*; grifo nosso).

No texto citado, Marx não leva a discussão desse ponto adiante. Mas está claro que a referência que fizera inicialmente a uma redução do valor da força de trabalho deve ser entendida no contexto do objetivo que tinha fixado naquela fase da exposição – mostrar a forma pela qual a intensificação do trabalho eleva a taxa de mais-valia. Para esse objetivo,

trabalho, a produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. O mesmo tempo de trabalho continua a adicionar o mesmo valor ao produto global, embora esse valor inalterado se apresente agora em mais valores de uso e, por isso, caia o valor da mercadoria individual. Outra coisa, porém, ocorre assim que a redução forçada da jornada de trabalho, com o prodigioso impulso que ela dá ao desenvolvimento da força produtiva e à economia das condições de produção, impõe *maior dispêndio de trabalho, no mesmo tempo, tensão mais elevada da força de trabalho, preenchimento mais denso dos poros da jornada de trabalho*, isto é, impõe ao trabalhador uma condensação do trabalho a um grau que só é atingível dentro da jornada de trabalho mais curta” (1984a, p. 33; grifos nossos). Mas a passagem mais contundente a favor dessa posição é, sem dúvida, a que citamos no texto, em que o autor afirma que “Ambas [intensificação e aumento da produtividade] reduzem, pois, a parte da jornada de trabalho de que o trabalhador precisa para a produção de seus meios de subsistência ou seu equivalente”. Nossa própria posição é a que inclui a intensificação como um dos casos de mais-valia relativa.

supôs uma quantidade *dada* de meios de subsistência.³⁴ De fato, esse é o pressuposto que adota em todo o seu tratamento da questão, qual seja, o de que variações no valor da força de trabalho se devem apenas a variações no *valor* dos meios de subsistência,³⁵ e não a variações em sua quantidade. Assim, a consideração do desgaste envolvido na intensificação do trabalho significa levantar aquele pressuposto, admitindo um aumento da quantidade de meios de subsistência necessários.³⁶

A importância da introdução desse elemento reside em que permite examinar com maior acuidade possíveis discrepâncias entre o valor e o preço da força de trabalho; mais especificamente, identificar situações em que o preço da força de trabalho situa-se abaixo do seu valor. O quadro a seguir mostra, a partir de uma situação inicial, as duas possibilidades de evolução do valor da força de trabalho.

	JT	Valor novo	Valor da FT	TN (1)	Preço da FT	TN (2)	m	TE	m'
	8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
1	8h	75	30	3,20h	30	3,20h	45	4,80h	1,5
2	8h	75	37,5	4h	33,75	3,60h	41,25	4,40h	1,22

JT = jornada de trabalho; FT = força de trabalho; TN = trabalho necessário; TE = trabalho excedente.

(1) Correspondente ao valor da força de trabalho.

(2) Correspondente ao preço da força de trabalho.

Na situação 1, reproduzida do quadro anterior, o valor da força de trabalho permanece inalterado (o que indica apenas que a quantidade de bens necessários permanece constante). Na situação 2, ele aumenta em proporção ao aumento do valor novo, isto é, 25%.³⁷ O preço da força de trabalho será necessariamente inferior ao novo valor da força de trabalho, sob pena de a taxa de mais-valia não subir. Pensamos que a situação 2 corresponde exatamente à descrita por Marx na passagem acima, em que “o aumento do preço da força de

³⁴ Que fique bem claro: Marx não afirma que a quantidade de bens não se altera. Mas, para o que pretende demonstrar, ou seja, que um aumento da intensidade reduz o valor da força de trabalho, é necessário considerar a cesta de bens como um *dado*.

³⁵ É verdade que, no caso da intensificação, o valor dos meios de subsistência permanece inalterado, já que não houve aumento de produtividade nos ramos que os produzem. Mas é *como se* tivesse havido. De fato, a intensificação equivale a um aumento de produtividade na produção de bens-salário e, portanto, a uma redução de seus valores. Nos termos do nosso exemplo, a diferença entre os dois métodos consiste em que, no primeiro caso, o trabalhador, com o produto de 3,20h de trabalho, compra a cesta de bens pelo valor de \$ 30, enquanto no segundo, com o produto das 3,20h, compra a mesma cesta pelo valor de \$ 24.

³⁶ O aumento do valor da força de trabalho é admitido também por Mandel (1982, p. 110), ao observar que um aumento ininterrupto da intensidade do trabalho, simultâneo ao progresso da tecnologia, tem de resultar na elevação da parte do valor da força de trabalho correspondente ao mínimo fisiológico – pois sem um aumento nos salários reais a própria capacidade de trabalho do operário estará ameaçada. E mais adiante: “[...] o aumento substancial da intensidade do trabalho torna necessário um nível de consumo mais elevado (entre outras coisas, de alimentos de melhor qualidade, maior consumo de carne etc.), a fim de que a força de trabalho possa reconstituir-se” (p. 276).

³⁷ Poderíamos pensar num aumento mais do que proporcional do valor da força de trabalho.

trabalho não compensa seu desgaste acelerado”. Essa é, certamente, a consequência geral de um aumento da intensidade.³⁸

O aumento do valor da força de trabalho retratado acima é semelhante ao que ocorre em caso de prolongamento da jornada.³⁹ Em ambos os casos, ocorre uma piora nas condições de vida do trabalhador, na medida em que este não consegue, com o novo salário, adquirir todos os meios de subsistência necessários para repor o maior desgaste de sua força de trabalho.

Considerada em perspectiva histórica, a intensificação do trabalho ganha importância a partir da instauração de uma jornada normal legalmente limitada. A partir de então, o capital procura impor um “maior dispêndio de trabalho no mesmo tempo [...]” (1984a, p. 33). A propósito do caso da Inglaterra, Marx nota que, com o progresso da mecanização e com a experiência acumulada de uma classe própria de operadores de máquinas, aumenta naturalmente a velocidade e, com ela, a intensidade do trabalho. Assim, durante muito tempo naquele país o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho na fábrica correm paralelos. No entanto, chega um momento em que os dois métodos se excluem mutuamente (*ibid.*).

Assim que ocorre a redução legal da jornada de trabalho, a máquina se torna, nas mãos do capital, um meio objetivo para arrancar mais trabalho no mesmo tempo – vale dizer, para levar a cabo a intensificação. Isso ocorre seja mediante o aumento da velocidade das máquinas,⁴⁰ seja mediante a ampliação da maquinaria a ser supervisionada pelo mesmo operário ou do seu campo de trabalho (*ibid.*, p. 35). No capitalismo contemporâneo, as duas formas de intensificação do trabalho chegaram ao seu ápice.

Desnecessário referir aqui as inúmeras implicações da intensificação do trabalho para o trabalhador, do ponto de vista de saúde, tempo de vida etc., inclusive aquelas associadas ao aumento da velocidade das máquinas.⁴¹

³⁸ Em sua análise dos efeitos da produção mecanizada sobre o trabalhador (cap. XIII do Livro I de *O capital*), Marx (1984a, p. 35) cita um exemplo em que, com a intensificação, não ocorre aumento simultâneo do salário. Isso corresponde à regra geral de que, no caso da intensificação, o salário fica por baixo do valor – incrementado – da força de trabalho.

³⁹ O ponto será retomado no capítulo 4, a propósito da questão da superexploração do trabalho.

⁴⁰ A intensificação do trabalho pode ocorrer com ou sem aumento da velocidade das máquinas (MARX, 1984a, p. 34).

⁴¹ Quanto ao efeito da maior velocidade das máquinas, ver Marx (1984a, p. 45, nota 190a).

D) Redução do salário real

Se o valor novo é suposto constante (dada a hipótese de que a duração da jornada e seu grau de intensidade permanecem inalterados) e, do mesmo modo, o valor dos meios de subsistência (dada a hipótese de produtividade do trabalho constante), uma redução do salário real implicará um aumento proporcional da taxa de mais-valia. O quadro a seguir mostra isso.

JT	Valor novo	Valor da FT	TN (1)	Preço da FT	TN (2)	m	TE	m'
8h	60	30	4h	30	4h	30	4h	1,0
8h	60	30	4h	24	3,20h	36	4,80h	1,5

JT = jornada de trabalho; FT = força de trabalho; TN = trabalho necessário; TE = trabalho excedente.

(1) Correspondente ao valor da força de trabalho.

(2) Correspondente ao preço da força de trabalho.

Na situação descrita, o trabalhador necessita de menos tempo para reproduzir o equivalente a seu salário,⁴² não porque a produtividade do trabalho tenha aumentado, mas devido à redução do salário real (o novo salário nominal só lhe permite dispor de uma quantidade menor de meios de subsistência). Em tal circunstância, em que o salário situa-se abaixo do valor da força de trabalho, a reprodução desta última ocorre de maneira atrofiada (1983, p. 250).⁴³

Marx expõe o mecanismo acima descrito.⁴⁴ Mas logo adverte: “Apesar do papel importante que esse método desempenha no movimento real do salário, ele é aqui excluído pelo pressuposto de que as mercadorias, inclusive, portanto, a força de trabalho, sejam compradas e vendidas por seu pleno valor” (*ibid.*). Assim, embora seja de grande relevância nos estudos empíricos, Marx não o inclui na “análise geral do capital”, remetendo-o à análise da concorrência (1984b, p. 179). Conforme lembra Marx, a participação individual dos capitalistas no mercado está em relação direta com a barateza da mercadoria. Em sua luta sem tréguas pelo aumento dessa participação, os capitalistas recorrem não apenas a métodos que indiretamente levam à redução do valor da força de trabalho – uso de maquinaria aperfeiçoada

⁴² Cf. Mandel (1982, p. 103).

⁴³ Há quem interprete esse caso como mais-valia absoluta (MANDEL, 1982, p. 118; MATEO, 2007, p. 7). Outros autores o interpretam como mais-valia relativa (MARINI, 1973, p. 92). Que não se trata de mais-valia absoluta, pode-se inferir do fato de que não envolve aumento absoluto da jornada de trabalho. Marini entende que, no caso em consideração, as duas partes da jornada são afetadas, no que parece estar correto. Com efeito, embora o trabalho necessário para reproduzir o valor *normal* da força de trabalho vigente naquela sociedade e naquele momento não se altere, o pagamento de um salário abaixo desse nível implica um tempo de trabalho necessário efetivamente menor.

⁴⁴ Ver Marx (1983, p. 250).

(substitutiva de força de trabalho)⁴⁵ e aplicação de novos métodos de produção: “[...] surge toda vez um ponto em que o barateamento da mercadoria é buscado mediante diminuição forçada dos salários abaixo do valor da força de trabalho” (1984a, p. 64).⁴⁶

A compressão do salário joga um papel importante na evolução da acumulação de capital. A “redução forçada do salário abaixo [do valor da força de trabalho] [...] transforma, de fato, dentro de certos limites, *o fundo necessário de consumo do trabalhador em um fundo de acumulação de capital*” (*ibid.*, p. 178; grifo nosso). A análise de situações concretas do movimento da acumulação não pode omitir esse fator.

Esses são os principais meios de elevação da taxa de mais-valia. Dois tópicos adicionais relacionados ao grau de exploração da força de trabalho são necessários aqui: a ocorrência simultânea dos métodos de produção de mais-valia e os limites ao aumento da taxa de mais-valia.

E) Sobre a ocorrência simultânea dos métodos de produção de mais-valia

Até que ponto é possível ao capital lançar mão, ao mesmo tempo, de dois ou mais métodos de extração de mais-valia, e assim conseguir um incremento ainda maior da taxa de exploração?

Tomemos o caso de um aumento da produtividade do trabalho. Embora tecnicamente tal aumento propicie a base para uma jornada mais curta, seu objetivo real é, antes, “encurtar a parte da jornada de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para prolongar a outra parte da jornada de trabalho durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista” (1983, p. 255). Isso significa que qualquer incremento da produtividade, no marco da produção capitalista, não se destina a melhorar as condições de reprodução da força de trabalho, na forma de jornada mais curta ou de trabalho menos intenso. Ao contrário, seu objetivo é *eleva*r o grau de exploração. Isso é válido para todas as revoluções tecnológicas, assim como para as reorganizações do processo de trabalho a elas associadas. Com a maquinaria, por exemplo, o trabalhador é mais – e não menos –

⁴⁵ A maquinaria, ao produzir população supérflua, tem um efeito profundamente negativo sobre os salários: “A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, isto é, não mais imediatamente necessária para a autovalorização do capital [...] inunda [...] todos os ramos mais acessíveis da indústria, abarrotando o mercado de trabalho e reduz, por isso, o preço da força de trabalho abaixo de seu valor” (MARX, 1984a, p. 48; grifo nosso). Como se vê, a fixação do salário abaixo do valor da força de trabalho está relacionada, em parte, ao aumento do desemprego oriundo da mecanização crescente.

⁴⁶ Sobre a relação entre baixos salários e concorrência, ver também Marx (1984a, p. 137).

explorado: “[...] a maquinaria desde o início amplia [...] o grau de exploração” (I/2, p. 23). “Ela é meio de produção de mais-valia” (1984a, p. 7).

A maquinaria ilustra bem como os métodos de produção de mais-valia podem reforçar-se mutuamente. De acordo com Marx (*ibid.*, p. 28), ela é “o meio mais poderoso de elevar a produtividade do trabalho”,⁴⁷ portanto de produzir mais-valia relativa. Por outro lado, “ela se torna, como agente do capital [...] o mais poderoso meio de prolongar a jornada de trabalho para além de qualquer limite natural” (*ibid.*). Isso se deve aos seguintes fatores: i) Na maquinaria, o movimento e a atividade operativa do meio de trabalho adquirem autonomia com respeito ao trabalhador. Como capital, o autômato está animado pela tendência a reduzir à mínima resistência a limitação natural do ser humano; ii) O período de vida ativa da maquinaria é determinado pela extensão da jornada de trabalho ou pela duração do processo de trabalho diário multiplicada pelo número de dias em que ele se repete. Uma máquina que funcione por um período diário maior durante um número reduzido de anos permite ao capitalista embolsar tanta mais-valia quanto uma outra que funcione numa jornada mais curta durante um maior número de anos; iii) Quanto mais curto o período em que se reproduz o valor da máquina, tanto menor será o risco de desgaste moral e, quanto mais prolongada for a jornada, tanto mais curto será esse período;⁴⁸ iv) Ao prolongar-se a jornada, amplia-se a escala de produção, enquanto se mantém inalterada a parte do capital despendida em maquinaria e edifícios. Não só, portanto, se acrescenta a mais-valia, como diminuem os investimentos necessários para a sua obtenção. Além disso, a valorização da parte do capital despendida em meios de trabalho depende do seu “contato com o trabalho vivo”, de modo que o volume crescente da maquinaria leva à necessidade de um “contato” o mais prolongado possível com ela (*ibid.*, p. 29-30).

Por outro lado, o próprio papel da maquinaria na produção de mais-valia *relativa* pode ter reflexos no prolongamento da jornada de trabalho. Dado que a máquina, em suas aplicações iniciais, permite ao capitalista obter uma mais-valia extraordinária, é seu interesse prolongar ao máximo a jornada durante o período de transição, em que o novo método ainda não se generalizou (*ibid.*, p. 31). Além disso, o capital é impelido a um prolongamento

⁴⁷ Cf. também Shaikh (2006, p. 343-4). A mecanização “surge do domínio capitalista do processo de trabalho [...]. Em tal medida, nem a crescente resistência dos trabalhadores, nem o aumento dos salários reais são as causas intrínsecas da mecanização, ainda que possam acelerar essa tendência” (*ibid.*, p. 344). (Ver também p. 368.)

⁴⁸ O desgaste moral se refere à perda de valor de troca da máquina na medida em que se podem reproduzir máquinas do mesmo modelo a menor preço ou em que aparecem máquinas melhores que concorrem com ela (MARX, 1984a, p. 29).

violento da jornada para tentar compensar, mediante o aumento do mais-trabalho, a diminuição do número de trabalhadores que explora (*ibid.*).⁴⁹

Se o emprego capitalista da maquinaria gera, por um lado, poderosos estímulos ao prolongamento desmesurado da jornada de trabalho, ele produz, por outro, uma *população trabalhadora supérflua* (o exército industrial de reserva) (*ibid.*, p. 32).⁵⁰

Daí o notável fenômeno na história da indústria moderna de que *a máquina joga por terra todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho*. Daí o paradoxo econômico de que o meio mais poderoso para encurtar a jornada de trabalho se torna o meio infalível de *transformar todo o tempo de vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho disponível para a valorização do capital* (*ibid.*; grifos nossos).

Um dos casos mais comuns de articulação de métodos é o do aumento simultâneo de produtividade e intensidade do trabalho. Em geral, “o aumento da força produtiva do trabalho é acompanhado de um aumento da intensidade do mesmo” (*ibid.*, p. 144).⁵¹

Mas o emprego simultâneo de vários métodos de extração de mais-valia não pode ser generalizado. Para começar, há a dificuldade, já notada por Marx, de conciliar o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho.⁵² A propósito da possibilidade de combinação de aumento da produtividade e redução do salário, Mandel (1982, p. 103-4) faz a seguinte ponderação:

Com um aumento na produtividade do trabalho, os salários reais só cairão em termos absolutos se a tendência no longo prazo for no sentido de expansão do exército industrial de reserva [...]. Se, no longo prazo, o exército industrial de reserva permanecer constante ou diminuir, um aumento na produtividade do trabalho terá então um efeito duplo e contraditório no nível dos salários. Por um lado, o valor da mercadoria força de trabalho será reduzido porque as mercadorias tradicionalmente necessárias à reprodução da força de trabalho perdem parte do seu valor. Por outro lado, o valor da mercadoria força de trabalho será elevado através da incorporação de novas mercadorias ao mínimo indispensável para a vida (por exemplo, os chamados bens de consumo duráveis [...]).

⁴⁹ Esse ponto será retomado ao tratarmos dos limites da taxa de mais-valia.

⁵⁰ O emprego capitalista da maquinaria produz essa população supérflua mediante o recrutamento para o capital de camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram inacessíveis e a liberação de trabalhadores deslocados pela máquina (MARX, 1984a, p. 32).

⁵¹ “[...] como resultado de uma inovação tecnológica, o aumento da produtividade do trabalho pode vir e muitas vezes vem (talvez na grande maioria das vezes) acompanhado por um aumento da *intensidade do trabalho*” (CARCANHOLO, 2000, p. 7). De qualquer maneira, é preciso manter a distinção conceitual entre os dois métodos de incremento da taxa de mais-valia. “Trabalho mais intenso distingue-se de trabalho mais produtivo na medida em que os resultados mais elevados do trabalho são obtidos mediante o acréscimo de energias adicionais do trabalhador e não resultados de ganhos mediante avanços técnicos, como acontece quando se emprega o conceito de produtividade” (DAL ROSSO, 2008, p. 197).

⁵² “[...] a intensificação do trabalho, conjugada com a manutenção de jornadas de trabalho prolongadas, tem limite objetivo na resistência física e mental dos trabalhadores e, se violado, pode comprometer a sua reprodução” (CARCANHOLO, 2000, p. 7). “[...] no longo prazo um aumento adicional na intensidade do trabalho ocasionado pela automação torna inevitável um decréscimo no dia normal de trabalho” (MANDEL, 1982, p. 148n).

Restrição semelhante se observa em relação à combinação de aumento da intensidade e redução do salário: “[...] uma queda no salário real torna o trabalhador mais passivo e indiferente, assim como, em termos objetivos, o enfraquece psicológica e fisicamente, pelo menos em parte, e assim cria um limite material que não pode ser rompido pela intensidade do trabalho” (MANDEL, 1982, p. 104). Por outro lado, “o desemprego crescente exerce aqui o efeito oposto, pois o medo de perder o emprego reduz as flutuações e estimula maior ‘disciplina de trabalho’, isto é, maior atenção e esforço [...]” (*ibid.*).

F) Limites da taxa de mais-valia

Dado que a taxa de mais valia $m' = m/v$, fica determinada também a massa de mais-valia:

$$m = m'v$$

onde m designa a massa de mais-valia fornecida pelo trabalhador individual e v , o capital variável adiantado para comprar uma força de trabalho individual. Por outro lado, o capital variável corresponde também ao “valor total de todas as forças de trabalho que o capitalista emprega simultaneamente. Seu valor é, portanto, igual ao valor médio de uma força de trabalho multiplicado pelo número das forças de trabalho empregadas” (MARX, 1983, p. 239). Designando por L_p o número de trabalhadores produtivos empregados pelo capital,⁵³ o capital variável total é dado por:

$$V = vL_p$$

Por sua vez, a massa total de mais-valia fornecida pelas forças de trabalho simultaneamente empregadas pode ser expressa por:

$$M = mL_p$$

Substituindo o valor de m dado anteriormente, vem:

⁵³ Adiante apresentamos a razão por que apenas os trabalhadores produtivos são considerados para efeito da produção de mais-valia. Ver a seção 2.2.

$$M = m'vL_p$$

Assim, dado o valor da força de trabalho, a massa total de mais-valia depende (i) da taxa de mais-valia; e (ii) do número de trabalhadores simultaneamente ocupados.⁵⁴ Em princípio, portanto, é possível *compensar a redução do número de trabalhadores mediante o aumento proporcional do grau de exploração*, de modo a manter inalterada a massa de mais-valia produzida (*ibid.*, p. 239-40). Até que ponto?

Marx deixa claro que a taxa de mais-valia não pode crescer sem limites. Podemos desdobrar a discussão deste ponto em duas partes: i) os limites à expansão da jornada de trabalho como um todo; ii) os limites à redução de sua parcela correspondente ao trabalho necessário. Com referência ao crescimento da taxa de mais-valia mediante o prolongamento da jornada, Marx (*ibid.*, p. 240-1) adverte:

Qualquer que seja o valor da força de trabalho [...] o valor total que um trabalhador pode produzir dia por dia é sempre menor do que o valor em que 24 horas de trabalho se objetivam [...] O limite absoluto da jornada média de trabalho, que por natureza sempre é menor que 24 horas, forma um limite absoluto à compensação de capital variável diminuído por aumento da taxa de mais-valia ou de um número reduzido de trabalhadores explorados por um acréscimo do grau de exploração da força de trabalho.

Além dos limites físicos, existem os relacionados à resistência dos trabalhadores.⁵⁵ O mesmo raciocínio vale para a intensificação do trabalho. É importante notar, a propósito, que todos os mecanismos de elevação da taxa de mais-valia que implicam fixação do salário abaixo do valor da força de trabalho (é o caso, como vimos, do aumento da jornada e da intensidade do trabalho, além da própria redução do salário real) têm por consequência uma reprodução atrofiada da força de trabalho. Trazem, portanto, uma limitação de origem, no sentido de que, se perpetuados indefinidamente, podem pôr em xeque a própria existência do capital.⁵⁶

Consideremos agora os limites ao crescimento da taxa de mais-valia mediante a redução do valor da força de trabalho. Marx (1984a, p. 122) chama a atenção para o limite extremo da redução do trabalho necessário: “Para que o mais-trabalho absorvesse toda a jornada de trabalho [...] o trabalho necessário teria de cair a zero. Desaparecendo, porém, o

⁵⁴ Ver Marx (1984a, p. 31).

⁵⁵ “No entanto, como via de enriquecimento [o prolongamento da jornada de trabalho] não pode ter um caráter absoluto devido aos limites objetivos com que se depara. Se bem que exista uma margem de flutuação na qual se desenvolve a luta entre o capital e o trabalho, seu limite máximo é imposto pelas condições de existência do trabalhador e pela própria duração do dia. Constituem, obviamente, limites físicos insuperáveis, ao que se acrescentam os obstáculos ‘morais’ ou ‘subjetivos’ relacionados com a oposição da classe trabalhadora (luta de classes)” (MATEO, 2007, p. 7).

⁵⁶ Cf. Mateo (2007, p. 8).

trabalho necessário, desaparecerá também o mais-trabalho, visto que este último é apenas uma função do primeiro”. Independentemente desse limite, alguns fatores devem ser considerados. Em primeiro lugar, a produção mecanizada só consegue expandir o mais-trabalho diminuindo o número de trabalhadores ocupados por dado capital. Ou seja, ela transforma uma parte do capital, que antes se convertia em força de trabalho viva, em maquinaria, que não produz mais-valia (*ibid.*, p. 31). “Há, portanto, na aplicação da maquinaria à produção de mais-valia, uma contradição imanente, já que dos dois fatores da mais-valia que um capital de dada grandeza fornece ela só aumenta um, a taxa de mais-valia, porque reduz o outro fator, o número de trabalhadores” (*ibid.*).⁵⁷

Outro aspecto relevante é que a redução do trabalho necessário se torna cada vez mais difícil, conforme Marx ressalta neste trecho dos *Grundrisse* (*apud* ROSDOLSKY, 1985, p. 269):

[...] quanto mais desenvolvido já esteja o capital, quanto mais mais-trabalho tenha criado, tanto mais formidavelmente terá que desenvolver a força produtiva para valorizar-se a si mesmo em ínfima proporção, vale dizer, para agregar mais-valia, porque sua barreira é sempre a proporção entre a fração do dia – que expressa o trabalho necessário – e a jornada inteira de trabalho. Somente pode mover-se dentro desse limite.⁵⁸

Além disso, o barateamento dos meios de subsistência pode-se dar *pari passu* com o aumento da sua *quantidade*, de modo a impedir que a queda do valor da força de trabalho seja proporcional ao aumento da produtividade. O curso real dependerá da capacidade de resistência dos trabalhadores.⁵⁹

A discussão dos limites ao incremento da taxa de mais-valia e à estratégia de compensação da redução do número de trabalhadores é da maior relevância na discussão dos fatores contra-arrestantes da queda da taxa de lucro (ver a subseção 2.1.4), e assume especial importância na fase atual do capitalismo, conforme veremos.

⁵⁷ “O crescimento decrescente da taxa de mais-valia surge da diminuição relativa da massa de força de trabalho empregada, e com ela o descenso paralelo da capacidade de extrair mais-trabalho” (MATEO, 2007, p. 40).

⁵⁸ Rosdolsky (1985, p. 268) reproduz um exemplo do próprio Marx nesse sentido.

⁵⁹ Por isso deve ser questionada a posição de Katz segundo a qual o valor da força de trabalho não cairá por esse fator. Afirma Katz (2002a, p. 4): [...] se é certo que o aumento da produtividade barateia os insumos básicos da cesta salarial, essa desvalorização coexiste com o incremento do número e da qualidade dos bens utilizados. Os padrões de consumo dos assalariados se modificaram qualitativamente em cada etapa do capitalismo, incorporando novas mercadorias aos elementos componentes do valor da força de trabalho. Ainda que os alimentos, o transporte ou o entretenimento se tornem mais baratos, *o gasto total destinado a essas atividades não cai* e, portanto, o custo decrescente que têm os salários à medida que a acumulação reduz o valor dos bens de consumo enfrenta sérios limites (grifo nosso). Essa posição implica que a produção de mais-valia relativa é crescentemente dificultada. Mateo (2007, p. 76) chama a atenção para o fato de que o aumento do volume e a queda do valor unitário dos bens-salário não são independentes.

2.1.3 Taxa de acumulação e taxa de mais-valia

Marx concebe a acumulação de capital (ou sua reprodução em escala ampliada) como “aplicação de mais-valia como capital ou retransformação de mais-valia em capital” (1984a, p. 163); ou seja, aplicação da mais-valia na compra de meios de produção adicionais e de força de trabalho adicional.

A questão específica a tratar aqui é: o aumento da taxa de acumulação⁶⁰ leva à queda da taxa de mais-valia? E, inversamente, a queda da taxa de acumulação leva ao aumento da taxa de mais-valia? A consideração da acumulação de capital introduz novas determinações sobre a taxa de mais-valia que não puderam ser tratadas até este momento (ou que foram apenas esboçadas).

O argumento de Marx é conduzido em etapas.⁶¹ Primeiro, analisa o efeito da acumulação sobre a taxa de mais-valia sob a hipótese de composição constante do capital. Em seguida, sob a hipótese de mudança nessa composição.⁶²

1) Supondo composição constante do capital, um aumento da taxa de acumulação se traduz em demanda crescente de força de trabalho. Assim, ao tratar das condições para que a mais-valia se transforme em capital, Marx (*ibid.*, p. 164) afirma: “Caso a exploração dos trabalhadores já ocupados não deva crescer extensiva ou intensivamente, precisam ser empregadas forças de trabalho adicionais”. Quer dizer, um aumento da taxa de acumulação deve levar a um aumento do emprego, a menos que os capitalistas recorram ao aumento do grau de exploração dos trabalhadores já ocupados. Assim, com o crescimento do capital, “cresce evidentemente a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores proporcionalmente ao capital [...]” (*ibid.*, p. 187-8).

⁶⁰ A taxa de acumulação de capital k é dada pela relação entre o investimento (I) e o estoque de capital (K). Ou seja: $k = I/K$. Dividindo o numerador e o denominador pela massa de lucro (M), temos: $k = (I/M)/(K/M)$. Ora, I/M é a taxa de acumulação de lucros (ou taxa de investimento), b , e M/K é a taxa de lucro, l' . Logo, a taxa de acumulação de capital também pode ser expressa em função da taxa de acumulação de lucros e da taxa de lucro; ou seja: $k = b \times l'$. Ver Mateo (2007, p. 423-4) e Guerrero (2006, p. 66).

⁶¹ Ver Marx (1984a, cap. XXII, parte 1, e cap. XXIII).

⁶² A composição do capital é tratada por Marx sob a dupla ótica do valor de uso e do valor, dando origem a três conceitos distintos: 1) a composição *técnica*, ou a relação entre a massa dos meios de produção e o montante de força de trabalho; 2) a composição *de valor*, ou a relação entre o valor dos meios de produção e o valor da força de trabalho; e 3) a composição *orgânica*, ou “a composição de valor do capital, na medida em que é determinada por sua composição técnica e espelha suas modificações” (MARX, 1984a, p. 187). As mudanças aqui referidas são sempre da composição orgânica do capital (COC). Em nosso entender, a COC é um conceito que pretende expressar, *ao mesmo tempo*, as modificações técnicas e as modificações de valor (neste caso, tanto as modificações nos valores dos meios de produção quanto da força de trabalho). Mudanças na relação de valor não associadas a mudanças na relação técnica estão, portanto, fora de sua definição. Para um apanhado do debate em torno dos diferentes conceitos da composição do capital, ver Mateo (2007, p. 363-378).

Na medida em que as necessidades da acumulação podem superar o crescimento da força de trabalho e o crescimento da demanda de trabalhadores pode superar o crescimento da sua oferta, o aumento da acumulação pode levar ao aumento do salário (*ibid.*, p. 188).⁶³ Este, por sua vez, pode ser seguido de queda da taxa de mais-valia (o que nem sempre é o caso). Mas é preciso ter claro que o campo para aumento do salário obedece a limites muito precisos, que não são outros senão os impostos pela valorização do capital.

Preço crescente do trabalho em decorrência da acumulação do capital significa, de fato, apenas que o tamanho e o peso da cadeia de ouro que o próprio trabalhador forjou para si permitem reduzir seu aperto. [...] seu aumento [do salário] significa, no melhor dos casos, apenas diminuição quantitativa do trabalho não pago que o trabalhador tem de prestar. Essa diminuição nunca pode ir até o ponto em que ela ameace o próprio sistema (*ibid.*, p. 191-2).⁶⁴

Uma elevação do preço do trabalho decorrente do incremento da acumulação pressupõe a seguinte alternativa: a) o preço do trabalho continua a se elevar porque seu aumento não perturba o progresso da acumulação; ou b) o preço do trabalho crescente reduz o ímpeto da acumulação; nesse caso, porém, a demanda de força de trabalho diminuirá e o salário voltará ao nível normal, isto é, aquele “correspondente às necessidades de valorização do capital” (*ibid.*, p. 192). No primeiro caso, prossegue Marx, não é a redução no crescimento da força de trabalho que torna excessivo o capital, mas, ao contrário, é o *incremento do capital* que torna insuficiente a força de trabalho explorável. No segundo caso, não é o aumento no crescimento da força de trabalho que torna insuficiente o capital, mas, ao contrário, é a *diminuição do capital* que torna excessiva a força de trabalho explorável, ou, antes, seu preço (*ibid.*). Em resumo, “a magnitude da acumulação é a variável independente; a magnitude do salário, a variável dependente, e não o contrário” (*ibid.*).

Até aqui, temos que o aumento da taxa de acumulação pode levar, dentro de certos limites, à queda da taxa de mais-valia. Similarmente, a queda da taxa de acumulação pode levar ao aumento da taxa de mais-valia. O movimento sempre parte da acumulação; a taxa de mais-valia evolui como reação àquele movimento. Marx não considera aí a possibilidade de reação dos trabalhadores à tentativa de redução dos salários.⁶⁵

2) Consideremos o que ocorre no caso em que o crescimento da acumulação se faz acompanhar de mudança na composição do capital. As mudanças na composição do capital – aumento de sua parte constante à custa da variável – implicam diminuição da

⁶³ Aqui ainda não se leva em conta a situação do exército industrial de reserva.

⁶⁴ “Por isso, o verdadeiro limite máximo do salário do trabalho é dado pelo montante dos lucros e, mais exatamente, pelos movimentos da taxa de lucro” (ROSDOLSKY, 1985, p. 321).

⁶⁵ Em todo caso, devemos notar que, um pouco antes dessas afirmações, ele havia feito a ressalva: “Abstraindo conflitos violentos sobre a taxa do salário [...]” (MARX, 1984a, p. 192).

demanda relativa de força de trabalho (*ibid.*, p. 198).⁶⁶ Com efeito, “a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável [...]” (*ibid.*, p. 199). Em geral, esse decréscimo é apenas relativo: em termos absolutos, o incremento da acumulação pode significar aumento da absorção de força de trabalho.

A redução da participação relativa do capital variável está ligada à *produção transitória de superpopulação*, “quer assuma esta agora a forma mais notável de repulsão de trabalhadores já ocupados, quer a forma menos aparente, mas não menos efetiva, de absorção dificultada da população trabalhadora adicional pelos canais costumeiros” (*ibid.*). Se a superpopulação relativa é produto da acumulação, ela se torna, por sua vez, alavanca da acumulação, ao constituir um exército industrial de reserva (EIR) compatível com as mutáveis necessidades de valorização, em conformidade com as oscilações do ciclo industrial (*ibid.*, p. 200-1).

Um dos efeitos do EIR sobre os trabalhadores é que o trabalho excessivo da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva; inversamente, a pressão redobrada que a reserva, com sua concorrência, exerce sobre a primeira obriga-a a trabalhar excessivamente e a submeter-se aos ditames do capital (*ibid.*, p. 203).

Nesse contexto, o efeito das variações do emprego sobre o salário depende da dimensão efetiva da reserva de trabalho.⁶⁷ O aumento do nível de emprego pode-se dar ao salário vigente (supondo-se que haja reserva de trabalho) ou com crescimento do salário (no caso contrário). Portanto, o salário não varia conforme a oferta total de trabalhadores, mas conforme a dimensão da reserva de trabalho:

[...] os movimentos *gerais* do salário são regulados exclusivamente pela *expansão e contração do exército industrial de reserva, as quais se regem, por sua vez, pela alternância de períodos que se opera no ciclo industrial*.⁶⁸ Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e

⁶⁶ “A acumulação de capital contém duas tendências contraditórias. Por um lado, a expansão de suas relações sociais capitalistas mediante o incremento da força de trabalho, fonte de lucro para o capital. Constitui o lado expansivo e por isso *atrai* trabalhadores. Por outro, a mudança técnica, que requer a ampliação do mais-trabalho e fundamenta a concentração e centralização do capital, modificando as condições materiais da produção. É o lado intensivo e se caracteriza pela *expulsão* de trabalhadores. Esses movimentos incidem assim de diferente forma sobre a demanda de trabalho. O aspecto decisivo vem do caráter *endógeno* à acumulação das forças da oferta e da demanda de trabalho” (MATEO, 2007, p. 5n; grifos no original).

⁶⁷ “A mudança técnica afeta igualmente o custo salarial enquanto se ergue como o mecanismo que permite endogeneizar e vincular as forças da oferta e da demanda de trabalho ao processo de acumulação de capital. Na medida em que tende a substituir trabalho vivo por trabalho pretérito, a expulsão de trabalhadores para o exército industrial de reserva constitui uma pressão para a moderação salarial do trabalhador ativo” (MATEO, 2007, p. 13).

⁶⁸ “Os salários reais tenderiam a aumentar em tempos de auge e pleno emprego e a baixar em tempos de depressão e desemprego em grande escala” (MANDEL, 1985, p. 65).

exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada (*ibid.*, p. 204).⁶⁹

Ainda com referência ao caráter cíclico da influência do EIR sobre o salário, Marx (*ibid.*, p. 205) explica: “O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo”.

Enfim, na medida em que o crescimento da acumulação produz uma superpopulação relativa, ocorre uma pressão adicional tanto sobre as condições de trabalho como sobre o salário da parcela ocupada da classe trabalhadora. Dependendo do tamanho dessa superpopulação, o crescimento da taxa de acumulação e da demanda de força de trabalho pode não ser acompanhado de aumento do salário.

O anterior deixa claro que a relação entre a taxa de acumulação e a taxa de mais-valia é uma relação complexa. Mandel chama a atenção para a necessidade de se evitar tratá-la mecanicamente. Para ele, a taxa de mais-valia é uma variável *parcialmente independente* da taxa de acumulação, e isso por dois motivos. Por um lado, em função da situação da luta de classes em cada contexto específico:

A taxa de mais-valia [...] é uma função da luta de classes e de seu desfecho provisório em cada período específico, entre outras coisas. Vê-la como uma função mecânica da taxa de acumulação, digamos, na forma simplificada – taxa mais alta de acumulação = menos desemprego = estabilização ou mesmo redução da taxa de mais-valia – significa confundir condições objetivas que *podem* conduzir a um resultado específico, ou atenuá-lo, com o próprio resultado. Se a taxa de mais-valia vai efetivamente aumentar ou não, dependerá, entre outros fatores, do grau de resistência revelado pela classe operária aos esforços do capital para ampliá-la (MANDEL, 1982, p. 26).⁷⁰

Por outro lado, em função da situação histórica original do EIR:

Dependendo do tamanho desse exército de reserva, é possível que uma taxa crescente de acumulação seja acompanhada por uma taxa de mais-valia crescente, estacionária ou decrescente. Quando existe um maciço exército de reserva, a taxa crescente de acumulação não exerce influência significativa na relação entre a

⁶⁹ A primeira parte da passagem é citada conforme a edição Siglo XXI (tomo I, vol. 3, 12. ed., 1986, p. 793). Os grifos são dessa edição.

⁷⁰ Mattick se insurge contra essa interpretação: “Mas essa história [da classe operária] também nos mostra que a acumulação, apesar de suas interrupções durante a crise, foi um processo contínuo que condicionou uma taxa de mais-valia adequada e afirmou o *dictum* de Marx: ‘a magnitude da acumulação é a variável independente, a magnitude do salário, a variável dependente, e não ao inverso’”. E mais adiante: “Na realidade, o salário pode ser maior ou menor do que o valor da força de trabalho, mas nunca – sem atentar de alguma maneira contra a existência da sociedade capitalista – pode reduzir a mais-valia a um nível inferior às condições de acumulação do capital. Esse limite superior factível do salário não só é determinado pela oferta e a demanda de força de trabalho, e, portanto, pela acumulação, mas, sobretudo, pelo caráter privado dos meios de produção” (MATTICK, 1980, p. 102-3). Essas observações, a despeito de pertinentes, não invalidam a influência da luta de classes na definição do nível da taxa de mais-valia. Basta notar que a crescimentos semelhantes da taxa de acumulação em estágios diferentes da mesma economia, ou em economias distintas no mesmo estágio, podem corresponder níveis diferentes de exploração.

demanda e a oferta da mercadoria força de trabalho (exceto, possivelmente, em algumas profissões altamente qualificadas).⁷¹ [...] Ao contrário, quando há uma tendência ao decréscimo do exército industrial de reserva, devido – entre outros fatores – à emigração em massa da força de trabalho “supérflua” para o estrangeiro, um rápido aumento na taxa de acumulação pode perfeitamente ser acompanhado por uma taxa de mais-valia estacionária ou decrescente (*ibid.*, p. 26-7).

Mais precisamente, a influência do EIR sobre o salário e sobre a taxa de mais-valia ocorre *através* do seu efeito sobre a capacidade de resistência da classe trabalhadora:

[...] a *luta* real de classes – incluindo a ação dos sindicatos, que [Marx] considerava indispensável precisamente por essa razão – era o instrumento através do qual os trabalhadores poderiam tirar vantagens de condições mais favoráveis no “mercado de trabalho” para aumentar seus salários, enquanto o efeito principal da depressão seria o de debilitar a resistência da classe trabalhadora através das reduções de salário (MANDEL, 1985, p. 65-6).⁷²

A situação da luta de classes incide não apenas sobre as flutuações dos salários no curso do ciclo industrial, mas também sobre a evolução do próprio *valor* da força de trabalho, definido num horizonte mais longo (MANDEL, 1985, p. 66). Assim, o valor da força de trabalho pode aumentar ou diminuir, dependendo de se o proletariado consegue incorporar novas necessidades aos padrões de vida aceitos como normais, ou se a burguesia consegue eliminar necessidades antes consideradas como normais (MANDEL, 1982, p. 110).⁷³ Nesse sentido, um enfraquecimento das instituições da classe operária, acompanhado da atomização do proletariado, torna possível:

1) utilizar a pressão do desemprego para ocasionar uma redução considerável nos salários reais; 2) impedir o retorno dos salários a seu nível anterior mesmo na fase de oscilação ascendente que sucede a uma crise, isto é, reduzir no longo prazo o valor da mercadoria força de trabalho; 3) forçar o preço da mercadoria força de trabalho até um nível abaixo desse valor já diminuído, por meio de manipulações, deduções e fraudes de todo tipo; 4) conseguir simultaneamente uma expansão considerável na intensidade social média do trabalho e mesmo tentar, em termos tendenciais, o prolongamento da jornada de trabalho. O resultado de todas essas modificações só pode ser um aumento rápido e maciço na taxa de mais-valia (MANDEL, 1982, p. 111).

A despeito dessas considerações extremamente pertinentes, devemos reiterar que o papel da luta de classes no tocante a aumentos do valor e do preço da força de trabalho e a reduções da taxa de mais-valia não é absoluto. Ele se exerce dentro dos limites fixados pela reprodução do sistema:

⁷¹ Isso se aplica, como veremos em capítulo posterior, especialmente aos países onde o MPC está menos desenvolvido.

⁷² Rosdolsky (1985, p. 336) vê o papel dos sindicatos como um dos “fatores que podem compensar parcialmente os efeitos desfavoráveis do exército industrial de reserva sobre a formação dos salários [...]”.

⁷³ Uma posição distinta é defendida por Osorio (2004, p. 94): “Em definitivo, *não é a luta de classes que determina o valor* [da força de trabalho], mas é este que define o eixo em torno do qual se desenvolverá a luta de classes” (grifos originais).

A elevação do preço do trabalho permanece, portanto, confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada (MARX, 1984a, p. 193).

2.1.4 Taxa de mais-valia e taxa de lucro

A taxa de lucro constitui a medida do grau de valorização do capital, além de condicionar, em larga medida, a trajetória da acumulação.⁷⁴ Marx a define como a relação entre a mais-valia total e o capital total (constante, C , e variável, V) adiantado. Ou seja,

$$l' = \frac{M}{C+V}$$

Alternativamente (dividindo tanto o numerador como o denominador por V), podemos expressá-la como

$$l' = \frac{M/V}{C/V + V/V} = \frac{m'}{q + 1}$$

onde q representa a composição orgânica do capital. Assim, variações na taxa média de lucro estão associadas a variações de mesmo sentido na taxa de mais-valia e de sentido contrário na composição orgânica do capital.⁷⁵

Marx expõe a lei da queda tendencial da taxa de lucro na seção III do Livro III de *O capital* (MARX, 1984b). Não vamos tratar em pormenores da referida lei. Como, porém, ela desempenha um papel central na análise que faremos da fase atual do capitalismo, necessitamos firmar nossa posição em relação a certos pontos controversos envolvendo a relação da taxa de lucro com a taxa de mais-valia. Dois deles merecem atenção especial.

Em primeiro lugar, a tendência decrescente da taxa de lucro não decorre de uma suposta tendência à estagnação ou queda da taxa de mais-valia. Marx (1984b, p. 182) deixa isso muito claro:

⁷⁴ Cf. Mateo (2007, p. 304). “A taxa de lucro é a variável mais relevante para a análise das tendências de longo prazo do capitalismo, tais como a acumulação e as crises – isto é, é a variável crucial para a análise do dinamismo da economia como um todo” (MARQUETTI; MALDONADO; LAUTERT, 2010, p. 11).

⁷⁵ Aqui fazemos abstração da influência da rotação do capital sobre a taxa de lucro.

O decréscimo tendencial da taxa de lucro está ligado a uma *elevação* tendencial da taxa de mais-valia, portanto do grau de exploração do trabalho. Nada mais absurdo do que explicar a queda da taxa de lucro a partir de uma elevação da taxa de salário, embora também isso possa excepcionalmente ser o caso (grifo nosso).

Ou seja, mesmo supondo taxa de mais-valia crescente, a tendência à queda da taxa de lucro se impõe.⁷⁶

Em segundo lugar, é necessário precisar o alcance do aumento do grau de exploração do trabalho como mecanismo contra-arrestante da queda da taxa de lucro. Marx mostra que, entre as forças capazes de contra-arrestar a tendência à queda da taxa de lucro,⁷⁷ o aumento do grau de exploração, através do aumento da jornada de trabalho em extensão ou em intensidade, figura como uma das mais importantes. A eficácia de tais mecanismos depende, porém, de se, em cada caso, sua utilização implica ou não uma elevação simultânea da composição orgânica do capital (1984b, p. 177-9). Exatamente por isso é que aqui não se levam em conta, em geral, os incrementos da taxa de mais-valia oriundos do aumento da produtividade do trabalho.⁷⁸ O ponto relevante é que a elevação do grau de exploração da força de trabalho, do mesmo modo que as demais contratendências à queda da taxa de lucro, não tem a capacidade de *suprimir* a vigência da lei.

2.1.5 A exploração da força de trabalho no desenvolvimento do MPC

Aqui, buscamos estabelecer uma relação entre a evolução da exploração e o desenvolvimento do MPC (que obedece a uma alternância de fases, tanto em termos de ciclos quanto de ondas), sem entrarmos, porém, no exame de fases específicas. Além desse corte

⁷⁶ Cf. a esse respeito Shaikh (2006, p. 345 e 349). Note-se que o incremento da taxa de mais-valia é *também* uma contratendência à queda da taxa de lucro, e, nessa medida, responsável por que a lei se manifeste na forma de uma tendência, apenas (MARX, 1984b, p. 177). O ponto a assinalar, porém, é que a tendência crescente da taxa de mais-valia faz parte da própria formulação da lei, como bem adverte Mateo (2007, p. 106). Quanto à relação entre alta dos salários e queda da taxa de lucro, Shaikh (1987, p. 116) observa: “Na medida em que os trabalhadores são bem-sucedidos em suas lutas por salários mais altos, eles podem *acelerar* a queda da taxa de lucro. Mas esse efeito é limitado porque os salários reais crescentes geralmente são limitados pelo crescimento da produtividade. Nenhuma firma pode sustentar custos unitários do trabalho crescentes (salários reais crescendo mais rápido que a produtividade) por qualquer duração de tempo sem risco de extinção. Assim, enquanto as lutas de classe em torno da extensão e intensidade da jornada de trabalho e em torno dos salários são vitais para determinar o nível exato dos salários reais e da taxa de lucro, elas operam dentro de limites regulados pelas tendências inerentes ao sistema”.

⁷⁷ Os fatores contra-arrestantes apontados por Marx são os seguintes: a elevação do grau de exploração do trabalho; a compressão do salário abaixo do valor da força de trabalho; o barateamento dos elementos do capital constante (cujo valor não cresce na mesma proporção que seu volume material, graças ao aumento da produtividade do trabalho); a superpopulação relativa (que assegura que em determinados ramos a taxa e a massa de mais-valia sejam extraordinariamente altas); o comércio exterior (que barateia os elementos do capital constante, assim como os meios de subsistência); e o aumento do capital por ações (MARX, 1984b, cap. 14).

⁷⁸ Conforme destacado por Mateo (2007, p. 52), “[o] incremento da taxa de mais-valia derivado de uma composição do capital acrescentada não é considerado como causa contra-arrestante”.

temporal, existe um outro, que leva em conta as trajetórias da exploração em diferentes formações sociais – um ponto que nos interessa particularmente, dada a sua utilidade para o confronto entre formações capitalistas imperialistas e dependentes.

Marx (1984a, p. 21 e 92) já havia advertido que o grau de exploração da força de trabalho é diferente: a) em diferentes países; b) no mesmo país em diferentes períodos; c) no mesmo período em diferentes ramos de atividade; e d) em diferentes segmentos do mesmo ramo (pequena empresa etc.).⁷⁹

Levando em conta que as diferenças não se restringem ao grau de exploração, abrangendo também suas modalidades predominantes, podemos organizar o conteúdo deste tópico em quatro partes, a saber: i) a evolução do grau de exploração – na mesma formação social, em diferentes fases do seu desenvolvimento; ii) a evolução das modalidades predominantes de exploração – na mesma formação social, em diferentes fases do seu desenvolvimento; iii) as diferenças no grau de exploração entre formações sociais, na mesma fase de desenvolvimento; iv) as diferenças nas modalidades predominantes de exploração entre formações sociais, na mesma fase de desenvolvimento.

Um exame aprofundado dessas questões é, evidentemente, impossível no âmbito deste trabalho, de modo que nos limitamos a apontar apenas os aspectos que interessam mais de perto à compreensão do seu objeto.

A) Evolução do grau de exploração – na mesma formação social, em diferentes fases do seu desenvolvimento

O exame dessa questão requer que façamos uma distinção entre o ciclo e as tendências de longo prazo da economia capitalista. Vimos que Marx considera a alternância de fases de crescimento e estagnação/queda dos salários e da taxa de mais-valia como uma das características do ciclo industrial. À luz de sua interpretação, podemos também estabelecer a crescente taxa de mais-valia como uma das tendências de *longo prazo* do MPC.⁸⁰ Isso já está implícito em suas referências à tendência de queda do *salário relativo* (o

⁷⁹ No tocante aos dois últimos aspectos, vale notar que, no Livro III de *O capital*, Marx identifica uma tendência à equalização da taxa de mais-valia entre os diferentes ramos da produção social e no interior de cada um deles: “E se a equalização dos salários e das jornadas de trabalho, e, por conseguinte, da taxa de mais-valia, entre as diversas esferas da produção e mesmo entre os diversos investimentos de capital na mesma esfera da produção for impedida por variados obstáculos locais, ainda assim ela se realiza mais e mais com o progresso da produção capitalista e com a subordinação de todas as condições econômicas a este modo de produção” (1984b, p. 111).

⁸⁰ Cf. Mandel (1982, p. 28; 1985, p. 70); Shaikh (2000, p. 41); Mateo (2006, p. 6; 2007, p. 72).

salário como proporção do valor novo produzido).⁸¹ A tendência crescente da taxa de mais-valia, no entanto, se impõe através da alternância de fases de crescimento com fases de estagnação ou queda dessa variável. Nesse sentido, consideramos que ocorre com a trajetória da taxa de mais-valia algo semelhante ao que ocorre com a da taxa média de lucro, cuja tendência decrescente não é incompatível com a existência de elevações.

A tendência ao incremento da taxa de mais-valia corresponde a uma piora *relativa* da classe trabalhadora. Ou seja, “os trabalhadores produtivos tendem a receber uma parte menor do novo valor que produzem” (MANDEL, 1985, p. 70). É certamente a isso que Marx (1984a, p. 210) se refere quando, no contexto da lei geral da acumulação capitalista, afirma que, “à medida que se acumula capital, *a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar*” (grifo nosso).⁸² Devemos enfatizar que a “piora” apontada por Marx é apenas relativa, isto é, refere-se à participação dos trabalhadores no valor novo produzido. Conforme deixamos claro ao longo da exposição, o sistema admite a possibilidade de aumentos reais de salários. O problema, portanto, é que, mesmo ocorrendo aumento do salário real, este representa uma parcela crescentemente reduzida do valor novo. Estamos diante de uma tendência à *pauperização relativa* – e não absoluta (equivalente a uma tendência de queda do salário real) – da classe trabalhadora.⁸³

A discussão a ser feita no próximo capítulo acerca da exploração na fase atual do capitalismo está centrada no exame das tendências de longo prazo.

B) Evolução das modalidades predominantes de exploração – na mesma formação social, em diferentes fases do seu desenvolvimento

É possível identificar um padrão único no que diz respeito às modalidades predominantes de exploração em determinada formação social capitalista ao longo do seu desenvolvimento? Marx aborda essa questão no nível da generalidade, não focando formações

⁸¹ Ver Rosdolsky (1985, p. 329-32).

⁸² Marx “soube captar que o aumento do salário real nunca seria suficientemente grande, no longo prazo, para recuperar para a classe trabalhadora os avanços que a produtividade do trabalho tornaria possíveis no ritmo de crescimento dos lucros. Por isso, essa dinâmica capitalista devia traduzir-se necessariamente numa diminuição tendencial da parte dos salários no produto (renda nacional)” (GUERRERO, 2000, p. 228).

⁸³ Ver a crítica de Rosdolsky (1985, p. 336-43) aos autores que atribuem a Marx a tese da pauperização absoluta. Para Rosdolsky, esta última se manifesta em duas situações: i) por ocasião das crises; ii) nas economias subdesenvolvidas (p. 343). Ainda sobre a posição de Marx, recorde-se a crítica que formula ao chamado “fundo de trabalho”: “Para colocar em movimento a parte da riqueza social que deve funcionar como [...] meios de produção, requer-se determinada massa de trabalho vivo. Esta é tecnologicamente dada. Mas não é dado nem o número de trabalhadores necessário para realizar essa massa de trabalho, pois isso varia com o grau de exploração da força de trabalho individual, *nem o preço dessa força de trabalho*, mas apenas seu limite mínimo, que, além do mais, é muito elástico” (1984a, p. 185-6; grifo nosso).

sociais específicas. Vejamos, resumidamente, qual o seu ponto de vista acerca da vigência da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa no desenvolvimento do MPC.

A mais-valia absoluta “constitui a base geral do sistema capitalista e o ponto de partida para a produção da mais-valia relativa” (1984a, p. 106). Por outro lado, a mais-valia relativa implica transformações de grande magnitude, que não se limitam ao âmbito do modo de produzir. “A produção da mais-valia absoluta gira apenas em torno da duração da jornada de trabalho; a produção da mais-valia relativa revoluciona de alto a baixo os processos técnicos do trabalho e os agrupamentos sociais” (*ibid.*). Quer dizer: a mais-valia relativa implica uma revolução da base técnica da produção.⁸⁴

Para a produção da mais-valia absoluta, basta a subsunção meramente *formal* do trabalho no capital. Já a produção da mais-valia relativa implica a subsunção *real* do trabalho no capital (1984a, p. 106). Pressupõe, portanto, um estágio mais avançado do desenvolvimento do MPC. É importante reter o significado dessa forma de extração de mais-trabalho:

Essa modalidade contém, portanto, um significado historicamente progressista que proporciona o caráter distintivo do modo de produção capitalista. Converte-se assim em um fator de desenvolvimento das forças produtivas, da produtividade, e portanto expande a demanda do mercado. Em definitivo, se erige como um mecanismo de desenvolvimento e extensão das relações de produção baseadas no capital (MATEO, 2007, p. 8).

A interpretação de Marx, portanto, é que, a despeito de as duas formas de extração de mais-trabalho aparecerem geralmente articuladas, o padrão histórico compreende uma fase inicial em que o mais-trabalho se expande essencialmente através do simples prolongamento da jornada de trabalho. A essa fase sucede outra, em que a forma principal de expandir o mais-trabalho é reduzindo o trabalho necessário, tal redução ocorrendo mediante o incremento da produtividade do trabalho (a mais-valia relativa em sua forma “clássica”).⁸⁵ A transição de uma fase para outra envolveu um longo processo de imposição de limites legais à jornada de trabalho.

A mais-valia absoluta não constitui, entretanto, uma modalidade exclusiva do período de formação do capitalismo ou de economias em que esse modo de produção

⁸⁴ “Marx observa que, enquanto a produção de mais-valor absoluto predominava nos primeiros séculos do modo capitalista de produção (na Inglaterra, em termos gerais, entre o século XVI e a primeira metade do XIX), a produção de mais-valor relativo se torna predominante uma vez que a lógica da revolução industrial (do desenvolvimento da maquinaria) e a lógica da luta de classes entre o trabalho e o capital se desenvolvem totalmente” (MANDEL, 1985, p. 32).

⁸⁵ Não se deve esquecer, de qualquer modo, que o aumento da produtividade é geralmente acompanhado de aumento da intensidade do trabalho. Tampouco se deve desconsiderar a importância que a compressão do salário abaixo do valor da força de trabalho assumirá em certas fases do desenvolvimento capitalista e em certos ramos da produção social.

experimenta um menor desenvolvimento relativo. Na medida em que o próprio desenvolvimento da produtividade do trabalho cria as condições para a queda da taxa de lucro, a mais-valia absoluta mostra toda a sua importância, seja evitando que essa taxa decline (como Marx destaca no capítulo XIV do Livro III de *O capital*, dedicado aos fatores contrarrestantes), seja permitindo sua recomposição quando a crise já se consumou.⁸⁶

C) *Diferenças no grau de exploração entre formações sociais, na mesma fase de desenvolvimento*

A questão das diferenças internacionais de taxas de mais-valia é introduzida por Marx num capítulo do Livro I de *O capital* dedicado à diversidade nacional dos salários. A comparação dos salários nacionais pressupõe os seguintes passos.⁸⁷ Em primeiro lugar, reduzir a jornadas de trabalho iguais o salário diário médio que prevalece nos mesmos ofícios em diferentes países. Em segundo lugar, traduzir o salário por tempo em salário por peça, já que só este último constitui um indicador tanto da produtividade como da intensidade do trabalho (1984a, p. 145).

Além disso, é preciso levar em conta que, em sua aplicação internacional, a lei do valor apresenta certas diferenças *vis-à-vis* sua vigência no âmbito de uma economia nacional. São duas as modificações principais. A primeira se refere à intensidade do trabalho:

Em cada país vale certa intensidade média do trabalho, abaixo da qual o trabalho para a produção de uma mercadoria consome mais tempo que o socialmente necessário, e por isso não conta como trabalho de qualidade normal. Apenas um grau de intensidade que se eleva acima da média nacional, num país dado, muda a medida do valor pela mera duração do tempo de trabalho. Não ocorre o mesmo no mercado mundial [...] A intensidade média do trabalho varia de país para país [...] Essas médias nacionais constituem assim uma escala cuja unidade de medida é a unidade média do trabalho universal. Comparado com o menos intensivo, o trabalho

⁸⁶ “No entanto, apesar de que [a mais-valia absoluta] caracterize os começos do capitalismo, não significa de modo algum que com o desenvolvimento das forças produtivas o capital exclua essa via de valorização. Em primeiro lugar, porque essa separação é puramente conceitual, e, ademais, porque nos períodos de crise, substanciais ao capitalismo, maduro ou não, a mais-valia absoluta é uma via da maior importância para restabelecer as condições da valorização do capital” (MATEO, 2007, p. 8n). “Em geral, o prolongamento da jornada de trabalho tende a constituir um mecanismo de incremento da mais-valia em empresas com níveis tecnológicos atrasados e menores níveis de capitalização, recurso preferencialmente empregado por médias e pequenas indústrias. No entanto, em situações de crise e/ou de uma ofensiva do capital que termina rompendo os diques de defesa da classe trabalhadora na matéria (como ocorre desde as últimas décadas do século XX e começos do século XXI), o prolongamento da jornada pode trasladar-se [das médias e pequenas indústrias] ao conjunto da produção, e sua diminuição dependerá de uma mudança nas correlações de força na sociedade” (OSORIO, 2004, p. 49).

⁸⁷ Ver Marx (1984a, p. 145).

nacional mais intensivo produz, pois, em tempo igual, mais valor, que se expressa em mais-dinheiro (*ibid.*, p. 145-6).⁸⁸

Como se vê, não existe na economia mundial um processo de compensação das diferenças nacionais, do qual resulte uma intensidade média.⁸⁹ Cada jornada nacional de trabalho vale pelo que ela é.

A outra modificação se relaciona com a produtividade do trabalho: “[...] no mercado mundial, o trabalho nacional mais produtivo conta também como trabalho mais intensivo, sempre que a nação mais produtiva não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor” (*ibid.*, p. 146). (No âmbito da economia nacional, a concorrência normalmente forçaria esse resultado.)

À medida que o MPC se desenvolve em determinado país, a intensidade e a produtividade nacionais do trabalho se elevam aí acima do nível internacional. Em consequência, mercadorias do mesmo tipo, produzidas em diferentes países no mesmo tempo de trabalho, têm valores internacionais *desiguais*, que se expressam em preços diferentes. O valor relativo do dinheiro, portanto, será menor no país mais desenvolvido do que no menos desenvolvido, resultando em que o *salário nominal* será mais alto no primeiro país do que no segundo (*ibid.*, p. 146). Marx também considera que o *salário diário, semanal* etc. será mais alto no país mais desenvolvido.⁹⁰ Por outro lado, o preço relativo do trabalho (o preço do trabalho em relação à mais-valia e ao valor do produto) será mais alto no país menos desenvolvido (*ibid.*). Esta última afirmação equivale à hipótese de uma taxa de mais-valia *menor* no país menos desenvolvido.

O quadro a seguir ilustra essas tendências. Consideram-se dois países que produzem uma mercadoria homogênea. No país A, onde a produtividade do trabalho é mais elevada, o salário é maior (compare-se o salário de uma jornada de 10h), assim como a taxa de mais-valia (118% contra 100%).

⁸⁸ “A jornada de trabalho mais intensiva de uma nação representa-se numa expressão monetária mais elevada que a da jornada menos intensiva das outras” (MARX, 1984a, p. 117).

⁸⁹ “Dentro de um mesmo país, as diferenças de intensidade e produtividade do trabalho se equilibram para constituir um grau médio. Mas não ocorre o mesmo no mercado mundial” (ROSDOLSKY, 1985, p. 345).

⁹⁰ Também numa passagem das *Teorias da mais-valia* reproduzida por Mandel (1985, p. 65n), Marx afirma: “Quanto mais produtivo é um país com respeito a outro, no mercado mundial, mais altos são nele os salários, comparados com os de outros países”.

	JT	Salário diário	Salário/hora	Preço da JT de 10h	Valor novo (em 10h)	Quant. produzi da (em 10h)	Valor indivi dual	Valor social	Valores interna cionais	m	m'
País A	10h	30	3,00	30	60	20	3,00	3,27	65,5	35,5	1,18
País B	12h	32,7	2,725	27,25	60	16,67	3,60	3,27	54,5	27,25	1,00
Total				57,25	120	36,67			120,0	62,75	

JT = jornada de trabalho. O valor social corresponde à média ponderada dos valores individuais.

A discussão desse ponto ganha relevância a propósito da comparação internacional de taxas de mais-valia entre as economias capitalistas avançadas e as dependentes. Onde o grau de exploração seria mais elevado? Um aspecto importante consiste em saber se essas diferenças no grau de exploração tendem a se manter nas diferentes fases do desenvolvimento do MPC. Retomaremos a discussão dessas questões no capítulo 4.

D) Diferenças nas modalidades predominantes de exploração entre formações sociais, na mesma fase de desenvolvimento

Dissemos que o padrão sugerido por Marx relativamente aos métodos de produção de mais-valia consistia na transição da mais-valia absoluta à mais-valia relativa como modalidade predominante (embora não exclusiva) de exploração da força de trabalho. Ele não previu uma evolução distinta do padrão descrito. Em particular, não previu que um grupo de formações sociais capitalistas viesse a adotar processos de produção de mais-valia centrados fundamentalmente no prolongamento da jornada de trabalho e na intensificação do trabalho, com a produção de mais-valia relativa em sua forma clássica assumindo um papel secundário. Trataremos desta última questão no capítulo 4, dedicado ao tema da exploração da força de trabalho nas economias dependentes.

2.2 Sobre os problemas empíricos de medição da taxa de mais-valia

É sabido que Marx não se preocupou em fornecer cálculos detalhados acerca do grau de exploração da força de trabalho (apesar de uma ou outra ilustração).⁹¹ Isso é perfeitamente compreensível se levarmos em conta o nível de abstração que caracteriza a maior parte de sua análise do MPC. Dedicada a identificar as leis de movimento do capital, ela não se reporta a qualquer formação social específica. Se, em contrapartida, desejamos investigar a manifestação dessas leis numa formação social determinada e numa fase

⁹¹ Por exemplo, Marx (1983, p. 178-9).

específica do seu desenvolvimento capitalista, qualquer esforço no sentido da obtenção de evidência empírica parece plenamente justificado.⁹² Isso a despeito das conhecidas limitações das estatísticas oficiais, de difícil compatibilização com as categorias de Marx, na medida em que se fundamentam num aparato teórico distinto.⁹³ No que se segue, destacamos três aspectos que merecem maior atenção.

2.2.1 Sobre a estimativa da taxa de mais-valia

1. Um primeiro problema que aparece na quantificação da taxa de mais-valia diz respeito à unidade de medida a ser utilizada. Em primeira mão, a taxa de mais-valia é apresentada em *O capital* como uma relação entre valores ou entre quantidades de trabalho.⁹⁴

Ou seja:

$$m' = \frac{\text{mais-valia}}{\text{valor da força de trabalho}} = \frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}}$$

Por outro lado, quando medimos essas grandezas em preços, devemos sempre considerar a possibilidade de eventuais discrepâncias entre eles e os valores. Marx, em grande parte de *O capital*, pressupõe a correspondência entre as duas categorias. E, como sabemos, essa correspondência não é imediata. Assim, ao final do exemplo que fornece, ele observa: “Os cálculos dados servem apenas de ilustração. É porque se admite que os preços = os valores. No Livro Terceiro ver-se-á que essa equiparação, nem mesmo para os preços médios, funciona dessa maneira tão simples” (1983, p. 179n).

⁹² Referindo-se aos autores que se contrapõem à comprovação empírica da tendência decrescente da taxa de lucro, Katz (2002a, p. 12) afirma: “A interpretação marxista conceitualiza tendências do capitalismo cuja consistência deve ser contrastada com os dados da realidade”.

⁹³ Sobre a questão do uso das estatísticas oficiais, ver Guerrero (2006, p. 45-6) e Mateo (2007, p. 151-5). Mateo (2006, p. 14) aponta as seguintes limitações das Contas Nacionais: “i) ocultam uma parte do excedente social sob a forma salarial, ii) contabilizam duplamente certas partidas, iii) introduzem quantificações fictícias sob a necessidade de seu registro e iv) seu caráter a-histórico não estabelece os limites dos distintos modos de produção, o que inclui sob o EBE [excedente bruto de exploração] a renda da produção mercantil não capitalista”. Mattick (1980, p. 93) tem razão quando lembra que “o capital produz seus dados econômicos do ponto de vista de suas necessidades e não da ótica da teoria marxista do valor”. Por outro lado, não concordamos com sua visão totalmente cética no sentido de que, a partir desses dados, “não se pode emitir qualquer conclusão séria sobre as leis de movimento do capital” (*ibid.*, p. 95).

⁹⁴ Ver Marx (1984a, p. 121).

As divergências entre preços e valores se reproduzem num nível mais concreto, quando entram em consideram os preços de mercado.⁹⁵ Diante disso, os cálculos da taxa de mais-valia a partir das informações fornecidas pelas estatísticas oficiais devem ser lidos como aproximações. Isso, porém, não lhes retira legitimidade. A alternativa seria renunciar completamente a estimar as categorias marxistas. O problema que está colocado é de natureza puramente quantitativa, dadas as possíveis divergências entre valores e preços.⁹⁶

2. As estatísticas oficiais não distinguem, no conjunto de transações econômicas, aquelas que fazem parte da produção capitalista e aquelas que não o fazem – e esse é, certamente, o principal problema posto por elas. Assim, nas Contas Nacionais são elencadas indiferenciadamente: i) a produção capitalista; ii) a produção mercantil não capitalista; e iii) a produção não mercantil. Se o objeto de estudo, no entanto, versa sobre a exploração *capitalista*, é necessário excluir das estimativas os dois últimos segmentos e concentrar o foco nas atividades de produção capitalista.⁹⁷ Isso não significa ignorar a importância da produção mercantil simples (por exemplo, na agricultura) e dos setores não mercantis (por exemplo, a administração pública e o serviço doméstico) para a reprodução do sistema capitalista, em geral, e para a reprodução da força de trabalho, em particular.

3. Um terceiro problema se refere à estimativa do capital variável. Que remunerações devem ser consideradas em seu cálculo: apenas as dos trabalhadores produtivos ou também as dos improdutivo? Por trabalho produtivo compreende-se aquele que produz mais-valia e, de acordo com Shaikh e Tonak (1994, p. 30), esse trabalho apresenta duas propriedades: “(a) é trabalho assalariado que é primeiro trocado por capital (i.e, é capitalisticamente empregado); (b) é trabalho que cria ou transforma valores de uso (i.e, é

⁹⁵ “[...] os salários, preços e lucros são dados a preços de mercado, e podem flutuar independentemente das condições de produção, especialmente após o desenvolvimento do sistema de crédito” (SAAD-FILHO, 2001, p. 29).

⁹⁶ A propósito das críticas aos cálculos em termos de preços, veja-se o seguinte comentário de Guerrero (2000, p. 225-6n): “[...] isso só pode derivar de um conhecimento insuficiente do pensamento marxiano. Para Marx (precisamente porque o trabalho abstrato, que é o que cria valor, é uma relação social *subjacente* nas relações de intercâmbio mercantil capitalista, e, portanto, não pode quantificar-se nem medir-se de forma *direta*), precisamente por isso surge a necessidade de que o *conteúdo do valor* tenha uma *forma* (forma de valor) adequada a essa quantificação direta. Por isso, os valores-trabalho se expressam *necessariamente* em preços mercantis [...], e por isso as estatísticas em preços são perfeitamente utilizáveis no contexto da teoria do valor-trabalho. Porque o valor é uma categoria necessária da *análise* e da *explicação*, não da quantificação. Para a quantificação estão precisamente os preços. O papel do valor no sistema teórico marxiano é essencial, mas o é porque constitui o *padrão de determinação social última* da evolução dos preços mercantis [...], que giram em torno dos preços de produção, determinados, por sua vez, pelos valores. Nem é necessário dizer que o papel dos preços é também fundamental” (grifos originais). A despeito da afirmação de que o valor é uma categoria que não se presta a quantificação, a visão de Guerrero é globalmente correta quanto à legitimidade do emprego dos preços.

⁹⁷ No tocante à produção mercantil não capitalista, Mariña e Moseley (2001, p. 39) argumentam acertadamente que a renda dos trabalhadores por conta própria não é nem capital variável nem mais-valia.

trabalho de produção)” (em contraste com o trabalho de distribuição ou com aquele voltado para a manutenção e reprodução social).

Entendemos que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo constitui um elemento inseparável da teoria marxiana do valor.⁹⁸ Nesse sentido, uma estimativa teoricamente rigorosa da taxa de mais-valia deve levar em conta apenas as remunerações dos trabalhadores que contribuem efetivamente para a produção de mais-valia.⁹⁹ Isso implica excluir do cálculo do capital variável: i) os trabalhadores improdutivos dos setores capitalistas da economia (cuja remuneração, na verdade, pertence à mais-valia);¹⁰⁰ ii) os trabalhadores ligados à produção mercantil não capitalista; e iii) os trabalhadores das atividades não mercantis.¹⁰¹ Evidentemente, a possibilidade de se chegar a uma estimativa que atenda a esses parâmetros está condicionada à disponibilidade de informação estatística.

Existem outras qualificações a fazer no cálculo do capital variável.¹⁰² Essa, porém, é certamente a mais importante, tanto por sua repercussão na grandeza resultante da taxa de mais-valia quanto, principalmente, por seu significado teórico.

4. Um quarto problema envolvido na quantificação da taxa de mais-valia decorre da discrepância entre produção e apropriação de mais-valia e, portanto, da *transferência* de valor entre setores. Parte da mais-valia produzida num setor é apropriada por outros. Assim, quando calculamos taxas de mais-valia setoriais, trabalhamos com a magnitude do lucro *apropriado*, que não necessariamente coincide com a magnitude da mais-valia produzida no

⁹⁸ Cf. Mateo (2007, p. 170).

⁹⁹ Conforme têm defendido diversos autores. Por exemplo, Mandel (1982, p. 116 e 123-4; 1986, p. 73); Mariña e Moseley (2001, p. 40-1); Shaikh (2006). O último autor faz distinção entre *taxa de exploração* e *taxa de mais-valia*. Enquanto a primeira se refere a todos os trabalhadores empregados pelo capital, a última seria a taxa de exploração somente do trabalho produtivo (p. 63). Em nosso caso, trabalharemos com esse conceito mais restrito e, mesmo quando no decurso do texto apareça a expressão “taxa de exploração”, deve-se entendê-la como sinônimo de taxa de mais-valia.

¹⁰⁰ Cf. Shaikh (2006); Carcanholo (2007, p. 3).

¹⁰¹ Ver a respeito Mateo (2007, cap. 7). De fato, o que considerar ou não como trabalho produtivo – vale dizer, o que contribui e o que não contribui para a produção de mais-valia – é uma questão à parte, que tem dado margem a intenso debate. Ver, por exemplo, Carcanholo (2007), para uma interpretação que alarga bastante o alcance daquela categoria. Para uma interpretação que mantém o sentido mais restrito de trabalho produtivo, ver Mandel (1986, p. 73n).

¹⁰² Duas delas merecem atenção. Uma diz respeito à consideração, ou não, da ação do Estado sobre a *distribuição primária* da renda (cf. Guerrero, 2000, p. 236-39). Isso se traduz no ajuste do salário bruto mediante o acréscimo dos gastos estatais em benefício dos trabalhadores e o desconto dos impostos pagos por eles; ou seja, das transferências líquidas do Estado (cf. Shaikh e Tonak, 1994, p. 137). A realização desse ajuste depende do propósito da investigação – se os salários são considerados sob a ótica do poder de compra dos trabalhadores (caso em que o ajuste se justifica) ou como custo para o capitalista. Para efeito do cálculo da taxa de mais-valia, entendemos ser esse o caso, no que concordamos com Mariña e Moseley (2001, p. 41). A outra qualificação se refere aos rendimentos dos empregados altamente remunerados (gerentes, altos funcionários na indústria e no aparelho de Estado etc.), que, de fato, pertencem à mais-valia (MANDEL, 1982, p. 116 e 120). Sua exclusão do montante do capital variável, embora desejável, depende das condições realmente existentes para sua efetivação.

setor.¹⁰³ Precisamos levar em conta esse fato ao tomarmos a massa de lucros como indicador da massa de mais-valia. Esse cuidado é necessário, por exemplo, ao calcularmos a taxa de mais-valia para o setor industrial.¹⁰⁴

5. Cabe fazer referência a uma categoria importante para a presente discussão, qual seja, o *salário relativo* (*SR*). Trata-se de um indicador da participação dos salários no valor novo (*VN*) produzido em determinado período. Ou seja:

$$SR = \frac{V}{VN} = \frac{V}{V+M}$$

Evidentemente, o lucro relativo = $(1 - SR)$.

Para começar, o salário relativo não é um indicador do *nível* da taxa de mais-valia, (conforme o próprio Marx já havia advertido); ou seja, não constitui uma medida do grau de exploração do trabalho. No caso, por exemplo, em que a jornada de trabalho se reparte igualmente entre trabalho necessário e trabalho excedente, a taxa de mais-valia é de 100%, enquanto o salário relativo é de apenas 50%.¹⁰⁵

A propósito, Marx (1984a, p. 123) chama a atenção para uma importante limitação dos indicadores da distribuição:

A representação de mais-valia e valor da força de trabalho como frações do produto-valor – um modo de representação que decorre, de resto, do próprio modo de produção capitalista [...] – esconde o caráter específico da relação capital, a saber, o intercâmbio do capital variável com a força de trabalho viva e a correspondente exclusão do trabalhador do produto. *Apresenta-se, em seu lugar, a falsa aparência de uma relação associativa na qual o trabalhador e o capitalista partilham o produto conforme a proporção de seus diferentes fatores constituintes* (grifo nosso).

Assim, não é que seja incorreto empregar aquelas representações. Mas é preciso ter clareza sobre seus limites. São representações que encobrem relações essenciais do MPC e, por isso, não têm o primado de outras que, ao contrário, desvelam aquelas relações.

Posto isso, cabe indagar até que ponto o salário relativo (isto é, seu inverso) seria também um indicador da *tendência* da taxa de mais-valia. Lembrando que a taxa de mais-valia é dada por:

¹⁰³ Ver Mandel (1982, p. 121); Mateo (2007, p. 342, nota 18). Parte do lucro do setor pode corresponder, inclusive, a apropriação de valor produzido em esferas não capitalistas (ver Shaikh e Tonak, 1994, p. 35). Para a economia nacional como um todo, as duas grandezas são certamente mais próximas. Mas, nesse caso, deparamo-nos com um outro problema, o das transferências de mais-valia para o (do) exterior.

¹⁰⁴ Martínez (1999, p. 113) também reconhece o problema, mas relativiza sua importância: “Em todo caso, a taxa de mais-valia industrial mede o grau de exploração dos trabalhadores industriais com uma margem de erro. O erro é determinado pela diferença entre a mais-valia produzida pelos trabalhadores da indústria e a mais-valia apropriada pelos capitalistas desse setor”.

¹⁰⁵ Ver Marx (1984a, p. 121-2).

$$m' = \frac{M}{V}$$

e como $M = (VN - V)$, a taxa de mais-valia também pode ser expressa como:¹⁰⁶

$$m' = \frac{VN - V}{V} = \frac{VN}{V} - 1$$

Assim, seria indiferente dizer que houve um aumento da taxa de mais-valia *ou* uma redução da participação dos salários na renda nacional.¹⁰⁷ No entanto, a correspondência entre os dois indicadores depende da forma como forem calculados o valor novo e o capital variável. Assim, o salário relativo só pode ser aceito como índice da taxa de mais-valia se o capital variável corresponder apenas aos salários dos trabalhadores produtivos e o valor novo for definido em conformidade com a teoria do valor-trabalho – e não na forma expressa pelas Contas Nacionais. Com essas qualificações, é perfeitamente possível afirmar que um aumento da taxa de mais-valia equivale a uma piora das condições de vida da classe trabalhadora, ainda que se trate de uma piora *relativa*.

Uma última observação: a estimativa empírica do salário relativo deve levar em conta o fato de que a parcela dos salários na renda nacional pode crescer ao longo do tempo simplesmente como resultado da tendência de proletarização da força de trabalho.¹⁰⁸ Daí a necessidade de construção de indicadores que incorporem o percentual de assalariados no cálculo da participação dos salários na renda nacional.¹⁰⁹

6. Até que ponto a relação lucros/salários pode ser tomada como uma aproximação razoável da taxa de mais-valia? Alguns autores assim a consideram – como um indício, apenas.¹¹⁰ A razão dessa cautela tem a ver com alguns aspectos teóricos não desprezíveis. Em primeiro lugar, para que as duas relações sejam equivalentes, é necessário supor que a massa de lucros seja idêntica à massa de mais-valia. Isso só é verdadeiro se, como explica Shaikh (2006, p. 356-7), os lucros considerados forem os “lucros brutos sobre

¹⁰⁶ Para essa expressão da taxa de mais-valia, ver Mateo (2007, p. 337).

¹⁰⁷ Ver Guerrero (2006, p. 16 e 68).

¹⁰⁸ Ver Guerrero (2000, p. 230), onde se pode observar que, para uma média de oito países capitalistas avançados, o grau de proletarização da força de trabalho passou de 65,1% em 1930-40 para 83,2% em 1974 e para 86,4% em 1997.

¹⁰⁹ Cf. Guerrero (2000, p. 230).

¹¹⁰ Assim Mandel (1982, p. 116): “[...] uma comparação entre os cálculos oficiais da participação do total de salários e vencimentos e da participação da massa de lucros no produto nacional certamente fornece um *indício* confiável do desenvolvimento a médio prazo da taxa de mais-valia, pois é pouco provável que a correção necessária desses elementos para alinhá-los com as categorias marxistas viesse alterar em qualquer aspecto decisivo as proporções entre eles, nesses períodos de tempo” (grifado no original). Ver também p. 321.

vendas”. Se, pelo contrário, se referirem ao “lucro líquido corporativo” (lucros brutos menos impostos e gastos de vendas), a relação lucros/salários implicará, obviamente, uma subestimação da taxa de mais-valia. Uma outra possível fonte de divergência entre a massa de lucros e a massa de mais-valia são as transferências intersetoriais (ponto 4, acima).¹¹¹

Em segundo lugar, estão os problemas relacionados com o denominador da taxa de mais-valia, ou seja, com o capital variável, envolvendo precisamente a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo (ponto 3, acima). Se a massa de salários incluir as remunerações dos trabalhadores improdutivos, não se poderá considerá-la como idêntica ao capital variável,¹¹² e sua utilização também levará a uma subestimação da taxa de mais-valia.

A relação lucros-salários e a taxa de mais-valia podem mesmo, como nota Shaikh (2006, p. 353), variar em sentidos opostos. Assim, no contexto de uma crise pode ocorrer um aumento da massa de mais-valia, sem que isso se traduza em aumento do lucro monetário: “[...] é perfeitamente possível explorar mais os trabalhadores e, portanto, fazer com que produzam maior produto excedente, e que, ao mesmo tempo, os capitalistas não possam vender esse maior produto e, portanto, não possam transformá-lo em lucros monetários”.

2.2.2 Sobre os determinantes da taxa de mais-valia

Retomemos a fórmula da taxa de mais-valia dada acima, isto é,

$$m' = \frac{VN}{V} - 1$$

com a qualificação feita antes de que o capital variável só compreende os salários dos trabalhadores produtivos. Tomando o valor novo e o capital variável a preços constantes (VN_k e V_k , respectivamente),¹¹³ e dividindo ambos pelo número de horas trabalhadas pelos trabalhadores produtivos (h_p), temos:

$$m' = \frac{VN_k/h_p}{V_k/h_p} - 1$$

¹¹¹ “[...] as transferências criam discrepâncias sistemáticas entre os preços das mercadorias e seus valores. Portanto, a razão lucros-salários pode ser diferente da relação entre [...] trabalho excedente e trabalho necessário” (SAAD-FILHO, 2001, p. 29).

¹¹² Devido à distinção que mantém entre trabalho produtivo e improdutivo, Marx “nunca deu a entender que existisse uma identidade entre o capital variável e a parcela nacional dos salários na renda nacional” (MANDEL, 1986, p. 74n).

¹¹³ Para essa formalização da taxa de mais-valia, baseamo-nos em Mateo (2007, p. 337-8).

Ora, (VN_k/h_p) é uma medida da produtividade do trabalho, que denominaremos de *produtividade horária* (π_h). Por sua vez, (V_k/h_p) é a *taxa salarial horária* dos trabalhadores produtivos (w_h). Assim, a taxa de mais-valia pode ser expressa pela relação entre a produtividade do trabalho e o salário real:

$$m' = \frac{\pi_h}{w_h} - 1$$

Uma expressão alternativa da taxa de mais-valia pode ser obtida dividindo o valor novo e o capital variável pelo número de trabalhadores produtivos (L_p):

$$m' = \frac{VN_k/L_p}{V_k/L_p} - 1$$

A medida da produtividade que aparece no numerador (VN_k/L_p) é denominada de *produtividade aparente* (π_a).¹¹⁴ Trata-se de uma medida não isenta de problemas, relacionados ao uso do pessoal ocupado no denominador da expressão. Apesar de suas limitações, podemos tomá-la como uma aproximação.¹¹⁵ No denominador, temos a taxa salarial real por trabalhador produtivo, que denominaremos de *taxa salarial aparente* (w_a). Temos então:

$$m' = \frac{\pi_a}{w_a} - 1$$

A partir dessas expressões da taxa de mais-valia, podemos derivar as seguintes possibilidades (cf. Shaikh, 2006, p. 345 e 431): 1) se o salário real aumentar na exata medida do aumento da produtividade, a taxa de mais-valia permanecerá *constante*; 2) se aumentar menos do que a produtividade, a taxa de mais-valia *aumentará*; 3) se aumentar mais do que a produtividade, a taxa de mais-valia *diminuirá*.

¹¹⁴ “Utiliza-se o termo produtividade ‘aparente’ do trabalho por duas razões: por um lado, porque a produção por trabalhador é a forma mais direta e visível de expressar a produtividade do trabalho; por outro, porque é a forma mais enganosa de estimá-la” (GOUVERNEUR, 2005, p. 211n). Note-se que o conceito de produtividade aparente se refere genericamente à produção por trabalhador, enquanto aqui o empregamos com referência apenas aos trabalhadores produtivos.

¹¹⁵ Cf. Valle (1997-98, p. 20). No caso da produtividade horária, os problemas se relacionam à qualidade da base empírica, ou seja, aos dados sobre horas trabalhadas. Acerca disso, Mateo (2007, p. 343) chama a atenção para dois problemas: a) as limitações estatísticas; b) as dúvidas com respeito à confiabilidade dos dados. “Pensamos que os dados oficiais oferecem sistematicamente uma subestimação do número de horas de trabalho. Os trabalhadores levam a cabo muitas horas extraordinárias não contabilizadas por sua dificuldade, mas também por sua ilegalidade.”

Cabe acrescentar que os dois fatores aludidos não são independentes, uma vez que “é a dinâmica da produtividade que [...] estabelece o limite máximo que [os salários] podem alcançar sem embotar o objetivo da acumulação, a consecução de lucro” (MATEO, 2006, p. 5). Evidentemente, a evolução dos salários reais não é determinada apenas pela evolução da produtividade. Outros fatores entram em consideração, como a evolução do EIR¹¹⁶ e a correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores.

Por outro lado, a expressão da taxa de mais-valia que tem no numerador a produtividade horária pode ser útil num outro sentido. Ela permite pôr em evidência o peso relativo da produtividade e dos salários nas mudanças no nível da exploração.¹¹⁷ Em outros termos, ela torna possível avaliar se o aumento da taxa de mais-valia em determinada fase do desenvolvimento capitalista esteve fundamentado principalmente no aumento da produtividade ou na regressão salarial.¹¹⁸

Recordando que a taxa de mais-valia é dada por:

$$m' = \frac{\pi_h}{w_h} - 1$$

podemos considerar duas situações:

- 1) Dada a taxa salarial, ocorre aumento da produtividade – ou, em termos gerais, o crescimento da taxa salarial é inferior ao da produtividade;
- 2) Com produtividade constante, ocorre queda da taxa salarial – ou, em termos gerais, o decréscimo desta última é superior ao da produtividade.

O critério acima depende crucialmente da forma como for calculada a produtividade do trabalho. A rigor, ele só se aplica à produtividade *horária*. Se, em vez disso, tomarmos como referência a produtividade *aparente* (resultado da divisão do valor novo pelo número de trabalhadores da produção), poderemos ser induzidos a erro. Com efeito, em caso de aumento da jornada de trabalho, o mesmo número de trabalhadores produz um valor novo maior, implicando um aumento da produtividade aparente, enquanto a produtividade horária se mantém inalterada.¹¹⁹

Assim, para avaliar se o aumento da exploração se baseou principalmente no aumento da produtividade (situação 1), não é suficiente verificar a evolução do valor novo por trabalhador e compará-la com a evolução da taxa salarial por trabalhador. O indicador

¹¹⁶ Ver Mateo (2007, p. 351).

¹¹⁷ Nesse ponto, baseamo-nos em Mateo (2007, p. 353-6).

¹¹⁸ Ver Mateo (2007, p. 436).

¹¹⁹ Esse aspecto é destacado também por Gouverneur (2005, p. 212).

apropriado de produtividade é a produtividade horária. Evidentemente, esse resultado deverá ser comparado com a variação da taxa salarial horária.

Similarmente, na situação 2 (queda da taxa salarial), a mera observação dos índices de produtividade aparente também pode induzir a erro. Por trás deles, pode não ter havido qualquer aumento de produtividade, mas apenas aumento de jornada. Se, portanto, constataremos que a produtividade *horária* se manteve constante, devemos observar o comportamento da taxa salarial. Com efeito, em caso de produtividade constante, a única forma de aumentar a taxa de mais-valia é a redução salarial. Note-se que o indicador apropriado do salário é a taxa salarial horária, e não simplesmente a taxa salarial por trabalhador, uma vez que esta última pode ter aumentado simplesmente para compensar o maior número de horas trabalhadas.¹²⁰

No capítulo 5, veremos a aplicação desse critério ao caso específico da economia brasileira.

2.2.3 Sobre as modalidades de exploração da força de trabalho

É bastante difícil estimar, com a informação estatística disponível, a contribuição específica de cada fator (aumento da produtividade, da intensidade, da jornada de trabalho etc.) para o incremento da taxa de mais-valia em determinado período. Podemos, no entanto, tentar uma aproximação estendendo um pouco mais a ideia de expressar a taxa de mais-valia em função da produtividade e dos salários reais, como acabamos de ver.

Em princípio, o mecanismo “clássico” da mais-valia relativa (que pressupõe a redução do valor da força de trabalho) terá relevância quando, dada a taxa salarial, ocorrer aumento da produtividade do trabalho. Por outro lado, se o crescimento da produtividade no período for insignificante, poderemos atribuir o aumento da taxa de mais-valia à queda da taxa salarial. Nesse caso, restaria identificar as fontes dessa queda, que podem ser: a) o prolongamento da jornada de trabalho (que implica redução do salário real por hora); b) a intensificação do trabalho (que tem o mesmo resultado); c) uma redução do salário real (correção do salário nominal abaixo do índice de inflação); ou uma combinação desses elementos. Enquanto em “a” temos a presença do mecanismo da mais-valia absoluta, “b” e “c” podem ser consideradas como formas regressivas da mais-valia relativa (uma vez que

¹²⁰ Evidentemente, a opção pelo conceito de produtividade horária em detrimento do de produtividade aparente é relevante para a questão dos determinantes do crescimento da taxa de mais-valia. Para o cálculo da própria taxa, qualquer dos dois conceitos pode ser utilizado indistintamente.

implicam que a força de trabalho é remunerada abaixo do seu valor, enquanto no mecanismo clássico da mais-valia relativa isso não é necessário). Ao longo do presente trabalho, manteremos essa classificação.

Mas a aplicação do critério indicado acima não é simples. Tomemos o caso da mais-valia relativa “clássica”. Para começar, parte do que as estatísticas apresentam como aumento de produtividade pode corresponder simplesmente a intensificação do trabalho.¹²¹ O problema poderia ser parcialmente contornado se dispuséssemos de informação adicional referente, por exemplo, à evolução do investimento em capital fixo (o que apontaria para o crescimento da produtividade) e à ocorrência ou não de mudança na organização do processo de trabalho (que, reduzindo os “tempos mortos”, apontaria para a intensificação) no período em estudo.

Em segundo lugar, o aumento da produtividade não caracteriza por si só a operação do mecanismo da mais-valia relativa. É necessário, como sabemos, que esse aumento ocorra num setor específico, o de bens de consumo dos assalariados. Podemos, no entanto, supor, seguindo certos autores, que existe uma tendência à convergência dos índices de produtividade dos diferentes setores da economia.¹²²

Um último aspecto a ser considerado é que a medida da produtividade relevante para o propósito aqui visado é a produtividade horária, que esbarra em problemas relacionados aos dados disponíveis sobre horas trabalhadas. Análises baseadas em índices de produtividade aparente, se impostas por limitação estatística, devem ser feitas com cautela.

¹²¹ Conforme nota Salama (2009, p. 219n), tanto a intensificação quanto a mais-valia relativa (clássica, segundo nosso critério) se traduzem estatisticamente por uma variação da produtividade do trabalho. De fato, essa indiferenciação que aparece no plano das estatísticas é apenas a expressão de um fato básico da produção capitalista – o fato de os dois métodos geralmente serem utilizados simultaneamente: “Uma dificuldade adicional está no fato de que [...] o aumento da *produtividade* do trabalho, como consequência de inovação tecnológica, especialmente quando há introdução de máquinas mais modernas [...] vem acompanhado, muitas vezes, de uma *intensificação* do trabalho. Nessas condições, não é fácil distinguir em que medida o aumento da produção se deve ao aumento da *produtividade* ou da *intensidade* do trabalho [...]” (CARCANHOLO, s/d, p. 2).

¹²² Assim, Mateo (2007, p. 339-40) argumenta: “[...] na definição da produtividade de uma mercadoria existe um processo de relação intersetorial entre as esferas produtoras de meios de produção e de bens de consumo. Essa interrelação nos permite realizar a hipótese de uma tendência para a convergência dos diferentes índices de produtividade que torne supérflua a consideração de um setor de bens-salário para determinar a produtividade em relação à evolução do valor da força de trabalho”. E mais adiante: “Não existem razões de peso para inferir que as melhoras de produtividade não devam expandir-se no conjunto da economia de forma tal que persistam poderosas diferenças intersetoriais em seu comportamento” (p. 342). O autor se baseia em Valle (1991, p. 19-20), que afirma: “[...] recordemos que socialmente necessário significa, em primeiro lugar, que o trabalho gasto na produção de cada bem é tanto o trabalho direto como o indireto. De maneira que as eficácias com que se elaboram as diferentes mercadorias estão interrelacionadas”. E, de forma ainda mais incisiva: “[...] a definição marxista de produtividade implica que um aumento na eficácia com que se elabora uma certa mercadoria afeta a eficiência da elaboração de muitas outras, podendo abarcar a totalidade da produção” (p. 20).

A identificação dos fatores que estão por trás da queda da taxa salarial (prolongamento do tempo de trabalho, intensificação, redução do salário real) é uma tarefa igualmente complexa diante das limitações das estatísticas oficiais. Isso é evidente no caso do cômputo do tempo de trabalho (horas trabalhadas, horas pagas), requerendo cautela nas análises. Além disso, há o problema já aludido da dificuldade prática de separar os efeitos, sobre a taxa de mais-valia, da intensificação do trabalho e do aumento da produtividade. Uma aproximação às razões da queda do salário real dependerá, nesse caso, do recurso a indicadores indiretos.

3 TENDÊNCIAS DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO

Nosso objeto de estudo são as condições de exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo, mais especificamente a partir de inícios dos anos 1990. Partimos do pressuposto de que tais condições de exploração sofrem transformações importantes nas diferentes fases desse modo de produção. A fim de identificarmos as tendências da exploração na fase atual, consideramos necessário proceder a uma caracterização precisa desta última.

A ideia de dividir o capitalismo em fases não é isenta de controvérsia. Há quem julgue tal procedimento como uma forma de negação de elementos constitutivos do modo de produção capitalista (MPC). Consideramos, entretanto, que o reconhecimento da existência de fases de desenvolvimento não implica – longe disso – negar a permanência desses elementos constitutivos. Por outro lado, é absolutamente fundamental levar em conta as *transformações* no modo como esses elementos se manifestam em cada fase específica, sob pena de perdermos justamente o elemento novo em cada uma delas.

A relutância em admitir a relevância das transformações do MPC é visível em relação a dois fenômenos do período mais recente, a saber, a mundialização do capital e a expansão do capital na esfera financeira. Afirmar simplesmente que o capitalismo sempre teve um caráter “global” ou que o financeiro sempre foi um componente importante do sistema não contribui em quase nada para a compreensão do funcionamento do capitalismo contemporâneo. O fundamental é identificar os aspectos em que a mundialização contemporânea se diferencia de manifestações anteriores do fenômeno; ou entender por que a atual expansão financeira tem implicações profundas para a reprodução do capital.

Delinear claramente cada fase do capitalismo constitui, portanto, um passo necessário para entender os contextos específicos em que se processa a exploração da força de trabalho. Neste capítulo, tratamos, preliminarmente, da gênese e do desenvolvimento da fase atual do capitalismo (seção 3.1). A seguir, abordamos as principais tendências da exploração da força de trabalho nesse contexto (seção 3.2).

A análise que se segue se circunscreve aos países capitalistas avançados. Uma das razões para isso é que nesses países as leis de movimento do MPC se manifestam em maior extensão e profundidade. Por outro lado, o estudo dos países capitalistas avançados constitui um passo prévio para o estudo das economias dependentes, partindo do pressuposto de que a evolução destas últimas (objeto dos capítulos 4 e 5) está estreitamente vinculada, desde suas origens, ao desenvolvimento do MPC naqueles países. Especificamente, o perfil que vem

assumindo, nas últimas décadas, a acumulação nas economias avançadas é decisivo para a evolução das economias dependentes (condiciona em grande medida essa evolução), deixando claros os estreitos limites em que se movem estas últimas.

3.1 Gênese e desenvolvimento da fase atual do capitalismo

3.1.1 O *boom* do pós-guerra

A fim de identificarmos as principais características e tendências da fase do capitalismo que se configura a partir da crise de meados dos anos 1970, é necessário efetuarmos, preliminarmente, um resgate da fase do pós-guerra. Para tanto, adotamos o ponto de vista, formulado por Mandel (1982, cap. 4; 1986), segundo o qual a longa fase de acumulação acelerada no pós-guerra corresponde a uma “onda longa com tonalidade expansionista”, enquanto a crise iniciada em fins dos anos 1960 assinala a transição para uma “onda longa com tonalidade de estagnação”.¹

Além disso, destacamos a centralidade do movimento de longo prazo da taxa média de lucro para a identificação das fases do desenvolvimento capitalista. Com efeito – e aqui seguindo novamente Mandel (1986) –, as tendências da rentabilidade do capital são decisivas para a determinação das fases ascendente e descendente da onda longa (que se articulam com o movimento cíclico do capital, isto é, com o ciclo industrial normal). Isso significa não ser possível explicar os movimentos ascendentes (descendentes) de longo prazo da taxa de acumulação de capital (a taxa de crescimento do estoque de capital) à parte dos movimentos ascendentes (descendentes) da taxa média de lucro. Em consequência, a lei da queda tendencial da taxa de lucro formulada por Marx desempenha um papel central aqui. Conforme notamos no capítulo anterior, a referida lei se impõe em função da tendência crescente da composição orgânica do capital no longo prazo, *independentemente* da presença de uma taxa crescente de mais-valia.

Como o enfoque das ondas longas se articula com as flutuações longas da taxa média de lucro? Ou, alternativamente, como a lei de tendência de Marx se aplica nesse horizonte mais longo que o do ciclo industrial? Segundo Mandel (1986, p. 12-3), a tendência ascendente (passagem de uma fase depressiva a uma fase expansiva) se impõe no momento

¹ Não é nosso propósito apresentar em detalhe a formulação de Mandel sobre a teoria das ondas longas. Ver sobre o tema, além do próprio Mandel, Katz (2000). Sobre a ligação da tese de Mandel com a teoria de Lênin acerca das etapas do capitalismo, ver Katz (2000, p. 79), e, para uma posição contrária a Lênin, ver Mateo (2007, p. 69n).

em que os fatores contra-arrestantes da queda da taxa de lucro atuam com força e de forma sincronizada, de modo a deter a queda no longo prazo dessa variável e permitir sua elevação.² Esses fatores incluem um aumento da taxa de mais-valia, uma desaceleração na taxa de crescimento da composição orgânica do capital³ e/ou uma aceleração da rotação do capital. Além disso, existem certos fatores que amortecem a tendência à baixa da taxa de lucro, como o aumento da massa de mais-valia e o deslocamento do capital para países ou setores em que a composição orgânica média do capital é mais baixa. Por sua vez, a tendência descendente (passagem à fase depressiva) tem lugar quando os fatores contra-arrestantes atuam fracamente e de forma menos sincronizada, de modo que prevalece a tendência de queda da rentabilidade do capital.⁴

É importante reter o fato de que, ao longo de uma fase ascendente, podem ocorrer baixas cíclicas da taxa de lucro. Do mesmo modo, as fases de sinal depressivo não são incompatíveis com elevações cíclicas da taxa de lucro. No entanto, a distinta forma de atuação, em cada caso, dos fatores referidos resulta em que, durante a fase expansiva, os períodos de prosperidade tendem a ser mais longos e mais pronunciados do que os períodos de recessão, enquanto durante as fases depressivas ocorre o inverso (MANDEL, 1986, p. 24).

Quanto ao mecanismo que está na origem das mudanças de tendência, ou seja, da transição de uma fase para outra da onda longa, Mandel sustenta a existência de uma assimetria. A lógica interna das leis de movimento do capital é capaz de explicar apenas a transição de uma longa expansão a uma longa depressão. Já no que diz respeito à reversão da fase depressiva e ao subsequente ingresso da economia numa nova fase expansiva, a explicação envolve primariamente “fatores extra-econômicos”, responsáveis por uma brusca

² Notemos que tal afirmação não contraria em absoluto a lei da queda tendencial da taxa de lucro. “A ideia de *lei tendencial* significa que a teoria de Marx não prediz – longe disso – que deva ocorrer uma baixa contínua e efetiva da taxa de lucro. A possibilidade de períodos em que essa taxa aumente é perfeitamente coerente com o conteúdo da formulação marxiana da lei tendencial de sua queda, pelo que não existe, portanto, contradição alguma” (MATEO, 2007, p. 54).

³ O que exige, por um lado, a desvalorização de uma porção do capital e o sacrifício dos capitais mais débeis (MATEO, 2007, p. 122); por outro, a introdução de inovações tecnológicas que permitam o barateamento do capital constante (matérias primas, equipamentos etc.).

⁴ Aqui é necessária uma precisão. A correspondência entre fase expansiva (depressiva) e taxa de lucro crescente (decrecente) não deve ser interpretada de forma mecânica. De acordo com Mandel (1986, p. 39-40), durante a maior parte da fase expansiva a taxa de lucro se encontra em alta ou permanece estabilizada. Já no final dessa fase, ela mostra uma tendência decrescente e tende a permanecer baixa durante a maior parte da fase depressiva subsequente. Shaikh (2000, p. 41) deu um passo adiante na explicação da transição ao associá-la ao movimento da *massa* de lucro: “[...] na teoria de Marx sobre a taxa decrescente de lucro, a transição entre as fases da onda longa está correlacionada com os movimentos na *massa* de lucro e não com os da taxa de lucro [...]”. Segundo Shaikh, o ponto de transição da acumulação normal à fase de crise corresponde ao que Marx denomina de “ponto de superacumulação absoluta de capital”. De acordo com essa versão da teoria das ondas longas, é possível uma taxa decrescente de lucro mesmo na fase expansiva (o que contraria o ponto de vista de Mandel, embora, a nosso ver, não comprometa o essencial da teoria). Portanto, o início da trajetória de queda da taxa de lucro não é suficiente para determinar o início da crise. (Ver também Mateo, 2007, p. 428-9.)

elevação da taxa de lucro. Exemplos de tais fatores seriam guerras, revoluções e contra-revoluções, ampliação e contração do âmbito de atuação do capital e concorrência intercapitalista (MANDEL, 1986, p. 18-9). Nesses termos, a passagem a uma nova expansão depende dos resultados da luta de classes. Em síntese, enquanto a passagem da fase ascendente à fase descendente da onda longa é um processo endógeno, a transição desta última a uma nova fase expansiva é exógena (*ibid.*, p. 43).⁵

Uma vez que a economia tenha ingressado numa nova fase ascendente, processos dinâmicos são desencadeados, notadamente as revoluções tecnológicas, com desdobramentos contraditórios. Por um lado, as inovações conferem impulso ao aumento da produtividade do trabalho, o que favorece o crescimento da taxa de mais-valia e da taxa de lucro. Por outro, o aumento da composição orgânica do capital associado ao processo de inovação deverá conduzir a uma nova inflexão da taxa de lucro e à crise da acumulação. Deve-se notar, a propósito, que as inovações não são responsáveis pela emergência da fase expansiva;⁶ no entanto, as enormes rendas tecnológicas que geram para as firmas inovadoras conferem impulso à expansão (MANDEL, 1995, p. 113).

Nosso autor examina ainda a natureza da relação existente entre as ondas longas e as sucessivas hegemonias no âmbito da economia mundial. Admite a existência de um paralelismo entre as fases expansivas e a consolidação da hegemonia de determinado Estado imperialista (e a correspondente imposição de sua moeda como moeda mundial).⁷ Do mesmo modo, identifica um paralelismo entre as longas depressões e o declínio dessa hegemonia. A dificuldade de reingresso da economia mundial numa fase expansiva pode estar associada a uma situação de indefinição no que toca ao imperialismo hegemônico, uma vez que

[q]uando falta essa concentração de poder, quando se dão as condições clássicas de “equilíbrio instável” entre dois, três, quatro ou inclusive mais blocos de poder capitalista, então não se pode impor nenhum tipo de decisões e ocorre uma crise geral na direção do capitalismo internacional [...] (MANDEL, 1986, p. 27).

Posto isso, é necessário esclarecer que Mandel não considera as resoluções das crises de hegemonia como um *fator causal* das ondas longas. Isso se deve, como nota Katz

⁵ “Portanto, o que estamos supondo aqui é *uma dialética dos fatores objetivos e subjetivos do desenvolvimento histórico*, na qual os fatores subjetivos se caracterizam por sua *relativa autonomia*; isto é, não são direta e inevitavelmente predeterminados pelo que ocorreu previamente às tendências básicas da acumulação de capital, às tendências da transformação tecnológica ou ao impacto dessas tendências no próprio processo de organização do trabalho” (MANDEL, 1986, p. 43; grifos originais).

⁶ “[...] não é a inovação tecnológica *per se* que desencadeia uma nova expansão de longo prazo. Somente quando essa expansão já se iniciou é que as inovações tecnológicas podem ocorrer em escala maciça” (MANDEL, 1995, p. 113).

⁷ “[...] um poder não hegemônico não pode, no longo prazo, impor sobre seus competidores e sobre os capitalistas individuais seu próprio papel-moeda depreciado como equivalente geral, essencialmente por meios político-militares” (MANDEL, 1995, p. 130).

(2000, p. 85), ao fato de que, em sua interpretação, o desfecho das rivalidades interimperialistas não se explica por si mesmo, estando ligado com a situação da luta de classes em escala internacional.

Vejam, a partir desses elementos, quais foram os principais fatores responsáveis pela chamada “era de ouro” do capitalismo no pós-guerra e sua crise subsequente.⁸ O ponto de inflexão observado em 1940/48 é produto do grande aumento da taxa de lucro, resultado, principalmente, da *subida da taxa de mais-valia*. Com efeito, em todas as principais economias avançadas, registrou-se um significativo aumento do grau de exploração do trabalho.⁹ No caso da Alemanha, esse aumento ocorrera já antes da Segunda Guerra Mundial, enquanto, na maioria dos demais países imperialistas, ele se deu após 1945 (MANDEL, 1982, p. 118). As condições para essa recomposição da taxa de mais-valia foram as derrotas históricas impostas à classe trabalhadora pelo fascismo e pela guerra (*ibid.*, p. 119-20). No caso dos Estados Unidos, o fator correspondente foi a capitulação da burocracia sindical frente à Guerra Fria e ao macartismo (*ibid.*, p. 125).¹⁰

Essa expansão da taxa de mais-valia foi acompanhada de dois outros fatores: i) um declínio na taxa de crescimento da composição orgânica do capital, em decorrência da queda dos preços relativos das matérias-primas, do acesso fácil dos Estados Unidos ao petróleo barato do Oriente Próximo e do barateamento de elementos do capital fixo a partir de princípios dos anos 1950;¹¹ ii) uma aceleração da rotação do capital. Em conjunto, esses fatores tornaram possível o aumento da taxa de lucro, acompanhado do aumento da taxa de acumulação de capital (MANDEL, 1986, p. 20-1).

A questão que se coloca neste ponto é: que fatores permitiram que a expansão inicial da taxa de mais-valia – e, em consequência, da taxa de lucro – originasse uma aceleração no longo prazo da taxa de acumulação? A explicação, para Mandel, reside na

⁸ Esta parte se baseia principalmente em Mandel (1982, cap. 5).

⁹ O incremento da taxa de mais-valia, nos casos de Alemanha, Itália, França, Espanha e Japão, oscilou entre 100% e 300% no início dos anos 1950 (MANDEL, 1986, p. 20). A exceção foi a Grã-Bretanha (MANDEL, 1982, p. 126).

¹⁰ Rowthorn (1982, p. 94) avalia que Mandel superestimou o papel do fascismo: “[...] para subordinar a classe operária e lançar os fundamentos da expansão do pós-guerra, foram necessários 20 anos, de 1929 até o final da década de 1940. Nesse período, a depressão, o fascismo, a integração do tempo de guerra e a Guerra Fria contribuíram todos, cada qual à sua maneira, para a criação de um mecanismo eficiente de contenção das exigências da classe operária, possibilitando uma acumulação continuada e lucrativa. [...] Mandel atribui responsabilidade quase que exclusiva ao fascismo [...] Isso conduz a uma exagerada ênfase nos aspectos puramente repressivos do poder capitalista e a uma ênfase secundária em mecanismos mais sutis de controle que, em determinado nível, repousam mais no consentimento que na coerção, bem como em sindicatos incorporados como sócios minoritários da sociedade capitalista”. Ao que parece, a crítica foi absorvida por Mandel (ver Katz, 2000, p. 84).

¹¹ Deve-se notar que a composição orgânica do capital já sofrera uma queda como resultado do impacto combinado da crise de entreguerras e da Segunda Guerra Mundial, que causou uma destruição massiva de velho capital (segundo algumas estimativas, um terço do total) (HARMAN, 2007, p. 5).

revolução tecnológica que teve lugar no Departamento I (produtor de meios de produção).¹² Por um lado, ela assegura a expansão do mercado. O autor argumenta que, no contexto do pós-guerra, em condições de limitação geográfica do mercado, a referida revolução tecnológica permitiu uma importante elevação da produtividade do trabalho e, com ela, a possibilidade de aumentos reais de salários. Por outro lado, ela é fundamental para postergar a queda da taxa de lucro, através de dois canais: i) o impulso que confere à produção de mais-valia relativa, fator crucial para a manutenção da taxa de mais-valia em níveis elevados num segundo momento da fase expansiva, após o aumento inicial já referido, em geral baseado no mecanismo da mais-valia absoluta;¹³ ii) o barateamento do capital constante, compensando, pelo menos em parte, os efeitos da elevação da composição técnica do capital.

Entretanto, como é possível a manutenção da taxa de mais-valia em níveis elevados em condições de expansão da acumulação? Esta última não desencadearia uma elevação dos salários de tal magnitude que faria recuar a taxa de mais-valia? Nas condições específicas do pós-guerra, a solução desse problema residiu, de acordo com Mandel (1982, p. 118), na reconstrução do exército industrial de reserva (EIR);¹⁴ adicionalmente, no enfraquecimento do potencial de luta dos trabalhadores como resultado de fatores subjetivos. Cumpridos esses requisitos, foi possível que a taxa de mais-valia se estabilizasse num patamar elevado, suficiente para sustentar a rentabilidade do capital e, durante algum tempo, frear a sua queda.

A referência a uma elevação do grau de exploração do trabalho no capitalismo do pós-guerra pode parecer estranha aos apologistas da *golden age*, que habitualmente procuram retratá-la com cores mais atraentes do que exigiria uma análise mais cuidadosa do período. Note-se que não se trata de um aumento episódico da taxa de mais-valia que se teria esgotado nos anos imediatamente posteriores ao fim da guerra. Quanto a isso, deve-se lembrar que uma expansão da taxa de mais-valia não é incompatível com o crescimento dos salários reais. Basta que o ritmo de aumento destes últimos seja inferior ao ritmo de aumento da produtividade do trabalho. Foi o que aconteceu durante grande parte da fase expansiva. Em outros termos: mesmo em seu melhor momento o capitalismo não conseguiu assegurar um

¹² Ver Mandel (1982, p. 118; 1986, p. 21).

¹³ Sobre esse ponto, cf. Mandel (1986, p. 23, nota 21).

¹⁴ A reconstrução do EIR se deveu a quatro movimentos fundamentais: o êxodo rural; movimentos migratórios internacionais em grande escala; o aumento da percentagem de mulheres casadas na força de trabalho; e o caráter fortemente *labor-saving* da terceira revolução tecnológica (MANDEL, 1976, p. 16-18). Em *O capitalismo tardio*, o autor faz referência ainda à canalização de milhões de refugiados para o processo de produção (MANDEL, 1982, p. 119).

crescimento dos salários reais equivalente ao da produtividade.¹⁵ Apenas a partir do esgotamento do EIR é que os salários reais passam a seguir de perto os aumentos da produtividade, fazendo com que a taxa de mais-valia se mantenha relativamente estável. É *nesse contexto específico* que se abre espaço para certas reformas importantes, que incluem a política de pleno emprego e uma série de benefícios sociais no âmbito do chamado “Estado de bem-estar”.¹⁶

Essa breve síntese das condições que produziram a fase expansiva é suficiente para evidenciar que o êxito notável experimentado pelo capitalismo no pós-guerra resultou de uma conjunção muito particular de fatores,¹⁷ de difícil reprodução. O incremento da mais-valia relativa a que fizemos referência foi fundamental para assegurar alguma sobrevida à taxa de lucro a partir do momento em que a composição orgânica do capital inicia sua trajetória ascendente. Mas, como sabemos de Marx, esse é um recurso que tem claros limites. Cedo ou tarde, a tendência ao aumento da composição do capital se impõe¹⁸ e a queda da taxa de lucro se torna inevitável. Os limites ao incremento da taxa de mais-valia são provenientes, segundo Mandel (1986, p. 83-4), de dois fatores: por um lado, da própria dinâmica da fase expansiva, que começa a atingir os limites do EIR (em condições de esgotamento do EIR, torna-se, evidentemente, mais difícil o recurso ao aumento da jornada ou à intensificação do trabalho, haja vista o crescimento da resistência dos trabalhadores nesse contexto);¹⁹ por outro, do fim da fase revolucionária da mudança tecnológica (e da correspondente desaceleração no crescimento da produtividade do trabalho). Em tais circunstâncias, a taxa de mais-valia passa

¹⁵ No caso da França, para o conjunto do período 1946-1976, a taxa de crescimento dos salários reais ficou em 280% (4,5% a.a.), frente a um crescimento da produtividade de 400% (5,5% a.a.). Dados tomados de Husson (2000, p. 4).

¹⁶ Em que pese o significado dessas reformas para a classe trabalhadora, é equivocado atribuir ao que alguns autores denominam de “compromisso keynesiano” ou “compromisso fordista” o estatuto de *determinante* da longa fase expansiva do pós-guerra. Katz (2000, p. 84) vai ao ponto da questão quando lembra que, em Mandel, as instituições, embora fundamentais para a dominação de classe, dependem dos desfechos da confrontação entre as classes.

¹⁷ Não é possível, nos limites deste capítulo, efetuar um exame exaustivo dos fatores que produziram o *boom* do pós-guerra. Limitamo-nos por isso à identificação daqueles que dizem respeito mais diretamente ao nosso objeto de estudo. Uma visão mais abrangente deveria incluir a consolidação da hegemonia norte-americana e, em estreita relação com isso, a instituição do sistema monetário internacional de Bretton Woods; a ampliação das funções do Estado; o papel da inflação e do endividamento; a função do rearmamento etc. (Sobre esses pontos, ver Mandel, 1986.)

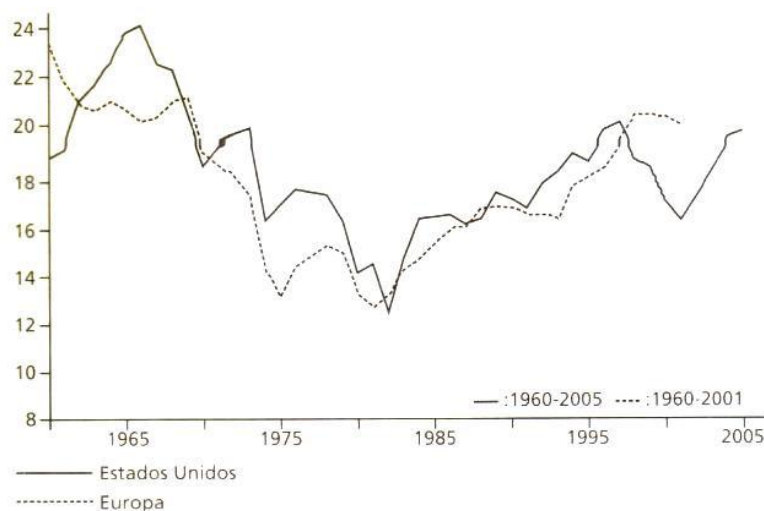
¹⁸ De acordo com Shaikh e Tonak (1994, p. 129), a composição-valor do capital (relação capital fixo/capital variável), ajustada pelas mudanças na capacidade utilizada, aumentou 77,4% nos Estados Unidos entre 1948 e 1980. A mesma tendência é identificada por Moseley (1997, p. 25 e 33): a composição-valor do capital evoluiu de um nível de 3,58 em 1947 para 5,66 em 1980.

¹⁹ De particular interesse aqui é a dificuldade de levar adiante, no mesmo ritmo, a intensificação do trabalho, associada aos princípios tayloristas-fordistas de organização do trabalho.

a crescer mais lentamente e mesmo diminui, tornando-se incapaz de contrabalançar a alta da composição do capital.²⁰

Dois outros fatores contribuem para a queda da taxa de lucro: os preços relativos das matérias-primas, que haviam caído entre 1952 e 1971, começam a subir a partir daí; e cada vez se tornam mais difíceis posteriores incrementos na velocidade de rotação do capital (MANDEL, 1986, p. 78). Assim, o declínio da taxa de lucro se torna efetivo tanto nos Estados Unidos como na Europa (Gráfico 3.1). No caso dos Estados Unidos, Shaikh e Tonak (1994, p. 124 e 129) estimam em 30,8% a queda da taxa de lucro “marxiana” (razão entre a mais-valia e o estoque de capital fixo, ajustada pela capacidade utilizada) entre 1948 e 1980. Esse resultado se deve inteiramente ao crescimento da composição-valor ajustada do capital (77,4%), considerando-se que a taxa de mais-valia cresce no período, ainda que modestamente (21,8%).²¹

Gráfico 3.1
Taxa de lucro – Europa e Estados Unidos



Fonte: Duménil e Lévy (2007, p. 46).

Europa se refere a Alemanha, França e Reino Unido. A taxa de lucro é a razão entre o lucro e o estoque de capital fixo. Os lucros incluem os impostos, os juros e os dividendos.

²⁰ Isso é totalmente diferente de atribuir a queda da taxa de lucro ao aumento dos salários e, portanto, à queda da relação lucros/salários, como propõem os adeptos da perspectiva do *profit squeeze*. O movimento determinante é o da composição do capital.

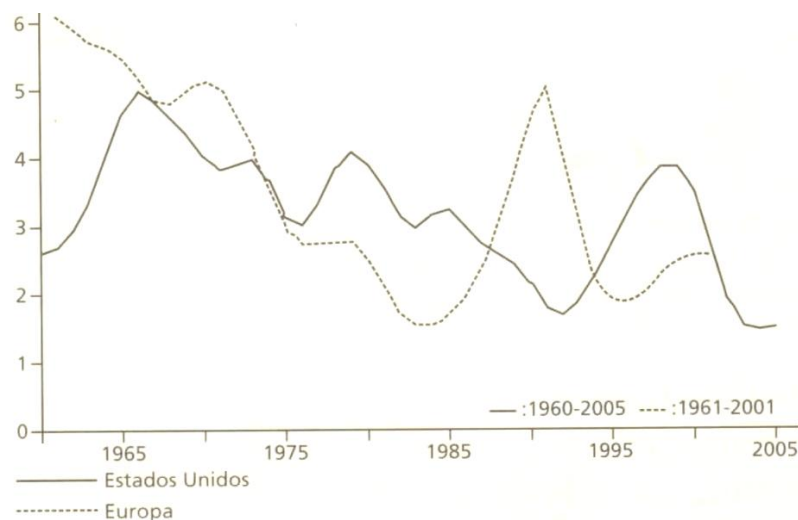
²¹ A queda da taxa de lucro no período é atestada por outros autores. De acordo com Moseley (1997, p. 24-5), a taxa de lucro nos Estados Unidos caiu de 22% em 1947 para 12% em 1975, notando-se que as estimativas do autor levam em conta, além da taxa de mais-valia e da composição do capital, a razão entre trabalho improdutivo e trabalho produtivo. Segundo Caputo (2005, p. 55), a taxa de lucro das empresas domésticas não financeiras nos Estados Unidos caiu de 21% em 1966 para 10,2% em 1982, sendo que a tendência não se restringiu à taxa de lucro: a *massa* de lucro das empresas ficou estagnada entre 1968 e 1983, o que “constitui uma das características fundamentais que explicam a crise de crescimento lento ou a fase descendente do ciclo longo” (*ibid.*, p. 54).

A queda da taxa de lucro é o principal determinante da crise, dadas as suas repercussões sobre a taxa de acumulação, como veremos na subsecção seguinte.²² Além da baixa da taxa de lucro, registra-se o esgotamento do arranjo monetário-financeiro internacional de Bretton Woods, em princípios dos anos 1970, sinalizando a perda de importância do dólar como moeda de reserva internacional e o fenômeno subjacente do declínio da hegemonia norte-americana. De qualquer modo, tal declínio não pode ser considerado como um fator primário de deflagração da crise.²³

3.1.2 O ingresso na fase depressiva

A fase que se inicia em meados dos anos 1970 corresponde a uma crise estrutural do MPC. A crise se traduz, desde logo, na redução do ritmo da acumulação de capital (Gráfico 3.2). Nos Estados Unidos, a taxa de acumulação, que havia sido de 4,4% na média do período 1965-1974, diminuiu para 3,3% em 1975-1984; na Europa, a redução foi maior: de 4,8% para 2,3% (conforme estimativa de Duménil e Lévy, 2007, p.50).

Gráfico 3.2
Taxa de acumulação – Europa e Estados Unidos



Fonte: Duménil e Lévy (2007, p. 46).

Europa se refere a Alemanha, França e Reino Unido. A taxa de acumulação é a taxa de crescimento do estoque líquido de capital fixo.

²²Ver Shaikh (1987).

²³ Nesse ponto, discordamos do ponto de vista de Bach (1998), que atribui à crise da hegemonia norte-americana importância comparável à queda da taxa de lucro na explicação da crise dos anos 1970, do mesmo modo que antes apontara a consolidação daquela hegemonia como um dos determinantes do *boom*. Por outro lado, podemos adicionar aos fatores secundários (ou de propagação) da crise estrutural a crise da dívida externa dos países dependentes em princípios dos anos 1980 (cf. Carcanholo e Nakatani, 2006, p. 5).

Por sua vez, a desaceleração da acumulação é acompanhada do aumento da taxa de desemprego. A Tabela 3.1 apresenta a evolução das taxas de lucro, de acumulação e de desemprego antes e depois da crise.

Tabela 3.1
Taxas de lucro, de acumulação e de desemprego – Estados Unidos e Europa

%	Estados Unidos		Europa	
	1965-1974	1975-1984	1965-1974	1975-1984
Taxa de lucro	20,7	15,9	19,1	14,1
Taxa de acumulação	4,4	3,3	4,8	2,3
Taxa de desemprego	4,6	7,7	2,1	6,2

Fonte: Duménil e Lévy (2007, p. 50).

Europa se refere a Alemanha, França e Reino Unido.

Em 1974-1975, ocorre a primeira recessão generalizada desde a Segunda Guerra Mundial, cujo ineditismo decorre, de acordo com Husson (1999a, p. 31), não só da sua amplitude, mas também da sua simultaneidade: “Até aí, as recessões ocorridas em cada país eram nitidamente menos marcadas e sobretudo mantinham-se relativamente dessincronizadas, porque a diferença das conjunturas nacionais impedia uma amplificação da recessão”. O autor associa a propagação da recessão à abertura ao comércio internacional, que caracteriza o fim dos anos 1960, e à crise do sistema monetário internacional, que se torna evidente com a crise do dólar de 1971 (*ibid.*, p. 31-2).

Por algum tempo, os Estados nos países capitalistas avançados lançam mão do velho recurso aos mecanismos keynesianos de estímulo à demanda, que, no entanto, se mostram ineficazes para promover a retomada dos investimentos e até contribuem para aprofundar a crise.²⁴ Com efeito, em 1980-1982 tem lugar uma segunda recessão generalizada.

O problema de base reside na taxa de lucro,²⁵ que segue em queda livre até inícios dos anos 1980. Coloca-se, portanto, na ordem do dia a necessidade de uma estratégia de recuperação da rentabilidade, condição necessária, ainda que não suficiente, para a retomada da acumulação. Ora, uma das razões fundamentais para a aludida deterioração da taxa de lucro é a incapacidade de reação da taxa de mais-valia no período imediatamente posterior à

²⁴ “As políticas de sustentação da atividade prolongaram a prosperidade, ao preço de um *adiamento keynesiano* e inflacionário de alguns anos. Essas políticas podiam retardar a manifestação efetiva das tendências dentro das empresas não financeiras, mas não evitá-las. [...] A aceleração da inflação fez soar as campainhas que anunciavam a morte das políticas keynesianas” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 239-40).

²⁵ “Quando a taxa de lucro está caindo, quando a indústria mostra um excesso de capacidade produtiva em muitos setores, mesmo uma expansão importante do mercado não oferece incentivos para um incremento dos investimentos produtivos [...]” (MANDEL, 1976, p. 121).

crise (até fins dos anos 1970).²⁶ Frente a isso, impunha-se uma estratégia radical de elevação da taxa de exploração:

Sem o restabelecimento no longo prazo do desemprego estrutural crônico, sem o restabelecimento do “senso da responsabilidade individual” (isto é, sem sérios cortes nos benefícios da seguridade social e nos serviços sociais), sem uma política de austeridade generalizada (isto é, com estagnação ou queda dos salários reais) não pode ocorrer um nítido e rápido restabelecimento da taxa de lucro: essa é a nova [sabedoria] econômica (MANDEL, 1986, p. 87-8).

É esse, portanto, o sentido da guinada observada no conjunto das economias capitalistas avançadas, no início dos anos 1980, em direção às políticas neoliberais.²⁷ Entenda-se, portanto, que a ascensão do neoliberalismo se deve, rigorosamente, à incapacidade do capital de superar a crise mediante os instrumentos habituais prevalecentes nas duas décadas e meia posteriores à Segunda Guerra Mundial. Conforme veremos, no entanto, a adoção da nova estratégia, se por um lado permitiu uma certa recuperação da taxa de lucro, por outro mostrou-se incapaz de promover o retorno da acumulação aos seus níveis anteriores. No que se segue, procuramos acompanhar o percurso da nova fase do capitalismo. Para isso, o passo inicial consiste em examinar a tendência de longo prazo das principais variáveis que incidem sobre a rentabilidade do capital. Isso implica avaliar: i) a profundidade do processo de restauração da taxa de mais-valia; ii) a evolução da composição do capital. Em cada caso – pelo menos se seguirmos a sugestão de Mandel (1986) –, a explicação do comportamento da variável deve remeter ao caráter específico assumido pelo conflito de classes durante a fase depressiva.

A política econômica e social posta em prática sob a égide do neoliberalismo a partir dos anos 1980 se inscreve nessa lógica de recuperação da taxa de lucro,²⁸ ao procurar incidir sobre os principais fatores que influenciam essa taxa (MONTES, 1999, p. 143). A tarefa primordial consistia em assegurar as condições para uma recuperação importante da taxa de mais-valia. Isso exigia inevitavelmente o fim das “concessões arrancadas ao capital” (para usar a certa expressão de Marx)²⁹ referentes às condições que presidiram a exploração da força de trabalho durante a fase expansiva (conforme veremos na seção seguinte). A fim de

²⁶ De acordo com Duménil e Lévy (2007, p. 53 e 73), no período 1975-1984 a produtividade do trabalho e o custo salarial (o custo total médio de uma hora de trabalho) crescem a taxas semelhantes – respectivamente, 1,0% e 1,1% nos Estados Unidos, 2,5% e 2,4% na Europa (taxas de variação anual). Como resultado da evolução desses dois fatores, o “profit share” (uma *proxy* da taxa de mais-valia) permanece mais ou menos estável. A estimativa de Shaikh e Tonak (1994, p. 127) para a taxa de mais-valia “marxiana” (na qual o capital variável se refere apenas à remuneração dos trabalhadores produtivos) nos Estados Unidos mostra que a virada só ocorre em 1981.

²⁷ Conforme observa Husson (1999, p. 33): “[...] em todos os países se aplicam [...] políticas que já não visam a sustentar a procura, mas a restaurar o lucro”.

²⁸ O tema é tratado amplamente em Montes (1999).

²⁹ Ver Marx (1984a, p. 90; 1983, p. 220).

levar a cabo tal objetivo, no entanto, era necessário, preliminarmente, quebrar a resistência dos trabalhadores (conforme Mandel escreve neste texto datado de 1980):

[..] para incrementar a taxa de lucro na medida necessária para mudar todo o clima econômico, nas condições do capitalismo, os capitalistas têm primeiro de quebrar decisivamente a força organizativa e a combatividade da classe operária nos países industrializados mais importantes (MANDEL, 1986, p. 98).

Nesses termos – e de modo similar ao período que antecedeu a fase de prosperidade do pós-guerra –, a fase de predomínio do neoliberalismo se inicia com o lançamento de um ataque frontal aos trabalhadores, destinado a alterar em favor do capital a correlação de forças sociais.³⁰

O contexto histórico favorecia claramente essa investida do capital. Para além dos efeitos da crise capitalista sobre as instituições da classe trabalhadora, triunfou a percepção dos neoliberais quanto ao próprio estatuto dos sindicatos, responsáveis, segundo essa perspectiva, pelo bloqueio ao livre funcionamento do mercado de força de trabalho.³¹ Nessas circunstâncias, o escopo dessa ofensiva não se limitaria à recomposição das condições de valorização do capital:

A ofensiva contra as condições de vida e os direitos dos trabalhadores que se pôs em marcha tinha o fim econômico imediato de favorecer a recuperação da taxa de rentabilidade, mas ao mesmo tempo tratou de *criar as condições para implantar uma hegemonia prolongada e indiscutível do capital nas relações sociais* (MONTES, 1999, p. 145; grifo nosso).

Essa ofensiva contra a força de trabalho teve como resultado um aumento acentuado do grau de exploração do trabalho. De acordo com Shaikh e Tonak (1994, p. 129), a taxa de mais-valia nos Estados Unidos se acelerou no período 1980-1989, acumulando um crescimento de 17,9% (1,8% a.a.). Para que se tenha uma noção da dimensão desse aumento, basta notar que, em todo o período 1948-1980, ela havia crescido apenas 21,8% (0,6% a.a.).³² Os autores atribuem tal evolução ao ataque sistemático desencadeado pela classe capitalista contra os padrões de vida e as condições de trabalho dos trabalhadores. Reservamos para a

³⁰ Cf., entre outros, Montes (1999, p. 145).

³¹ “[...] para o neoliberalismo, os sindicatos são associações intrinsecamente perversas. Com a força adquirida, impuseram leis que contradizem a liberdade do mercado e impediram o livre jogo da oferta e da demanda, perturbando a ordem *natural* das coisas (ou pelo menos a ordem desejável). Por isso, compreendendo que a raiz última da rigidez [do mercado de trabalho] é o instinto de associação dos trabalhadores, os neoliberais, ao tempo em que desregularam o máximo possível as relações de trabalho, traçaram como objetivo para si debilitar os sindicatos” (MONTES, 1999, p. 79).

³² A estimativa de Moseley (1997, p. 33) para a taxa de mais-valia nos Estados Unidos no mesmo período aponta um crescimento de 34% (de 1,70 em 1980 para 2,28 em 1989), o que corresponde a um crescimento anual médio de 3,3%. Tendência semelhante é constatada por Duménil e Lévy (2007, p. 59) para um outro indicador, a parcela dos lucros no produto, que, tanto na Europa como nos Estados Unidos, cresce a partir da primeira metade da década de 1980.

subseção 3.2.2 uma discussão mais detalhada dos fatores que proporcionaram essa elevação da taxa de mais-valia.

Entre os demais fatores da recuperação da taxa de lucro, cabe destacar o crescimento mais lento da composição do capital nos anos 1980. A estimativa de Shaikh e Tonak (1994, p. 129) para a composição-valor ajustada do capital nos Estados Unidos é de um crescimento acumulado de 6,9% no período 1980-1989 (média anual de 0,7%). (Compare-se isso com o crescimento de 77,4% no período 1948-1980, correspondendo a uma média anual de 1,6%.)³³ Alguns autores atribuem essa evolução da composição do capital ao menor ritmo de adoção, no período, de tecnologias mais capital-intensivas.³⁴ Outros destacam o processo de desvalorização de capitais (impulsionado, inclusive, pela grande onda de fusões).³⁵

Em relação à desvalorização de capitais, a ação da política neoliberal é ambígua. De um lado, a mudança de postura do Estado implicou, a partir dos anos 1980, um amplo processo de eliminação de capitais não-rentáveis, fenômeno que atingiu não apenas os Estados Unidos, mas também a Grã-Bretanha, a Europa continental e a Ásia (HARMAN, 2007, p. 8-9).³⁶ Além disso, a política adotada produziu uma série de medidas que favoreceram a eliminação de capitais ineficientes. Katz (2002a, p. 19) cita como exemplos disso as medidas de “austeridade” no setor público e a pressão por “competitividade” (reestruturação do capital) no setor privado, além das privatizações, que reorganizaram empresas estatais e transferiram seus ramos lucrativos ao setor privado. Numa outra frente, entretanto, a política em vigor foi muito eficiente no resgate a capitais privados em dificuldades, especialmente no contexto das crises da década de 1990 (KATZ, 2002a, p. 19; HARMAN, 2007, p. 9). Esse último conjunto de medidas, evidentemente, impediu que o processo de desvalorização de capitais se completasse.³⁷

³³ Moseley (1997, p. 33), por sua vez, aponta uma queda de 11% na composição-valor do capital no período 1980-1989.

³⁴ Cf. Shaikh e Tonak (1994, p. 129). Ver também Moseley (1997, p. 32). Por outro lado, até que ponto a adoção de novas tecnologias teria contribuído para o barateamento do capital constante é objeto de controvérsia. Segundo Caputo (2005, p. 65-6), por exemplo, os preços da maquinaria, equipamentos e *software* caíram nos Estados Unidos entre 1980 e 2003.

³⁵ Cf. Katz (2002a, p. 19).

³⁶ “Teve lugar uma mudança importante no funcionamento do sistema desde aproximadamente a década de 1980 em diante – as crises começaram a implicar falências generalizadas pela primeira vez desde os anos entreguerras” (HARMAN, 2007, p. 8). O autor considera que o freio no crescimento da composição do capital em função do processo de destruição de capitais ocorreu pelo menos até a metade dos anos 1990.

³⁷ Harman (2007, p. 5) observa que o dilema entre deixar quebrar e socorrer é uma característica da ação do Estado desde a década de 1960, quando as taxas de lucro começaram a cair: “Os Estados intervieram para evitar a ameaça de grandes falências. Mas, ao fazê-lo, impediram que a reestruturação fosse suficiente para superar as pressões que haviam causado a ameaça de bancarotas”. Um outro fenômeno do desenvolvimento capitalista em parte do período do pós-guerra que impediu um saneamento mais amplo da economia foi a inflação, que permitiu a sobrevivência de empresas menos eficientes (ver Bach, 1998). Mas seu efeito sobre a

A taxa de lucro nas economias avançadas se beneficiaria ainda de uma nova aceleração da taxa de rotação do capital. Adicionalmente, da transferência de valor por parte das economias dependentes (CARCANHOLO, R., 2008).³⁸

Graças aos fatores mencionados, registrou-se uma recuperação da taxa de lucro, conforme têm atestado vários analistas da dinâmica recente do capitalismo. As divergências quanto a isso envolvem o início dessa recuperação e, principalmente, o seu alcance (a taxa de lucro retornou ou não ao pico anterior à crise?). Em relação ao primeiro aspecto, alguns autores situam a recuperação da taxa de lucro no começo dos anos 1980, outros em meados dessa década, outros ainda a retardam até o início dos anos 1990.³⁹

Quanto ao alcance da recuperação, diversas estimativas mostram que as taxas de lucro *não* voltaram ao patamar da fase anterior. De acordo com Shaikh e Tonak (1994, p. 129), por exemplo, a taxa de lucro “marxiana” cresceu 8,3% no período 1980-1989, recuperando cerca de 7% do seu valor inicial (1948).⁴⁰ No entanto, estimativas que se estendem até um período mais recente dão conta de uma recuperação mais acentuada da rentabilidade. Esse é o caso de Duménil e Lévy (2007, p. 97), que afirmam: “Nos Estados Unidos, a taxa de lucro recuperou em fins do período o nível que tinha em começos dos anos 1970. Na Europa, se recuperou o nível de meados dos sessenta”. (As estimativas dos autores vão até 2005 para os Estados Unidos e até 2001 para a Europa.)⁴¹ De qualquer modo, caberia notar que, no caso dos Estados Unidos, a taxa de lucro não atingiu o pico da fase anterior, correspondente a meados dos anos 1960, como o Gráfico 3.1 deixa claro.

O passo seguinte consiste em examinar até que ponto a recuperação da taxa de lucro proporcionou as bases para uma retomada sustentada da acumulação. Num primeiro momento, o restabelecimento da taxa de lucro em meados dos anos 1980 é acompanhado da retomada do crescimento, a despeito das medidas de austeridade salarial adotadas para

taxa de lucro é contraditório, pois ela é também responsável por frear uma queda rápida da taxa de mais-valia (ver Mandel, 1982, p. 296).

³⁸ Referindo-se aos Estados Unidos, Caputo (2005, p. 59) destaca a importância dos lucros recebidos do exterior para o crescimento acelerado dos lucros globais das empresas do país entre 1987 e 2003. O ponto será retomado no capítulo 4.

³⁹ Segundo Caputo (2005, p. 44), as elevadas taxas de lucro se iniciam em meados da década de 1980 e têm grande incremento na década de 1990.

⁴⁰ Esse é também o ponto de vista de Moseley (1997, p. 31), segundo o qual a taxa de lucro subiu de 12% em 1975 para 16% em 1994 – o que significa que ela recuperou apenas cerca de 40% do declínio anterior, estando 25-30% abaixo do seu pico em meados dos anos 1940. Ver também Marquetti (2004, p. 7). Essa recuperação apenas parcial da taxa de lucro pode ser atribuída principalmente à já referida interrupção do processo de desvalorização de capitais. Além disso, à não aplicação massiva de inovações tecnológicas (que ao mesmo tempo favoreceria a produção de mais-valia relativa e o barateamento do capital constante).

⁴¹ Ver também Husson (2000, 2008). Caputo (2005, p. 44) sustenta que, “nos anos 1990, a taxa de lucro aumentou, alcançando os níveis anteriores à fase de crescimento lento ou de onda longa descendente que se inicia nos anos 1970”.

recuperar a rentabilidade (HUSSON, 1999a, p. 33). O curto fôlego dessa estratégia ficaria evidente, no entanto, na manifestação de uma nova recessão no início dos anos 1990. Essa terceira recessão traz um fato novo, a saber, que “os ciclos nacionais são menos nitidamente sincronizados” (*ibid.*, p. 34). Resta acompanhar a evolução, após essa recessão, das principais variáveis que definem a dinâmica capitalista.

3.1.3 Rumo a uma nova fase ascendente?

Existe um amplo consenso no sentido de que o período compreendido entre meados dos anos 1970 e o final dos anos 1980 conforma uma clara fase descendente do capitalismo, considerando-se o comportamento das taxas de acumulação, de crescimento do produto e de crescimento da produtividade do trabalho nas principais economias avançadas. O consenso se desfaz, entretanto, quando se trata de avaliar a emergência ou não de uma nova fase ascendente a partir dos anos 1990.

Vejam, em primeiro lugar, o comportamento da taxa de acumulação de capital. A trajetória dessa variável, sobretudo dos anos 1990 em diante, tem-se afastado bastante do padrão vigente no *boom* anterior. Isso em três sentidos: i) o patamar atingido na média da economia mundial é nitidamente inferior, sendo que a performance singular de certas economias dependentes não é capaz de compensar a das economias avançadas;⁴² ii) não se registrou uma retomada simultânea da acumulação nos três principais polos da economia mundial (Estados Unidos, Europa e Japão) (ver Gráfico 3.2);⁴³ iii) os períodos de crescimento da acumulação têm sido relativamente curtos. Na descrição de Bihl (2009), temos “uma sucessão de reativações que fracassam rapidamente sob a forma de recessões, de estagnações, inclusive de minidepressões; em suma, uma sucessão de *stop and go* [...]”. O autor enumera os episódios:

[...] a recuperação dos anos 1985-1987, que finaliza com o *crack* de Nova York de outubro de 1987; a recuperação dos anos 1988-1991, que desemboca (além de fazê-lo na primeira Guerra do Golfo) no estouro da bolha imobiliária japonesa, na última grande crise monetária europeia de 1992 e na recessão de 1993; a tímida recuperação dos anos 1994-1997, que se anula com a crise financeira asiática (Coreia, Indonésia, Malásia, Filipinas) prolongada pelas de Rússia, México e Brasil no ano seguinte; a viva recuperação de 1998-2001 (a suposta “*nova economia*”) que

⁴² A avaliação de Caputo (2005, p. 45) sobre o comportamento dos investimentos (um dos componentes da taxa de acumulação de capital) dos anos 1990 em diante destoa dessa interpretação: “Os investimentos nos países desenvolvidos, e particularmente nos Estados Unidos, tiveram um crescimento muito elevado”. Duménil e Lévy (2007) atribuem a ideia de uma recuperação dos investimentos nos Estados Unidos à utilização do conceito de investimento bruto em vez do de investimento líquido. (Ver p. 96, nota 2.)

⁴³ Esse aspecto é destacado por Katz (2002b), que chama a atenção para a “convergência da crise de superinvestimento norte-americana com a estagnação europeia, a recessão japonesa e o colapso da periferia”.

conduzirá ao estouro da bolha Internet em 2001-2002 e aos escândalos da Enron e de Vivendi-Universal; finalmente, uma nova recuperação em 2003-2004 sob o efeito da bolha imobiliária nos Estados Unidos, que sabemos aonde levou (BIHR, 2009).

O primeiro e o terceiro aspectos – incrementos da taxa de acumulação pequenos e de curta duração – são característicos das fases descendentes.

Pelo menos até meados da década de 1990, essa fragilidade da taxa de acumulação poderia ser atribuída à recuperação apenas parcial da taxa de lucro.⁴⁴ A ideia subjacente é que um patamar mais baixo da taxa de lucro reduz, tudo o mais constante, os recursos disponíveis para o investimento produtivo. Como explicar, porém, a manutenção da baixa performance da taxa de acumulação de meados dos anos 1990 em diante, quando a taxa de lucro experimenta um crescimento mais acentuado?

Enquanto nas duas primeiras décadas da crise (de meados dos anos 1970 a meados dos anos 1990), a baixa taxa de acumulação seria explicada basicamente pela trajetória da taxa de lucro – o que significa que a crise nessa primeira etapa evolui segundo um padrão conhecido –, a partir daí o baixo ritmo da acumulação prossegue *a despeito* do nível atingido pela taxa de lucro.⁴⁵ Tal fenômeno, aliás, constituiria a marca do período mais recente da crise. Ele mostra que a crise estava destinada a perdurar por mais tempo do que se poderia esperar a partir do mero comportamento da rentabilidade do capital.

As explicações para a desconexão na trajetória das duas variáveis são diversas. Duménil e Lévy (2007, p. 117) argumentam que o aumento da taxa de lucro (antes do pagamento dos juros e dos dividendos) foi confiscado pelas “finanças”, de modo que o declínio da taxa de acumulação se explica pela queda da taxa de lucro *retido*.⁴⁶ Por sua vez, Husson (1999a) atribui o fosso entre a rentabilidade e a taxa de acumulação à adoção, no período pós-crise, de uma “norma de consumo” incapaz de assegurar saídas suficientes para a produção. Nessa linha, Bihl (2009) defende que o problema consiste no crescimento da participação relativa da mais-valia no produto; ou, em seus próprios termos, no “excesso de

⁴⁴ Assim, Moseley (1997, p. 34) afirma: “O crescimento limitado da taxa de lucro desde meados dos anos 1970 explica por que o crescimento lento e a estagnação continuaram nessas décadas: a taxa de lucro ainda não cresceu suficientemente para tornar possível um retorno a uma taxa de expansão mais rápida”.

⁴⁵ Assim, Husson (2008): “[...] apesar do restabelecimento da taxa de lucro, o capitalismo mundial não entrou numa nova fase expansiva”.

⁴⁶ “[...] o benefício do novo aumento da taxa de lucro [...] foi desviado em favor dos proprietários de capitais em virtude da alta das taxas de juros reais e da distribuição massiva de dividendos; essas tomadas de rendas não estimularam a poupança nem especialmente a acumulação de capital; longe de direcionar-se para o sistema produtivo, as somas desviadas reforçaram a transferência de riquezas para as finanças [...]” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 186). Voltaremos a esse ponto.

mais-valia na distribuição do ‘valor agregado’”. Tal situação desemboca, para ele, numa “insuficiência das saídas por subconsumo dos assalariados”.⁴⁷

Uma resposta acabada a essa questão não é possível nos marcos do presente trabalho. Em todo caso, a emergência dessa contradição é suficiente para demonstrar a profundidade da crise com que se debate o capitalismo contemporâneo. E – no que aqui nos interessa – para deixar claro que o capitalismo não ingressou numa nova fase expansiva.

Uma segunda questão relacionada à possibilidade de conformação de uma nova fase ascendente diz respeito à expansão do capital na esfera financeira, que nas décadas recentes assumiu proporções inusitadas. Essa expansão é, em grande medida, *a contrapartida do baixo ritmo da acumulação de capital produtivo*. Com efeito, dada a baixa taxa de acumulação que caracteriza toda a fase (com exceções muito pontuais), coloca-se de imediato a questão dos destinos dados à parcela não consumida da mais-valia.⁴⁸ É inegável que grande parte dos excedentes das empresas não financeiras teve como destino o circuito financeiro, sob a forma de capital portador de juros,⁴⁹ ao que veio juntar-se uma expansão sem precedentes do capital fictício. Tal processo ganhou impulso a partir da década de 1980, em função das medidas de liberalização e desregulamentação financeiras adotadas por toda parte.

O anterior significa que, na contramão de certas interpretações do capitalismo contemporâneo, a expansão do capital na esfera financeira é *consequência*, e não causa, da queda dos investimentos produtivos.⁵⁰

Posto isso, cabe indagar o significado dessa expansão do capital para a esfera financeira no tocante à passagem a uma nova fase expansiva. Algumas análises, que realçam, apropriadamente, o vínculo dessa expansão financeira com a baixa rentabilidade dos investimentos produtivos, consideram essa expansão como sintoma de uma fase de estagnação prolongada do capitalismo.⁵¹ Uma avaliação desse ponto requer, de qualquer modo, que se examinem mais de perto as repercussões da expansão do capital no âmbito financeiro sobre a acumulação de capital produtivo. Não seria o enorme desenvolvimento dos

⁴⁷ O argumento não se sustenta. Equivale a afirmar que a realização da produção social depende essencialmente da demanda proveniente dos assalariados.

⁴⁸ Alguns autores têm identificado entre as características da fase atual uma tendência de crescimento do consumo improdutivo da mais-valia. Ver, por exemplo, Bihr (2009), que destaca a “explosão do consumo de luxo”.

⁴⁹ A expansão financeira não decorre apenas do movimento percorrido pelos lucros não investidos das empresas não financeiras (ou seja, pela mais-valia gerada no processo produtivo e não acumulada produtivamente). Inclui também, ainda que de forma secundária, a poupança da parcela dos salários destinada a constituir um fundo para a aposentadoria.

⁵⁰ “O argumento comum diz que o investimento era fraco porque o capital financeiro se impunha, mas a realidade é que o capital financeiro crescia porque o investimento era fraco” (ASTARITA, 2008b, p. 20).

⁵¹ Por exemplo, Montes (1999, p. 106).

mercados, operações e instrumentos financeiros nas últimas décadas uma poderosa alavanca do investimento produtivo? Essa questão não admite uma resposta simples, tendo em vista o caráter contraditório da relação entre as dimensões financeira e produtiva do capital (mais precisamente, entre o capital portador de juros e o capital em função).

Por um lado, a expansão do capital na esfera financeira pode-se tornar prejudicial ao avanço dos investimentos produtivos. A razão é fácil de compreender, se recordarmos que a canalização de um volume crescente de capitais para aplicações financeiras resultará num aumento da pressão sobre o fundo único a partir do qual, em última instância, têm que ser remunerados tanto os capitais envolvidos na produção de mais-valia quanto aqueles que, ao se manterem em atividades financeiras (inclusive naquelas de natureza puramente especulativa), apenas reivindicam apropriar-se de parte dela. Por mais que a massa de mais-valia possa expandir-se (veremos adiante como o capital tem tentado ultrapassar as barreiras nessa direção), pode-se chegar a um ponto em que a massa de lucro destinada à acumulação produtiva se veja circunscrita dentro de limites mais estreitos. Assim, embora a expansão financeira não seja a causa primária do baixo nível dos investimentos produtivos, pode-se tornar um fator de *agravamento* do problema.

A pressão por apropriação da mais-valia por parte dos capitais que buscam valorização no circuito financeiro cresceu não apenas em função do volume desses capitais, mas também das elevadas taxas de juros que estiveram em voga em grande parte da fase atual. As altas taxas de juros decorreram da forte demanda originada pelos desequilíbrios financeiros em nível internacional e no interior dos países, assim como das políticas anti-inflacionárias aplicadas por toda parte (MONTES, 1999, p. 105-7).

Nada disso significa que estejamos vivendo uma fase do capitalismo sob dominância do “capital financeiro”, fictício ou especulativo. Tais formas do capital continuam subordinadas ao capital produtivo, no sentido preciso de que os rendimentos que lhes correspondem são, em última instância, mais-valia oriunda da esfera da produção. Por esse motivo, é equivocado o ponto de vista segundo o qual o domínio do “capital financeiro” é a característica por excelência da presente fase do capitalismo.⁵²

Por outro lado, a expansão do capital na esfera financeira, no que diz respeito ao capital portador de juros, pode, dentro de certos limites, favorecer o avanço dos investimentos produtivos e, mais amplamente, auxiliar a reprodução do capital ao prover uma saída provisória aos problemas de realização (associados à tendência de baixo crescimento dos

⁵² Essa crítica é formulada, por exemplo, por Husson (2000, p. 19).

salários reais que caracteriza a fase atual) mediante o aumento do consumo das camadas sociais que auferem ganhos financeiros.⁵³

Os dois aspectos acima devem ser considerados em qualquer avaliação acerca do papel da expansão do capital na esfera financeira, seja no prolongamento da fase depressiva do capitalismo, seja em sua superação. O balanço até agora parece pender para a primeira dessas alternativas. Isto é, embora a expansão financeira não seja o determinante fundamental da trajetória medíocre da acumulação, certamente tem contribuído para enfraquecê-la.⁵⁴

Além da debilidade da taxa de acumulação e da expansão financeira, três outros fenômenos da fase atual do capitalismo devem ser levados em conta em conexão com a questão da passagem a uma nova expansão de longo prazo.

1) *A expansão capitalista em direção a novos países e setores de atividade* (KATZ, 2000, p. 94). No primeiro caso, essa expansão resultou da derrocada dos regimes de “socialismo real”, da incorporação da China ao mercado capitalista etc. No caso dos novos setores, a expansão foi produto das políticas de liberalização dos movimentos de capital, assim como das políticas de privatização de atividades produtivas desempenhadas pelo Estado, de serviços públicos (principalmente educação e saúde) e da seguridade social. Em ambos os casos, o objetivo da expansão é o aumento do campo de produção de mais-valia: “A exploração se expande com o propósito de ampliar o trabalho produtivo, que é o gerador direto de mais-valia. Esse é o objetivo da privatização de todo tipo de atividades econômicas e da ‘universalização do capital’ a todos os rincões do planeta” (KATZ, 1998, p. 4).

Todo o processo de mundialização do capital, que se aprofunda no período, obedece à mesma lógica de ampliação do campo de valorização do capital, na tentativa de superar a crise desencadeada pela queda da taxa de lucro.⁵⁵ O meio encontrado para isso não tem em si nada de novo: a busca de regiões em que o grau de exploração da força de trabalho é mais elevado.⁵⁶ É verdade que os baixos salários são um estímulo insuficiente para determinar a direção dos fluxos de investimento produtivo;⁵⁷ de qualquer modo, a *ameaça* de

⁵³ Ver Montes (1999, p. 108 e 138) e Husson (1999b).

⁵⁴ Montes (1999, p. 108) tem razão ao considerar “muito improvável que o capitalismo inicie uma onda longa expansiva sem antes sofrer profundas convulsões que depurem o sistema da montanha financeira que suporta”.

⁵⁵ “A globalização da economia mundial se desenvolve como uma resposta aos baixos níveis da taxa e da massa de lucro em inícios dos anos 1970, como resultado de uma tendência decrescente da taxa de lucro das décadas anteriores” (CAPUTO, 2005, p. 43).

⁵⁶ “[...] a progressiva eliminação, desde os anos 1980, dos entraves aos movimentos internacionais de capital, permitiu que o capital se expandisse à ‘caça’ de ‘trabalho barato’ em países de abundante oferta de mão de obra, contribuindo para aumentar a taxa de lucro” (BACH, 2008).

⁵⁷ A propósito, Moseley (1997, p. 36-7) lembra que “o capital estadunidense investido no exterior é ainda menos de 10% do total do capital estadunidense total, e a maior parte desse investimento está em outros países avançados, e não nos países em desenvolvimento com baixos salários”.

deslocalização tem-se revelado eficaz para dobrar a resistência dos trabalhadores (MONTES, 1999, p. 119).⁵⁸

Por outro lado, os efeitos da expansão capitalista das últimas décadas são contraditórios no tocante à taxa de acumulação. A propósito dos países recém-incorporados à esfera de produção de mais-valia ou ao mercado capitalista, Katz (2002b) avalia que esse fenômeno não gerou um salto significativo na acumulação. Uma consideração semelhante é feita no tocante aos processos de privatização de empresas estatais e de serviços públicos.⁵⁹ Enfim, o fato de a taxa de acumulação permanecer em níveis muito baixos é um reflexo da dificuldade do capital de encontrar campos de acumulação rentáveis (HUSSON, 2000, p. 17).

2) *A emergência de uma nova revolução tecnológica.* Essa revolução se baseia na difusão da microeletrônica e das novas tecnologias de informação (KATZ, 2000, p. 95). Uma revolução tecnológica, na linha do que foi dito anteriormente a propósito do *boom* do pós-guerra, seria duplamente importante para a consolidação de uma nova fase ascendente: contribuiria para impulsionar a produção de mais-valia relativa e, dessa forma, manter a taxa de mais-valia em patamar elevado; e expandiria o mercado de bens de consumo dos assalariados, ao possibilitar a elevação dos salários reais.

De acordo com Mandel (1986, p. 36),

[...] longos períodos com taxas de lucro geralmente decrescentes tendem a fomentar a pesquisa orientada para conseguir avanços radicais no campo da redução dos custos de produção (isto é, transformações tecnológicas *radicais*), ao tempo em que [...] não fomentam as inovações tecnológicas radicais em grande escala; isto é, tendem a concentrar o investimento normal em investimento para a racionalização.

É, portanto, no curso da fase depressiva da onda longa que têm lugar a intensificação da pesquisa e as inovações básicas iniciais, enquanto que a intensificação das inovações radicais só ocorre *depois* da passagem à nova onda longa, tendo em vista os montantes de capital necessários para fazer face a esse tipo de inovação (*ibid.*). Posto isso, cabe indagar se uma revolução tecnológica em sentido estrito teria ocorrido no curso da fase atual do capitalismo. O próprio Mandel era de opinião contrária, na medida em que avaliava que a fase depressiva iniciada nos anos 1970 não fora superada.⁶⁰

⁵⁸ “A *deslocalização* – facilidades para deslocar as atividades produtivas de um país a outro pelas possibilidades que outorgam a mobilidade do capital e o livre-câmbio – se converteu numa ameaça para todos os trabalhadores do mundo, qualquer que seja o grau de desenvolvimento de suas economias, pois sempre existirá um país no qual os salários são mais reduzidos e os direitos sociais estão mais degradados. [...] como ameaça [a deslocalização] tem um impacto contundente para dobrar a resistência dos trabalhadores de todos os países” (MONTES, 1999, p. 119).

⁵⁹ Ver Katz (2002b).

⁶⁰ Katz (2002b) se refere ao “estado ainda embrionário da revolução tecnológica”, associando tal característica ao fato de ela não ter sido acompanhada de um crescimento da demanda. Albarracín (2009, p. 16-7) também se

Em favor dessa interpretação, pode-se mencionar a tendência de crescimento mais lento do progresso técnico, sinalizada pela queda na taxa de crescimento da produtividade do trabalho.⁶¹ De acordo com Duménil e Lévy (2007, p. 53), a produtividade (medida pelo produto real por hora trabalhada), que crescera 2,2% a.a. nos Estados Unidos entre 1965 e 1974, cresceu apenas 1,0% a.a. entre 1975 e 1984. Na Europa (Alemanha, França e Reino Unido), a taxa passou de 4,6% a.a. a 2,5% a.a. nos mesmos períodos.⁶² Os autores mostram que, mesmo no período mais recente (1995-2005), a situação não mudou essencialmente: “A recuperação [da produtividade] é real, mas continua sendo débil” (*ibid.*, p. 55).⁶³

Enfim, a prova decisiva de que a fase depressiva teria ficado para trás continua sendo a de sempre: se a taxa de lucro cresceu de forma sustentada por um período longo o suficiente para assegurar a retomada da acumulação e – aí sim – prover as bases para a intensificação das inovações tecnológicas radicais e aumentos substantivos da produtividade do trabalho.

3) *Uma importante reorganização do processo de trabalho.* As reorganizações do processo de trabalho se vinculam à necessidade de *eleva a taxa de mais-valia* em circunstâncias em que a taxa média de lucro se encontra em declínio, como ocorre durante a maior parte da fase depressiva. Portanto, é nessa fase que o incentivo à introdução de mudanças radicais na organização do trabalho é maior (MANDEL, 1986, p. 39-40).

Não apenas a necessidade de mudar o processo de trabalho é maior durante a fase depressiva; também as condições objetivas são mais propícias para uma ofensiva mais dura contra os trabalhadores, na medida em que o avanço do desemprego solapa em grande medida a capacidade de resistência da classe trabalhadora.⁶⁴ A reorganização do trabalho então levada a cabo pode ser um fator decisivo para a transição a uma nova fase ascendente, dada a sua

manifesta contrário ao alcance da revolução tecnológica: “Não se observa uma nova renovação industrial-tecnológica com propósitos expansivos; é certo que há enormes avanços científicos e inventivos, mas as aplicações industriais destes se restringem e selecionam para racionalizar custos, não para um crescimento massivo associado a uma etapa de prosperidade”.

⁶¹ “Não há dúvida de que a produção está cada vez mais mecanizada e que, comparativamente, requer cada vez menos trabalho vivo. *No entanto, a rapidez desses progressos não deixou de diminuir desde meados dos anos sessenta*” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 52; grifado no original). “[...] a diminuição da taxa de crescimento da produtividade significa que o capitalismo de nossos dias continua desenvolvendo as forças produtivas, ainda que a um ritmo menor” (VALLE, 1998, p. 37).

⁶² A taxa de crescimento anual médio da produtividade (setor das empresas) no conjunto dos países do G-7 evoluiu de 4,3% no período 1960-1973 para 1,5% no período 1979-1993 (HUSSON, 1999a, p. 36, a partir de dados da OCDE).

⁶³ É importante observar que essas estimativas de produtividade não levam em conta a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo.

⁶⁴ “[Mandel] estudou como os capitalistas aproveitam os períodos depressivos, de aumento do desemprego, para generalizar a instauração de normas ‘racionalizadoras’ da atividade produtiva [...]” (KATZ, 2000, p. 88). Assim é que o taylorismo se generaliza no período 1914-1940 e o toyotismo, a partir de meados dos anos 1980.

repercussão sobre a taxa de mais-valia. Tal repercussão se dá, sobretudo, através do aumento da intensidade do trabalho.

Foi esse o papel cumprido pelo conjunto de inovações introduzidas no processo de trabalho a partir de meados dos anos 1980 nos principais países capitalistas. Essa reorganização, porém, não seguiu um modelo único. Certos aspectos do modelo taylorista-fordista são mantidos, ao mesmo tempo em que novos elementos são incorporados, sobretudo sob influência do chamado modelo japonês.⁶⁵ Além disso, essa reorganização não constitui um fenômeno generalizado, concentrando-se num conjunto de setores econômicos. Entre as características do modelo japonês,⁶⁶ as que têm maior incidência sobre o aumento da taxa de mais-valia são a operação de várias máquinas pelo mesmo operário, o trabalho em equipe, os círculos de controle de qualidade (CCQs) e a terceirização.

Por outro lado, as revoluções tecnológicas tornam possíveis e exigem transformações revolucionárias do processo de trabalho (MANDEL, 1986).⁶⁷ Ora, o fato de a revolução tecnológica ter ficado a meio caminho significa que a reorganização do processo de trabalho em curso baseou-se essencialmente em medidas de racionalização do trabalho, e apenas secundariamente na introdução de inovações tecnológicas. Embora isso não tenha constituído um freio ao crescimento da taxa de mais-valia, certamente impedirá incrementos maiores desta, na medida em que os aumentos obtidos têm decorrido menos de elevações da produtividade do trabalho do que da adoção de métodos que implicam redução do salário real.

Enfim, uma nova revolução tecnológica e a reorganização do processo de trabalho seriam fatores importantes para a emergência de uma nova fase expansiva por propiciarem um aumento da taxa de mais-valia, consolidando o salto inicial dela proporcionado pela contrarrevolução neoliberal. Como vimos, os dois processos não se consolidaram plenamente.

A questão da emergência ou não de uma nova fase expansiva continua sendo um divisor de águas entre os estudiosos do capitalismo contemporâneo. Assim, por exemplo, Montes (1999) insiste em que o neoliberalismo não foi capaz de superar a crise iniciada nos anos 1970. “Desde então, a evolução se ajustou aos traços das ondas longas: as depressões se sucedem com mais intensidade e as recuperações com menos vigor do que nos períodos de prosperidade em longo prazo” (MONTES, 1999, p. 135). O mesmo ponto de vista é

⁶⁵ Cf. Dedecca (2005, p. 104-5).

⁶⁶ Ver Grazia (2007, p. 41).

⁶⁷ “Cada tecnologia específica, radicalmente diferente da precedente, gira em torno de um tipo específico de sistema de maquinaria, e isso, por sua vez, pressupõe uma forma específica de organização do processo de trabalho” (MANDEL, 1986, p. 38-9).

sustentado por outros autores, variando apenas os fatores concretos que teriam produzido esse resultado.⁶⁸

Do outro lado situam-se os autores que sustentam que a fase descendente teria sido superada, tendo o capitalismo iniciado em meados dos anos 1990 uma nova expansão de longo prazo.⁶⁹ Mesmo que a hipótese fosse razoável, a assincronia na evolução das principais economias capitalistas avançadas desde os anos 1990 – especialmente no caso do Japão, que passou por uma profunda crise nessa década, prolongando-se até 2002 – é um dos problemas que nos impedem de qualificar a fase atual como uma longa expansão. E, de qualquer modo, a eclosão, em 2007, de uma nova crise de proporções imprevisíveis comprometeu, ao que parece de forma irreversível, a continuidade de uma expansão que por si já era frágil.

O prolongamento da fase depressiva por mais de três décadas pode estar indicando que o sistema capitalista chegou a um estágio em que o padrão histórico de ondas longas de aproximadamente meio século, em que se alternavam fases expansivas e recessivas de cerca de 25 anos, foi quebrado.⁷⁰ Além disso, a tendência de expansões seguidamente inferiores, interrompidas por crises cíclicas cada vez mais frequentes, parece indicar que o sistema ingressou num período de agravamento das condições de sua reprodução. A possibilidade dessa particular evolução já havia sido percebida por Shaikh (2006, p. 78):

[...] devido à baixa [secular] da taxa de lucro, cada ascensão longa sucessiva se caracteriza por taxas de lucro e de crescimento de longo prazo geralmente inferiores, *de tal maneira que, no mundo dominado pelo capitalismo, os problemas de estagnação e desemprego em escala mundial pioram com o tempo* (grifos no original).⁷¹

O capitalismo contemporâneo exhibe, portanto, uma face fortemente regressiva: “Com o passar do tempo, o restabelecimento das condições de rentabilidade deterioradas se torna cada vez mais difícil e problemático, exigindo, portanto, um grau superior de destruição de valor e de regressão social” (MATEO, 2007, p. 58). A expressão desse fenômeno em

⁶⁸ Ver, por exemplo, Husson (2000, p. 16-7). Albarracín (2009, p. 17) sustenta a mesma posição a partir de três elementos: “A taxa de acumulação continua positiva, mas não sem desacelerar-se; o salário relativo – a distribuição da renda – continua deteriorando as condições de vida e aumentando os conflitos; a legitimidade do capitalismo é questionada muitas vezes diante de novos problemas sociais e contradições que não pode resolver”.

⁶⁹ Esse é o caso de Caputo, pelo menos com referência à economia estadunidense. Nos Estados Unidos, “o grande crescimento dos lucros globais de 1983 a 2004 está assinalando que a economia passa a outra etapa cujo dinamismo a partir dos anos 1990 poderia estar assinalando que a economia estadunidense superou a onda longa descendente e iniciou uma nova onda longa ascendente” (CAPUTO, 2005, p. 55).

⁷⁰ O que não nos parece pôr em xeque a interpretação em termos de ondas longas. Como alerta Husson (2000, p. 15), “temos de precaver-nos contra uma concepção mecânica das ondas longas, segundo a qual tudo o que se tem de fazer é esperar 25 anos para ver a onda começar novamente”.

⁷¹ O que essa hipótese de Shaikh parece significar é que, para além das ondas longas (com suas fases ascendente e descendente), o movimento da acumulação de capital exhibe uma tendência secular nitidamente declinante.

termos da evolução das condições de exploração da força de trabalho será examinada em seguida.

3.2 A exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo

Vimos na seção anterior que o aumento do grau de exploração da força de trabalho nas economias avançadas é uma tendência bem estabelecida entre os estudiosos da fase atual do capitalismo. A taxa de mais-valia voltou a aumentar a partir de inícios dos anos 1980, mantendo-se num patamar elevado nas décadas seguintes. Convém ressaltar que esse aumento do grau de exploração alcançou níveis claramente superiores aos do período do pós-guerra a meados dos anos 1970.

A mesma tendência de aumento da exploração pode ser identificada indiretamente, através da redução do salário relativo. A participação dos salários no produto interno bruto (PIB) a custo de fatores (ajustada pelo emprego autônomo)⁷² entre 1980 e 1994 passou de 76,4% a 70,6% na União Europeia, de 72,5% a 72,1% nos Estados Unidos, e de 78,6% a 71,6% no Japão (MONTES, 1999, p. 70n). Essa tendência de queda do salário relativo é constatada em outros trabalhos.⁷³

Nesta seção, pretendemos inicialmente identificar as principais causas desse aumento do grau de exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo. Procuramos, além disso, apontar as mudanças que se registraram nas modalidades predominantes de exploração.

3.2.1 Fatores que tornaram necessário o aumento da exploração da força de trabalho

A evolução da taxa de mais-valia depende de diversos fatores. Daí ser difícil estabelecer com precisão quais os que explicam o comportamento dessa taxa em determinada fase do capitalismo numa formação social determinada, e menos ainda no conjunto delas. No que se segue, desdobramos a discussão desses fatores em duas partes: i) os fatores que tornaram *necessário* o aumento da taxa de mais-valia na fase atual do capitalismo; ii) os que

⁷² Esse ajuste é necessário devido à variação na participação dos assalariados no emprego total. “Se no transcorrer do tempo os trabalhadores independentes são substituídos por assalariados [...] a parte dos salários na renda nacional subirá sem que isso corresponda a uma melhora de sua situação relativa. Para tornar possíveis as comparações no tempo e entre países, as estatísticas europeias calculam uma *parte salarial ajustada*, atribuindo aos não assalariados um salário igual ao salário médio” (HUSSON, 2008, p. 2).

⁷³ “A característica principal do capitalismo mundializado desde o começo dos anos 1980 é a redução da parcela salarial [...]” (HUSSON, 2008, p. 1).

tornaram esse aumento *possível*. Nesta subseção, tratamos apenas dos primeiros fatores, reservando para a próxima subseção a discussão dos segundos.

Resumidamente, o aumento da taxa de mais-valia a partir dos anos 1980 tornou-se necessário, em primeiro lugar, devido à exigência de recuperação da taxa de lucro, posta na ordem do dia com a crise estrutural de meados dos anos 1970. Em segundo lugar, devido a certas especificidades da fase do capitalismo então iniciada, que foram responsáveis por uma pressão *adicional* sobre a taxa de mais-valia.

Vimos na seção anterior que, com a crise, o aumento da taxa de mais-valia transformou-se no meio privilegiado para a recuperação da taxa de lucro. Observamos, além disso, que o processo de desvalorização de capitais restou inconcluso sob a égide do neoliberalismo. Ora, a incompletude desse processo terminou por transferir boa parte do peso da recuperação da taxa de lucro para a taxa de mais-valia, isto é, exigiu um grau de exploração do trabalho maior que o esperado em outras circunstâncias (isto é, num contexto em que o Estado retardasse menos o processo de depuração de capitais). Isso significa que, para além da pressão “normal” que o capital costuma exercer na crise, configurou-se um fator a mais de pressão sobre a força de trabalho.

Entretanto, não foram apenas fatores relacionados diretamente com a resolução da crise de valorização que determinaram transformações nas condições em que se dá a exploração da força de trabalho. Certas características da fase atual do capitalismo também contribuíram para isso.

Em primeiro lugar, destaca-se o *comportamento da taxa de acumulação de capital*. A debilidade do seu crescimento tende a produzir um crescimento correspondentemente baixo do nível de emprego,⁷⁴ que, por sua vez, se deve refletir, tudo o mais constante, num crescimento lento da massa de mais-valia.

Em segundo lugar, destaca-se o *baixo nível atingido pelo emprego produtivo em relação ao emprego total*. Isso decorre da tendência de crescimento do que se pode denominar, para utilizar um termo abrangente, de *capital de circulação*, compreendendo o capital de comércio de mercadorias e – no caso da fase atual, principalmente – o capital de comércio de dinheiro (onde se incluem o capital de comércio de dinheiro puro e o capital portador de juros). Ou seja, parte expressiva do capital tem-se direcionado para esferas

⁷⁴ “A perda de ritmo do crescimento do capital é acompanhada da redução do crescimento da população ocupada na produção. Aproximadamente na metade dos anos setenta, o crescimento econômico é mais lento; já não gera um fluxo suficiente de empregos que correspondam à população em condições de trabalhar [...]” (DUMÉNIL; LÉVY, 2007, p. 50). A avaliação dos autores pode ser estendida ao período posterior, dado que a taxa de acumulação, como vimos, não se recuperou plenamente.

improdutivas.⁷⁵ O resultado disso é o aumento do emprego de trabalhadores improdutivos – vale dizer, não produtores de mais-valia.⁷⁶ É certo que essa é uma tendência que tem acompanhado o desenvolvimento capitalista durante todo o período do pós-guerra (MOSELEY, 1997, p. 32).⁷⁷ Mas, justamente por isso, é surpreendente que ainda haja espaço para reduções adicionais na participação relativa do trabalho produtivo.⁷⁸ Ora, a diminuição do trabalho produtivo tende a reduzir, correspondentemente, o ritmo de crescimento da massa de mais-valia.

Em suma, com a queda relativa do emprego produtivo, graças à ação individual ou combinada dos fatores acima, configura-se uma tendência de queda da massa de mais-valia, pressionando a taxa de lucro. O que estamos afirmando é que, na fase atual do capitalismo, manifestou-se de forma particularmente aguda a contradição que consiste em reduzir ao máximo a própria fonte geradora de mais-valia, qual seja, a força de trabalho viva. Frente a isso, a tendência do capital é *eleva a exploração dos trabalhadores remanescentes*. Em outras palavras, tentar compensar a queda do número de trabalhadores produtivos mediante o aumento do seu grau de exploração. Adiante veremos as formas pelas quais se tentou obter esse resultado. Por ora, importa ressaltar que essa é uma estratégia que enfrenta sérios limites, conforme vimos no capítulo anterior. Assim, se a necessidade de aumentar a exploração tornou-se imperiosa, é certo que isso não pode ser realizado *ad infinitum*. De qualquer modo, é importante notar que a estratégia referida ocupou um papel central na fase em curso.

Uma terceira característica da fase atual que tem forte incidência sobre a exploração da força de trabalho é a *expansão do capital para a esfera financeira*, contrapartida, como vimos, do baixo ritmo da acumulação de capital produtivo. Todos os capitais que buscam valorizar-se no circuito financeiro, não importando a forma que assumam suas operações, dependem da esfera da produção. Com efeito, na medida em que esses capitais não produzem mais-valia, sua remuneração constitui, diretamente ou em última

⁷⁵ Ver Moseley (1990, 1997).

⁷⁶ É importante notar que o crescimento do trabalho improdutivo não se deve apenas ao crescimento dos setores improdutivos, mas também à expansão de funções improdutivas de modo geral, inclusive no âmbito dos setores produtivos. Ver Dedecca (2005, p. 219).

⁷⁷ Nos Estados Unidos, a participação dos trabalhadores produtivos no emprego total passou de 57% em 1948 para 36% em 1989. A relação trabalhadores improdutivos/produtivos passou de 1,00 para 1,76 no mesmo período. As estimativas são de Shaikh e Tonak (1994, p. 110). De acordo com Moseley (1990, 1997), a mesma relação passou de 0,36 em 1948 para 0,77 em 1989.

⁷⁸ Moseley (1997, p. 32) chama a atenção para o crescimento mais lento da relação entre o número de trabalhadores improdutivos e o de trabalhadores produtivos nos Estados Unidos entre 1975 e 1994 – aproximadamente 1% a.a., comparado com os quase 2% a.a. do início do período pós-guerra.

instância, *transferência* de mais-valia originada na produção.⁷⁹ Logo, quanto mais cresce o volume desses capitais, tanto maior a parcela da mais-valia que os capitais produtivos devem compartilhar com eles e, portanto, maior a pressão por aumento da exploração do trabalho.⁸⁰ Caso contrário, a remuneração do capital industrial (o que Marx denomina de “ganho empresarial”, ou seja, o lucro bruto menos os juros) deverá estagnar ou reduzir-se, situação que, mais cedo ou mais tarde, deverá desembocar numa crise. Embora isso não seja uma particularidade da fase atual, assumiu nesta uma dimensão maior, impondo um pesado ônus à classe trabalhadora.

3.2.2 Fatores que tornaram possível o aumento da exploração da força de trabalho

Com o objetivo de identificarmos os fatores que tornaram possível o aumento observado na taxa de exploração a partir dos anos 1980 nos países capitalistas avançados, necessitamos acompanhar a trajetória dos determinantes dessa taxa, quais sejam, a produtividade do trabalho e os salários reais.⁸¹

Vimos na seção anterior que a taxa de crescimento da produtividade se reduziu no período, tanto na Europa como nos Estados Unidos, em sintonia com o menor ritmo do progresso técnico. Esse declínio no ritmo de crescimento da produtividade aponta para um fato de suma importância: que a subida da taxa de exploração a partir dos anos 1980 só foi possível *graças a uma queda ainda maior no ritmo de crescimento dos salários reais*. Isso quer dizer que um fenômeno geralmente associado às economias dependentes expandiu-se para o centro do sistema ao longo da atual fase do capitalismo.

Assim, na União Europeia, enquanto a produtividade aparente (PIB por pessoa ocupada) cresceu 1,8% a.a. entre 1980 e 1994, o salário real por trabalhador cresceu apenas 0,9% a.a. No mesmo período, nos Estados Unidos, as taxas respectivas foram de 0,9% e 0,7% a.a. e, no Japão, de 2,0% e 1,7% a.a. (MONTES, 1999, p. 70n).⁸² De acordo com Montes

⁷⁹ Isso é válido, inclusive, para o capital fictício: “[...] o conjunto do processo segue tendo como solo a expansão da extração de valor, ou, melhor dizendo, de sobretrabalho sob a forma de mais-valor, mesmo se uma parte da remuneração do capital fictício está descolada de maneira imediata dessa produção” (FONTES, 2010, p. 39).

⁸⁰ “O capital portador de juros e sua derivação, o capital fictício, impõem um aprofundamento alucinado das exigências tirânicas da extração de sobretrabalho, a toda velocidade e sob quaisquer meios, sem pejo de comprometer para tanto não apenas a vida (e a morte) de milhares de trabalhadores, mas o conjunto das gerações futuras” (FONTES, 2010, p. 39).

⁸¹ Como podemos recordar (ver o capítulo 2, subseção 2.2.2), a taxa de mais-valia pode ser expressa em função da evolução da produtividade do trabalho e da taxa salarial.

⁸² No caso da França, tomando-se as duas décadas posteriores à crise (1976-1996), para um crescimento da produtividade de 60% (2,5% a.a.), observou-se um crescimento dos salários reais de apenas 40% (1,5% a.a.) (dados extraídos de Husson, 2000, p. 4).

(1999, p. 69), em muitos países “se chegou a registrar uma diminuição dos salários reais, isto é, os salários não cresceram sequer o aumento dos preços [dos bens] de consumo e todo o avanço da produtividade se traduziu em lucros [...]”.

A tendência de deterioração dos salários também pode ser percebida na desaceleração do custo salarial (o custo médio de uma hora de trabalho). Embora não acuse toda a deterioração do poder aquisitivo,⁸³ constitui um índice importante da inflexão ocorrida na taxa de exploração do trabalho.

Dois fatores foram decisivos para o comportamento dos salários no período: o aumento do desemprego e a precarização das relações capital-trabalho, que examinamos em continuação.

Nos Estados Unidos, a taxa de desemprego passou de 4,6% em 1965-1974 para 7,7% em 1975-1984; na Europa, os índices respectivos foram de 2,1% e 6,2% (Tabela 3.1). Nas décadas seguintes, as taxas permanecem elevadas, principalmente no caso da Europa.⁸⁴ Entretanto, a gravidade do problema não pode ser apreendida simplesmente através da evolução das taxas de desemprego aberto, exigindo que se incorporem outros indicadores, como o crescimento do desemprego de longa duração, do número daqueles que passam para a inatividade, dos índices de desalento e de subutilização da força de trabalho (DEDECCA, 2005, p. 204 e 237).

A explosão das taxas de desemprego está associada a características estruturais da nova fase do capitalismo. Não se trata de uma simples manifestação do mecanismo usual de recomposição do EIR no contexto das crises cíclicas, e sim de uma tendência de longo prazo, constitutiva da nova fase. Corresponde a mudanças estruturais, condensadas num crescimento mais lento da taxa de acumulação de capital. Partindo dessa base mais estreita, a taxa de desemprego variou de acordo com o ritmo de incorporação do progresso técnico nas diferentes economias.⁸⁵ A esses fatores vêm somar-se as políticas neoliberais. Convém, de qualquer modo, deixar claro que há uma hierarquia entre esses fatores: independentemente da

⁸³ Ver Duménil e Lévy (2007, p. 74). Conforme explicam os autores, como o custo salarial corresponde ao ponto de vista capitalista, seu cálculo toma por base o índice de preços da produção total, em vez de um índice de preços dos bens de consumo dos assalariados.

⁸⁴ Ver Duménil e Lévy (2007, cap. 5).

⁸⁵ Isso ajuda a explicar a diferença nas taxas de desemprego entre os países avançados. O menor ritmo do progresso técnico observado nos Estados Unidos na fase atual foi o responsável por taxas de desemprego inferiores às observadas na Europa. Ver Duménil e Lévy (2007, p. 64ss); Valle (2002, p. 101).

contundência das políticas neoliberais, as taxas de desemprego teriam subido em função das mudanças estruturais que a nova fase do capitalismo trouxe consigo.⁸⁶

A incidência do neoliberalismo no aumento das taxas de desemprego se deve a vários dos ingredientes do seu receituário: prevalência da chamada política de oferta (a *supply-side economics*);⁸⁷ ênfase na redução de custos laborais; flexibilidade do mercado de trabalho; aumento da produtividade; fomento da concorrência; redução do déficit público; política monetária restritiva, com o objetivo, em última instância, de forçar um ajuste permanente do aparelho produtivo (MONTES, 1999, p. 147 e 88-9). Resulta ainda do impulso dado às privatizações de empresas e serviços públicos.

O aumento em larga escala do desemprego provê as condições ideais para o aumento da taxa de exploração. Seu efeito é duplo. Por um lado, incide sobre o *preço da força de trabalho*, tornando possível um crescimento mais lento do salário real ou, eventualmente, sua redução. Por outro, incide sobre as condições em que se dá o *consumo da mercadoria força de trabalho*, favorecendo mecanismos como a intensificação do trabalho e o prolongamento do tempo de trabalho. Cabe ressaltar, porém, que o efeito final da escalada do desemprego sobre as condições de exploração do trabalho depende da relação de forças entre as classes.⁸⁸ De modo geral, o aumento daquele tende a minar a resistência dos trabalhadores e a enfraquecer as organizações da classe trabalhadora: “Quanto mais alto seja o nível de desemprego, quanto mais dificuldades tenham as empresas para sobreviver, e maior a insegurança no posto de trabalho, mais fácil é disciplinar os salários e menos resistência existirá às contrarreformas no campo social e trabalhista” (MONTES, 1999, p. 118).

Um segundo fator que tornou possível o aumento da exploração na fase atual do capitalismo foi a precarização das relações capital-trabalho, resultado, por um lado, da crise

⁸⁶ Nesse sentido, Moseley tinha razão quando analisava, em fins dos anos 1990, as perspectivas do capitalismo: “As políticas restritivas podem tornar mais fácil reduzir os salários criando mais desemprego, mas provavelmente não muito mais do que já está ocorrendo” (MOSELEY, 1997, p. 37).

⁸⁷ “A política de oferta implica facilitar os ajustes no aparelho produtivo e a adaptação às novas condições do mercado [...]” (MONTES, 1999, p. 85).

⁸⁸ Até que ponto a capacidade de resistência dos trabalhadores é uma variável com certa autonomia relativa *vis-à-vis* o movimento da acumulação (e o nível de emprego), é uma questão que tem sido objeto de controvérsia. Mandel (1995, p. 118) argumenta que, em geral, durante uma fase expansiva, há maior espaço para a incorporação pelo proletariado de novas necessidades ao salário médio socialmente reconhecido, implicando o incremento do valor da força de trabalho. Inversamente, nas fases depressivas, os capitalistas tendem a eliminar da cesta de consumo do trabalhador necessidades antes tidas como normais, o que reduz o valor da força de trabalho. Mas então adverte que se trata apenas de *possibilidades*: “Em que extensão elas são realmente realizadas, se o são, depende de uma dialética dos fatores objetivos e subjetivos na história, entre os quais o grau de organização, a consciência de classe e a militância das duas classes básicas da sociedade burguesa, assim como a qualidade e a unidade de suas lideranças e o caráter de suas tradições históricas, jogam um importante papel”. No mesmo sentido, Astarita (2008a, p. 19) associa o agravamento das condições de exploração na fase atual ao fato de que “os níveis de organização sindical e de movimentos grevistas se mantiveram muito mais baixos do que em décadas anteriores (por exemplo, a de 1970)”.

prolongada (e do conseqüente aumento do desemprego) e, por outro, da política de desregulamentação do mercado de trabalho. Foram diversos os argumentos esgrimidos pelo capital em favor de uma alteração radical do conjunto de normas que regeram as relações de trabalho nos países avançados no período do pós-guerra até a crise. Lançou-se mão, por exemplo, do argumento usual referente às vantagens que um mercado de trabalho flexível produziria como solução para o desemprego. Mas o argumento principal era que, no novo ambiente assinalado pelo acirramento da concorrência, o ajuste do aparelho produtivo exigia a flexibilidade das relações de trabalho, no sentido de adaptar a demanda de força de trabalho às flutuações do nível de produção e de ajustar a remuneração às condições mutáveis das empresas.⁸⁹ Considerava-se, em particular, que um mercado de trabalho flexível seria decisivo para o aumento da competitividade da economia no novo ambiente internacional mais aberto (ao impulsionar a produtividade, a maior flexibilidade favoreceria a competitividade) (MONTES, 1999, p. 80).⁹⁰

Para além desses argumentos, convém ter claro que o objetivo subjacente à desregulamentação consiste em

criar as condições ótimas para lograr um aumento da taxa de rentabilidade do capital [...] O panegírico da flexibilidade, a insistência na necessidade de eliminar a rigidez do mercado de trabalho, não expressa outra coisa a não ser a conveniência de alterar a favor do capital a relação de forças entre as classes [...] (MONTES, 1999, p. 79).

Essa recomposição de forças do capital se expressará nas duas esferas em que se dará a busca pela flexibilidade das relações de trabalho: i) no âmbito da intervenção do Estado, com a desregulamentação do mercado de trabalho, ou seja, o desmonte do conjunto de normas que foram sendo impostas ao longo da fase expansiva do pós-guerra na maioria dos países avançados; ii) no âmbito dos sistemas de negociação coletiva, que são amplamente transformados, na direção da descentralização (negociações no nível da empresa) e da estruturação de negociações privadas (DEDECCA, 2005).⁹¹

A flexibilização possui duas dimensões. A primeira é a da *compra da mercadoria força de trabalho*, por sua vez envolvendo o seu preço (o salário) e o regime de contratação.

⁸⁹ Cf. Montes (1999, p. 78ss); Dedecca (2005, p. 34-7). Conforme resume Montes (1999, p. 83): “Se o trabalho há de ajustar-se às necessidades da produção e aos altos e baixos da atividade, os trabalhadores não podem ser sujeitos portadores de direitos”.

⁹⁰ “Sob a ameaça de que a perda de competitividade conduz à destruição de emprego nas economias abertas, pelas dificuldades para exportar e a invasão das importações, os governos encontram cobertura para adotar políticas de rigor e austeridade tão caras ao neoliberalismo. A competitividade, elevada a categoria suprema dos valores sociais, é um instrumento eficaz em mãos dos governos e das classes dominantes, que serve para aumentar a exploração e para atizar os trabalhadores de uns países contra os de outros” (MONTES, 1999, p. 116-7). O argumento é que os salários são o determinante último da competitividade (*ibid.*, p. 117).

⁹¹ Ver, especialmente, a seção 3.1 do trabalho citado, onde se analisa em detalhe o processo de transformação das relações de trabalho num grupo de sete países capitalistas avançados.

No primeiro caso, a tendência que veio a prevalecer foi a de vincular o salário (ou parte dele) ao desempenho do trabalhador; ou seja, de atribuir um peso crescente a mecanismos de remuneração variável. Há um esvaziamento da política salarial – agora limitada ao salário mínimo – com a tendência de desindexação geral dos salários, e para isso lançou-se mão de múltiplos mecanismos (eliminação da escala móvel de salários; mudança da fórmula das revisões salariais, da inflação passada para a previsão da inflação – geralmente para baixo; escolha dos índices de preços a utilizar etc.).⁹² É claro que o leque de instrumentos utilizados variou entre os países, assim como a extensão da queda dos salários.

Em relação ao regime de contratação, o objetivo perseguido foi o de assegurar ao capital a mais ampla liberdade de contratação e demissão. Nesse contexto, ganham espaço formas alternativas de contrato, como o trabalho por tempo determinado e o trabalho em tempo parcial.⁹³ Em resumo:

Basta um pequeno núcleo de trabalhadores estáveis, com um mínimo de contratos e regras. A maior parte da mão de obra tem de ser regida por ampla flexibilidade, composta por trabalhadores temporários, terceirizados, autônomos, prestadores de serviços, seja na empresa ou no domicílio, [...] em regimes de trabalho parcial [...] (GRAZIA, 2007, p. 42).⁹⁴

A segunda dimensão da flexibilização diz respeito ao *consumo da mercadoria força de trabalho*, envolvendo uma gestão mais flexível do tempo de trabalho, a mobilidade funcional e geográfica da força de trabalho etc. (MONTES, 1999, p. 82). Em relação ao tempo de trabalho, uma das principais mudanças consistiu na “modulação” da jornada de trabalho, com a alteração do período de referência, de semanal para anual, com o objetivo de reduzir os “tempos mortos”, tanto da força de trabalho como dos equipamentos.⁹⁵

⁹² Cf. Montes (1999, p. 74-5); Dedecca (2005, p. 172).

⁹³ “Metade ou mais dos novos empregos criados durante os anos oitenta na França, Alemanha, Holanda, Luxemburgo e Espanha foram com contratos temporários” (VALLE, 2006, p. 5). Quanto aos empregos em tempo parcial, sua participação no emprego total correspondia, em 1995, a 18,6% nos Estados Unidos, 24,1% no Reino Unido, 16,3% na Alemanha, 15,6% na França e 20,1% no Japão (dados da OCDE, *apud* Dedecca, 2005, p. 211). Esse tipo de trabalho apresenta, em geral, características típicas de ocupações precárias no tocante a salários, horários, direitos trabalhistas etc. (GRAZIA, 2007, p. 46-7).

⁹⁴ Na descrição de Fontes (2010, p. 200), tem-se agora um amplo espectro composto por “trabalhadores com contrato e direitos, trabalhadores com ‘empregos-minus’ (com escassos direitos), trabalhadores totalmente desprovidos de direitos e de contrato, porém formalmente livres e, ainda, formas mais ou menos escamoteadas de trabalho compulsório”.

⁹⁵ Cf. Dedecca (2005, p. 181). “Para as empresas, a flexibilização da jornada surgiu como um instrumento valioso para aumentar o grau de utilização dos equipamentos, permitindo uma depreciação mais rápida do investimento, tão necessária em uma conjuntura de rápida mutação tecnológica” (DEDECCA, 2005, p. 189). Marx (1983) já havia chamado a atenção para essa relação entre o aumento da jornada e a redução da ociosidade dos meios de produção. Grazia (2007, p. 37-8) destaca um outro aspecto da flexibilização relacionado à mudança de referência do tempo de trabalho de semanal para anual, que é a adaptação do próprio uso do tempo de não-trabalho às conveniências das empresas.

Como se pode ver, a precarização das relações de trabalho age duplamente sobre a taxa de exploração. Não apenas facilita a redução dos salários; também afeta as condições em que se dá o consumo da força de trabalho pelo capital, criando condições apropriadas para um uso mais intenso desta última. Ambos os efeitos são evidentes no caso dos contratos precários: “Os salários dos trabalhadores precarizados são sensivelmente mais baixos do que os dos trabalhadores fixos e a exploração a que podem ser submetidos não tem ponto de comparação” (MONTES, 1999, p. 82). No entanto, mesmo os trabalhadores fixos – que compõem um grupo crescentemente reduzido – são afetados em sua capacidade de negociação pela pressão que representa a existência de um imenso contingente de trabalhadores dispostos a vender sua força de trabalho em condições precárias (*ibid.*, p. 118). Ou seja, o próprio “núcleo duro” da classe trabalhadora já não está imune às contingências da acumulação.

É necessário ressaltar que houve diferenças entre países quanto à incidência da desregulamentação do mercado de trabalho:

Deve-se admitir que o cerco aos direitos trabalhistas não teve a mesma intensidade em todos eles, pois nem todos partiam do mesmo grau de regulação, nem todos sofreram a crise e o desemprego com a mesma crueza e, depois de tudo, nem todos os governos atuaram com a mesma brutalidade. Mas as diferenças não ocultam que a desregulação do mercado de trabalho foi um traço comum em todos os países [...] (MONTES, 1999, p. 81).

É importante reter o fato de que o desemprego e a precarização se reforçam mutuamente. Se, por um lado, o aumento do desemprego favorece a expansão de formas precárias de inserção, por outro o uso mais intenso da força de trabalho resultante da flexibilização funciona como alternativa à contratação de força de trabalho adicional, reduzindo o nível de emprego (sem contar as maiores facilidades de demissão).

Em suma, o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho resultaram na redução dos salários reais, seja de forma direta – correção abaixo dos índices de inflação –, seja indiretamente – através do aumento da intensidade do trabalho e de formas mais ou menos veladas de prolongamento da jornada de trabalho.⁹⁶

Além do salário direto, a ofensiva contra a força de trabalho focou o salário indireto, através do corte de benefícios, das dificuldades de acesso a eles, da degradação dos

⁹⁶ Poderíamos acrescentar aqui um outro instrumento de elevação da taxa de mais-valia que teve grande importância no período, a saber, a política de subcontratação adotada por grandes empresas. Conforme explica Gouverneur (2005, p. 96), “a pequena empresa [subcontratada], para sobreviver, deve ter uma taxa de lucro mínima. Devido ao baixo preço imposto pela grande empresa, encontra-se pressionada para reduzir seu capital variável unitário por meio da imposição de uma taxa de exploração maior a seus trabalhadores: baixos salários e maiores durações da jornada de trabalho são, de fato, a norma nas pequenas empresas subcontratadas”.

serviços públicos e da redução de sua cobertura (MONTES, 1999, p. 75-6 e 154). Esse ataque cumpre a função de reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e, por essa via, elevar a taxa de lucro. E, do mesmo modo que no caso do salário direto, tem o condão de debilitar politicamente os trabalhadores, facilitando o aumento de sua exploração (*ibid.*, p. 153).⁹⁷

Por último, a ofensiva atinge o “salário diferido” (aposentadorias e pensões). Assim se explicam as tentativas persistentes de reformar os sistemas públicos de previdência social levadas a cabo por toda parte na década de 1990. Entre os pontos centrais dessas reformas estão a perda de poder aquisitivo das pensões e a tendência de fortalecimento dos regimes de capitalização, em detrimento dos sistemas públicos de previdência baseados na repartição (*ibid.*, p. 154).

O ataque ao Estado do bem-estar mostra à saciedade que, em matéria de política social, “não há nada irreversível” sob o capitalismo: “Mudanças que pareciam dar lugar a novos estágios do desenvolvimento social, longe de constituir etapas definitivas devem ser interpretadas sempre como situações transitórias suscetíveis de sofrer retrocessos” (*ibid.*, p. 152). Resta acrescentar que a degradação dos serviços públicos e o ataque aos sistemas públicos de previdência – preocupações persistentes do receituário neoliberal – obedecem à lógica de abrir ao capital privado novos campos de valorização.

A análise dos fatores do aumento da taxa de exploração feita até aqui manteve o pressuposto de que o processo de trabalho permaneceu basicamente inalterado. Na verdade, a fase depressiva do capitalismo iniciada em meados dos anos 1970 ensejou, como vimos na seção precedente, uma importante reorganização do processo de trabalho. De acordo com Mandel (1986, p. 40), o incremento da taxa de mais-valia no contexto de uma fase depressiva não pode ser obtido “simplesmente mediante a elevação da carga de trabalho, a aceleração dos ritmos, a intensificação do processo de trabalho existente etc., mas exige uma profunda mudança desse processo”.

Cabe observar, no entanto, que as reorganizações do processo de trabalho não correspondem de forma linear às necessidades internas e à lógica da acumulação de capital. A capacidade do capital de levar a cabo seus objetivos (aumento da taxa de mais-valia e deterioração das condições gerais de trabalho) não depende apenas das condições objetivas, mas também de *fatores subjetivos*, isto é, da capacidade da classe operária de oferecer resistência e contra-atacar, além dos fatores subjetivos relacionados à classe capitalista (MANDEL, 1986, p. 42-3).

⁹⁷ Sobre a relação entre a crise dos anos 1970 e a desestruturação do *Welfare State*, cf. o cap. 4 de Behring e Boschetti (2007).

A eficácia da reorganização do processo de trabalho no tocante à obtenção de um aumento *no longo prazo* da taxa de mais-valia depende da base sobre a qual é levada a cabo; ou seja, se está associada a um processo amplo de inovações tecnológicas, ou se se circunscreve a medidas de racionalização. A primeira dessas estratégias é o meio para assegurar que, a partir de certo ponto, o incremento da exploração do trabalho passe a basear-se em grande medida no aumento da produtividade, criando, assim, condições para a operação do mecanismo da mais-valia relativa em sua forma “clássica”. Essa via, no entanto, ficou relativamente comprometida na fase atual, pelo ritmo mais lento que assumiu a adoção de inovações tecnológicas. O que ganha vulto são processos como o toyotismo e outros semelhantes. Assim, se por um lado a reorganização do trabalho promove um aumento do desemprego⁹⁸ e, com isso, fornece a base para a adoção de métodos menos “civilizados” de elevação da taxa de mais-valia, por outro deve-se reconhecer os limites dessa estratégia como fundamento para a manutenção da taxa de mais-valia em patamar elevado por um prazo mais longo.

3.2.3 Modalidades predominantes de exploração da força de trabalho na fase atual do capitalismo

A questão das modalidades de exploração que têm predominado na fase atual do capitalismo não é de importância secundária, haja vista as repercussões que acarreta para as condições de reprodução da força de trabalho. Não resta dúvida de que o capital historicamente tem manifestado uma compulsão pelo incremento da exploração por todas as vias possíveis. Porém a questão não pode ser restringida a esse nível de generalidade. É necessário associá-la às diferentes fases do desenvolvimento capitalista.

Em princípio, as fases expansivas são períodos favoráveis à redução da importância relativa de mecanismos mais “primitivos” de incremento da taxa de mais-valia. Já as fases depressivas são propícias a que os capitalistas forcem o retorno àqueles mecanismos e introduzam outros da mesma natureza (ao mesmo tempo em que a mais-valia relativa “clássica” tende a perder importância, em função da queda no ritmo de incorporação do progresso técnico e da produtividade do trabalho). A evolução real no tocante ao predomínio

⁹⁸ Referindo-se à fase depressiva, Mandel (1995, p. 119) observa: “O capital tentará enfraquecer ou quebrar a capacidade de resistência dos trabalhadores ampliando o exército industrial de reserva e infligindo derrotas político-sociais maciças à classe trabalhadora. A reorganização do processo de trabalho em nível da fábrica é um componente essencial da primeira tendência”. Ou seja, a reorganização do trabalho pode influenciar a taxa de mais-valia através do seu efeito sobre a ampliação do EIR.

de determinadas formas de exploração depende, além da tendência da acumulação, da correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores em cada contexto histórico específico.⁹⁹

Essa cautela na abordagem da questão, com a devida consideração da correlação de forças entre as classes, é necessária para uma estimativa mais precisa das modalidades predominantes de exploração. Em certas circunstâncias, porém, o aumento da pressão do capital pode ser de tal monta que o grau de intensidade do trabalho, por exemplo, pode aumentar mesmo em setores que contam com elevado grau de organização sindical.¹⁰⁰

Durante o *boom* do pós-guerra, o mecanismo majoritariamente utilizado de extração de sobretrabalho nas economias capitalistas avançadas foi o aumento da produtividade, que permitiu, a um só tempo, a redução do valor da força de trabalho e a elevação dos salários reais.¹⁰¹ Isso não significa que os demais mecanismos tenham sido eliminados; apenas que não tiveram a mesma importância. Assim, referindo-se ao prolongamento da jornada de trabalho, Rosdolsky (1985, p. 324) observa:

Atualmente (desde a derrota do fascismo), esse caso não parece oferecer interesse, já que atualmente na Europa o que está na ordem do dia não é o prolongamento da jornada de trabalho, mas sua abreviação.¹⁰² Mas, se levarmos em conta a ingente quantidade de horas extras que realizam no atual período de prosperidade os trabalhadores da maior parte dos países capitalistas, devemos admitir que também essa variante marxiana possui uma atualidade nada escassa, já que o aumento dos salários reais nesses países (ali onde existe) também deve ser atribuído, indubitavelmente, à realização de horas extraordinárias.

Do mesmo modo, o autor chama a atenção para a importância da intensificação do trabalho no período: “[...] os elevados salários reais dos trabalhadores nos principais países capitalistas também devem ser atribuídos, sem dúvida alguma, à intensidade do trabalho que aumenta periodicamente” (*ibid.*, p. 325).¹⁰³ Apesar do acerto dessas observações, é inegável

⁹⁹ Ver Mandel (1995, p. 118-9). Referindo-se à tentativa, por parte do capital, de prolongar a jornada de trabalho durante a fase depressiva, o autor adverte: “Mas então o costume e a tradição entram em cena. Quando as famílias da classe trabalhadora se acostumaram a certos padrões de consumo e a certa duração do dia de trabalho, sua resistência às tentativas dos capitalistas de erodir os ganhos anteriores pode ser muito forte, apesar de um equilíbrio de forças deteriorado devido ao desemprego em massa” (MANDEL, 1995, p. 119).

¹⁰⁰ É o que conclui Dal Rosso (2008, p. 129 e 133) a propósito de levantamento efetuado no Distrito Federal acerca da intensificação do processo de trabalho.

¹⁰¹ “Eis aqui a fórmula teórica na qual se pode basear certamente, e em sua maioria, o crescimento dos salários reais que teve lugar nos países capitalistas mais avançados durante a segunda metade do século XIX e até esta parte do século XX” (ROSDOLSKY, 1985, p. 325n).

¹⁰² No mesmo sentido, o autor comenta adiante: “Mas é claro que esse fator que acelera a formação do exército industrial de reserva já não pode desempenhar hoje em dia o mesmo papel que desempenhava nos tempos de Marx, já que a legislação operária e a instauração da semana de 48 e depois de 40 horas puseram fim às práticas de exploração do capital no que diz respeito ao prolongamento do tempo de trabalho” (ROSDOLSKY, 1985, p. 335).

¹⁰³ Aqui cabe um esclarecimento. No capítulo 2, deixamos claro que tanto o prolongamento da jornada quanto o aumento da intensidade levarão a um aumento da taxa de mais-valia desde que o preço da força de trabalho não suba proporcionalmente (ao aumento da jornada ou da intensidade). Em outros termos, desde que

que o crescimento da exploração capitalista baseou-se fundamentalmente no aumento da produtividade do trabalho e, portanto, na mais-valia relativa clássica.¹⁰⁴

No curso da fase do capitalismo iniciada em meados dos anos 1970, o quadro se tornou um pouco mais complexo. Diferentes modalidades de extração de sobretrabalho são observáveis, desde as formas tradicionais até formas alternativas de exploração – alargando o conteúdo dessa noção –, como é o caso da exploração de trabalhadores improdutivos.¹⁰⁵ Desde que o trabalho improdutivo é definido como aquele que não produz mais-valia, não cabe, a rigor, falar em “exploração” nesse caso. Os salários pagos aos trabalhadores improdutivos são parte da mais-valia produzida pelos trabalhadores produtivos.¹⁰⁶ Mas, justamente por isso, qualquer redução desses salários significará aumento do lucro *apropriado* pelo capitalista. É evidente que essa redistribuição da mais-valia não altera em nada a magnitude do todo e, portanto, a taxa de mais-valia. É esse o sentido da observação de Carcanholo:

É certo que o incremento deste último [do trabalho improdutivo] não implica aumentar a magnitude do excedente ou mais-valia produzidos; no entanto, ao reduzir-se a parcela da riqueza apropriada pelos trabalhadores improdutivos, amplia-se a margem disponível para a remuneração do capital (CARCANHOLO, R., 2008).¹⁰⁷

Em relação à mais-valia absoluta, registrou-se, desde a década de 1980, uma interrupção da tendência de redução do número médio anual de horas trabalhadas nos países avançados (DEDECCA, 2005, p. 183 e 212; GRAZIA, 2007, p. 48).¹⁰⁸ Dois aspectos devem ser considerados a propósito. O primeiro é que parte daquela redução se deveu, de fato, ao aumento do trabalho em tempo parcial (BOSCH, 1999, p. 152-3), o que, nas circunstâncias da economia capitalista, corresponde a uma precarização do trabalho. O outro aspecto é que a

implique uma redução do salário-hora. Evidentemente, as referências de Rosdolsky a *aumento* do salário se relacionam ao salário por trabalhador.

¹⁰⁴ “[...] o método característico de extração de sobretrabalho sob o capitalismo tardio é a ampliação da mais-valia *relativa*” (MANDEL, 1982, p. 118).

¹⁰⁵ Ver Carcanholo, R. (2008). Em Shaikh e Tonak (1994, apêndice I) podem ser encontradas estimativas da taxa de exploração dos trabalhadores improdutivos para os Estados Unidos. Os cálculos mostram que essa taxa de exploração ultrapassou a dos trabalhadores produtivos a partir de meados dos anos 1970 (ver p. 130-31).

¹⁰⁶ Ver Shaikh (2006); Carcanholo (2007, p. 3).

¹⁰⁷ Há autores que se referem ainda à exploração de trabalhadores *não assalariados* (CARCANHOLO, R., 2008). A referência são as transferências de riqueza de esferas não capitalistas para esferas capitalistas (ver Shaikh, 2006, p. 62; Gouverneur, 2005, p. 101-4). De acordo com Carcanholo (2007, p. 19), o excedente produzido por camponeses e artesãos é *apropriado* em parte pelo capital comercial. “Tal excedente, embora não se constitua em mais-valia, será somado a ela para formar o montante total do lucro do capital global [...]”. Assim, o aumento da “exploração” corresponde, no presente caso, a uma apropriação maior de excedente gerado por produtores não capitalistas. Como no caso do trabalho improdutivo, variações na parcela desse excedente apropriada pelo capital não interferem na taxa de mais-valia (a taxa de exploração no sentido capitalista estrito).

¹⁰⁸ Grazia (2007, p. 48) acrescenta que, nos países desenvolvidos, “as horas extras anuais alcançaram 150 a 250 ao ano. Somadas, só na Europa, substituem aproximadamente 3 a 4 milhões de postos de trabalho”.

reversão da tendência de redução do trabalho, ou seja, do aumento do tempo de trabalho anual do pessoal em tempo completo, ocorreu justamente nos países em que se agravou a desigualdade de rendas: “Os trabalhadores procuram compensar a perda de suas rendas aumentando a oferta de trabalho [...]” (*ibid.*, p. 156).

O aumento da mais-valia absoluta no período está associado também ao já mencionado mecanismo de anualização do tempo de trabalho, com o objetivo de reduzir o custo representado pelo pagamento de horas extras, “uma vez que as horas trabalhadas a mais são compensadas em horas de descanso, na maioria das vezes sem acréscimo no valor da hora normal” (GRAZIA, 2007, p. 48).

Por outro lado, os capitalistas têm buscado formas variadas de contornar o limite legal da jornada de trabalho. Uma delas consiste na extensão de tarefas para além do local e do horário formal de trabalho (mediante o uso de laptops, telefones móveis e internet). Isso significa que a fronteira entre o tempo de trabalho e o tempo de não-trabalho tende a se diluir (DAL ROSSO, 2008, p. 35 e 71).¹⁰⁹ Ocorre, portanto, um aumento do trabalho não-pago.

Ainda na modalidade da mais-valia absoluta, outros mecanismos de extração de sobretrabalho ganharam importância, tais como as múltiplas jornadas e a extensão do trabalho a um número maior de membros da família (aumento da jornada de trabalho familiar).¹¹⁰

No entanto, a modalidade de exploração que se tem destacado na fase atual é, sem dúvida, a intensificação do trabalho – fenômeno que pode ser em parte explicado pelo contexto depressivo, no qual a resistência das organizações dos trabalhadores tende a se reduzir.¹¹¹ Diversos fatores têm contribuído para esse aumento da intensidade.

Em primeiro lugar, destaca-se a reorganização do processo de trabalho, com forte protagonismo do modelo japonês.¹¹² Com o toyotismo, ganhou força uma das dimensões da intensificação já antecipadas por Marx, a saber, a ampliação do volume de maquinaria a ser controlado pelo mesmo operário:

¹⁰⁹ “Um conjunto cada vez maior de trabalhadores está vinculado a sistemas de comunicação que os deixam à disposição da empresa a qualquer momento do dia ou da noite, em função de acordos anteriores de disponibilidade, bem como de arranjos de emprego que preveem a possibilidade de convocação a qualquer hora. Os sistemas de comunicação direta e no instante permitem resolver um problema da empresa ou do local de trabalho enquanto o trabalhador está em pleno período de descanso” (DAL ROSSO, 2008, p. 40).

¹¹⁰ Possibilidade já apontada por Marx (1984b, p. 178).

¹¹¹ A intensificação do trabalho é um método de elevação da taxa de mais-valia largamente utilizado, tanto nas fases expansivas como nas fases depressivas. No entanto, o contexto depressivo facilita a adoção das novas práticas.

¹¹² O sistema Toyota “é um sistema que eleva o grau da intensidade a um ponto que nenhum outro sistema conseguira jamais alcançar. Daí o seu sucesso e seu destino universalizante para além do território japonês e para além dos portões das fábricas de automóveis” (DAL ROSSO, 2008, p. 69). “As novas condições de organização do trabalho vêm se traduzindo em uma brutal elevação de sua intensidade, levando os trabalhadores, após uma certa vivência, a terem verdadeiro horror dos métodos organizacionais da produção enxuta” (DEDECCA, 2005, p. 45).

O controle de diversas máquinas ao mesmo tempo faz com que o trabalhador tenha todo o seu tempo de trabalho formal convertido em tempo de trabalho real. Ou seja, ele não mais dispõe daqueles tempos de descanso enquanto a máquina está operando bem e não necessita de seu apoio (DAL ROSSO, 2008, p. 67).

Isso se desdobra na emergência do trabalhador polivalente, reforçando a capacidade do modelo de elevar a intensidade do trabalho:

A polivalência implica um componente a mais de intensificação, na medida em que requer um esforço adicional de trabalho mental, conhecimento de operações diversas, sua lógica, trabalho emotivo, concentração e atenção no controle de máquinas diversas (*ibid.*, 2008, p. 67).

O mesmo resultado decorre da substituição de controles baseados estritamente no tempo pela imposição de metas a serem cumpridas por um grupo de trabalhadores. “A autodisciplina, o autocontrole ou o controle mútuo entre os próprios trabalhadores ou entre as diversas equipes de trabalho substituíram com muito mais eficácia os antigos controles” (GRAZIA, 2007, p. 52).

Em segundo lugar, o aumento da intensidade na fase atual é fruto da estratégia de modulação da jornada de trabalho, na medida em que o cômputo do tempo de trabalho em termos anuais tem como resultado prático a redução da porosidade da jornada. “Em termos objetivos, foi-se criando um mecanismo de compensação em que as horas pagas e não trabalhadas nos momentos de baixa atividade são utilizadas – sem remuneração – nos períodos de maior atividade” (DEDECCA, 2005, p. 29). As consequências desse método de intensificação para a reprodução da força de trabalho não são desprezíveis.¹¹³

Em terceiro lugar, o aumento da intensidade se explica pela ampla utilização do sistema de remuneração flexível. Cipolla (2007, p. 622) argumenta que o sistema de participação dos trabalhadores nos resultados das empresas implica um aumento da intensidade, agregando: “O aumento da intensidade do trabalho, mantido o salário nominal constante, implica um pagamento abaixo do valor. Nessas condições, a participação nos ganhos da empresa apenas representa uma compensação pelo maior desgaste da força de trabalho”. O autor reproduz o seguinte exemplo que mostra como o aumento da intensidade está na base de tal participação:¹¹⁴

Enquanto o trabalhador *fordista* trabalha 45 segundos a cada minuto, o trabalhador na *produção enxuta* trabalha 57 segundos a cada minuto. Tomando por base uma

¹¹³ “A flexibilização da jornada recolocou os problemas de destruição da força de trabalho. Apesar dos poucos estudos relativos a seus efeitos sobre as condições de trabalho e de vida daqueles [a] ela submetidos, verifica-se que as avaliações realizadas até o momento constroem um quadro claramente negativo de seus resultados, apontando, entre os trabalhadores subjugados ao novo regime, a manifestação de problemas de saúde física e mental, de estresse e de desajuste no núcleo familiar” (DEDECCA, 2005, p. 192). Ver também p. 45.

¹¹⁴ O exemplo é tomado de T. Smith (2000), *Technology and capital in the age of lean production*.

diferença de 10 segundos entre os dois sistemas Smith conclui que numa planta de 2000 trabalhadores serão obtidas 2667 horas de trabalho extra a cada turno de 8 horas! Numa semana de trabalho de 40 horas esse diferencial seria equivalente à contratação de 333 trabalhadores adicionais! Esta é a base da participação dos trabalhadores nos lucros das empresas: participação no trabalho adicional por eles próprios fornecido (CIPOLLA, 2007, p. 617).

Por fim, o aumento da intensidade está associado ao crescimento da chamada “produção cooperada”, através da qual os trabalhadores são levados a estabelecer um padrão de estreita cooperação com o capital (DEDECCA, 2005, p. 35-6).¹¹⁵

Frente a essas tendências, é possível concluir pela ocorrência de um enorme aumento da intensidade do trabalho na fase atual. “O trabalho contemporâneo é herdeiro de uma jornada mais reduzida em número de horas trabalhadas, mas também de um grau de intensidade muito maior do trabalho do que em épocas anteriores” (DAL ROSSO, 2008, p. 68).¹¹⁶ Um indicador indireto do fenômeno pode ser obtido pela elevação da quantidade de problemas de saúde em decorrência da reorganização do processo de trabalho (*ibid.*, p. 144).

Essas indicações sobre as modalidades vigentes de exploração permitem visualizar um quadro geral fortemente regressivo para o trabalho na fase atual do capitalismo. Modalidades historicamente associadas principalmente às economias dependentes ganharam importância também nas economias avançadas. O crescimento mais lento da produtividade do trabalho terminou levando as empresas a lançar mão de mecanismos que, direta ou indiretamente, promovem a redução de salários. Há um apelo generalizado à remuneração condicionada ao desempenho das empresas, sem preocupação com as exigências de reprodução normal da força de trabalho.¹¹⁷ Evidentemente, essas tendências estão relacionadas à fragilização da resistência dos trabalhadores e de suas organizações durante a atual fase depressiva.

¹¹⁵ “Estudos mostraram que, num primeiro momento, a relação de trabalho cooperada tem sido uma importante fonte de estresse, pelo fato de os trabalhadores serem geralmente submetidos a uma forte pressão para elevar ‘autonomamente’ seu rendimento do trabalho” (DEDECCA, 2005, p. 44-5).

¹¹⁶ Referindo-se à realidade da União Europeia, dois especialistas concluem: “A intensidade do trabalho aumentou na década passada, mais fortemente entre 1990 e 1995 que entre 1995 e 2000” (MERLLIÉ; PAOLI, 2000, *apud* DAL ROSSO, 2008, p. 138).

¹¹⁷ Cf. Mariña (2005, p. 12).

4 A QUESTÃO DA EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NAS ECONOMIAS DEPENDENTES

O capítulo procura responder às seguintes questões: a exploração da força de trabalho apresenta especificidades em economias que mantêm uma relação de dependência frente à economia mundial capitalista? Como essas especificidades se manifestam na fase atual do capitalismo?

Portanto, a discussão que se segue tem dois eixos. Examinamos, preliminarmente, o modo pelo qual a questão da exploração da força de trabalho se coloca no caso de economias dependentes. Essas economias se diferenciam estruturalmente das economias capitalistas avançadas no tocante ao grau e às modalidades predominantes de exploração da força de trabalho? Ou as diferenças que apresentam são apenas circunstanciais? Essa questão será objeto da seção 4.1.

No segundo eixo, centrado na fase atual do capitalismo, fazemos um recorte, já que tratamos especificamente do problema do diferencial de taxas de mais-valia entre economias avançadas e dependentes, procurando averiguar até que ponto o sistema continua a depender, para sua reprodução, de uma taxa de exploração mais elevada em sua periferia. Esse é o tema da seção 4.2. Advertimos que o tratamento dessas questões é feito num nível de abstração relativamente elevado. O tratamento empírico é reservado para o capítulo 5, dedicado ao caso do Brasil.

Partimos do pressuposto de que as economias dependentes sofrem as repercussões do movimento da acumulação de capital nas economias avançadas – ora das expansões, ora das depressões de longo prazo. Em outros termos, elas acompanham, aproximadamente, as fases da onda longa do capitalismo mundial.¹ Isso significa que tais economias são afetadas pelo *movimento de longo prazo da taxa média de lucro do capital* nas economias avançadas, dado o caráter determinante dessa variável sobre a trajetória da acumulação.²

Nada disso significa que a trajetória das economias dependentes (pelo menos no caso do grupo de economias aqui considerado) seja um mero reflexo do movimento do capital

¹ Osorio (2004, p. 77) destaca a natureza distinta da inserção das economias avançadas e das dependentes no movimento das ondas longas: “*As ondas longas, em definitivo, põem em evidência os ciclos de reprodução do capital enquanto sistema mundial capitalista*, isto é, como articulação das particularidades da reprodução do capital no mundo central e no mundo semiperiférico e periférico, mas *hierarquizado*, com um *maior peso dos núcleos geográficos e econômicos que servem de eixos da acumulação em nível mundial*, os quais se concentram nas economias centrais” (grifos originais).

² “Enquanto partes nodais do sistema mundial capitalista, a ascensão da taxa média de lucro nas regiões centrais, ou seu declínio, no longo prazo, propicia condições, seja para arrastar ou pôr freio aos processos de reprodução do capital nas regiões semiperiféricas ou periféricas” (OSORIO, 2004, p. 77).

nas economias avançadas. Além disso, a maior ou menor autonomia do ciclo do capital nessas economias *vis-à-vis* as economias avançadas não está dada de uma vez por todas, sendo passível de transformação ao longo do tempo,³ embora a relação básica de dependência se mantenha.

É interessante notar que a mesma relutância por parte de certas correntes em admitir a existência de transformações do capitalismo *no tempo* – suficientemente importantes para justificar a identificação de etapas de desenvolvimento distintas – se manifesta no tocante às diferenças que esse modo de produção apresenta *no espaço* – suficientemente importantes para justificar a identificação de formações sociais distintas (imperialistas, dependentes). É evidente que, na configuração do capitalismo dependente, o elemento decisivo é o *capitalismo* e, portanto, as leis de movimento do capital são, falando de modo geral, aplicáveis também a esse grupo de economias. No entanto, as diferenças históricas no modo como se manifestam as tendências do modo de produção capitalista (MPC) entre esse grupo e aquele composto pelas economias avançadas têm-se mantido por tanto tempo, que tornam inteiramente legítimo conferir um tratamento específico às primeiras.⁴

A dependência se manifesta, em maior ou menor grau, nas diferentes fases do ciclo do capital nas economias que conformam a periferia do capitalismo.⁵

i) Na formação do capital-dinheiro, “atua um fator externo à economia dependente, um fator que se encontra totalmente fora de seu controle: o capital estrangeiro [...]” (MARINI, 1979, p. 44). Pode ocorrer, por exemplo, que o investimento estrangeiro privilegie, por longos períodos, as economias avançadas, como foi o caso da fase expansiva do pós-guerra;

ii) Pelo fato de concentrar-se na produção de bens de consumo, “a indústria manufatureira dos países dependentes se apoia em boa parte no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados, via mercado mundial” (*ibid.*, p. 45). Além dos problemas inerentes à dependência da importação de bens de capital,⁶ ela traz consigo a dependência tecnológica (*ibid.*);

³ Segundo Marini (1979, p. 37), a economia exportadora tinha seu ciclo *determinado* pelo sistema das economias centrais. Isso mudou com o desenvolvimento de um setor de produção para o mercado interno, “que assumiu progressivamente o papel hegemônico na dinâmica dessa economia”. Apesar disso, o ciclo do capital continua dependente do exterior (*ibid.*, p. 55).

⁴ Não nos propomos a realizar aqui uma exposição da teoria da dependência, nem mesmo em sua vertente marxista. Para isso, o leitor pode recorrer a Marini (1992), Gandásegui (2009) e Osorio (2004, cap. 5).

⁵ Baseamo-nos aqui em Marini (1979).

⁶ Conforme demonstram Mariña e Moseley (2001, p. 61), um dos aspectos cruciais em que a dependência de bens de capital se manifesta se refere ao comportamento da taxa de câmbio, sujeita a desvalorizações periódicas em função da dívida externa. Isso tem um duplo efeito: sobre a dinâmica das economias e sobre a taxa de lucro, ao provocar a elevação da composição orgânica do capital.

iii) Por fim, a deformação da estrutura de distribuição da renda das economias dependentes se reflete na forma que aí assume a realização da produção, parte da qual é dependente do mercado mundial (*ibid.*, p. 54-5).

Esse quadro, ainda que muito sumário, é suficiente para demonstrar que o movimento do capital nas economias dependentes, em suas diferentes etapas, só pode ser compreendido no contexto do movimento da economia mundial capitalista. O conceito chave nesse sentido é o de *desenvolvimento desigual e combinado*.⁷ A forma predominante como essa tendência se manifesta nas três grandes etapas do desenvolvimento capitalista sofre mutações. Assim, temos: i) no capitalismo de livre concorrência, justaposição regional de desenvolvimento e subdesenvolvimento; ii) no imperialismo “clássico”, justaposição internacional de desenvolvimento nos Estados imperialistas e subdesenvolvimento nos países coloniais e semicoloniais; iii) no capitalismo tardio, justaposição industrial global de desenvolvimento em setores dinâmicos e subdesenvolvimento em outros (MANDEL, 1982, p. 70).

A desigualdade entre economias avançadas e dependentes se manifesta, em cada uma dessas etapas, no comportamento das principais variáveis que definem a dinâmica capitalista: a taxa média de lucro, a taxa de acumulação de capital e a produtividade do trabalho. O ponto decisivo é que não se registrou qualquer tendência duradoura de eliminação do fosso que separa os dois grupos de economia e, portanto, de *convergência* no âmbito da economia mundial.⁸

Por último, é necessário ressaltar que a periferia capitalista não constitui um todo monolítico.⁹ Nossa análise da questão da exploração nas economias dependentes toma como referência um grupo específico constituído pelos países que desde sua formação desenvolveram relações muito estreitas com os polos mais dinâmicos da economia mundial. Mais especificamente, a discussão que se segue toma como referência a América Latina.

⁷ “[...] o sistema mundial capitalista [é] um todo integrado e hierarquizado de desenvolvimento e subdesenvolvimento em nível internacional, regional e setorial [...]” (MANDEL, 1982, p. 70).

⁸ “A noção de desenvolvimento desigual e combinado aplica-se [...] perfeitamente ao capitalismo contemporâneo. Com efeito, a dialética fracionamento/integração surge hoje como o movimento principal da economia mundial” (HUSSON, 1999a, p. 116).

⁹ No Terceiro Mundo, “se combinam países ou zonas geográficas que mantêm vínculos estreitos com a economia mundial, ainda que seja numa posição dependente e subordinada, com outros em que sua participação nos circuitos dos mercados internacionais é nula quase absolutamente [...] constituindo o que se conhece, numa expressão eloquente, como áreas *prescindíveis*” (MONTES, 1999, p. 159).

4.1 Especificidades da exploração da força de trabalho nas economias dependentes

Nesta seção, procuramos responder a dois grupos de questões: 1) Por que nas economias dependentes o grau de exploração da força de trabalho tende a ser mais elevado do que nas economias avançadas? Qual a relação entre dependência e maior exploração? (subseção 4.1.1); 2) As modalidades predominantes de exploração nas economias dependentes são estruturalmente diferentes das vigentes nas economias avançadas? Qual a relação entre dependência e modalidades de exploração? Uma questão relacionada a essa é se a superexploração do trabalho constitui um componente estrutural do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes ou se é um fenômeno circunscrito a certas fases do desenvolvimento destas últimas (subseção 4.1.2).

4.1.1 Especificidades relacionadas ao grau de exploração da força de trabalho

A questão das diferenças de taxas de mais-valia entre países avançados e dependentes tem sido objeto de longa controvérsia no marxismo. Não é nossa intenção reproduzi-la aqui. Limitamo-nos a apresentar os argumentos de Marx e de alguns autores críticos e a explicitar nossa posição. O objetivo é verificar se existe relação entre a condição de dependência e a manutenção de um grau de exploração mais elevado.

No capítulo 2, vimos que Marx formula a hipótese segundo a qual a taxa de mais-valia é menor nos países em que o MPC está menos desenvolvido. Mandel indica quais são os pressupostos implícitos nessa hipótese de Marx:

[...] naqueles países, a tecnologia capitalista não é usada na produção, a produtividade do trabalho é muito menor e a parte da jornada de trabalho em que o trabalhador simplesmente reproduz seu próprio salário é conseqüentemente muito maior do que nos países metropolitanos (MANDEL, 1982, p. 56n).¹⁰

Em resumo, o argumento de Marx parece repousar na ideia de que a maior produtividade da economia mais desenvolvida se traduzirá num tempo de trabalho necessário à reprodução dos meios de subsistência menor, portanto num valor da força de trabalho mais baixo, do que na economia menos desenvolvida. Sendo a força de trabalho, por hipótese, remunerada em ambas as economias de acordo com o seu valor, a taxa de mais-valia na

¹⁰ Ver também p. 250, nota 32. Essa é também a leitura de Martínez (1999, p. 115): “Para Marx, um país capitalista mais desenvolvido tem uma taxa de mais-valia maior do que um menos desenvolvido porque tem também maior produtividade”.

primeira será mais elevada, demonstrando o peso que nela assume a produção da mais-valia relativa.

Mandel argumenta que essa não é uma lei geral. Considera que “a taxa de mais-valia não é uma função direta da produtividade do trabalho” (MANDEL, 1982, p. 56n). Assim, o fato de a produtividade ser menor nos países subdesenvolvidos não significa que a taxa de mais-valia seja necessariamente menor nesses países, uma vez que os salários podem ser aí muito mais baixos do que nos desenvolvidos, graças à dimensão do seu exército industrial de reserva (EIR). O autor enuncia algumas das condições que podem levar a uma taxa de mais-valia mais elevada nos países subdesenvolvidos:

Se o número total de desempregados aumentar nas colônias e simultaneamente diminuir nos países metropolitanos, e se a redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir os meios de subsistência do trabalhador nos países metropolitanos for parcialmente neutralizada por um aumento no volume de mercadorias consumidas pelo trabalhador, enquanto esse volume permanece constante (ou mesmo decresce) nas colônias, então um aumento menor na produtividade do trabalho nas colônias certamente poderá ser acompanhado por um aumento na taxa de mais-valia comparativamente maior do que nos países metropolitanos (MANDEL, 1982, p. 56n).¹¹

Mariña e Moseley (2001), em seu estudo sobre a evolução da taxa de lucro na economia mexicana entre 1950 e 1999, estimam que a taxa de mais-valia é de duas a três vezes mais elevada no México do que nos Estados Unidos. Os autores propõem a seguinte interpretação para o fenômeno, que vai na contramão da previsão de Marx:

A explicação desse resultado poderia ser que a análise de Marx, em *O capital*, está situada em um nível de abstração muito alto que não considera muitos fatores concretos, entre eles as interações entre as distintas economias nacionais. Um desses fatores é que, se por um lado a importação de tecnologias avançadas por parte dos países menos desenvolvidos reduz a brecha de produtividade com respeito aos países mais avançados, por outro a brecha salarial se mantém pelo grande excesso relativo de população nos países menos desenvolvidos, que ainda atravessam processos de “acumulação originária” (isto é, de expulsão dos camponeses para os centros urbanos). Essa combinação resultaria na mais alta taxa de mais-valia nos países menos desenvolvidos (MARIÑA; MOSELEY, 2001, p. 55).

A ocorrência de uma taxa de mais-valia maior nos países dependentes é partilhada também por Marini,¹² embora isso esteja mais implícito em seus textos. Seu argumento

¹¹ O ponto de vista de Mandel é criticado por Mattick (1980, p. 113): “No entanto, o valor da força de trabalho nas nações atrasadas é tão baixo que exclui a possibilidade de qualquer ‘queda no longo prazo’, porque isso acabaria por extingui-la, e a produtividade do trabalho é tão insignificante que nem sequer o prolongamento do tempo de trabalho poderia ampliar a mais-valia absoluta. O prolongamento do tempo de trabalho não traz consigo uma mais-valia adicional no caso de alcançar o limite físico da exploração. Sem dúvida alguma, nos países do ‘terceiro mundo’ se realizam grandes lucros baseados na exploração de determinadas matérias-primas que são incorporadas à produção das nações capitalistas, mas concluir a partir dessas fontes especiais de lucros a existência de uma superior ‘taxa média de mais-valia nas colônias’ é tão evidentemente falso, que a ausência de dados a esse respeito não faz falta”.

¹² Essa leitura da abordagem de Marini é feita também por Martínez (1999).

quanto a esse ponto é que os capitalistas desses países necessitam de um “mecanismo de compensação” das perdas que sofrem com as transferências de valor,¹³ seja no âmbito do comércio internacional, seja nas próprias economias dependentes, para os capitalistas estrangeiros que operam dentro de determinado ramo de produção (MARINI, 1973, p. 35; 1979, p. 47-9). Esse mecanismo consiste no aumento da taxa de mais-valia.¹⁴

O que torna isso possível? Ao contrário do que ocorre nas economias avançadas, nas economias dependentes o salário tende a situar-se sistematicamente abaixo do valor da força de trabalho, em função da dimensão do EIR. Essa desigualdade estrutural entre os dois polos da economia mundial pode levar a uma taxa de mais-valia mais elevada nas economias dependentes.¹⁵ Marini, no entanto, não deixa claro como esse comportamento dos salários se articula com o da produtividade do trabalho nas duas economias. Ora, na medida em que a taxa de mais-valia depende não apenas do salário, mas também da produtividade, o argumento repousa, como nos autores anteriores, na hipótese de que o salário é tão baixo na segunda economia, a ponto de mais do que neutralizar a vantagem da primeira em termos de produtividade.

Gouverneur (2005, p. 169) aponta duas razões adicionais para uma taxa de mais-valia mais alta nos países menos desenvolvidos:

Em primeiro lugar, a proporção de trabalho doméstico na produção dos meios de subsistência dos assalariados é muito significativa na maioria desses países (especialmente nas áreas rurais ou na periferia das cidades, onde os assalariados e suas famílias cultivam um pedaço de terra, constroem habitações precárias, produzem sua própria roupa etc.): isso reduz os salários que devem ser pagos. Em segundo lugar, a relação de forças global entre empregadores e assalariados está claramente a favor dos primeiros: também isso torna possível a obtenção de uma alta taxa de mais-valia, pressionando sobre o nível de consumo dos trabalhadores e sobre sua jornada de trabalho.

À luz dos argumentos avançados por esses autores, fica claro que o tratamento apropriado da questão das diferenças de taxas de mais-valia entre países avançados e dependentes exige que levemos em conta dois fatores: o diferencial de *produtividades* e o diferencial de *salários reais*. Embora o nível de salários seja condicionado pelo nível de

¹³ A questão das transferências de valor será tratada adiante nesta mesma subseção.

¹⁴ No caso da transferência via comércio internacional: “Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida. [...] para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma *maior exploração do trabalho* [...]” (MARINI, 1973, p. 35-6; grifo nosso). No caso da transferência no interior do ramo, as empresas locais “tratarão de recompor sua taxa de lucro através da *elevação da taxa de mais-valia*, obtida à custa de – sem variação significativa na produtividade – extrair mais trabalho não remunerado de seus trabalhadores” (MARINI, 1979, p. 48-9; grifo nosso).

¹⁵ Supõe-se que o *valor* da força de trabalho seja menor nas economias dependentes do que nas economias avançadas. É que, embora o valor médio dos meios de subsistência seja maior nas primeiras, o *volume* desses meios de subsistência é menor.

produtividade,¹⁶ não se pode deixar de considerar que outros fatores interferem na determinação dos salários, de modo que as diferenças nesta última variável podem ser superiores às existentes na primeira, o que resultaria numa taxa de mais-valia mais alta nos países dependentes.

Entre esses outros fatores que incidem sobre os salários nos países dependentes, destaca-se a dimensão que neles assume o EIR. Outros fatores (apontados por Gouverneur) incluem uma correlação de forças desfavorável aos trabalhadores e o peso do trabalho doméstico. A expansão do EIR nos países dependentes é resultado de vários fatores. É o caso da expansão capitalista, que, ao provocar a destruição de relações de produção pré-capitalistas, destruiu mais empregos do que criou (MANDEL, 1982, p. 256).¹⁷ Além disso, há o aumento do desemprego associado à introdução de novas técnicas:

Na economia dependente, esse exército industrial de reserva tende a crescer a partir do momento em que se introduzem (principalmente através do capital estrangeiro) novas técnicas de produção, desenhadas para economias onde a mão de obra é relativamente escassa [...]. Reduz-se em consequência a capacidade do capital para empregar mais mão de obra, fazendo com que o exército operário ativo cresça a um ritmo lento, o que resulta como contrapartida em expansão rápida do exército de reserva (MARINI, 1979, p. 50).

Quer dizer, a razão da relativa incapacidade de absorção de força de trabalho consiste no fato de que a acumulação avança de mão com o aumento da composição orgânica do capital subjacente à introdução de novas técnicas.¹⁸ Poderíamos acrescentar o próprio ritmo da acumulação de capital, em geral mais lento nesses países do que nos avançados.¹⁹ Independentemente do peso relativo desses fatores, o fato é que a grande dimensão do EIR constitui uma pressão constante sobre a restrita parcela dos trabalhadores que conseguem emprego,²⁰ que são obrigados a submeter-se a salários e a condições de trabalho muito

¹⁶ Um exemplo disso pode ser encontrado em Valle (1997-98), onde se procura demonstrar que as diferenças salariais entre México e Estados Unidos são determinadas em grande medida pelas diferenças de produtividade entre os dois países.

¹⁷ “[...] desde que o capitalismo industrial no Ocidente começou a invadir o resto do mundo com suas mercadorias baratas, produzidas em massa [...] uma tendência *divergente* apareceu na economia mundial: um declínio no longo prazo do exército industrial de reserva na Europa ocidental [...] e uma alta do exército industrial de reserva nos países subdesenvolvidos. (Este último processo inclui, evidentemente, a transformação das massas de agricultores, criadores de gado e artesãos pré-capitalistas em vagabundos desarraigados e ‘marginalizados’, em trabalhadores migratórios sazonais, em trabalhadores forçados, seguindo um padrão semelhante ao que ocorreu séculos antes na Europa ocidental.)” (MANDEL, 1985, p. 62).

¹⁸ No mesmo sentido, se manifesta Osorio (2004, p. 175) ao referir-se a “uma indústria que não demanda empregos suficientes, dada a sua estreiteza e sua abrupta passagem a uma composição orgânica do capital elevada com respeito às condições internas, diante da importação de equipamentos provenientes de economias onde o peso do capital constante é alto”.

¹⁹ Para a América Latina, com referência ao período recente, ver Caputo (2009, p. 151).

²⁰ A afirmação deve ser compreendida na perspectiva de longo prazo que orienta o tratamento de toda esta problemática. Evidentemente, a capacidade de absorção de força de trabalho varia conforme se trate de uma fase expansiva ou depressiva da acumulação.

degradados. Reencontramos aqui a tendência do capital a compensar a redução do número de trabalhadores produtivos (isto é, absorvidos em atividades geradoras de mais-valia) mediante o aumento do seu grau de exploração.

Posto isso, pensamos não ser possível estabelecer uma lei geral acerca do nível da taxa de mais-valia²¹ nos dois grupos de economias considerados (conforme já sugerido por Mandel). Apenas o trabalho empírico pode lançar luz sobre a questão. De qualquer modo, os esforços feitos até aqui parecem confirmar a hipótese de uma taxa de mais-valia mais elevada nos países em que o MPC está menos desenvolvido.²² O que significa que o nível mais baixo de produtividade vigente nesses países é largamente ultrapassado pelo nível, ainda mais baixo, dos salários reais.

A questão que se coloca neste ponto é se existe alguma relação entre esse nível mais alto de exploração e a condição de dependência. Em particular, aqui é examinado o vínculo entre um nível de exploração mais elevado e as transferências de valor que as economias dependentes realizam para as economias avançadas.

As transferências de valor ocorrem através de dois mecanismos, correspondentes aos fluxos de mercadorias e aos fluxos de capital. No primeiro caso, elas decorrem da tendência ao intercâmbio desigual; no segundo, da condição de receptores líquidos de investimento estrangeiro em que se encontram os países dependentes.

O intercâmbio desigual consiste na troca de quantidades desiguais de trabalho no mercado mundial (MANDEL, 1982, p. 253-4). O fenômeno se manifesta na tendência à deterioração dos termos de intercâmbio em prejuízo das economias dependentes (MARINI, 1973, p. 30; 1978, p. 70). Sua causa básica reside na diferença nos níveis da produtividade do trabalho entre os países que participam do comércio mundial.²³ Supondo-se que os países troquem mercadorias diferentes e igual taxa de mais-valia, o nivelamento internacional das

²¹ Diferentemente do que ocorre com a taxa média de lucro no longo prazo.

²² Tomemos, por exemplo, Martínez (1999, p. 111). A autora constata, a partir de dados de Alice Amsden, que “os países mais produtivos possuem uma taxa de mais-valia baixa, enquanto os países menos produtivos têm uma taxa de mais-valia alta”. Esse resultado se baseia numa amostra de 20 países. Dos 10 países com taxa de mais-valia alta, oito são países de baixa produtividade. Dos 10 países com taxa de mais-valia baixa, oito são países de alta produtividade. As exceções ficam por conta de dois países com alta taxa de mais-valia e alta produtividade e dois outros com baixa taxa de mais-valia e baixa produtividade. A correlação positiva, concebida por Marx, entre maior produtividade e maior taxa de mais-valia só é observada no interior de cada bloco de países (definidos em função do nível de produtividade). Os dados se referem apenas à indústria. Uma conclusão semelhante é obtida pela mesma autora (ver Martínez, 1996) a partir da comparação do *salário relativo* (a razão entre os salários dos trabalhadores produtivos e o produto social) entre México e Estados Unidos no período 1960-1990. Lembremos que os movimentos do salário relativo são contrários aos da taxa de mais-valia. Os resultados apontam para uma exploração maior no México do que nos Estados Unidos (o diferencial se mantém, com ligeiras oscilações, ao longo do período analisado).

²³ “A troca desigual no mercado mundial, como torna claro Marx [...], é sempre o resultado de uma diferença na produtividade média do trabalho entre duas nações” (MANDEL, 1982, p. 44).

taxas de lucro implicará uma transferência de valor do país de composição orgânica do capital mais baixa para aquele de composição mais alta. Trata-se, portanto, de uma transferência *entre ramos*, decorrente da diferença entre o preço de produção²⁴ e o valor. O primeiro país, em que o preço de produção situa-se abaixo do valor, transferirá mais-valia ao segundo, em que o preço de produção situa-se acima do valor.²⁵

De fato, a transferência de valor não se limita a esse aspecto. Se o país de composição orgânica do capital mais baixa encontra-se em desvantagem também dentro do ramo em que opera (se tem produtividade inferior à média do ramo), a fixação de um preço único para a mercadoria implicará uma transferência de valor para o país com maior produtividade.²⁶ Essa transferência *no interior do ramo* decorre da diferença entre o valor individual e o valor social.²⁷ O primeiro país, em que o valor individual situa-se acima do valor social, transferirá mais-valia ao segundo, em que o valor individual é inferior ao valor social. Trata-se, enfim, da operação do mecanismo do lucro extraordinário, com a diferença de que os capitalistas que atuam no ramo em questão pertencem a países diferentes.²⁸

²⁴ O preço de produção é a soma do preço de custo com o lucro médio. O preço de custo é a soma do capital fixo consumido com o capital constante circulante e o capital variável. O lucro médio é o lucro que cabe a cada capital de acordo com a taxa geral de lucro.

²⁵ Há uma controvérsia quanto a se a apropriação de valor por parte do país mais produtivo implica ou não um nivelamento internacional das taxas de lucro e a formação de preços de produção internacionais. Para Marini (1973, p. 90), por exemplo, a transferência de valor resulta de um processo de nivelamento das taxas de lucro em nível internacional – e, portanto, de formação de preços de produção internacionais. Já para Mandel (1982, p. 255) a transferência de valor ocorre *a despeito* da inexistência desse nivelamento. Para esse autor, o nivelamento das taxas de lucro ocorre apenas no âmbito de uma economia nacional (*ibid.*, p. 66). As condições prévias para a formação de preços de produção – intensidade do trabalho média e globalmente válida, mobilidade em larga escala do capital e da força de trabalho, nivelamento das taxas de lucro – não existem, ou só existem raramente, no plano internacional (*ibid.*, p. 69).

²⁶ Pensamos ser esse o caso tratado por Marx (1984a, p. 146), quando se refere à possibilidade de que determinada nação, mais produtiva, “não seja obrigada pela concorrência a reduzir o preço de venda de sua mercadoria a seu valor”. Isto é, ao fixar um preço de venda acima do valor, apropria-se de valor gerado na nação menos produtiva. Ver também Marini (1973, p. 35).

²⁷ Para esses conceitos, ver o capítulo 2.

²⁸ Por isso, Rosdolsky (1985, p. 345) recorda a observação de Marx de que se trata de um processo semelhante ao de um capitalista inovador que se apropria de lucro extraordinário antes que o invento se generalize. Mas acrescenta que, na situação aqui considerada, os lucros extraordinários não são transitórios, como no caso do fabricante individual, mas duradouros. Marini (1997, p. 103) atribui isso às “dificuldades de informação existentes em relação aos processos produtivos e de transferência de tecnologias, além da diversidade que apresenta o grau de qualificação do operário”. Marini (1979) vê a operação do mesmo mecanismo no caso em que um capitalista estrangeiro (*A*) atua no país dependente ao lado de um capitalista nativo (*B*), no mesmo ramo de produção, sendo que o primeiro traz equipamentos e métodos de produção que lhe permitem operar com um custo de produção inferior à média do ramo. O lucro extraordinário que obtém dificilmente poderá ser anulado por um esforço de *B*, “porque a diferença dos custos de produção não procede de um desenvolvimento técnico interno, mas resulta da introdução a partir do exterior de uma nova tecnologia, com o que *A* detém com relação a *B* a posição de um monopólio tecnológico” (p. 47). Marini (1997, p. 103), por outro lado, chama a atenção para a dupla tendência que caracteriza a fase atual: ao mesmo tempo em que cresce o esforço das grandes empresas por obter lucros extraordinários, surgem novos obstáculos para que isso se concretize, especialmente a dificuldade crescente com que se deparam para deter monopólios tecnológicos por longos períodos.

As transferências de valor decorrentes do intercâmbio desigual correspondem a um processo de *exploração* dos países dependentes por parte dos países avançados.²⁹ Entretanto, a importância do fenômeno não é a mesma para os dois grupos de países. Para os países avançados, essa apropriação de valor consiste num dos determinantes – não necessariamente o principal – do seu processo de acumulação,³⁰ na medida em que concorre para a estabilização ou aumento da taxa média de lucro.

Para compreender esse ponto, é instrutivo retomar uma das contribuições da teoria da dependência, que consiste em associar a formação do capitalismo dependente à *tendência à queda da taxa de lucro* nas economias avançadas.³¹ Segundo Marini (1973, p. 26-9), as economias dependentes cumprem o papel de ajudar a contra-arrestar a queda da taxa de lucro nas economias avançadas, o que se dá por duas vias: i) através de suas exportações de alimentos, *elevam a taxa de mais-valia* nas economias avançadas (mais-valia relativa); ii) através de suas exportações de matérias-primas, *barateiam o capital constante*. Essas exportações têm embutida uma transferência de valor (intercâmbio desigual). Tanto na importação de alimentos quanto na de matérias-primas, o preço de produção pago pelas economias avançadas é inferior ao valor, devido a que a composição orgânica média do capital nas economias dependentes situa-se abaixo da média mundial, o que, por sua vez, traduz o fato de que, para os capitalistas das economias dependentes, é mais atrativo aplicar em capital variável do que em capital constante, dada a dimensão do EIR.

Marini situa essa função das economias dependentes no contexto da sua *formação*. Podemos estender o seu argumento ao movimento da acumulação mundial no longo prazo, postulando que as economias dependentes cumprem o papel de contra-arrestar a

²⁹ Ver Marini (1973, p. 32). Segundo Mandel (1982, p. 255), o intercâmbio desigual resulta no “enriquecimento relativo [dos países metropolitanos] às expensas das colônias e das semicolônias”.

³⁰ “Pela duração de toda uma época histórica nenhuma transferência de excedente para os países imperialistas poderia ter ocorrido sem a existência dos países subdesenvolvidos, nem teria havido, naqueles países, aceleração da acumulação de capital” (MANDEL, 1982, p. 70). Há autores que relativizam a importância dessas transferências. “A exploração dos países do Terceiro Mundo é, na configuração atual da economia mundial, um fator secundário quanto à determinação da dinâmica dos países capitalistas desenvolvidos. Noutros termos, as razões dos sucessos e dos fracassos do capitalismo no centro não dependem principalmente dos recursos que este pode extrair do Terceiro Mundo” (HUSSON, 1999a, p. 110). O mesmo raciocínio é aplicado pelo autor à expansão do pós-guerra: “[...] é preciso rejeitar a ideia similar segundo a qual a prosperidade dos anos 60 se baseia principalmente na pilhagem do Terceiro Mundo. A razão é simples: a fonte principal da riqueza dos países imperialistas é o trabalho despendido *in loco*, ao qual está associado um nível de produtividade elevado” (*ibid.*, p. 111).

³¹ Assim descreve Marini o caminho seguido em *Dialéctica de la dependencia*: “Em meu ensaio, tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial e, em particular, em função de sua mola vital, a taxa geral de lucro, que podemos entender a formação da economia dependente. No essencial, os passos seguidos foram: a) examinar o problema do ponto de vista da tendência à baixa da taxa de lucro nas economias industriais e b) colocá-lo à luz das leis que operam no comércio internacional, e que lhe dão o caráter de um intercâmbio desigual; posteriormente, o foco de atenção se desloca para os fenômenos internos da economia dependente [...]” (MARINI, 1973, p. 86).

queda da taxa de lucro nas economias avançadas durante a fase expansiva e de auxiliar na recuperação dessa taxa por ocasião da fase depressiva da onda longa.

Independentemente do maior ou menor peso que as transferências de valor venham a ter na trajetória da acumulação nas economias avançadas, seu efeito sobre a economia dos países dependentes pode ser nefasto – principalmente, ao reduzir o ritmo do processo de acumulação de capital e, por essa via, afetar o nível de emprego e as condições de reprodução da força de trabalho.³² Evidentemente, os problemas do desenvolvimento capitalista nas economias dependentes não se resumem às transferências.³³

Em relação às rendas de capitais – a segunda forma de transferência de valor a que aludimos –, importa distinguir as rendas correspondentes ao investimento externo direto (IED) daquelas que remuneram os empréstimos e financiamentos e os investimentos de portfólio. O crescimento dessa forma de transferência está relacionado, no primeiro caso, ao aumento das exportações de capital para os países dependentes a partir do último quarto do século XIX, motivado pela tendência à queda da taxa de lucro nos países imperialistas.³⁴ A tendência à queda da taxa de lucro também subjaz à expansão dos investimentos financeiros nos países dependentes a partir da crise iniciada em fins dos anos 1960 nos países avançados (superacumulação de capital). Por fim, o crescimento das rendas de capitais se deve, no caso da fase atual, às maiores facilidades para a transferência de lucros e dividendos ao exterior e às altas taxas de juros oferecidas pelos países dependentes.³⁵

Retomando a pergunta sobre a existência de relação entre o nível da taxa de mais-valia nos países dependentes e as transferências de valor, devemos considerar que, embora não exista uma relação de *proporcionalidade* entre a dimensão das transferências e o nível da taxa de mais-valia (se assim fosse, seria de esperar que essa taxa se reduzisse nos momentos

³² Husson relativiza – indevidamente – esse efeito: “Mas a dominação imperialista já não basta para explicar a sua evolução econômica e social. O funcionamento concreto do capitalismo numa dada formação social resulta, com efeito, da combinação de fatores externos (a inserção na economia mundial) e internos (estrutura de classes, repartição do rendimento, formas de dominação política etc.)” (HUSSON, 1999a, p. 111). Ora, a ênfase no papel das transferências não constitui uma negação da influência dos fatores internos.

³³ Shaikh tem razão ao argumentar que, mesmo que as economias subdesenvolvidas não perdessem no comércio internacional, permaneceriam às voltas com seus problemas estruturais de menor produtividade etc.: “[...] o desenvolvimento desigual ocasionado pela concorrência internacional está no centro da questão, e não alguma transferência de valor que possa ou não resultar desse desenvolvimento desigual. Mesmo com uma transferência líquida de valor igual a zero, todas as forças que analisamos anteriormente continuariam aprofundando o ‘desenvolvimento do subdesenvolvimento’” (SHAIKH, 2006, p. 248). Por outro lado, a crítica de Shaikh não parece invalidar globalmente a tese da dependência, que não se resume à questão das transferências. (De passagem, note-se que a dimensão das transferências discutida por Shaikh é apenas a do intercâmbio desigual, não abrangendo as rendas do investimento estrangeiro.)

³⁴ Ver Mandel (1982, p. 55-6).

³⁵ Uma outra forma de transferência relevante no caso dos países dependentes é representada pelos *royalties*, que traduzem a dependência tecnológica (CARCANHOLO, M., 2008, p. 255).

em que o volume de transferências se reduz – por exemplo, em função da melhora dos termos de intercâmbio), parece claro que os capitalistas dos países dependentes tentam lançar o peso delas sobre os trabalhadores.³⁶ A possibilidade de fazê-lo está ligada à condição estrutural de que dispõem, qual seja, a presença de um grande EIR que coloca os salários reais médios em níveis sumamente baixos para os padrões das economias avançadas.

4.1.2 Especificidades relacionadas às modalidades predominantes de exploração da força de trabalho

Nas economias dependentes, o aumento da produtividade do trabalho como meio para incrementar a taxa de mais-valia – e, portanto, como base para a extração de mais-valia relativa – é, em termos tendenciais, secundário. O elemento que sobressai é a *regressão salarial*.

A razão desse papel limitado do aumento da produtividade reside na dependência dessas economias de inovações tecnológicas, que geralmente são monopólio das economias avançadas. A forma como os países dependentes têm procurado solucionar esse problema – no caso de alguns países da América Latina, desde meados dos anos 1950 – é abrindo a indústria ao investimento das empresas transnacionais, o que recoloca a dependência de outra forma.³⁷

Há um segundo fator para a pouca importância que têm os aumentos de produtividade: o excedente de trabalhadores nessas economias faz com que o salário real situe-se, por longos períodos, abaixo do valor da força de trabalho. Essa condição impede o capital de recorrer ao uso de maquinaria em larga escala. O problema já havia sido identificado por Marx a propósito da maquinaria (ver Marx, 1984a, p. 21-2).³⁸ É retomado por Marini (1973), a propósito do desenvolvimento capitalista na América Latina; e também por outros autores.³⁹

³⁶ É esse o ponto realçado por Marini (1973).

³⁷ A tentativa de implantação de sistemas nacionais de inovação esbarra em inúmeros limites, devido ao fato de esses países serem parte de uma economia capitalista mundial fortemente hierarquizada, em que as oportunidades de inovação estão desigualmente distribuídas.

³⁸ “A própria máquina, em países há mais tempo desenvolvidos, produz, por sua aplicação em alguns ramos de atividade, tal excesso de trabalho [...] em outros ramos, que aí a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho impede o uso da maquinaria e torna-o supérfluo, frequentemente impossível, do ponto de vista do capital, cujo lucro surge de qualquer modo da diminuição não do trabalho aplicado, mas do trabalho pago” (MARX, 1984a, p. 22).

³⁹ É o caso de Mandel (1982, p. 39), ao tratar da produção de matérias-primas nos países dependentes na etapa do imperialismo clássico: “O enorme volume de força de trabalho a baixo preço, em disponibilidade nessas

Diante disso, o elemento relevante para o incremento da taxa de mais-valia é a regressão salarial, de forma direta – através da redução do poder aquisitivo dos salários – ou indireta – através de mecanismos como o prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho, ambos os métodos implicando redução do salário-hora.

A questão é se essa tendência das economias dependentes a privilegiar mecanismos mais “primitivos” de aumento da taxa de mais-valia se mantém nas diferentes etapas do desenvolvimento do MPC (por exemplo, no imperialismo clássico e no capitalismo tardio). Restringindo mais o horizonte temporal da questão: a tendência se mantém nas diferentes fases da onda longa da acumulação capitalista? Ou, durante as fases expansivas, o aumento da produtividade do trabalho ganha força? (Para que isso fosse verdadeiro, seria necessário supor que, nas fases expansivas, registra-se um ritmo mais intenso de inovação tecnológica nessas economias, o que nem sempre é o caso. Quer dizer: o fator dependência, que limita a capacidade de inovação, continua operante também nessas fases. Seria necessário supor, além disso, que, nas fases expansivas, ocorre um enxugamento importante do EIR, que torna atrativo o recurso ao capital fixo – o que cada vez corresponde menos à realidade.)

A tese da superexploração do trabalho, formulada de forma mais acabada por Ruy Mauro Marini,⁴⁰ responde afirmativamente à questão acima. Ou seja: tenta mostrar que, nas economias dependentes, métodos “primitivos” de aumento da exploração não são exclusivos do seu período de formação, nem de determinada etapa do MPC, nem tampouco das fases depressivas da acumulação. Aludem, antes, a elementos *constitutivos* de suas formações sociais – reprodução de um enorme excedente de força de trabalho não absorvido em atividades capitalistas; dificuldade de acesso a inovações tecnológicas.

A superexploração se configura, de acordo com Marini, sempre que *o salário situa-se abaixo do valor da força de trabalho*. Justamente por esse motivo a hipótese da superexploração não é examinada por Marx, que, dado o nível de abstração que caracteriza sua obra, geralmente supõe que a força de trabalho é remunerada de acordo com o seu valor.⁴¹

O salário situa-se abaixo do valor da força de trabalho nas três situações anteriormente indicadas. Ou seja, a superexploração se caracteriza quando:

regiões, tornou não lucrativo o emprego de capital fixo em grande escala: a máquina moderna não podia competir com esse trabalho barato”.

⁴⁰ A referência clássica é *Dialéctica de la dependencia* (MARINI, 1973).

⁴¹ No mesmo sentido se posiciona Osorio (2004, p. 92): “[...] o fato de que, pelo nível de abstração em que se move a análise em *O capital*, não se aborde o tema da violação do valor da força de trabalho, não significa que o fenômeno fosse desconhecido por Marx ou que o considerasse um assunto irrelevante. Muito ao contrário, os limites que se autoimpõe por razões de método, a fim de desentranhar a lógica que organiza, articula e reproduz a economia burguesa, o levam a não analisar o problema”.

i) há um rebaixamento do salário por baixo do valor da força de trabalho, com o que parte do fundo de consumo do trabalhador se converte em fundo de acumulação (MARINI, 1978, p. 94; 1973, p. 38-9);

ii) ocorre prolongamento da jornada de trabalho ou intensificação do trabalho sem aumento proporcional do salário.⁴² Esse caso difere do anterior, pelo fato de que aqui não se trata de *rebaixamento* do salário. A questão é que o aumento extensivo ou intensivo da jornada implica *aumento do valor da força de trabalho*.⁴³ Nas palavras de Marini (1978, p. 98):

Sabemos, com Marx, que qualquer variação na magnitude extensiva ou intensiva do trabalho faz variar no mesmo sentido o valor da força de trabalho. O prolongamento da jornada e o aumento da intensidade do trabalho acarretam um maior gasto de força física e, portanto, um desgaste maior que, dentro de certos limites, incrementa a massa de meios de vida necessários à sua reposição.

Ora, na medida em que esse aumento do valor da força de trabalho não é acompanhado por um aumento do salário na mesma proporção, configura-se mais uma vez a superexploração.⁴⁴

Em contrapartida, o incremento da taxa de mais-valia obtido mediante o aumento da força produtiva do trabalho não implica superexploração. O aumento da taxa de mais-valia decorre, nesse caso, da redução do trabalho necessário, vale dizer, da redução do valor da força de trabalho. Portanto, aqui, o salário não cai abaixo do valor da força de trabalho. Pode corresponder a este último ou, eventualmente, situar-se acima dele.

Em outro trabalho, Marini explica a relação da superexploração com o leque de salários vigente na economia dependente:

A superexploração se reflete numa escala salarial cujo nível médio se encontra por baixo do valor da força de trabalho, o que implica que mesmo aquelas camadas de operários que conseguem sua remuneração por cima do valor médio da força de trabalho (os operários qualificados, os técnicos etc.) veem seu salário constantemente pressionado em sentido descendente, arrastado para baixo, pelo papel regulador que cumpre o salário médio com respeito à escala de salários em seu conjunto (MARINI, 1979, p. 53).

⁴² Às vezes na literatura, a ocorrência da superexploração é limitada ao caso de redução dos salários reais. Marini, em contrapartida, trata os três casos como superexploração, uma vez que o fator que os unifica é o pagamento de um salário inferior ao valor da força de trabalho.

⁴³ Conforme vimos no capítulo 2. Como notamos naquela ocasião, Marx não aprofunda (embora as mencione) as implicações de um aumento da jornada ou da intensificação do trabalho no tocante ao aumento do valor da força de trabalho – e é essa uma das possibilidades consideradas na tese da superexploração.

⁴⁴ De fato, enquanto meio para aumentar a taxa de mais-valia, o prolongamento da jornada (o mesmo vale para a intensificação) resulta em queda do salário-hora. Se o aumento da jornada é acompanhado de aumento proporcional do salário (ou seja, se o salário-hora fica inalterado), a taxa de mais-valia não aumenta. Assim, sempre que se recorre ao prolongamento da jornada como meio para aumentar a taxa de mais-valia, abre-se uma brecha entre o valor (aumentado) da força de trabalho e o salário pago ao trabalhador.

Às vezes, a superexploração é confundida com a vigência de um grau de exploração sumamente elevado em determinada economia, ou em determinada fase do desenvolvimento desta. Ora, um grau elevado de exploração *per se* não configura superexploração. Esta última corresponde a um grau de exploração *obtido através de métodos que implicam o pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho*. Tanto é assim que, em determinada formação social, em que a força de trabalho é remunerada de acordo com o seu valor, a taxa média de mais-valia, obtida principalmente através do aumento da produtividade, pode, em princípio, ser superior à de outra, em que prevalece o recurso ao aumento extensivo ou intensivo da jornada de trabalho (o que nem sempre é o caso, como vimos na subseção anterior, mas essa é outra questão). Em resumo, o problema da superexploração tem a ver não com o nível de exploração em si, mas com o caminho que leva a ele – se implica ou não uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho.

De acordo com Marini, a razão última pela qual os capitalistas dos países dependentes lançam mão, majoritariamente, de mecanismos de superexploração do trabalho reside na já aludida disponibilidade de um grande EIR. É a presença deste último o principal fator a impedir os trabalhadores de obter êxito em suas reivindicações de uma remuneração que pelo menos compense o maior desgaste de sua força de trabalho (MARINI, 1979, p. 49-50).

Na medida em que, por definição, a superexploração corresponde ao pagamento de um salário abaixo do valor da força de trabalho, sua vigência por períodos prolongados compromete a reprodução normal da força de trabalho.⁴⁵ Como ressalta Marx, a reprodução da força de trabalho, nessas condições, ocorre de forma atrofiada. No entanto, isso não representa maior preocupação no caso das economias dependentes.⁴⁶ Por outro lado, o receio de que o amplo uso desse recurso possa no longo prazo desembocar em graves problemas de realização é afastado pelo fato de que a produção latino-americana, durante grande parte do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, se destina basicamente ao mercado mundial, não dependendo da capacidade interna de consumo. Nisso Marini vê uma nova diferença estrutural das economias dependentes face às economias avançadas: a pouca

⁴⁵ “Um salário insuficiente ou um processo de trabalho com superdesgaste (seja pelo prolongamento da jornada laboral, seja pela intensificação do trabalho), que encurtem o tempo de vida útil e de vida total, constituem casos *onde o capital se está apropriando hoje de anos futuros de trabalho e de vida*” (OSORIO, 2004, p. 45; grifado no original).

⁴⁶ “Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem preocupar-se em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando se lhe possa substituir mediante a incorporação de novos braços ao processo produtivo. O dramático para a população trabalhadora da América Latina é que esse pressuposto se cumpriu amplamente [...]” (MARINI, 1973, p. 52).

importância que tem nelas o consumo individual dos trabalhadores para a realização do valor produzido (MARINI, 1973, p. 50-2).

A industrialização por substituição de importações, que tem lugar na América Latina durante a fase expansiva do capitalismo no pós-guerra, não altera essencialmente esse quadro, uma vez que ela nasce para atender a uma demanda preexistente, representada pelo que Marini denomina de “esfera alta da circulação”, composta pelos detentores da mais-valia e camadas a ela associadas. Quer dizer, ela privilegia a produção de mercadorias que, em geral, não fazem parte do consumo operário (*ibid.*, p. 61ss).

Esse desenvolvimento histórico deixa claro, para Marini, que a superexploração constitui uma tendência de longo prazo. A superexploração é inerente às economias dependentes. Como tal, não está vinculada a determinadas conjunturas. Aqui são necessários dois reparos, que não invalidam a tese.

i) Embora a superexploração seja uma característica constitutiva do capitalismo dependente, sua dimensão pode variar de acordo com a fase da onda longa de que se trate. Claramente, as fases depressivas são mais propícias à fixação do salário por baixo do valor da força de trabalho;

ii) Nada impede que o aumento da produtividade assuma importância crescente no incremento da taxa de exploração nas economias dependentes, embora não em grau comparável às economias avançadas, devido, principalmente, à dimensão do EIR, que desestimula o emprego de capital fixo. Quer dizer, embora continue sendo uma forma secundária de incremento da exploração, seu peso pode ser crescente.

Marini sustenta, corretamente, que a superexploração não está condicionada à presença de uma correlação de forças específica. Ele critica a interpretação segundo a qual “a superexploração é um efeito, por assim dizer, casual da luta de classes [...]” (MARINI, 1978, p. 98). Ou seja, de que uma correlação de forças mais favorável aos trabalhadores possa eliminar a superexploração.

A superexploração tem implicações importantes para a reprodução do capital nas economias dependentes. Osorio (2004, p. 82-3) aponta dois elementos que ilustram isso: i) No âmbito da realização, destaca-se o escasso peso dos salários na conformação dos mercados. Isso, por sua vez, se reflete na grande heterogeneidade da indústria nesses países; ii) O apelo à intensificação do trabalho ou ao prolongamento da jornada corroboram a tendência do capitalismo dependente a absorver relativamente pouca força de trabalho e a expandir o EIR. O aumento deste último retroage, por sua vez, sobre o exército ativo, rebaixando as condições em que se dá a sua exploração.

Por último, devemos considerar o alcance do fenômeno da superexploração – se constitui uma tendência exclusiva de economias dependentes ou se está presente também nas economias avançadas. Lembremos que todas as situações em que o salário situa-se abaixo do valor da força de trabalho implicam uma reprodução anormal da força de trabalho. É claro que essa possibilidade existe também para as economias avançadas. A diferença é que, no caso destas últimas, uma remuneração abaixo do valor da força de trabalho constitui geralmente uma situação excepcional (talvez relacionada a determinados setores de atividade ou a períodos de crise).⁴⁷ Até que ponto métodos vinculados à superexploração ganharam importância nessas economias?

Dissemos, no final do capítulo anterior, que, no curso da atual fase depressiva, começaram a ganhar espaço nas economias avançadas formas de incremento da taxa de exploração antes associadas às economias dependentes. Trata-se, principalmente: i) do avanço da intensificação do trabalho (é claro que esta última não é exclusiva da fase atual; apenas se aprofundou); ii) de mecanismos não convencionais de prolongamento da jornada de trabalho. Isso nos permite afirmar que a superexploração tornou-se, na fase atual, um fenômeno de grande amplitude comparativamente a fases anteriores do capitalismo. É o que Marini sustenta num de seus últimos trabalhos: “Desse modo, generaliza-se a todo o sistema, inclusive os centros avançados, o que era um traço distintivo (ainda que não privativo) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho” (MARINI, 1997, p. 104). Diante disso, não é apropriado associar a superexploração exclusivamente ao fenômeno da dependência. O aspecto importante é a magnitude que assume, na fase atual, o EIR, num contexto marcado pela precarização das relações de trabalho. É isso que explica, em última instância, a proliferação de situações de fixação do salário abaixo do valor da força de trabalho.

A propósito da intensificação do trabalho, não é possível concordar com a hipótese segundo a qual ela constitui um método de exploração típico de economias dependentes.⁴⁸ À luz da interpretação de Marx acerca dessa modalidade de exploração – particularmente sua estreita associação com as reorganizações do processo de trabalho e o fato de geralmente acompanhar os aumentos de produtividade (e, portanto, a introdução de

⁴⁷ A tese que defende a importância da superexploração para a reprodução do capital nas economias dependentes “não nega a existência de superexploração nas chamadas economias centrais, seja de maneira conjuntural, seja em tempos de maior duração. A diferença reside em que nas economias dependentes essa modalidade de exploração se encontra no centro da acumulação. Não é, então, nem conjuntural nem tangencial à lógica como essas sociedades se organizam” (OSORIO, 2004, p. 92-3).

⁴⁸ Como quer Marini – embora este autor não afirme que a intensificação não esteja presente nas economias avançadas; apenas que constitui aí uma modalidade de exploração secundária.

inovações tecnológicas), sendo tais fenômenos mais importantes no capitalismo avançado –, seria mais apropriado concluir que se trata de um método de maior importância nas economias avançadas.⁴⁹

4.2 A exploração da força de trabalho nas economias dependentes e a reprodução do sistema em sua fase atual

Nesta seção, abordamos o papel de uma taxa de exploração mais elevada nas economias dependentes para a reprodução do capitalismo em sua fase atual. Preliminarmente, procuramos caracterizar as principais mudanças na situação de dependência que tiveram lugar nessa fase.⁵⁰

4.2.1 A dependência na fase atual do capitalismo

Com o objetivo de caracterizar as mudanças na situação de dependência, destacamos alguns fatores que condicionaram a trajetória da acumulação nas economias dependentes no curso da fase atual do capitalismo. O ponto central é que a evolução da acumulação de capital nessas economias é largamente condicionada pela estagnação que caracteriza a fase da onda longa do capitalismo mundial iniciada em meados dos anos 1970.

Evidentemente, a forma como as crises capitalistas atingem as economias dependentes e a extensão de seus impactos não são imutáveis.⁵¹ Dependem, entre outros fatores, do grau de sua integração na economia mundial e dos mecanismos de que o capital lança mão durante a fase depressiva na tentativa de superar a crise. Tampouco os efeitos da crise são os mesmos em todas as economias dependentes, na medida em que o ciclo do capital nestas últimas não é um simples reflexo do movimento do capital nas economias avançadas.

As relações entre países avançados e dependentes passam por dois grandes períodos desde a Segunda Guerra Mundial. Entre o imediato pós-guerra e meados dos anos 1970, os países dependentes seguem, em geral, a tendência expansiva do capitalismo mundial. Ao mesmo tempo em que se observa uma tendência dos fluxos de mercadorias e de capitais a

⁴⁹ Osorio (2004, p. 51) também associa a intensificação a condições de exploração mais avançadas: “A intensidade do trabalho tende a ocorrer preferencialmente em empresas de ponta, com elevados níveis tecnológicos e produtivos, onde a duração da jornada de trabalho é a ‘normal’ e inclusive inferior à normal”.

⁵⁰ Conforme observamos no início deste capítulo, nossa referência básica são as economias latino-americanas.

⁵¹ “Se se compara, por exemplo, o impacto das duas grandes crises estruturais do século sobre as nações periféricas – o descalabro de entreguerras e a depressão iniciada na metade dos 1970 – os efeitos depredadores da segunda queda são significativamente superiores” (KATZ, 2002a, p. 17).

privilegiar os próprios centros imperialistas, tem lugar um aprofundamento das relações de dependência, em suas várias dimensões – produtivo-tecnológica, comercial e financeira. Esse aprofundamento, embora não impeça a expansão capitalista desses países, explica a forma aguda como se manifestam aí as contradições do MPC. Esse é o ponto destacado pela vertente marxista da teoria da dependência.⁵²

A partir da manifestação da crise nos centros imperialistas, os países dependentes ingressam numa longa fase de estagnação, que pode ser dividida em dois subperíodos: a “década perdida” dos anos 1980 e o período dos anos 1990 em diante. Embora o pano de fundo comum a ambos seja a longa estagnação do capitalismo mundial, é necessário levar em conta a forma distinta de relação entre os dois grupos de países. Enquanto nos anos 1980 ocorre uma grande redução dos fluxos de capital em direção aos países dependentes, nos anos 1990 há um retorno desses fluxos, ao lado da liberalização dos fluxos de bens e serviços, e registra-se um avanço importante do processo de mundialização do ciclo do capital produtivo. Vejamos os principais marcos dessa fase, destacando, por um lado, os impactos da crise e, por outro, as transformações que se operam nas economias dependentes como parte da resposta que lhe dá o capital.

As economias dependentes são duramente atingidas pela crise estrutural. Do lado da acumulação, devido às maiores dificuldades de importação de meios de produção (incluindo determinadas matérias-primas) e à retração dos fluxos de investimento externo direto. Do lado dos mercados, devido à queda dos preços de suas exportações e à perda de relações de troca.

Os efeitos da crise estrutural sobre os países dependentes são potencializados, em primeiro lugar, pela *crise da dívida externa* de inícios dos anos 1980. Assim, aos efeitos da estagnação nas economias avançadas vêm-se somar os efeitos da crise da dívida, em particular a inversão dos fluxos financeiros: os países endividados passam a arcar com uma transferência líquida positiva de recursos ao exterior. A adoção dos chamados “programas de ajuste estrutural” impostos pelos organismos financeiros internacionais visa a assegurar essa transferência.

Em segundo lugar, os efeitos da crise são potencializados pelo processo de *mundialização capitalista*, portanto pela “crescente integração mundial da atividade econômica” (KATZ, 2002a, p. 17). Se, por um lado, os países dependentes tentam tirar algum proveito desse processo, por outro eles estão agora mais expostos aos efeitos das crises cada

⁵² Como se sabe, as teorias da dependência foram produzidas por ocasião do esgotamento do *boom* do pós-guerra, isto é, no início da crise estrutural.

vez mais frequentes da economia mundial. Nesse ponto, cabe destacar uma diferença importante entre a crise dos anos 1930 e a fase atual. Enquanto naquela ocasião “a crise se traduziu numa desconexão que permitiu a certos países [...] aplicar um modelo mais aut centrado e lançar assim as bases de uma industrialização”, na fase atual os laços com a economia mundial se estreitaram, de modo que esses países “estão de certa maneira ainda mais dominados do que nos anos 30” (HUSSON, 1999a, p. 113). As possibilidades de seguirem uma trajetória mais independente da evolução da economia mundial se reduziram.

O passo final nessa direção foi dado com a adoção da estratégia neoliberal, envolvendo um conjunto de reformas estruturais – notadamente, a liberalização comercial e financeira, a desregulamentação dos mercados e a privatização de empresas estatais – e a política macroeconômica.⁵³

O impacto da crise e das políticas neoliberais na América Latina fica evidente na redução de suas taxas de crescimento desde os anos 1980 (Tabela 4.1).

Tabela 4.1
América Latina – taxas de crescimento anual (%)

	1950-1980	1980-2005
Sete países maiores da América Latina		
América Latina	5,7	2,1
Brasil	7,4	2,3
México	6,3	2,5
Argentina	3,4	1,9

Fonte: Duménil e Lévy (2007, p. 275).

Além da queda da produção, as manifestações da crise estrutural iniciada em meados dos anos 1970 e estendendo-se até os dias atuais incluem: a instabilidade do crescimento (aumento da frequência das crises cíclicas); a escalada do desemprego e do emprego precário; o descontrole inflacionário e a crescente perda de importância das moedas locais, ensejando uma série de planos de estabilização; e uma profunda crise social.

Por outro lado, a fase atual do capitalismo testemunha um conjunto de transformações das economias dependentes. Entre elas, as de maior relevância para a nossa discussão abrangem o sistema produtivo e as relações com a economia mundial.

A crise estrutural, juntamente com a crise da dívida e a afirmação do modelo neoliberal, levou ao fim a estratégia de industrialização por substituição de importações na América Latina. Observou-se uma profunda reestruturação econômica na região, cujas

⁵³ Cabe observar os diferentes ritmos de implantação do modelo na América Latina: “[...] mesmo que o modelo liberal tenha estado na base das estratégias de desenvolvimento de todos os países da América Latina a partir dos anos oitenta, as formas de implementação, a ordem das reformas e o caráter das políticas de estabilização têm suas próprias especificidades em cada país” (GONÇALVES *et al.*, 2009, p. 128).

características mais importantes são as seguintes: i) retorno à especialização do aparelho produtivo, em contraste com a tentativa de diversificação que caracterizara a fase de substituição de importações;⁵⁴ ii) realocização de segmentos produtivos; iii) mudanças no processo de trabalho; iv) nova forma de inserção no mercado mundial (primário-exportadora, para a maioria das economias);⁵⁵ v) redução do papel do mercado interno e segmentação do mesmo (OSORIO, 2004, p. 81).

Além disso, há um aprofundamento da integração financeira dessas economias. A partir do pós-guerra, os fluxos de capital para as economias dependentes latino-americanas passam por três fases: 1) do imediato pós-guerra aos anos 1970, há um crescimento dos fluxos; 2) nos anos 1980, os fluxos se reduzem bastante (de fato, os fluxos líquidos se tornam negativos) em consequência da crise da dívida externa; 3) nos anos 1990, há um retorno dos fluxos,⁵⁶ o que se explica, em parte, pela crise estrutural nos países avançados e, em parte, pelas medidas de liberalização adotadas, em maior ou menor grau, nos países dependentes por imposição dos organismos financeiros internacionais.

A observação atenta dessas transformações leva à conclusão de que houve um aprofundamento da dependência das economias da América Latina. O modelo produtivo resultante da reestruturação ainda em curso é altamente vulnerável às oscilações da economia mundial. Isso fica evidente em diversos aspectos. i) A participação do capital estrangeiro em setores estratégicos das economias dependentes (como é o caso das infraestruturas básicas) é crescente. Isso se deve, em parte, às privatizações;⁵⁷ ii) Prossegue a dependência tecnológica;⁵⁸ iii) Também é crescente a dependência dos mercados externos. A redução do papel do mercado interno na realização torna as economias latino-americanas mais vulneráveis ao ciclo nas economias avançadas, inclusive aumentando a possibilidade de termos de intercâmbio desfavoráveis. Além disso, a especialização em produtos primários e

⁵⁴ O novo padrão exportador “ênfatisa o abandono do projeto de industrialização *diversificada*, mas [...] deixa aberta a ideia de economias que podem continuar industrializando-se, só que em segmentos específicos” (OSORIO, 2004, p. 101).

⁵⁵ Observa-se um aumento do peso das *commodities* e de produtos industriais com menor intensidade tecnológica nas pautas de exportação dos países latino-americanos (GONÇALVES *et al.*, 2009, p. 129).

⁵⁶ É preciso notar que parte dos fluxos dirigidos aos países dependentes corresponde, de fato, a repatriamento de capitais. “[...] não há que perder de vista que ele [o capital estrangeiro] representa uma mera restituição de capital, em relação ao que drenou da economia dependente; restituição que é, além disso, parcial” (MARINI, 1979, p. 42). Ver também Husson (1999a, p. 113).

⁵⁷ Ver Montes (1999, p. 165-8).

⁵⁸ Os países desenvolvidos detêm “uma imensa superioridade em matéria de pesquisa e desenvolvimento, que é o que torna possível a inovação técnica; temos aí um verdadeiro *monopólio tecnológico*, que agrava a condição dependente dos demais países” (MARINI, 1997, p. 98). “Os países dependentes já não têm acesso a conhecimentos tecnológicos concebidos sobre uma base relativamente estável, como a que prevalecia desde fins da Segunda Guerra Mundial, mas devem fazer frente ao acelerado desenvolvimento de tecnologias de ponta que demandam massas consideráveis de conhecimento e de investimento, para que se possa encurtar a distância que têm com respeito aos centros avançados” (*ibid.*, p. 99).

em manufaturados simples representa o retorno a um tipo de dependência conhecida dos países latino-americanos.⁵⁹

Além desses aspectos, destaca-se o aprofundamento da dependência financeira. Por um lado, registra-se o aumento da vulnerabilidade externa (capacidade de resistência a choques externos) das economias da região.⁶⁰ Por outro, ocorre uma elevação de sua fragilidade financeira externa (dependência de capitais externos para financiar suas contas-correntes) (CARCANHOLO, M., 2008), notando-se que o aumento do déficit em transações correntes se deve em grande parte ao aumento das rendas de capitais remetidas ao exterior.⁶¹

É importante notar que não foi apenas devido à atual orientação neoliberal dominante nos organismos financeiros internacionais e nos governos dos países dependentes que essa situação se consumou. Não custa lembrar que, *mesmo sob a orientação keynesiana da política econômica*, a condição de dependência não foi superada. O problema de fundo é o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em escala mundial. O que o neoliberalismo fez foi aprofundar as relações de dependência, tornando mais remota a possibilidade de um desenvolvimento capitalista autônomo nos países da periferia do sistema.

O aprofundamento das relações de dependência na fase atual do capitalismo implica a necessidade de manutenção de uma taxa de mais-valia mais elevada nos países da periferia capitalista, como veremos em seguida.

4.2.2 O diferencial de taxas de mais-valia e a reprodução do sistema em sua fase atual

A tendência à manutenção de um nível mais elevado de exploração da força de trabalho nas economias dependentes tem sido constatada em diferentes momentos da evolução histórica do MPC.⁶² De acordo com Mandel (1982), a taxa de mais-valia nos países dependentes conservou-se em nível mais elevado do que nos países imperialistas na etapa do imperialismo clássico (de 1890 à Segunda Guerra Mundial):

A taxa de mais-valia das colônias [...] excedia frequentemente a das metrópoles, em especial porque a produção de mais-valia *absoluta* nos territórios coloniais poderia continuar além dos limites possíveis nas metrópoles (embora, evidentemente, a

⁵⁹ Ver Marini (1997, p. 99).

⁶⁰ Ver Gonçalves *et al.* (2009), onde se encontra uma análise da evolução da vulnerabilidade estrutural externa para onze países latino-americanos no período 1980-2006.

⁶¹ De acordo com Caputo (2009, p. 156), as transferências líquidas de recursos ao exterior por parte da América Latina voltaram a ser positivas a partir de 1999; inclusive, são bastante superiores às transferências que se seguiram à crise da dívida nos anos 1980.

⁶² O que não exclui, por princípio, a possibilidade de, em determinadas economias dependentes e em determinadas conjunturas (ou mesmo por períodos mais longos), o nível médio de exploração se aproximar daquele prevalecente nas economias avançadas.

produção de mais-valia relativa fosse muito menor do que a das zonas metropolitanas). Além disso, o valor da força de trabalho nas colônias não caiu apenas relativamente, mas até mesmo absolutamente, no longo prazo, como já aconteceu no Ocidente entre a metade do século XVIII e a metade do século XIX (MANDEL, 1982, p. 243).

A razão pela qual o preço da força de trabalho caiu abaixo do seu valor foi a expansão no longo prazo do EIR (*ibid.*, p. 56).

Tendência semelhante é apontada pelo autor para a primeira fase do capitalismo tardio (do pós-guerra a inícios dos anos 1970):

[Nos países subdesenvolvidos] o início da industrialização e o aumento subsequente na produtividade social média do trabalho permitem que os custos de reprodução da força de trabalho caiam consideravelmente [...]. Ao mesmo tempo, entretanto, esse acréscimo na produtividade social média do trabalho não conduz a um crescimento do custo moral e histórico da reprodução da força de trabalho. Em outras palavras, novas necessidades não são incorporadas aos salários, ou o são apenas em grau muito limitado (*ibid.*, p. 44).

O autor aponta duas razões pelas quais não ocorre essa incorporação: 1) a tendência secular, nas semicolônias, é de crescimento do EIR, tendência reforçada pelo desvio do capital estrangeiro para a produção de bens acabados, que é capital-intensiva; 2) uma relação de forças desfavorável no mercado de trabalho, devido a um EIR cada vez maior, pode tornar impossível a organização sindical (*ibid.*, p. 44-5). “Como resultado, a mercadoria força de trabalho não só é vendida ao seu valor decrescente, mas mesmo *abaixo* desse valor” (*ibid.*, p. 45).

Com referência à fase atual do capitalismo, não temos qualquer razão de fundo para supor que a tendência de uma taxa mais elevada de exploração nas economias dependentes se tenha invertido. Se o determinante fundamental desse diferencial é – para além do fosso que separa as produtividades – o diferencial de salários, todas as evidências são de que este último se manteve nas últimas décadas.

Essa tendência dos salários é reforçada pela globalização capitalista em uma de suas faces, que consiste na fragmentação dos processos produtivos, tendo como contrapartida a segmentação da força de trabalho em nível mundial. A tendência que se esboça é de “participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau de educação, cultura e qualificação produtiva de cada um” (MARINI, 1997, p. 98). Aos países dependentes caberiam, em geral, etapas do processo de produção que exigem níveis mais baixos de qualificação da força de trabalho.

Portanto, tudo parece indicar que a manutenção desse diferencial de taxas de mais-valia é funcional para a reprodução do sistema. No que se segue, pretendemos situar a questão da funcionalidade de uma taxa de exploração mais elevada nas economias

dependentes na fase atual. A discussão privilegia dois fenômenos do desenvolvimento recente do capitalismo: por um lado, o aumento dos fluxos de investimento externo direto (IED) em direção às economias dependentes; por outro, a expansão do capital na esfera financeira, tanto nas economias avançadas quanto nas dependentes. Trata-se de duas tentativas de saída ao problema que está na origem da crise – a queda da taxa de lucro nas economias avançadas.

Quanto ao primeiro aspecto. O aumento dos fluxos de IED para as economias dependentes tem como contrapartida o aumento da taxa de mais-valia no âmbito destas (fazendo com que o diferencial em relação às economias avançadas se mantenha). Com efeito, as economias dependentes, ao terem de arcar com um volume acrescentado de transferências de valor para as economias avançadas sob a forma de lucros e dividendos, recorrem ao aumento do grau de exploração de seus trabalhadores como forma de preservar sua taxa de lucro.⁶³ Com isso, se mantém a tendência do capital nas economias dependentes, que é a de obter elevações da massa de mais-valia não primariamente mediante incorporação de força de trabalho adicional ao processo de produção (embora isso não esteja excluído), e sim através do aumento da taxa de mais-valia. Assim, os lucros e dividendos que são repatriados estão respaldados por um grau mais elevado de exploração da força de trabalho.

Quanto ao segundo aspecto. A atual expansão do capital na esfera financeira exige um aumento do grau de exploração da força de trabalho. Conforme vimos no capítulo 3, assistiu-se, na fase atual do capitalismo, a uma pressão maior por apropriação de mais-valia por parte dos capitais que buscam valorização no circuito financeiro, lado a lado com uma diminuição da capacidade de produção de mais-valia. Vimos também que o capital tem buscado como saída para essa contradição o reforço da exploração dos trabalhadores remanescentes.

É verdade que o grosso da expansão do capital na esfera financeira tem lugar nos próprios países avançados, e que a mais-valia que respalda a valorização desses capitais é, na sua maior parte, extraída dos trabalhadores assalariados desses mesmos países. Todavia, as economias dependentes exercem um papel complementar nesse processo. Assim, o crescimento da taxa de exploração nas economias dependentes é a contrapartida do crescimento desse processo de valorização financeira. Diferentemente do caso anterior (referente ao IED), estamos diante de uma transferência de valor da esfera produtiva para a esfera financeira, parte da qual remunera os capitais locais, parte, os capitais estrangeiros. É importante notar que as transferências de valor das economias dependentes para as economias

⁶³ Como se pode notar, trata-se de processo semelhante ao que Marini (1973) já observara a propósito das transferências de valor via intercâmbio desigual.

avançadas via intercâmbio desigual também podem servir ao propósito de remunerar os capitais que buscam valorização no circuito financeiro.⁶⁴

Portanto, a manutenção de uma taxa de mais-valia mais elevada nas economias dependentes continua sendo funcional para o sistema em sua fase atual. No entanto, essa funcionalidade deve ser vista de forma limitada. Por um lado, porque ela ajuda a “resolver” apenas provisoriamente as contradições que o capitalismo produz em sua expansão (a busca de novas fronteiras de valorização produtiva, a expansão financeira). Por outro, porque o preço dessa funcionalidade é o aguçamento das desigualdades tanto na economia mundial como no seio das economias dependentes.

⁶⁴ Ver Carcanholo, R. (2008).

5 AS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL NA FASE ATUAL DO CAPITALISMO

Neste capítulo, procuramos identificar as tendências da exploração da força de trabalho no Brasil no curso da fase atual do capitalismo, mais precisamente no período 1990-2007. Com isso, fazemos uma dupla delimitação. Por um lado, trata-se de analisar as condições de exploração no caso específico de uma economia dependente; por outro, trata-se de estudar tal objeto no contexto de uma fase de estagnação que, além de reproduzir traços comuns a essa fase da onda longa, tem a particularidade de ter-se estendido por um período claramente superior ao das estagnações anteriores.

A economia brasileira, nesse período, passou por transformações estruturais importantes, resultado da crise estrutural do capitalismo e da ampla adesão do país aos princípios do neoliberalismo. As mudanças no âmbito do processo de valorização do capital são um aspecto fundamental nesse conjunto de transformações e, em nosso caso, decisivas para explicar os contornos que assume a exploração da força de trabalho.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira apresenta um panorama da fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil. A segunda aborda as tendências da exploração da força de trabalho nesse contexto.

5.1 A fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil

A questão que serve de fio condutor a esta seção consiste em examinar de que forma a crise estrutural iniciada em meados dos anos 1970, ocasionada pela queda da taxa de lucro nos países de capitalismo avançado, atingiu o processo de acumulação de capital no Brasil. Partimos do pressuposto de que os efeitos da crise são potencializados pela condição de dependência do ciclo do capital no país em relação ao movimento da economia mundial. Essa relação de dependência se aprofundou ao longo da presente fase do capitalismo. Assim, a trajetória medíocre da acumulação na economia brasileira a partir dos anos 1990 foi condicionada pela crise estrutural do capitalismo e agravada por sua relação de dependência. Os países da periferia capitalista não apenas sofrem as consequências da crise, mas ainda são levados a contribuir para sua superação.

Não partilhamos o ponto de vista, bastante disseminado entre economistas heterodoxos, segundo o qual o fraco desempenho da economia brasileira no período se deve, primariamente, à estratégia neoliberal adotada pelos sucessivos governos, em cujo âmbito a

política macroeconômica não possui maior articulação com políticas ativas de promoção do desenvolvimento. O fator básico é, antes, a crise estrutural do capitalismo em nível global. De resto, a possibilidade de implementação de um modelo distinto de política econômica viu-se bastante reduzida no período.

A compreensão do movimento do capital na economia brasileira a partir da crise dos anos 1970 requer que identifiquemos inicialmente, ainda que de modo sucinto, os principais traços de sua evolução durante o *boom* do pós-guerra.¹

5.1.1 Preliminar: o desenvolvimento capitalista no Brasil durante a fase expansiva do pós-guerra (1955-1973)

Durante o período 1955-1973, o produto interno bruto (PIB) no Brasil cresce à taxa de 7,8% a.a. O contraste é marcante com a fase seguinte (1974-2007), em que o crescimento médio do PIB fica em 3,4% a.a., e mais ainda com o subperíodo 1990-2007, de predomínio do neoliberalismo, em que a média não passa de 2,5% a.a. É importante notar que o fenômeno não é exclusivo da economia brasileira, abrangendo várias outras economias dependentes. Se as políticas de desenvolvimento postas em prática nessas economias explicam algo desse resultado, é preciso ter claro que o êxito delas se deve largamente ao crescimento da economia mundial no contexto da fase expansiva da onda longa do pós-guerra.

A fase que se inicia em meados dos anos 1950 assinala um novo salto na industrialização brasileira, correspondendo à implantação do Departamento I, notadamente em seu segmento de bens de capital. Desse modo, a “era de ouro” do pós-guerra é também a de maior impulso à industrialização por substituição de importações.²

Da perspectiva do ciclo industrial, podem ser identificadas no período três fases distintas: i) um primeiro *boom* (1955-1962), durante o qual o PIB cresce à taxa de 8,1% a.a. Para esse resultado é decisivo o programa de investimentos liderado pelo investimento das empresas estatais (o Plano de Metas); ii) uma crise cíclica (1962-1967), a primeira sob a égide

¹ Nesse sentido, concordamos com Marquetti (2004, p. 23-4) quando afirma: “Para entender o desempenho econômico do Brasil no capitalismo neoliberal, é necessário compreender os elementos básicos que configuraram a Idade Dourada do desenvolvimento capitalista, que abrange o período pós-Segunda Guerra Mundial até 1973, e sua crise entre 1973 e 1980, bem como as respostas dadas a essa crise nos países desenvolvidos e no Brasil”. Com a seguinte ressalva: enquanto esse autor atribui a baixa performance da economia brasileira no transcurso da fase atual do capitalismo às políticas neoliberais – adotadas primeiro lá fora e, depois, aqui –, nossa interpretação atribui primazia aos fenômenos no âmbito do modo de produção.

² A participação do valor adicionado da indústria passa de 26,6% do PIB em 1955 para 41,9% em 1973, enquanto a do setor agropecuário recua de 24,3% para 12,6%.

da industrialização.³ Entre 1963 e 1967, o PIB tem crescimento médio de 3,5% a.a.;⁴ iii) um novo *boom* (o chamado “milagre” brasileiro) (1968-1973), no qual a taxa de crescimento do PIB chega a 11,2% a.a.

Para além do movimento cíclico, é necessário identificar as bases do notável êxito da acumulação nessa fase como um todo. Quanto a isso, algumas variáveis devem ser destacadas, particularmente o papel da taxa de mais-valia (ou da distribuição primária da renda) na manutenção de uma taxa de lucro elevada e a situação do mercado.

Em relação ao primeiro fator, é de fundamental importância o golpe militar de 1964, que, ao fragilizar a classe trabalhadora e suas organizações, permitiu um aumento da exploração capitalista. Faz parte dessa ofensiva a criação, em 1966, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que, ao eliminar a estabilidade no emprego, constituiu-se em fonte de pressão sobre os salários⁵ e sobre o consumo da força de trabalho. Na leitura de Marini (1978, p. 87-8), com o FGTS “a ditadura militar se preocupou em tornar efetiva a existência da superpopulação operária para o capital, facilitando e acelerando a rotatividade da mão de obra”. Conforme o autor, “[ao] promover a rotatividade da mão de obra, o FGTS expande o exército industrial de reserva sob sua forma flutuante e atua diretamente sobre o nível salarial” (*ibid.*, p. 88).⁶

Marini procura então demonstrar que

com base na efetividade do exército industrial de reserva e apelando a mecanismos coercitivos (como a política oficial de contenção salarial e a repressão policial), a ditadura militar viabilizou a tendência do capitalismo brasileiro à fixação do salário real por baixo do valor da força de trabalho (MARINI, 1978, p. 89).

³ “[...] o Brasil entrou oficialmente no ciclo econômico mundial no início da década de 60. Desde então, a dinâmica interna do país tornou-se capaz de gerar seu próprio movimento cíclico, o que se evidencia pela peculiaridade da sua primeira crise cíclica. A partir daí, entra-se em sincronia com o movimento cíclico mundial” (ALMEIDA JR.; RIBEIRO, 2009, p. 5).

⁴ Quanto à natureza da crise, Marini (1992, p. 80) explica: “A crise que, em princípios dos anos sessenta, se abate sobre a maioria dos países latino-americanos é, simultaneamente, uma crise de acumulação e de realização da produção. Ela se manifesta, por um lado, no estrangulamento da capacidade para importar os elementos materiais necessários para o desenvolvimento do processo de produção e, por outro, nas restrições encontradas para a realização dessa produção. Ambos os fenômenos derivam do fato de a industrialização haver sido levada a cabo sobre a base da velha economia exportadora, isto é, sem acudir a reformas estruturais capazes de criar um espaço econômico adequado ao crescimento industrial”. A interpretação de Marini se aproxima da crise de desproporcionalidade – no caso, entre os Departamentos I e II. O crescimento deste último esbarra na falta de capacidade para importar máquinas, equipamentos e bens intermediários.

⁵ Como destaca Marini (1978, p. 98), “o problema da redução salarial se achava colocado *antes* da contrarrevolução desencadeada em 1964 e, antes, foi uma das razões que tornaram esta indispensável para a burguesia”.

⁶ O autor faz referência a um estudo da época que mostra que “as empresas dispensam seus trabalhadores às vésperas da demissão coletiva e os readmitem depois, ou contratam novos, por salários mais baixos que os que estabeleceu o acordo salarial” (MARINI, 1978, p. 88).

Ressalta que, em função da queda do salário mínimo e da exploração do trabalho da mulher e do menor, a renda familiar diminuiu (*ibid.*, p. 94). Esses elementos deixam clara a tendência de elevação da taxa de mais-valia no período.⁷ É essencialmente esse aumento do grau de exploração que atuará como fator contra-arrestante à queda da taxa de lucro, criando as condições para a manutenção de uma taxa de acumulação elevada no conjunto do período.⁸

A contrapartida dos baixos salários que caracterizam o processo de industrialização brasileiro durante a *golden age* do pós-guerra é a conformação de um mercado interno relativamente limitado.⁹ Diferentemente da experiência dos países capitalistas avançados nesse período, não se constituiu um mercado de consumo de massas, com o que a realização da produção continuou dependendo, em maior ou menor grau, do mercado externo e do mercado constituído pela mais-valia não acumulada e pelos altos salários.

Se o período 1955-1973 é marcado pelo forte impulso à acumulação, é, por outro lado, um período em que se aprofunda (e muda de forma) a dependência da economia brasileira. Também aqui o papel da ditadura militar é decisivo. Com efeito, ela patrocina um conjunto de reformas, através do qual procura “modernizar” o capitalismo brasileiro, entre as quais consta a criação de condições mais favoráveis à presença do capital estrangeiro no país. Nesse campo, as reformas buscaram viabilizar a internacionalização do processo de produção,

⁷ Outros autores chegam à mesma conclusão: “A reforma do mercado de trabalho mais a repressão contra os sindicatos e os partidos políticos de esquerda levaram ao aumento da taxa de mais-valia” (MARQUETTI; MALDONADO; LAUTERT, 2010, p. 5).

⁸ Conforme cálculos de Marquetti, Maldonado e Lautert (2010, p. 18), no período 1953-1973 a taxa de lucro cai moderadamente (1,1% a.a.). O “profit share” (uma *proxy* da taxa de mais-valia) cresce 0,3% a.a., enquanto a produtividade do capital cai 1,4% a.a. Quanto ao primeiro elemento: “O ‘profit share’ aumentará [...] se o salário-produto real aumentar a taxas mais baixas do que a produtividade real do trabalho” (*ibid.*, p. 13). Portanto, no período em questão o crescimento do salário real (+4,28%) não acompanhou o crescimento da produtividade do trabalho (+4,6%) (*ibid.*, p. 20, Tabela 3). (Note-se que os dados sobre produtividade não correspondem à perspectiva marxista, e sim às estatísticas oficiais, que não levam em conta a distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos.) Os autores explicam a situação do salário-produto entre 1953 e o final dos anos 1970 a partir dos mesmos fatores destacados por Marini: “[...] foi um período de elevada acumulação de capital e demanda ascendente de mão de obra em regiões urbanas e em industrialização. O Brasil possuía um grande exército industrial de reserva no setor rural e essa demanda foi atendida principalmente pela migração rural. Além disso, de 1964 a meados dos anos 1970, a repressão política por parte da ditadura militar jogou um importante papel na restrição de aumentos salariais e na manutenção sob estrito controle do movimento operário” (MARQUETTI; MALDONADO; LAUTERT, 2010, p. 18). Especificamente para o período 1962-1973, os autores apontam um crescimento da taxa de lucro, ainda que modesto (0,8% a.a.) (*ibid.*, p. 18). Marini, por sua vez, faz referência à *baixa* da taxa de lucro na década de 1960, indicada pela queda da relação produto-capital (ver Marini, 1978, p. 84). Talvez a discrepância entre os dois trabalhos decorra da circunstância de que o primeiro abrange um período maior (justamente os anos do “milagre”).

⁹ “Aliás, os grandes ‘históricos de sucesso’ em matéria de industrialização de países do Terceiro Mundo nas décadas de 1960 e 1970, tais como os históricos do Brasil e da Coreia do Sul, foram possíveis graças a uma *redução* radical, e não a um incremento, dos salários reais, com o que o ‘mercado interno’ não foi mais além das classes médias” (MANDEL, 1986, p. 101n).

mediante presença maior do capital estrangeiro na indústria manufatureira.¹⁰ Além disso, visam a estimular a inserção do país nos fluxos financeiros internacionais, na esteira do crescimento do euromercado de moedas.¹¹

Posto isso, vejamos as três principais dimensões em que se configura a dependência da economia brasileira no período. Em primeiro lugar, em que pese o declínio relativo, depois da Segunda Guerra Mundial, das exportações de capital para os países dependentes,¹² há um crescimento importante destas. O investimento estrangeiro, antes restrito à produção de matérias-primas para exportação, passa a ocupar importantes segmentos da indústria manufatureira,¹³ agora com vistas ao próprio mercado interno. A aceleração da industrialização no período é explicada, em parte, por esses investimentos.¹⁴

Em segundo lugar, permanece a dependência do mercado externo, em dois sentidos. Por um lado, como provedor das divisas necessárias à importação de bens de produção para a indústria, sendo essas divisas provenientes das exportações e do ingresso de capital estrangeiro (MARINI, 1992, p. 81).

A economia se torna, portanto, grandemente dependente em matéria de importação de mercadorias, capitais e tecnologia, enquanto que, em sentido inverso, o fluxo de mercadorias, capitais e tecnologia gerado no exterior se viabiliza precisamente com base no crescimento das exportações brasileiras [...] (MARINI, 1978, p. 80-1).

Por outro lado, a dependência do mercado externo decorre, conforme apontado anteriormente, da incapacidade de absorção do mercado interno. Assim, no período posterior a 1968, é crescente a importância das exportações totais e, em particular, das de manufaturas para a realização da produção brasileira (MARINI, 1978, p. 81).

Em terceiro lugar, a dependência financeira já manifesta certa importância, dado que, no último subperíodo da fase expansiva (1968-1973), o desempenho da economia é fortemente ancorado no endividamento externo.

¹⁰ Entre as medidas nessa área, consta a revisão da lei de remessa de lucros (Lei 4131, de 1962).

¹¹ Entre as medidas que favorecem o acesso a empréstimos externos, destacam-se a regulamentação da Lei 4131, de 1962 (através da Lei 4390/64), que prevê a captação direta de recursos externos pelas empresas, com anuência prévia do Banco Central; e a Resolução 63, de 1967, que trata da captação de recursos externos pelos bancos comerciais e de investimento para repasse às empresas domésticas.

¹² Cf. Mandel (1982, p. 225).

¹³ “Estes investimentos haviam começado a penetrar, desde princípios da década de 50, o setor industrial latino-americano, ganhando forte impulso em sua segunda metade” (MARINI, 1992, p. 82). “O capital monopolista internacional passou a interessar-se não somente pela produção de matérias-primas a baixo custo [...] mas também pela produção, nos próprios países subdesenvolvidos, de bens acabados que ali poderiam ser vendidos a preços de monopólio, em lugar das matérias-primas que haviam se tornado excessivamente baratas” (MANDEL, 1982, p. 43).

¹⁴ Ver Marini (1992, p. 82).

A contrapartida do aprofundamento da dependência da economia brasileira é o aumento das transferências de valor para o exterior, em consequência seja do intercâmbio desigual, seja do crescimento das rendas de capitais.¹⁵

5.1.2 O desenvolvimento capitalista no Brasil na fase atual (1974-2007)

Esse período de mais de três décadas pode ser subdividido em dois subperíodos: 1974-1990, no qual a economia brasileira se depara com as consequências da crise estrutural e com o esgotamento da industrialização por substituição de importações; e 1990-2007, no qual o neoliberalismo, como parte da resposta do capital à crise, se impõe no país e se processam importantes transformações no aparelho produtivo e nas relações da economia brasileira com a economia mundial.

A) O subperíodo 1974-1990

A crise estrutural do capitalismo atingiu a economia brasileira através de diversos mecanismos, destacando-se, por um lado, a queda dos termos de troca, em função da elevação dos preços do petróleo e de outros bens produzidos nos países avançados; por outro, o primeiro choque de taxas de juros, associado ao aumento da inflação nos países avançados.¹⁶

A resposta brasileira, aparentemente ousada, subestimou a natureza da crise, vista pelas autoridades como mero “desequilíbrio externo”. Através dos investimentos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-1979), o governo brasileiro pretendeu, ao mesmo tempo: i) levar adiante a industrialização por substituição de importações, com ênfase nos segmentos de bens intermediários e bens de capital; ii) contrapor-se ao impacto do encarecimento das matérias-primas importadas sobre o balanço de pagamentos.

De acordo com Marquetti (2002, p. 117), observa-se, após 1975, uma tendência de redução da taxa de acumulação de capital.¹⁷ A taxa de investimento (um dos determinantes da taxa de acumulação) se mantém elevada em função do investimento estatal no âmbito do II

¹⁵ A remessa anual média de lucros e dividendos passou de US\$ 88,8 milhões no período 1955-1969 para US\$ 449,6 milhões no período 1970-1973. No caso dos juros, a remessa anual média passou de US\$ 120,1 milhões a US\$ 489,3 milhões nos mesmos períodos.

¹⁶ Ver Carneiro (2002, p. 53-4).

¹⁷ O autor atribui essa redução da taxa de acumulação à forte queda da taxa de lucro. De acordo com Marquetti, Maldonado e Lautert (2010), a taxa de lucro cai 5,2% a.a. entre 1973 e 1980. Observando os determinantes da taxa de lucro, verifica-se que o “profit share” cai no período (-0,4% a.a.), uma vez que o crescimento do salário real (3,58% a.a.) supera ligeiramente o da produtividade do trabalho (3,06% a.a.) (ver p. 18, Tabela 2; p. 20, Tabela 3).

PND.¹⁸ Através do II PND, a economia se mantém crescendo a taxas elevadas (7,1% a.a. entre 1974 e 1980), ainda que nitidamente inferiores às do período do “milagre” (11,2% a.a.). Assim, a política econômica posta em prática na segunda metade dos anos 1970 constitui uma tentativa de adiar as repercussões da crise capitalista sobre a economia brasileira.

O custo da orientação da política econômica adotada em 1974, no entanto, foi muito elevado. O recurso amplo a empréstimos externos¹⁹ resultou num grande crescimento da dívida externa bruta, que saltou de US\$ 14,9 bilhões em 1973 para US\$ 64,3 bilhões em 1980. Mais grave ainda: a adoção da cláusula de taxas de juros flutuantes na maior parte dos empréstimos resultou numa explosão da dívida a partir da disparada das taxas de juros internacionais em 1979 (o segundo choque dos juros).

A década de 1980 é marcada pela maior crise do capitalismo brasileiro durante o período da industrialização. Entre 1981 e 1990, a taxa média de crescimento do PIB fica em 1,67% a.a. No caso da indústria, a evolução é ainda pior (0,45% a.a.). A taxa de acumulação de capital segue sua trajetória de queda.²⁰ A razão desse desempenho não pode ser atribuída simplesmente à condução da política econômica (embora esse fator tenha alguma importância). Trata-se, de fato, da *manifestação da crise estrutural do capitalismo nas condições específicas de uma economia periférica e dependente*. Esse último aspecto fica claro pelo fato de que aos efeitos da estagnação nas economias avançadas se acrescentam os efeitos da crise da dívida externa.

A administração da crise da dívida se traduz na submissão do país ao programa de ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Graças a isso, o país é levado a arcar com uma enorme transferência líquida de recursos financeiros ao exterior, uma vez que as saídas por conta do pagamento do serviço da dívida (juros e amortizações) superam o ingresso líquido de capitais.²¹ Assim, a dependência da economia brasileira, notadamente em sua dimensão financeira, se manifesta com toda a força no período.

¹⁸ “É importante observar que a taxa de investimento atingiu seu maior nível histórico durante a implementação do II PND, um período de forte queda da lucratividade, fato este que é explicado pela liderança do setor estatal neste processo [...]” (MARQUETTI, 2002, p. 117).

¹⁹ Para esse primeiro ciclo de endividamento, é decisiva a expansão do euromercado de moedas.

²⁰ Ver Marquetti (2002, p. 117-8). Para o autor, a queda da taxa de acumulação nos anos 1980 se deve não apenas à redução da taxa de lucro (que vinha desde meados dos anos 1970), mas também à queda da taxa de investimento (isto é, a taxa de acumulação de lucros). De acordo com Marquetti, Maldonado e Lautert (2010, p. 18), a taxa de lucro experimenta uma forte queda entre 1980 e 1989 (-7,1% a.a.). O “profit share”, um dos determinantes da taxa de lucro, cai 1,1% a.a. Quanto aos determinantes do “profit share”: o salário real cresce 0,99% a.a., enquanto a produtividade do trabalho cai 0,16% a.a. (*ibid.*, p. 18, Tabela 2; p. 20, Tabela 3). É oportuno notar que o autor trabalha com o conceito de salário-produto, e não com o salário deflacionado por um índice de preços ao consumidor.

²¹ O dramático é que a dívida se elevou ainda mais no período. A dívida externa bruta passou de US\$ 64,3 bilhões em 1980 para US\$ 123,4 bilhões em 1990.

Além do baixo desempenho das taxas de acumulação e de crescimento do produto, o país se vê às voltas, nos anos 1980 (de fato, até os primeiros anos da década de 1990), com a crise do seu padrão monetário²² e com a crise fiscal do Estado, grande parte da qual se deve ao papel crescente assumido pelo Estado no endividamento externo, num processo que se convencionou denominar de “estatização” da dívida externa,²³ de modo que o Estado vê reduzir-se drasticamente sua capacidade de articular o processo de acumulação (esgotamento da industrialização por substituição de importações) e de levar a cabo uma política social mais ampla.

Ao longo da década de 1980, as tentativas de solução dessas várias manifestações da crise ainda contemplam, da perspectiva do capital, um papel importante ao velho Estado desenvolvimentista, a despeito de sua capacidade de intervenção amplamente comprometida. A forte ascensão das lutas da classe trabalhadora a partir do final da década de 1970 e ao longo da década de 1980 forçou o adiamento da adesão do país ao neoliberalismo.²⁴ A partir de 1989-1990, no entanto, o Brasil se junta ao grupo de países capitalistas que, a partir do início da década de 1980, haviam adotado o receituário neoliberal. A pressão definitiva do imperialismo sobre os países endividados da América Latina veio através do chamado Consenso de Washington.²⁵

B) O subperíodo 1990-2007

Embora a mudança de rumo da política econômica brasileira na direção do neoliberalismo ocorra no início dos anos 1990, é apenas em sua segunda metade que se dá a consolidação do novo marco institucional.

O aspecto central do neoliberalismo, no que aqui nos interessa, consiste numa nova forma de atuação do Estado, que terá como eixos principais: i) a recomposição das condições de valorização do capital (recuperação da taxa de lucro). Aí assume papel central a ofensiva contra a força de trabalho, com vistas à elevação do seu grau de exploração, de que trataremos adiante. Ao lado disso, há o empenho do Estado na criação de novos campos de

²² Entre 1986 e 1992, são implementados no Brasil seis planos de estabilização: Cruzado I e II, Bresser, Verão, Collor I e II.

²³ No final dos anos 1980, o setor público era responsável por 85% da dívida.

²⁴ Filgueiras (2006, p. 180-1) atribui a implementação tardia do projeto neoliberal no Brasil, além desse fator, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital até então presentes no modelo de substituição de importações.

²⁵ O Consenso de Washington, resultante de evento realizado em 1989 sob o patrocínio do Instituto de Economia Internacional e com representantes das principais agências internacionais de financiamento (FMI, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento), ratificou as reformas liberais em andamento na maioria dos países latino-americanos, ao mesmo tempo definindo-as como condição para o acesso a financiamento externo (BATISTA, 1994, p. 5).

valorização do capital; ii) o favorecimento ao capital (local e estrangeiro) que busca valorização na esfera financeira, assegurando uma série de condições que transformarão o país num espaço privilegiado de valorização fictícia de capital; iii) o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira, compreendendo tanto a redefinição do papel do comércio internacional como a ampliação do papel do investimento estrangeiro.

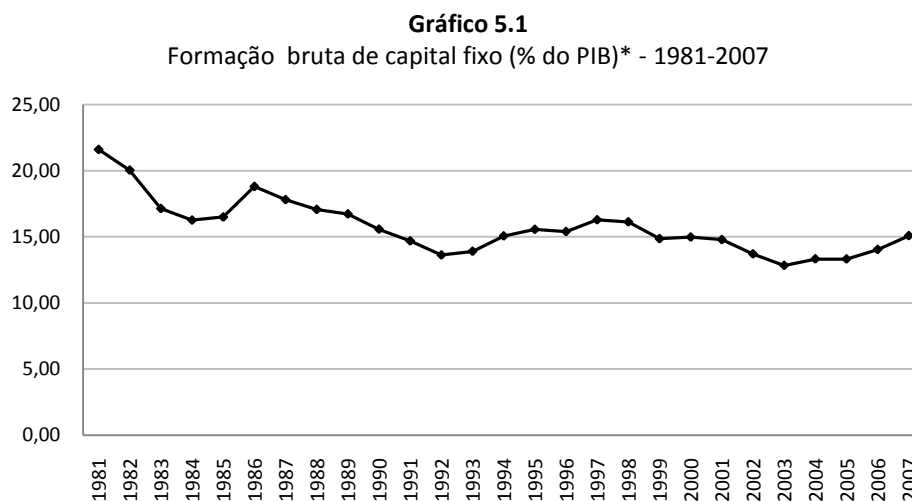
À luz desses elementos é que podem ser compreendidos os principais componentes da estratégia neoliberal. Por um lado, no campo das reformas estruturais: liberalização comercial; liberalização e desregulamentação financeiras; desregulamentação do mercado de trabalho; privatizações; reformas do Estado: tributária, administrativa e previdenciária. Por outro lado, no campo da política macroeconômica: política monetária restritiva (manutenção de taxas de juros reais elevadas – de fato, uma constante durante toda a fase neoliberal); política fiscal igualmente restritiva (especialmente a partir de fins dos anos 1990, com a fixação de metas elevadas de superávit fiscal primário). No contexto da austeridade fiscal, assume fundamental importância o ataque à política social, com vistas ao desmonte de um embrionário Estado de bem-estar.

A primeira metade dos anos 1990 é marcada por alguns importantes fenômenos. Verifica-se o retorno do Brasil aos fluxos financeiros internacionais (aspecto a que voltaremos). Além disso, tem início o processo de abertura comercial, com a eliminação das barreiras não-tarifárias e a redução das alíquotas de importação, medidas que representam uma inflexão importante no tocante à estratégia de desenvolvimento prevalente até a crise. Por fim, tem lugar a implementação de um novo plano de estabilização, o Plano Real, que tem como base o mecanismo da âncora cambial, sustentada pela ampla abertura financeira da economia brasileira.

O subperíodo 1995-2007 é assinalado pela consolidação das políticas neoliberais. Além da implementação ou aprofundamento das principais reformas indicadas anteriormente, o Estado toma uma série de iniciativas voltadas para o fortalecimento do capital privado como eixo do processo de acumulação, para não mencionar o papel de algumas reformas no tocante à abertura de novas oportunidades de valorização do capital, a exemplo da reforma da Previdência (com duas rodadas, em 1998 e 2003) e das privatizações de empresas estatais e de serviços públicos.

O prolongamento, nos anos 1990 e 2000, da crise estrutural do capitalismo e a resposta que lhe é dada na forma da estratégia neoliberal, desenhada para recuperar a taxa de lucro, são fundamentais na explicação da catástrofe que se abateu sobre a economia brasileira

no período. De fato, a evolução da acumulação de capital foi bastante frágil.²⁶ A formação bruta de capital fixo entre 1991 e 2007 situa-se na média de 14,6% do PIB, percentual inferior ao da “década perdida” (Gráfico 5.1). O resultado disso é a semi-estagnação da economia, se se considera o período como um todo – o PIB cresce à taxa de 2,9% a.a.



Fonte: Ipeadata. Acesso em 30/05/2011.

* A preços constantes de 1980.

Além do baixo ritmo da acumulação de capital, o subperíodo 1990-2007 é marcado por mudanças estruturais importantes na economia brasileira.

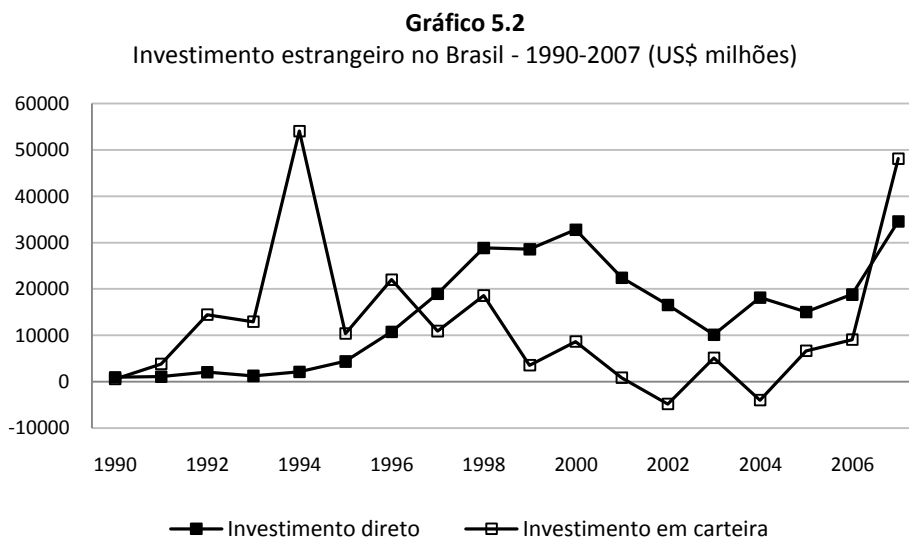
1) *O aprofundamento da internacionalização da economia.* A internacionalização se aprofunda em todas as dimensões do ciclo do capital: capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria. Isso significa um aprofundamento da dependência da economia brasileira. Em primeiro lugar, há um avanço da desnacionalização da estrutura produtiva. A desnacionalização pode ser vista no crescimento da participação das empresas transnacionais *vis-à-vis* as empresas privadas nacionais e as estatais:

A participação das transnacionais no total das vendas das 500 maiores empresas (capital produtivo) aumentou de cerca de 31% em 1992 para 45,3% dez anos depois. Nesse mesmo período, a participação relativa das empresas privadas nacionais se reduziu de 42,4%, para 37,3%, enquanto a queda das estatais foi ainda maior (de 26,6% em 1992, para 19,1% em 2002). A crescente participação das filiais e subsidiárias de empresas transnacionais teve, então, como contrapartida a queda da

²⁶ De acordo com a estimativa de Marquetti (2004, p. 15-7), a taxa de acumulação de capital atinge seu ponto mais baixo em 1992 (na série iniciada em 1955); a partir daí, apresenta um pequeno crescimento, que dura até 1997. Segundo o autor, o comportamento da taxa de acumulação reflete o “leve aumento” da taxa de lucro no período. Marquetti, Maldonado e Lautert (2010, p. 18) mostram que a taxa de lucro se recuperou nos anos de predomínio do neoliberalismo. Suas estimativas dão conta de um crescimento da ordem de 2,4% a.a. entre 1989 e 2003. Mas observam: “Apesar de sua recuperação, a taxa de lucro em 2003 estava em algum ponto entre seus níveis de 1983 e 1984” (*ibid.*, p. 15). É provável que o desempenho medíocre da acumulação se deva a essa trajetória da taxa de lucro.

participação relativa tanto das empresas privadas nacionais quanto das estatais. O capital estrangeiro tornou-se, então, o setor dominante no núcleo duro do capital produtivo no Brasil e passou a controlar quase metade da produção nesse núcleo (GONÇALVES, 2006, p. 218).²⁷

Em segundo lugar, a internacionalização se manifesta em sua dimensão financeira. A reinserção do Brasil nos mercados financeiros internacionais nos anos 1990 decorreu de uma série de fatores, entre os quais a continuidade da crise nas economias avançadas, a renegociação da dívida externa (Plano Brady), a liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros e a elevada rentabilidade dos ativos oferecidos. Quanto à composição dos fluxos de capital, destaca-se, ao lado do crescimento do investimento externo direto (IED), impulsionado pela participação nos processos de privatização de empresas estatais, o crescimento dos investimentos de portfólio, beneficiados pelas maiores facilidades, tanto na entrada quanto na saída (Gráfico 5.2). Além disso, há um retorno do financiamento de longo prazo, dando origem a um novo ciclo de endividamento.



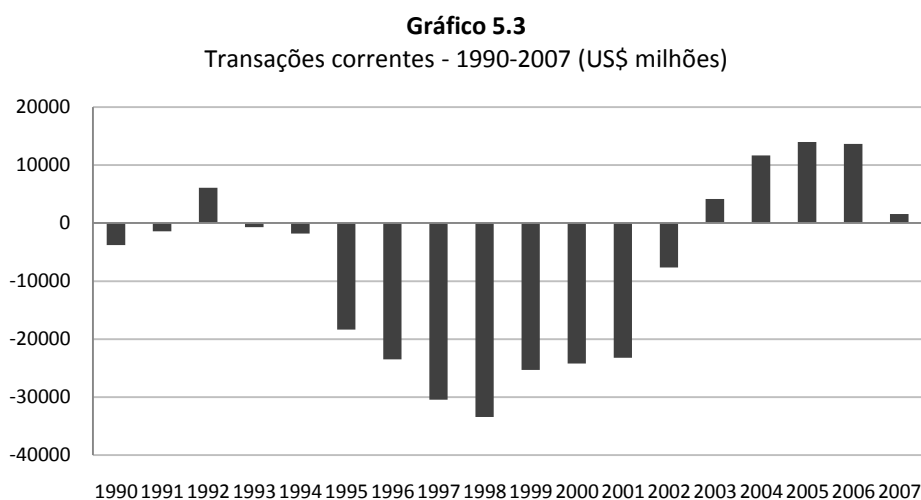
Fonte: Ipeadata. Acesso em 30/05/2011.

Em consequência desse crescimento do investimento estrangeiro, há um aprofundamento da dependência, que se manifesta no aumento da vulnerabilidade externa²⁸ e da fragilidade financeira externa. Esse último aspecto se explica pelo fato de que, como resultado do crescimento do passivo externo, registra-se um crescimento das rendas de

²⁷ Ver também Filgueiras e Pinheiro (2009, p. 197).

²⁸ A julgar pelas várias crises cambiais ocorridas entre 1995 e 2002 (seis ao todo) (FILGUEIRAS, 2006, p. 196n).

capitais remetidas ao exterior, que contribuem para a formação de déficits elevados em transações correntes (Gráfico 5.3),²⁹ resultando em mais dependência do ingresso de capitais.



Fonte: Ipeadata. Acesso em 30/05/2011.

Em relação às transferências de valor via rendas de capitais, cabe destacar o crescimento da rubrica lucros e dividendos, que em anos recentes chegou a ultrapassar o saldo da conta de juros (Tabela 5.1).

Tabela 5.1
Lucros e dividendos e juros (saldo) - 1990-2007 (US\$ milhões)

Ano	Lucros e dividendos	Juros	Total
1990	-1.864	-9.748	-11.612
1991	-1.030	-8.621	-9.651
1992	-748	-7.253	-8.001
1993	-1.930	-8.280	-10.210
1994	-2.566	-6.337	-8.903
1995	-2.951	-7.946	-10.898
1996	-2.830	-8.778	-11.609
1997	-5.443	-9.483	-14.926
1998	-6.855	-11.437	-18.292
1999	-4.115	-14.876	-18.990
2000	-3.316	-14.649	-17.965
2001	-4.961	-14.877	-19.838
2002	-5.162	-13.130	-18.292
2003	-5.640	-13.020	-18.661
2004	-7.338	-13.364	-20.701
2005	-12.686	-13.496	-26.181
2006	-16.369	-11.289	-27.657
2007	-22.435	-7.305	-29.740

Fonte: Ipeadata. Acesso em 30/05/2011.

²⁹ De uma média anual de US\$ 314 milhões no período 1990-1994, o déficit em transações correntes se torna explosivo no período posterior ao Plano Real, situando-se em US\$ 23,3 bilhões na média de 1995-2002. Depois disso, a conta de transações correntes apresenta superávits entre 2003 e 2007, graças aos efeitos favoráveis do cenário internacional sobre as exportações.

Por fim, do ponto de vista da realização, dois aspectos chamam a atenção. Por um lado, a maior dependência da demanda externa, portanto do ciclo econômico nas economias avançadas.³⁰ Por outro, a composição da pauta de exportações, na qual se observa uma grande dependência de *commodities* industriais e agrícolas (ou seja, produtos não industriais e produtos industriais de baixa intensidade tecnológica).

Simultaneamente à maior internacionalização do ciclo do capital, verifica-se no período uma transformação no papel da economia brasileira – ao lado de algumas outras economias dependentes – no sistema imperialista. A esse movimento se refere Fontes (2010, p. 209) quando aponta “o fortalecimento de burguesias de países até então periféricos que precisam inserir-se no circuito internacional de valorização do capital, com o apoio de seus Estados, ainda que à custa das condições de vida de extensas massas populares nacionais e dos países vizinhos”.

2) *A expansão financeira.* A expansão financeira na economia brasileira nos anos 1990 é determinada, em primeiro lugar, por uma tendência bastante generalizada na fase atual, que é a perspectiva de baixa rentabilidade dos investimentos produtivos. Em segundo lugar, pelo comprometimento do Estado com o capital que busca valorização no circuito financeiro, comprometimento que se expressa, por um lado, na política para a dívida pública, cujos componentes centrais são a geração de elevados superávits fiscais primários³¹ e a manutenção de juros reais elevados; por outro, na liberalização e desregulamentação dos mercados financeiros. A defesa a todo custo da estabilidade monetária³² completa esse processo, ao constituir-se em ingrediente decisivo para a atratividade dos títulos públicos e privados.³³

A expansão financeira na economia brasileira está apoiada essencialmente na dívida pública (FILGUEIRAS, 2006, p. 190).³⁴ Essa expansão trouxe várias consequências para a economia, destacando-se a intensificação das transferências de valor para os capitais na

³⁰ Ver Filgueiras (2006, p. 199).

³¹ Duas medidas devem ser destacadas a esse respeito. Uma é a criação, em 1994, como medida preparatória do Plano Real, do Fundo Social de Emergência, posteriormente denominado de Desvinculação de Receitas da União. A outra é a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000). “A partir da LRF [...] a preocupação central do administrador público passa a ser a preservação das garantias dos detentores de ativos financeiros emitidos pelo Estado” (PAULANI; PATO, 2005, p. 58).

³² No que se inclui a virtual autonomia do Banco Central.

³³ Ver Paulani e Pato (2005, p. 54-5), onde se encontra uma boa síntese dos obstáculos com que se deparava a economia brasileira em fins dos anos 1980 para transformar-se num campo promissor de valorização financeira.

³⁴ No mesmo sentido, Gonçalves (2006, p. 208): “Os rentistas operam no circuito da valorização financeira lastreada, fundamentalmente, na expansão da dívida pública (dívida mobiliária do governo federal)”. Merece destaque nesse processo o lançamento de títulos da dívida brasileira cotados no exterior (PAULANI; PATO, 2005, p. 57).

esfera financeira e a explosão da dívida pública. A dívida total líquida do setor público passa de 42,3% do PIB em 1990 para 51,7% em 2004.

3) *Transformações no aparelho produtivo*. Essas transformações, embora se tenham iniciado nos anos 1980, ganham impulso nos anos 1990, entre outros fatores devido ao contexto mais defensivo em que se encontram as organizações da classe trabalhadora. Elas são parte da estratégia do capital com vistas à recuperação da taxa de lucro e compreendem as inovações tecnológicas e a reorganização do processo de trabalho.

Ao longo da década de 1990 e até 2003, o investimento em capital fixo se mantém estagnado (com breves interrupções), o que coloca em segundo plano a adoção de novas tecnologias como instrumento de reação das empresas ao aumento da concorrência. Em vez disso, a ênfase recai nas mudanças organizacionais (GRAZIA, 2007, p. 140). A introdução de inovações tecnológicas é baixa e localizada:

Mesmo com um aumento no volume de investimentos depois do Plano Real [...] o avanço da automação industrial no Brasil continuou baixo, em comparação com outros países, extremamente heterogêneo quando se comparam os diversos setores industriais e até entre empresas do mesmo setor, com uma introdução seletiva e mais concentrada nas novas unidades instaladas pelo setor automotivo. Nos demais setores continuaram predominando as formas tradicionais de produção [...] (*ibid.*, p. 143).

A reorganização do processo de trabalho tem maior alcance, embora também ainda circunscrita a uma parcela dos setores e empresas. Com efeito, verifica-se, principalmente em setores de ponta, a adoção de métodos japoneses (toyotismo), entre os quais se destacam a terceirização, os programas de qualidade total, o trabalho em equipe e outros “sistemas participativos” (GRAZIA, 2007, p. 147). Enquanto isso, na maioria dos setores o processo de trabalho ainda se fundamenta largamente nos princípios tayloristas.

A importância dessas mudanças estruturais no que diz respeito à evolução das condições de exploração da força de trabalho será abordada na seção seguinte.

5.2 A exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo

5.2.1 A evolução do grau de exploração da força de trabalho: alguns indicadores

A) Metodologia para a estimativa da taxa de mais-valia

Nossa estimativa da taxa de mais-valia para a economia brasileira se baseia nas Contas Nacionais (CN) e abrange o período 1990-2007. Embora a análise comparativa fosse

extremamente útil, terminamos por renunciar a construir estimativas de nossas variáveis para períodos anteriores, em função das mudanças de metodologia adotadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conforme explicamos adiante.

A taxa de mais-valia foi calculada como a razão entre a massa de mais-valia (M) e o capital variável (V). A massa de mais-valia foi obtida subtraindo-se do valor adicionado o capital variável. Portanto, necessitamos explicitar o método de obtenção do valor adicionado e do capital variável, uma vez que tais variáveis, construídas na perspectiva marxista, não são fornecidas, evidentemente, pelas estatísticas oficiais.

Na medida em que nosso objetivo consiste em construir uma estimativa da exploração *capitalista*, deixamos fora de nossos cálculos tanto a produção mercantil não capitalista como a produção não mercantil.

A metodologia por nós adotada é, de modo geral, a formulada por Shaikh e Tonak (1994). Todavia, há algumas diferenças – que serão apresentadas oportunamente – devidas à não disponibilidade de dados para a economia brasileira. O ponto de partida da metodologia dos autores é a distinção entre setores primários e secundários:

Setores (tais como a produção e o comércio por atacado e a varejo) que estão diretamente envolvidos na produção e realização doméstica do produto mercantil total serão chamados setores *primários*. Aqueles (como finanças, aluguel e venda de terras e governo geral) envolvidos na recirculação subsequente do valor e dos fluxos monetários originados nos setores primários serão chamados setores *secundários* (SHAIKH; TONAK, 1994, p. 39).³⁵

Convém notar que a produção inclui não apenas bens, mas também parte dos serviços – aqueles considerados produtivos (*ibid.*, p. 40).

Em função da distinção setorial apresentada acima, os autores consideram as rendas dos setores secundários como transferências (que eles denominam de *royalties*) oriundas dos setores primários. É o caso dos juros e da renda da terra. Por esse motivo, tais rendas não podem integrar a medida do valor total da produção, que se restringe, portanto, à produção e ao comércio. Outro aspecto importante da metodologia dos autores diz respeito à medida do capital constante, que é identificado com o consumo intermediário dos setores produtivos.

Isso posto, Shaikh e Tonak (1994) apresentam as seguintes identidades contábeis formuladas na perspectiva marxiana:

i) O valor total da produção (VT) é a soma do produto bruto dos setores produtivos (PB_p) com o produto bruto do comércio (PB_c):

³⁵ Além dos setores referidos, a estrutura setorial da reprodução capitalista compreende o comércio exterior e as atividades de trabalho não capitalistas.

$$VT = PB_p + PB_c$$

ii) O valor adicionado bruto marxiano (VAB_m) é a diferença entre o valor total da produção e o consumo intermediário dos setores produtivos (C):

$$VAB_m = VT - C$$

Substituindo o valor de VT , vem:

$$VAB_m = PB_p + PB_c - C$$

O produto bruto dos setores produtivos (PB_p), por sua vez, é a soma do consumo intermediário (C) com os *royalties* pagos por esses setores (RY_p) e o valor adicionado bruto desses mesmos setores (VAB_p):

$$PB_p = C + RY_p + VAB_p$$

Portanto, o valor adicionado bruto marxiano (VAB_m) pode ser rescrito como:

$$VAB_m = C + RY_p + VAB_p + PB_c - C$$

$$VAB_m = RY_p + VAB_p + PB_c$$

Ou seja, o valor adicionado bruto marxiano é a soma do valor adicionado dos setores produtivos, acrescido dos *royalties* pagos por eles³⁶ e do valor total do comércio. Vale notar que a inclusão do valor total do comércio significa que o consumo intermediário e os salários do setor (além dos lucros, evidentemente) são tratados como parte da mais-valia.

Em nossa estimativa das categorias marxianas para a economia brasileira, definimos como produtivos os seguintes setores, dentro do conjunto de atividades econômicas que integram as CN:

- i) agropecuária;
- ii) indústria extrativa mineral;

³⁶ A razão da inclusão dos *royalties* no valor adicionado bruto marxiano decorre do fato de que as CN tratam os juros pagos ao setor financeiro (e transferências semelhantes) como parte dos custos das empresas, excluindo-os assim do cômputo do valor adicionado, enquanto na perspectiva marxista eles são parte da mais-valia.

iii) indústria de transformação;
 iv) produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana;
 v) construção;
 vi) serviços produtivos: transporte, armazenagem e correio; serviços de informação.³⁷

Em consequência, tratamos como improditivos para o capital os seguintes setores:

i) comércio;³⁸
 ii) intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados;
 iii) atividades imobiliárias e aluguéis;³⁹
 iv) outros serviços;⁴⁰
 v) administração, saúde e educação públicas e seguridade social.

O valor adicionado bruto a preços correntes para cada um dos setores produtivos acima definidos (VAB_p) é fornecido pelas Tabelas de Recursos e Usos (TRU), parte integrante do Sistema de Contas Nacionais do Brasil.⁴¹

Do valor adicionado bruto retiramos o *rendimento misto bruto* (denominado, até 1994, de rendimento de autônomos), pelo motivo já exposto de que pretendemos construir uma estimativa específica da exploração capitalista.⁴² Os estudiosos marxistas têm posições

³⁷ Embora a lista dos serviços considerados produtivos pela maioria dos estudiosos marxistas seja bem mais ampla do que essa, dificuldades de acesso a dados mais desagregados das atividades de serviços (especificamente, os dados referentes às ocupações por tipo de inserção no mercado de trabalho) terminaram nos forçando a incluir em nossas estimativas apenas os dois segmentos citados. Quanto às atividades de serviços selecionadas, vale lembrar que a natureza produtiva do capital aí aplicado é salientada pelo próprio Marx. Assim, ao tratar do caráter improditivo do capital de comércio de mercadorias, o autor faz o seguinte esclarecimento: “Por conseguinte, o capital de comércio de mercadorias – despojado de todas as funções heterogêneas, como armazenagem, expedição, transporte, distribuição, varejo, que possam estar ligadas a ele, e limitado a sua verdadeira função de comprar para vender – não produz valor nem mais-valia [...]” (MARX, 1984b, p. 213). Portanto, todos os capitais dedicados às funções citadas em conexão com o capital de comércio de mercadorias são produtivos.

³⁸ Embora o setor comércio compreenda também atividades produtivas, a dificuldade de efetuar tal distinção a partir dos dados disponíveis nos levou a considerar o setor como globalmente improditivo, seguindo o procedimento de Shaikh e Tonak (1994, p. 109n). Ver, sobre o tema, Mateo (2007, p. 209).

³⁹ Esse setor é composto de: i) aluguel imputado; ii) aluguel propriamente dito (excluído por ser um fluxo secundário).

⁴⁰ Insistimos no fato de que, embora diversas dessas categorias de serviços sejam, de fato, produtivas, estão fora de nossa estimativa simplesmente por problemas de acesso a dados.

⁴¹ O valor adicionado é tomado aqui em termos brutos, e não líquidos, como seria apropriado – já que o valor novo, na perspectiva marxista, é composto apenas pelo capital variável e pela mais-valia, não incluindo a depreciação do capital fixo. Nossa opção se deve à falta de dados para a economia brasileira sobre o volume da depreciação no período estudado.

⁴² O IBGE define o rendimento misto bruto como a “remuneração recebida pelos proprietários de empresas não constituídas (autônomos), que não pode ser identificada separadamente entre capital e trabalho” (IBGE, 2008, Glossário).

divergentes quanto à forma de tratar tais rendimentos.⁴³ Em nosso caso, consideramos que seria inadequado tratá-los globalmente como salários (a despeito de parte dos trabalhadores autônomos ser composta, de fato, de assalariados disfarçados) ou como lucros, ou ainda parcialmente como salários. O aspecto decisivo é a ausência da relação direta de exploração capitalista nesse caso.

Ao valor adicionado bruto dos setores produtivos adicionamos o valor bruto do comércio (PB_c), igualmente fornecido pela TRU e, como nos demais casos, subtraído do rendimento misto bruto.

Deixamos de somar à nossa medida do valor adicionado bruto marxiano os *royalties* pagos pelos setores produtivos (o RY_p da fórmula), na forma de juros etc. Assim, as únicas modalidades de *royalties* aqui consideradas são aquelas que as CN classificam como desembolsos do valor adicionado (juros e dividendos pagos às famílias, aos não residentes e ao governo, além dos impostos indiretos), mas que não recebem registro à parte, precisamente por já estarem incluídas no valor adicionado.⁴⁴

O passo seguinte consiste na estimativa do capital variável. A rigor, ele deveria ser composto estritamente pelas remunerações dos trabalhadores produtivos, conforme defendemos no capítulo 2.⁴⁵ Toda a dificuldade reside na ausência de dados, no caso do Brasil, que permitam diferenciar, na imensa gama de ocupações contempladas pelas CN, os trabalhadores que efetivamente contribuem para a produção de mais-valia. Dentro do conjunto de setores produtivos elencados anteriormente, apenas para a indústria extrativa mineral, a indústria de transformação e a construção existem pesquisas estruturais com informação acerca dos trabalhadores “ligados à produção” (ou “ligados à construção”), que seria uma boa aproximação do número de trabalhadores produtivos.⁴⁶ Frente a isso, tivemos que optar por um caminho intermediário, que consistiu em considerar, para efeito do cálculo do capital variável, as remunerações da totalidade dos empregados dos setores produtivos. Embora não seja a solução mais adequada, pelo menos tem a vantagem de deixar de fora do

⁴³ Para uma visão panorâmica desses trabalhos, ver Martínez (2005).

⁴⁴ Ver Shaikh e Tonak (1994, p. 54).

⁴⁵ Tal é também a posição adotada por Shaikh e Tonak (1994).

⁴⁶ Trata-se da Pesquisa Industrial Anual (PIA), que cobre as indústrias extrativa e de transformação, e da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), ambas produzidas pelo IBGE. Embora o universo coberto por essas pesquisas seja menor que o das CN, seria possível a partir delas estimar o capital variável extrapolando o percentual fornecido por elas para o dado proveniente das CN (as remunerações dos empregados).

capital variável os rendimentos dos autônomos e as remunerações dos trabalhadores dos setores improdutivos (que pertencem à mais-valia).⁴⁷

Nossa estimativa do capital variável toma por base o total das remunerações. Ou seja, abrange, além dos salários, as contribuições sociais a cargo dos empregadores, sejam as efetivas, sejam as imputadas.⁴⁸ Todas as informações, em valores correntes, são provenientes da TRU.

A massa de mais-valia foi obtida mediante a subtração, do valor adicionado bruto marxiano, do total do capital variável. Isso significa que nossa estimativa da massa de mais-valia corresponde às seguintes rubricas das CN: i) o excedente operacional bruto dos setores produtivos;⁴⁹ ii) outros impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção; e iii) o valor do produto do comércio.⁵⁰

Cabe chamar a atenção para o fato de que nossas estimativas da taxa de mais valia e das variáveis necessárias ao seu cálculo (o valor adicionado bruto marxiano e o capital variável) foram desdobradas para dois subperíodos: 1990-1994 e 1995-2007, em função da mudança de metodologia na elaboração das CN introduzida pelo IBGE nos anos 1990 e 2000.⁵¹ As estimativas que efetuamos para esses dois subperíodos, portanto, não são estritamente comparáveis.

⁴⁷ Um defeito que permanece em nossa estimativa do capital variável é que as CN incluem na rubrica “remuneração dos empregados” os rendimentos de altos executivos, gerentes etc. (ver Medeiros, 2008, p. 43; Mandel, 1982, p. 116). Por outro lado, não consideramos em nossa estimativa o efeito das transferências líquidas do Estado para os trabalhadores; ou seja, o efeito dos gastos estatais e dos impostos sobre o salário bruto. Para a justificativa dessa opção, ver o capítulo 2, seção 2.2.

⁴⁸ As contribuições efetivas são definidas como “pagamentos por conta do empregador e em nome de seus empregados aos institutos oficiais de previdência e às previdências privadas, necessários para garantir o acesso a seus benefícios”. As contribuições imputadas são “pagamentos aos empregados, ex-empregados ou dependentes, para garantir benefícios, fora do circuito da previdência social” (IBGE, 2008, Glossário).

⁴⁹ O excedente operacional bruto é definido pelo IBGE como o “saldo resultante do valor adicionado deduzido das remunerações pagas aos empregados, do rendimento misto e dos impostos líquidos de subsídios incidentes sobre a produção” (IBGE, 2008, Glossário).

⁵⁰ Nossa medida da taxa de mais-valia está, portanto, subestimada, ao deixar de incluir na massa de mais-valia: i) as remunerações dos trabalhadores improdutivos dos setores produtivos, incluídas no capital variável; ii) os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos; iii) os juros e outras formas de *royalties* classificados como custos pelas CN; iv) os altos rendimentos, incluídos no capital variável. Se é certo que a omissão dessas rubricas implica níveis absolutos mais baixos para a taxa de mais-valia, nossa preocupação maior é com a tendência dessa variável.

⁵¹ Em dezembro de 1997, o IBGE divulgou uma nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN), com base nas recomendações do *System of National Accounts* divulgado pelas Nações Unidas em 1993. A série então divulgada tinha como referência o ano de 1985 e abrangeu o período de 1990 a 2003. Em março de 2007, o IBGE divulgou uma nova série tendo como referência o ano de 2000. Para o período anterior a 2000, foi efetuada a retropolação dos dados até 1995, sendo que as Tabelas de Recursos e Usos correspondentes ao período 1995-1999 foram encadeadas com a nova série no ano 2000 (IBGE, 2007a e 2007b). Com isso, o SCN do Brasil conta, a partir de 1990, com duas séries, citadas neste trabalho da seguinte forma: SCN referência 1985, cobrindo o período 1990-1994; e SNC referência 2000, cobrindo o período 1995-2007. A razão de tratarmos separadamente os dois períodos para fins de análise se deve à extensão das modificações metodológicas adotadas. Para uma síntese dessas modificações, ver a Nota metodológica n. 1 (IBGE, 2007a).

B) Evolução da taxa de mais-valia

Os resultados da nossa estimativa da taxa de mais-valia constam das tabelas 5.2 e 5.3. As tabelas também apresentam as taxas de variação anual e acumulada para os dois subperíodos já indicados. Cálculos detalhados acerca do valor adicionado bruto marxiano e do capital variável encontram-se no Apêndice.

Tabela 5.2

Taxa de mais-valia – níveis absolutos e taxas de variação anual e acumulada – 1990-1994

Ano	Taxa de mais-valia	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1990	2,67		100,00
1991	2,70	1,36	101,36
1992	2,95	9,13	110,61
1993	3,19	8,14	119,61
1994	3,66	14,76	137,27

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

Tabela 5.3

Taxa de mais-valia – níveis absolutos e taxas de variação anual e acumulada – 1995-2007

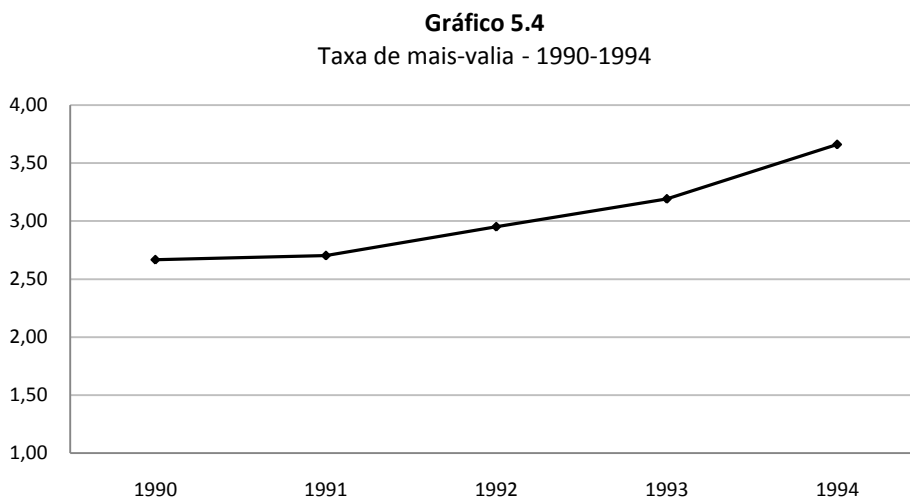
Ano	Taxa de mais-valia	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1995	1,62		100,00
1996	1,50	-7,90	92,10
1997	1,61	7,43	98,94
1998	1,61	-0,03	98,91
1999	1,75	8,72	107,54
2000	1,75	0,46	108,03
2001	1,76	0,50	108,57
2002	1,90	7,57	116,79
2003	2,01	6,18	124,00
2004	2,06	2,43	127,01
2005	1,95	-5,42	120,13
2006	1,99	2,00	122,54
2007	1,97	-0,74	121,63

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 2000. Elaboração própria.

Na primeira metade da década de 1990, o grau de exploração da força de trabalho no Brasil apresenta uma tendência claramente ascendente (Gráfico 5.4).⁵² De fato, entre 1990 e 1994, a taxa de mais-valia experimenta um crescimento notável. A taxa cresce em todos os anos, passando do nível de 2,67 a 3,66. Ou seja, em apenas cinco anos, ela acumula um crescimento de 37,3%, o que corresponde a uma taxa média anual de 8,4%. Deve-se notar que esse incremento ocorre ainda no contexto recessivo de início da década e ganha força na

⁵² Como dissemos, não pretendemos efetuar comparações com a evolução da taxa de mais-valia nas décadas precedentes, pelos motivos já expostos. Para uma estimativa da taxa de mais-valia na indústria brasileira no período 1949-1985, ver Marquetti (1993).

recuperação de 1993-1994, destacando-se o extraordinário incremento de 14,8% verificado nesse último ano.

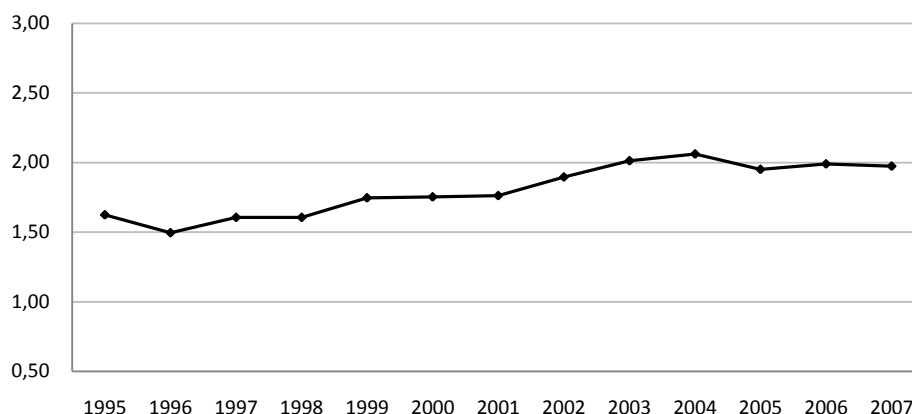


Fonte: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

A tendência ascendente do grau de exploração se mantém na segunda metade dos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000, porém a taxas nitidamente inferiores às do subperíodo anterior (Gráfico 5.5). Assim, entre 1995 e 2004, a taxa de mais-valia cresce 2,8% a.a., passando do nível de 1,62 a 2,06.⁵³ Após 2004, a taxa se estabiliza em torno de 1,97. Não é possível, porém, afirmar que essa ligeira redução do grau de exploração nos anos finais da série sinalize uma mudança de tendência, devido à pequena extensão do período considerado. (Devemos lembrar, de qualquer modo, que a taxa de mais-valia não descreve um movimento sempre ascendente; antes, sua tendência ascendente se articula com o seu movimento cíclico.)

⁵³ É oportuno observar que os níveis absolutos mais baixos do subperíodo posterior a 1995 se devem à mudança de metodologia das CN, conforme explicado anteriormente.

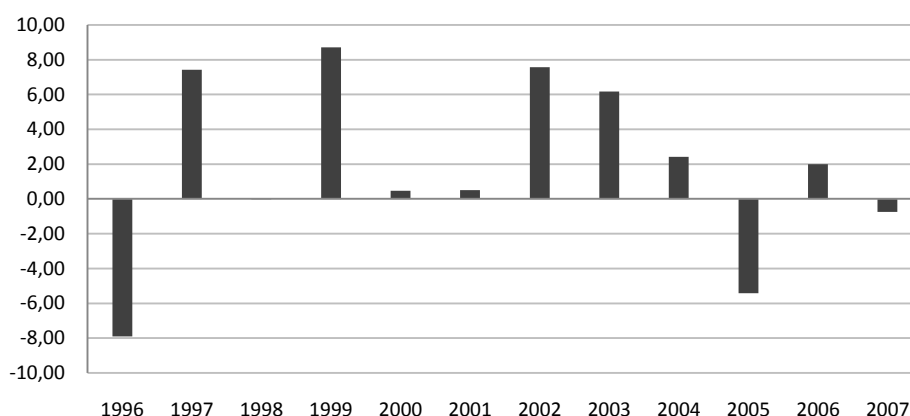
Gráfico 5.5
Taxa de mais-valia - 1995-2007



Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

Tomando todo o subperíodo que vai de 1995 a 2007, constata-se um crescimento médio da taxa de mais-valia de apenas 1,8% a.a. (cerca de 1/5 da média de 1990-1994). Chama a atenção, por outro lado, o fato de que, ao contrário do que ocorre no subperíodo 1990-1994, o aumento da taxa de mais-valia nessa nova fase é bastante irregular, alternando-se as altas e baixas ao longo dos anos (Gráfico 5.6).

Gráfico 5.6
Taxa de mais-valia - variação anual - 1996-2007



Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

Vale ainda observar que os anos em que a taxa de mais-valia experimenta seus maiores incrementos pertencem, em geral, às fases de desaceleração e crise do ciclo industrial (casos de 1999, com 8,7%; de 2002, com 7,6%; e de 2003, com 6,2%). Inversamente, nas

fases de recuperação e auge o grau de exploração se mantém estabilizado ou tem crescimento inexpressivo (casos de 2004 e 2006-2007).⁵⁴

A mesma tendência de aumento do grau de exploração da força de trabalho no Brasil é constatada ao observarmos a evolução do *salário relativo*. Como vimos no capítulo 2, esse indicador se refere à participação dos salários no valor novo produzido, sendo, portanto, uma forma indireta de observar a evolução da taxa de mais-valia. O salário relativo foi estimado a partir da divisão do capital variável pelo valor adicionado, ambas as variáveis definidas na forma descrita anteriormente (o capital variável, por exemplo, só leva em conta as remunerações dos trabalhadores dos setores produtivos).

Os gráficos 5.7 e 5.8 apresentam a evolução do salário relativo para os dois subperíodos considerados. Entre 1990 e 1994, esse indicador passa de 27,3% a 21,5%, acumulando queda de 21,3%. O declínio prossegue entre 1995 e 2004, quando o salário relativo se reduz de 38,1% para 32,7% (queda acumulada de 14,3%).⁵⁵ A partir daí, o salário relativo experimenta uma pequena recuperação em 2005-2007, de modo que, considerando-se todo o intervalo de 1995 a 2007, a queda é de 11,8%.⁵⁶

⁵⁴ Valemo-nos da caracterização dos ciclos para a economia brasileira no período 1998-2008 formulada por Almeida Jr. e Ribeiro (2009). Entretanto, no caso do ano de 2003, que os autores consideram como o início da fase de reanimação média, parece mais apropriada sua inclusão como prolongamento da crise. Observando um padrão semelhante de evolução da taxa de mais-valia no caso do México, Mateo (2007, p. 408 e 455) parece atribuir o não crescimento dessa taxa nas fases de recuperação à pouca importância do mecanismo da mais-valia relativa (ver p. 408, nota 7). Embora essa apreciação seja, no geral, correta, é preciso notar que, mesmo nas economias capitalistas avançadas, a taxa de mais-valia não cresce sempre; nos períodos de auge, é de se esperar que os trabalhadores consigam melhorar sua participação no valor novo produzido. Quanto ao subperíodo 1990-1994, observamos anteriormente que o crescimento da taxa de mais-valia, iniciado ainda durante a recessão, prossegue na recuperação subsequente. É possível que isso se explique pela importância do aumento da produtividade do trabalho no período, como veremos adiante, o que confirmaria a linha de interpretação sugerida por Mateo.

⁵⁵ Novamente observamos, como o fizemos para a taxa de mais-valia, que os níveis absolutos mais elevados do salário relativo no subperíodo posterior a 1995 se devem à mudança de metodologia das CN.

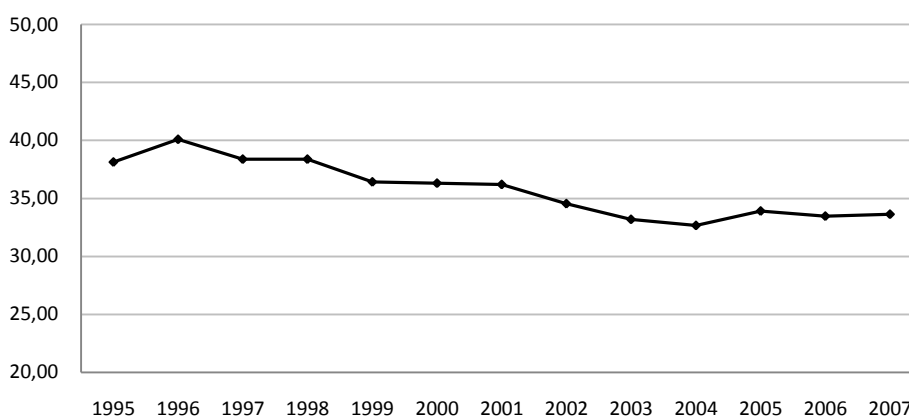
⁵⁶ A tendência declinante do salário relativo para o conjunto dos trabalhadores considerados em nossa estimativa (total dos empregados dos setores considerados produtivos) é observada também no tocante à participação dos salários no PIB para o total da economia (razão remuneração dos empregados/PIB). Nos três subperíodos considerados, o último indicador evoluiu da seguinte maneira: 1990-1994, de 45,4% para 40,1% (queda acumulada de 11,6%); 1995-2004, de 42,6% para 39,3% (queda acumulada de 7,7%); 2005-2007, de 40,1% para 41,3%. A queda acumulada entre 1995 e 2007 é de 2,9%.

Gráfico 5.7
Salário relativo - 1990-1994



Fonte: IBGE, SCN referência 1985. Elaboração própria.

Gráfico 5.8
Salário relativo - 1995-2007



Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

Considerando o período 1990-2007 como um todo, em que pese a dificuldade de comparar as duas séries, podemos afirmar que não se observou qualquer movimento no sentido de redução do grau de exploração da força de trabalho na economia brasileira e, portanto, de convergência para os níveis prevalentes nas economias que compõem o centro do sistema. À luz dos indicadores apresentados acima, é legítimo afirmar que se manteve no período a tendência de *pauperização relativa* dos trabalhadores (isto é, de redução da participação relativa dos salários no valor novo).

Assim, podemos afirmar que, *grosso modo*, o padrão histórico de exploração da força de trabalho no Brasil se manteve praticamente inalterado na fase atual do capitalismo, assinalada pelo prolongamento da crise estrutural e pelo predomínio das políticas neoliberais.

A *distribuição primária da renda* entre capital e trabalho (aquela que antecede o processo de intervenção do Estado)⁵⁷ apontou claramente para um aprofundamento da concentração em favor do capital.

A interpretação que sustentamos é que o crescimento do grau de exploração da força de trabalho no Brasil nos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000 (ou seja, até 2004) faz parte de um movimento mais amplo de enfrentamento da crise estrutural do capital iniciada em meados dos anos 1970 e nunca completamente superada. Esse aumento da taxa de mais-valia é necessário por duas razões, pelo menos.

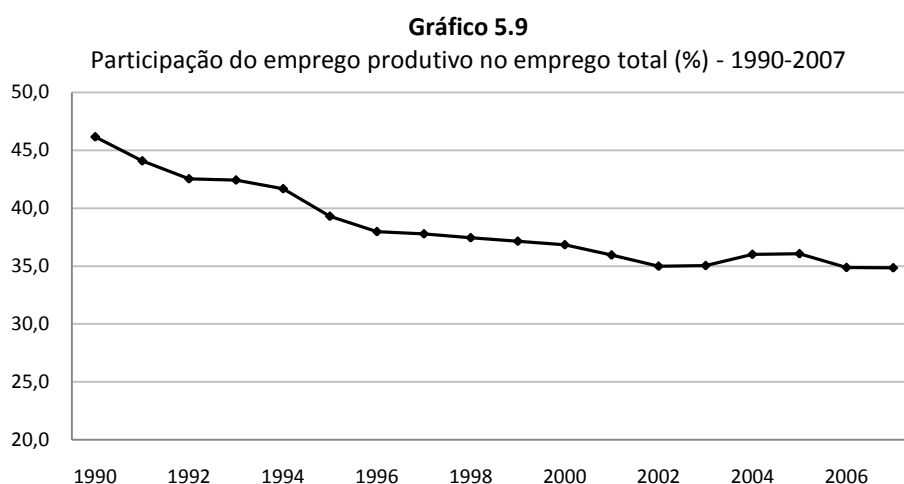
A primeira delas é comum ao conjunto das economias capitalistas em sua reação à crise. Trata-se de encontrar uma solução para a contradição entre a redução relativa da capacidade de produção de mais-valia e a pressão por apropriação de mais-valia decorrente da valorização crescente de capital na órbita financeira. Conforme vimos no capítulo 3, trata-se de duas tendências importantes do capitalismo em sua fase atual.

Vejamos a manifestação dessa contradição na economia brasileira. Já nos referimos anteriormente à expansão financeira como uma das transformações que marcaram o desenvolvimento capitalista no Brasil no período recente. Assim, vamo-nos deter na manifestação, no país, da outra tendência mencionada, qual seja, a redução da capacidade de produção de mais-valia. A esse respeito, dois fatores são decisivos: i) a redução do ritmo de crescimento da acumulação (ver a seção 5.1); ii) a queda da participação relativa do emprego produtivo – ou seja, do trabalho produtor de mais-valia – no emprego total.

O número de trabalhadores improdutivos corresponde à soma do total de trabalhadores dos setores improdutivos com o número de trabalhadores improdutivos dos setores produtivos. Mas, como dissemos ao tratar da estimativa do capital variável, não dispomos, no caso da economia brasileira, de dados referentes ao último segmento, a não ser para uma parcela dos setores produtivos. Considerando, portanto, como uma *proxy* do emprego produtivo o *total* de trabalhadores dos setores produtivos (os mesmos setores considerados em nossa estimativa da taxa de mais-valia), observamos que a participação deles no emprego total caiu de 46% em 1990 para 42% em 1994. Entre 1995 e 2007, a redução foi ainda maior: de 39% para 35% (Gráfico 5.9 e Tabela A-6 do Apêndice).⁵⁸

⁵⁷ Ver Mateo (2006, p. 4n).

⁵⁸ De acordo com Pinto (2009, p. 16), a razão trabalho produtivo sobre trabalho total caiu 15,3% no Brasil ao longo do período 1990-2004. Os cálculos do autor têm a vantagem de considerar os dois segmentos de trabalhadores improdutivos mencionados no texto. Por outro lado, eles incluem os autônomos no total de trabalhadores (enquanto nossa estimativa considera apenas os empregados), além de suprirem a carência de dados para alguns setores mediante a utilização de percentuais de trabalhadores produtivos referentes aos



Fonte: IBGE, SCN referências 1985 e 2000. Elaboração própria.

Nota: Relação entre o número de empregados dos setores produtivos considerados e o total de empregados.

Frente a essa redução da capacidade de produção de mais-valia, os capitalistas têm recorrido ao aumento do grau de exploração dos trabalhadores que conseguem manter-se empregados, como forma de assegurar a extração de uma massa de mais-valia suficiente para remunerar o conjunto dos capitais.

A segunda razão do aumento da taxa de mais-valia é específica às economias dependentes. Mais precisamente, diz respeito ao seu envolvimento no processo de superação da crise, neste caso via abertura de novos espaços de valorização do capital. O crescimento da internacionalização produtiva e financeira da economia brasileira a partir dos anos 1990 faz parte desse movimento. O aumento da taxa de mais-valia é necessário, nesse caso, para fazer face ao aumento das transferências de valor para as economias avançadas em decorrência do grande crescimento dos fluxos de investimento estrangeiro, tanto na forma de investimentos diretos⁵⁹ quanto de investimentos de portfólio e de empréstimos em moeda.

Convém distinguir duas fases quanto à importância do aumento da taxa de mais-valia como resposta à crise: i) O subperíodo 1990-1994 assinala a virada da estratégia de desenvolvimento no Brasil em direção ao neoliberalismo, assim como a participação do país no esforço de recuperação da taxa de lucro, esforço que nos países capitalistas avançados vinha desde o início da década anterior; ii) O subperíodo 1995-2004 corresponde à

Estados Unidos. Apesar dessas restrições, eles apontam para a mesma tendência de queda da participação do trabalho produtivo.

⁵⁹ Poder-se-ia argumentar que o IED que ingressa no país contribui para o aumento da produção de mais-valia. Mas isso não é necessariamente assim. Primeiro, porque parte dele se destina a setores improdutivos. Mesmo a parte que se destina a setores produtivos nem sempre contribui para o aumento da taxa de acumulação e para a geração de empregos (caso da participação em processos de privatização e das fusões e aquisições).

consolidação da estratégia neoliberal no país, mas agora com menor êxito em termos de aumento do grau de exploração do que no subperíodo precedente, deixando claros os limites com que se depara a adoção do neoliberalismo em países com um grau historicamente elevado de concentração da renda.

Resta identificar os principais fatores que tornaram possível essa elevação do grau de exploração da força de trabalho no Brasil. Para tanto, devemos analisar o comportamento dos determinantes da taxa de mais-valia, a saber, a produtividade do trabalho e a taxa salarial.

5.2.2 Os determinantes da taxa de mais-valia

Nesta subseção, analisamos separadamente a evolução da produtividade do trabalho e da taxa salarial para, em seguida, avaliarmos o peso relativo desses fatores na evolução da taxa de mais-valia.

A) A produtividade do trabalho

A produtividade do trabalho foi calculada como a razão entre o valor adicionado e o total de empregados nos setores produtivos anteriormente indicados. O valor adicionado foi deflacionado pelo deflator implícito do PIB. A seguir, justificamos essas três escolhas.

1) *Por que o valor adicionado no numerador.*⁶⁰ Quanto a esse aspecto, limitamos a reproduzir os principais argumentos apresentados por Mateo (2007, p. 343): i) o pressuposto de uma tendência para a convergência dos índices intersetoriais de produtividade torna desnecessária a consideração do valor bruto da produção); ii) a produtividade medida pelo valor adicionado por trabalhador constitui um componente direto da expressão da taxa de mais-valia, junto com os salários reais, o que permite decompor sua evolução em função de tais determinantes.

2) *Por que o total de empregados no denominador.* Conforme vimos no capítulo 2, a razão entre o valor adicionado e o número de trabalhadores produtivos constitui uma medida da produtividade aparente, portanto uma medida insatisfatória. Existem, em todo caso, razões práticas que dificultam o recurso à magnitude de horas trabalhadas: i) limitações

⁶⁰ Diversos autores estimam a produtividade do trabalho a partir do valor bruto da produção e não do valor adicionado. É o caso de Shaikh e Tonak (1994). Apesar dessa opção, esses autores calculam também uma medida da produtividade baseada no valor adicionado, que, no caso dos Estados Unidos, apresenta tendência semelhante à primeira, uma vez que a proporção entre o consumo intermediário e o produto total é bastante estável (p. 336).

estatísticas com respeito à extensão da jornada de trabalho; ii) dúvidas quanto à confiabilidade dos dados oficiais, que sistematicamente subestimam o número de horas de trabalho, inclusive no tocante ao cômputo de horas extraordinárias (MATEO, 2007, p. 343).

3) *Por que o deflator implícito do PIB.* Em nosso caso, a razão básica da utilização do deflator implícito para o valor adicionado reside no fato de ter sido esse o índice escolhido para a taxa salarial, o que justificamos oportunamente.

As tabelas 5.4 e 5.5 apresentam as taxas de variação anual e acumulada da produtividade do trabalho nos subperíodos 1990-1994 e 1995-2007.

Tabela 5.4

Produtividade do trabalho – taxas de variação anual e acumulada – 1990-1994

Ano	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1990		100,00
1991	-0,76	99,24
1992	10,52	109,69
1993	13,31	124,28
1994	4,40	129,75

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

Tabela 5.5

Produtividade do trabalho – taxas de variação anual e acumulada – 1995-2007

Ano	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1995		100,00
1996	0,67	100,67
1997	5,90	106,62
1998	-0,58	106,00
1999	0,03	106,03
2000	7,63	114,12
2001	-1,00	112,98
2002	1,37	114,53
2003	5,48	120,80
2004	1,87	123,06
2005	-1,78	120,88
2006	2,63	124,06
2007	3,40	128,27

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 2000. Elaboração própria.

No subperíodo 1990-1994, a produtividade do trabalho cresce à taxa de 6,9% a.a., acumulando um crescimento de 29,8%. Esse aumento está concentrado, porém, nos anos de 1992 e 1993. Em 1991, a taxa chega a ser negativa.

Entre 1995 e 2007, o ritmo de crescimento da produtividade é bastante inferior ao do subperíodo precedente: apenas 2,1% a.a. O crescimento acumulado em treze anos é de

apenas 28,3%.⁶¹ Essa baixa performance da produtividade no subperíodo 1995-2007 é, sem dúvida, decisiva para o crescimento relativamente mais lento da taxa de mais-valia (comparado ao do subperíodo 1990-1994).

Quanto ao aumento da produtividade registrado no subperíodo 1990-1994, em princípio bastante elevado, é necessário considerar que, conforme observamos no capítulo 2, parte do que as estatísticas apresentam como aumento de produtividade corresponde, de fato, a aumento da intensidade do trabalho (na próxima subseção voltaremos a isso, ao tratarmos das modalidades de extração de mais-valia). Devemos notar, por exemplo, que a formação bruta de capital fixo ficou estagnada no período. O fator que assume importância é a reorganização do processo de trabalho, mais associada à intensificação do trabalho.⁶²

B) A taxa salarial

A taxa salarial foi calculada como a razão entre o capital variável e o total de empregados nos setores produtivos anteriormente identificados. O capital variável, do mesmo modo que o valor adicionado, foi deflacionado pelo deflator implícito do PIB. Trata-se, portanto, de uma medida do salário-produto.⁶³

Foram duas as razões da escolha do deflator implícito do PIB. Em primeiro lugar, desde que o salário não é considerado aqui do ponto de vista do poder de compra dos trabalhadores, e sim enquanto um custo para o capitalista, julgamos ser plenamente justificável a escolha de um deflator distinto dos índices de preços dos bens de consumo.⁶⁴ Em segundo lugar, como o nosso interesse é comparar o peso da produtividade e dos salários na evolução da taxa de mais-valia, consideramos que o uso de deflatores distintos para o valor adicionado e para o capital variável poderia levar a distorções.⁶⁵

As tabelas 5.6 e 5.7 mostram a variação anual e acumulada da taxa salarial dos empregados nos setores produtivos nos subperíodos 1990-1994 e 1995-2007.

⁶¹ Esses resultados seriam ainda piores se utilizássemos, em vez do deflator do PIB, o IPA-DI. Nesse caso, o crescimento médio entre 1995 e 2007 teria sido de apenas 0,3% a.a. e no acumulado a produtividade do trabalho teria ficado estagnada.

⁶² Na seção 5.1, já nos referimos à estagnação do investimento, que se estende à maior parte do período 1990-2003.

⁶³ Nesse aspecto seguimos Martínez (1996).

⁶⁴ Marquetti, Maldonado e Lautert (2010, p. 13) explicam que o salário-produto real “expressa o custo real do empregado da perspectiva do capitalista. Ele é diferente do salário nominal deflacionado pelo índice de preços ao consumidor, que reflete o comando dos trabalhadores sobre os bens de consumo”.

⁶⁵ Como nota Martínez (1996, p. 84) a propósito de sua metodologia para o cálculo do salário relativo: “[...] se deflacionarmos com índices distintos os elementos do PIB, elementos também de nossa equação, a relação entre o salário real e a produtividade com o salário relativo não se mantém”.

Tabela 5.6

Taxa salarial – variação anual e acumulada – 1990-1994

Ano	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1990		100,00
1991	-1,73	98,27
1992	3,62	101,83
1993	6,81	108,77
1994	-6,15	102,08

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

Tabela 5.7

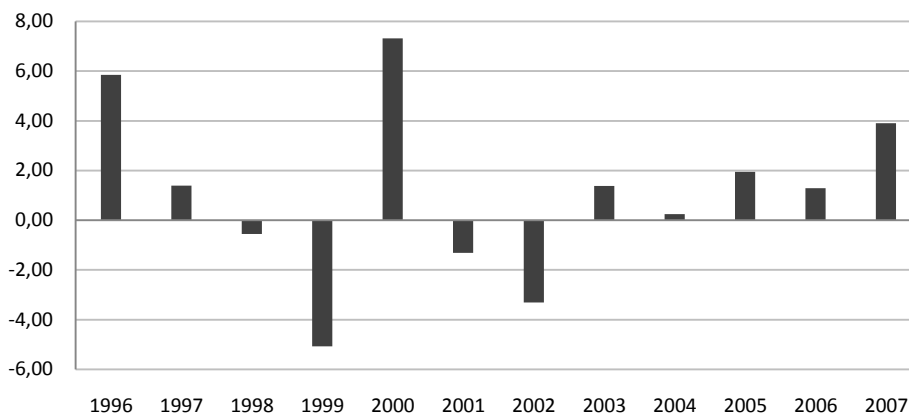
Taxa salarial – variação anual e acumulada – 1995-2007

Ano	Taxa de variação anual	Taxa de variação acumulada
1995		100,00
1996	5,85	105,85
1997	1,39	107,32
1998	-0,56	106,72
1999	-5,07	101,31
2000	7,32	108,72
2001	-1,31	107,29
2002	-3,30	103,75
2003	1,38	105,18
2004	0,24	105,44
2005	1,94	107,48
2006	1,29	108,87
2007	3,91	113,13

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 2000. Elaboração própria.

Entre 1990 e 1994, a taxa salarial dos trabalhadores dos setores produtivos cresce apenas 0,6% a.a. Inclusive em dois anos (1991 e 1994) ela chega a ser negativa (destaque para o ano de 1994, em que a taxa salarial recua 6,2%). Esse mesmo ritmo se mantém por todo o período 1995-2004 (crescimento médio de 0,7% a.a.). Ao lado disso, chama a atenção o caráter bastante irregular desse crescimento (Gráfico 5.10). Em quatro anos (1998-1999 e 2001-2002) a taxa salarial tem crescimento negativo. Em suma, nos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000 a taxa salarial permanece praticamente estagnada.

Gráfico 5.10
Taxa salarial - variação anual - 1996-2007

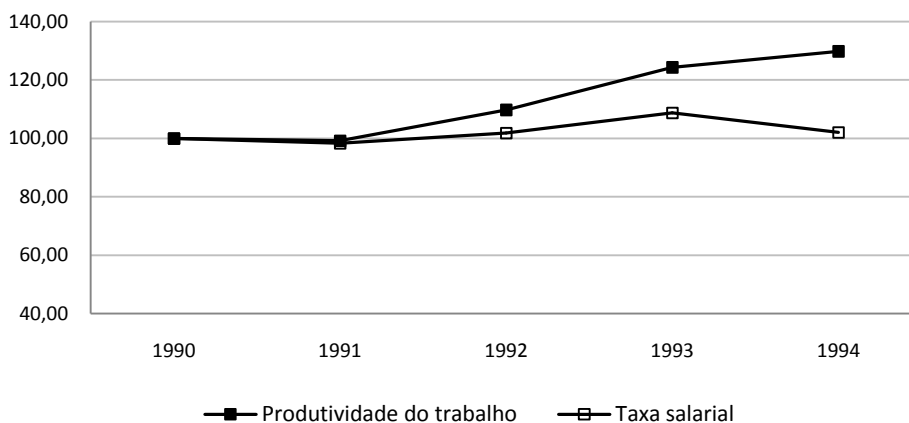


Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

Apenas em 2005-2007 é que os salários experimentam alguma recuperação, e ainda assim muito tímida (2,4% a.a.). Tomando-se o período 1995-2007 como um todo, o crescimento da taxa salarial é de apenas 1,1% a.a.⁶⁶

Comparando-se a evolução dos salários com a da produtividade do trabalho, fica evidente a tendência de descolamento dos primeiros frente à última (gráficos 5.11 e 5.12).

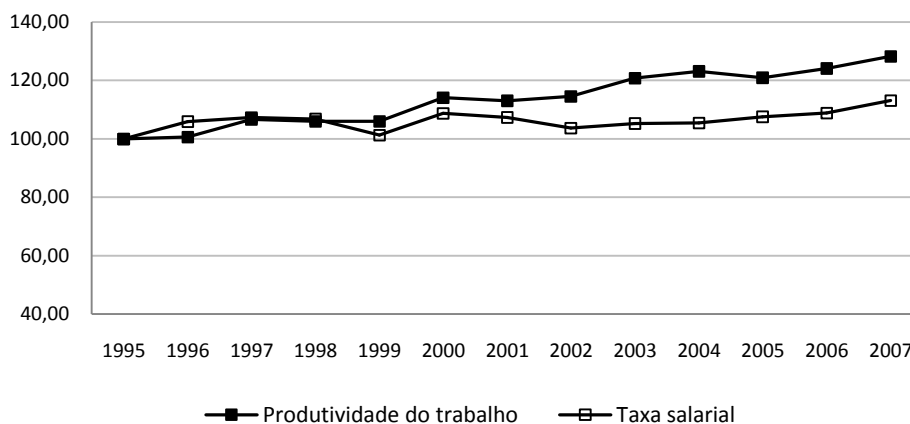
Gráfico 5.11
Produtividade do trabalho e taxa salarial -
taxa acumulada - 1990-1994



Fonte: IBGE, SCN referência 1985. Elaboração própria.

⁶⁶ Para o conjunto da economia, portanto sem considerar a distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos, os resultados são ainda mais desfavoráveis aos trabalhadores. A remuneração média dos empregados acumula queda nos dois subperíodos considerados: de 2,1% em 1990-1994 e de 3,3% em 1995-2007.

Gráfico 5.12
Produtividade do trabalho e taxa salarial -
taxa acumulada - 1995-2007



Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

No subperíodo 1990-1994, a produtividade acumula um crescimento de 29,8%, enquanto os salários ficam estagnados (crescimento acumulado de apenas 2,1%). No subperíodo 1995-2007, os salários acumulam um crescimento de 13,1% frente a um crescimento da produtividade de 28,3%. Apenas em 2004-2007, o crescimento dos salários supera o da produtividade (Tabela 5.8).

Tabela 5.8
Produtividade do trabalho e taxa salarial – taxas de variação
acumulada – 1990-2007

Subperíodo	Produtividade do trabalho	Taxa salarial
1990-1994	29,75	2,08
1995-2004	23,06	5,44
2004-2007	4,23	7,29
1995-2007	28,27	13,13

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referências 1985 e 2000. Elaboração própria.

Em síntese, no período em estudo podem ser constatadas duas tendências na economia brasileira no tocante ao comportamento dos salários: por um lado, uma *estagnação da taxa salarial*; por outro, uma *queda do salário relativo* (ou, alternativamente, uma subida da taxa de mais-valia).

A análise das razões desse comportamento da taxa salarial – e, por extensão, da defasagem entre os salários e a produtividade – remete, em primeiro lugar, a duas tendências da fase atual do capitalismo, com forte manifestação no Brasil, a saber: o aumento das taxas de desemprego e a precarização das relações capital-trabalho. O desemprego incide

diretamente sobre o salário, favorecendo sua redução. Além disso, afeta o consumo da força de trabalho, favorecendo o prolongamento da jornada, a intensificação do trabalho etc., incidindo, portanto, indiretamente sobre o salário (lembramos que tanto o aumento da jornada quanto o da intensidade implicam redução da taxa salarial horária). Os mesmos efeitos são produzidos pela precarização das relações de trabalho: afeta os salários tanto direta como indiretamente. Em suma, em todos esses casos o efeito sobre a taxa de mais-valia se dá mediante redução da taxa salarial (isto é, sobre o denominador da expressão da taxa de mais-valia).

A taxa de desemprego total (aberto, oculto por trabalho precário e oculto por desalento) na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED/Seade), dobrou entre 1990 e 2003. A taxa média passou de 13,1% em 1990-1994 para 16,6% em 1995-2001. Tomando por base a Pesquisa Mensal de Emprego (PME/IBGE), que se refere à taxa de desemprego aberto em seis regiões metropolitanas, a média passou de 5,4% para 6,9% nos mesmos períodos (Tabela 5.9).

Tabela 5.9
Taxa de desemprego – 1990-2007

Ano	IBGE/PME*	Seade/PED (RMSP)
1990	4,7	10,0
1991	5,2	11,6
1992	6,1	14,9
1993	5,7	14,7
1994	5,4	14,3
1995	5,0	13,2
1996	5,8	15,0
1997	6,1	15,7
1998	8,3	18,2
1999	8,3	19,3
2000	7,8	17,7
2001	6,8	17,5
2002**	11,7	19,1
2003	12,3	19,9
2004	11,5	18,8
2005	9,8	17,0
2006	10,0	15,9
2007	9,3	15,0

Fonte: Ipeadata.

* Até 2001, antiga metodologia.

** Média mar.-dez.

Para o aumento das taxas de desemprego no período, concorreram certas tendências da fase atual do desenvolvimento capitalista no Brasil, assim como fatores que afetam o nível de atividade econômica.

i) *A baixa taxa de acumulação de capital.* Conforme indicamos na seção anterior, essa tem sido uma característica do desenvolvimento capitalista no Brasil desde os anos 1990, com profundos reflexos nos níveis de emprego. Nesse sentido, a estagnação dos salários no período em estudo é a contraface da estagnação da taxa de acumulação. Ela reflete com precisão o prolongamento da crise entre inícios dos anos 1990 e meados dos anos 2000, assim como a fragilidade da recuperação iniciada em 2004;⁶⁷

ii) *O conjunto de inovações tecnológicas e organizacionais.* Embora a adoção de inovações tecnológicas não tenha o impacto que costuma apresentar nas fases expansivas, seu efeito sobre o emprego não é desprezível. No entanto, o aspecto que se destaca a esse respeito é a reorganização do processo de trabalho que teve lugar nos anos 1990;

iii) *As políticas neoliberais.* Entre essas políticas, tiveram maior repercussão sobre a taxa de desemprego: a liberalização comercial, que, aliada à sobrevalorização cambial entre 1995 e 1998 e novamente nos anos 2000, se traduziu num forte incremento das importações; as privatizações, sistematicamente seguidas de demissões; a reforma do Estado (administrativa), com redução de quadros; as medidas de flexibilização do mercado de trabalho, envolvendo maiores facilidades de demissão; a política monetária de altas taxas reais de juros, com seu impacto sobre o nível de atividade; a política fiscal restritiva, expressa na imposição de elevadas metas de superávit primário a partir de 1999.⁶⁸

Em suma, mudanças estruturais, aliadas à ofensiva neoliberal, se traduziram numa importante expansão do exército industrial de reserva (EIR) correspondente ao seu segmento de trabalhadores desempregados (cuja verdadeira dimensão as estatísticas oficiais não são capazes de apreender). Aí reside a principal explicação do comportamento dos salários no período em consideração. Com efeito, o aumento do EIR, ao reduzir a capacidade de resistência da classe trabalhadora, permite que os salários não cresçam o suficiente para, pelo menos, manter sua participação relativa no valor novo produzido (o que equivaleria a uma estabilização da taxa de mais-valia).

O outro determinante da estagnação dos salários reais a partir dos anos 1990 foi a precarização das relações capital-trabalho. Conquanto a precariedade seja um componente estrutural das relações de trabalho no Brasil, ela se agravou como resultado da crise e da

⁶⁷ Acerca da influência da queda do investimento sobre a evolução do emprego no Brasil a partir dos anos 1990, ver Pochmann (2008, p. 13-4).

⁶⁸ Política que incidiu também de forma direta sobre os salários – e não apenas através do aumento do desemprego –, haja vista a contenção dos salários dos servidores públicos (FILGUEIRAS, 2006, p. 201).

política neoliberal de desregulamentação do mercado de trabalho. As medidas de flexibilização das relações de trabalho no Brasil podem ser reunidas em três grupos:⁶⁹

1) Medidas relacionadas ao regime de contratação:⁷⁰

- instituição de novos regimes de contrato: trabalho por tempo determinado; trabalho em tempo parcial (jornada de até 25 horas semanais); suspensão do contrato de trabalho por dois a cinco meses, vinculada a processo de qualificação profissional;
- reformulação do contrato temporário de trabalho (ampliação da possibilidade de utilização da lei de contrato temporário);
- aumento da facilidade de demissão: denúncia da Convenção 158 da OIT (possibilidade de demissão sem justa causa); flexibilização da demissão no setor público por excesso de quadros;
- diversificação do trabalho não assalariado: organização de cooperativas profissionais ou de prestação de serviços, sem caracterização de vínculo empregatício; trabalho de aprendizes (permissão da intermediação da mão de obra aprendiz) e de estagiários (possibilidade de estágio desvinculado da formação acadêmica e profissionalizante).

2) Medidas relacionadas aos salários:

- fim da política salarial com o Plano Real (MP 1.053/94): eliminação da política de reajuste salarial; proibição das cláusulas de reajuste automático de salários;
- salário mínimo: fim do índice de reajuste oficial de correção do salário mínimo; possibilidade de fixação de salário mínimo regional/estadual;
- participação nos lucros e resultados, sem incidência sobre os encargos trabalhistas e sem incorporação aos salários.

3) Medidas relacionadas ao consumo da força de trabalho:

- regulamentação do banco de horas, incluindo a ampliação para um ano do prazo para compensação das horas extras;
- liberação do trabalho aos domingos.⁷¹

⁶⁹ Valemo-nos aqui da síntese das medidas de flexibilização realizada por Krein (2003) e reproduzida em Dieese (2006, p. 18).

⁷⁰ “Do predominante regime contratual por tempo indeterminado, estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho, o Brasil passou a conviver com a diversificação do regime de trabalho assalariado, que, na maior parte das vezes, permitiu a importante redução do custo da mão de obra” (POCHMANN, 2008, p. 20).

⁷¹ De acordo com o Dieese (2006, p. 19), algumas dessas medidas praticamente não saíram do papel. É o caso do contrato de trabalho em tempo parcial e da suspensão do contrato de trabalho.

Além dessas medidas, merece registro a tendência de negociação por empresa ou grupo de empresas. Por outro lado, na década de 1990 “foram introduzidas mudanças nas formas de solução de conflitos, que colocaram os trabalhadores em situação mais desfavorável” (DIEESE, 2006, p. 17).⁷²

O resultado desse conjunto de fatores foi a perda de direitos sociais e trabalhistas e um quadro de precarização generalizada: do emprego assalariado (trabalhadores sem registro, terceirizados, temporários); das formas de remuneração; do uso da força de trabalho. Em relação à perda de direitos, o Dieese avalia: “Comparando os acordos e convenções coletivas realizados a partir de 1994 com os realizados na década de 80, percebe-se que os trabalhadores perderam muito em termos de direitos conquistados” (DIEESE, 2006, p. 17). A mesma instituição estima que “praticamente todas as alterações nos direitos trabalhistas foram no sentido de diminuir direitos e/ou de intensificar o ritmo de trabalho” (*ibid.*).

A Tabela 5.10 apresenta alguns indicadores de precarização do trabalho. Ao lado do aumento do percentual de desempregados, constata-se a manutenção de um percentual elevado de trabalhadores sem registro.

Tabela 5.10
Evolução da PEA, da condição de ocupação e do desemprego – anos selecionados

	1979	1999	2004
PEA (mil)	45.411,5	75.994,1	89.373,3
	100,0	100,0	100,0
PEA ocupada	97,3	89,9	90,7
Empregador	3,7	3,8	3,9
Conta própria	21,2	21,9	20,8
Sem remuneração	11,8	8,8	6,5
Assalariado	60,6	55,4	59,5
- Com registro	36,3	33,8	36,8
- Sem registro	24,3	21,6	22,7
Desempregado	2,7	10,1	9,3
Taxa de precarização*	38,8	40,5	38,5

Fonte: POCHMANN (2008, p. 70 e 72) com base em dados da PNAD (IBGE).

* Soma de sem remuneração, sem registro e desempregado. O autor, em contrapartida, inclui os trabalhadores por conta própria e exclui os sem registro.

Um segundo fator determinante para o comportamento dos salários – e, portanto, para a defasagem entre estes e a produtividade do trabalho – diz respeito à mudança na correlação de forças entre capitalistas e trabalhadores. Diferentemente da ascensão das lutas verificada ao longo da década anterior, os anos 1990 são o cenário de diversos processos – alguns dos quais transcendem o âmbito nacional – que têm como resultado a fragmentação da

⁷² Aí se incluem: “introdução da mediação e arbitragem privada, fragilização da fiscalização do MTE (Portaria nº 865/1995), rito sumaríssimo (Lei nº 9.957/2000) e comissões de conciliação prévia (Lei nº 8.959/2000)” (DIEESE, 2006, p. 17).

classe trabalhadora e o arrefecimento da combatividade de suas organizações, que são colocadas numa posição claramente defensiva. Aí se inclui, antes de tudo, a ofensiva desferida pelo capital e pelo Estado contra as organizações da classe trabalhadora. Mas não poderiam ser desconsiderados outros processos que terminaram minando por dentro a capacidade de enfrentamento dos trabalhadores à corrosão dos salários e à retirada de direitos, incluindo a adesão de algumas organizações ao discurso hegemônico.⁷³ Finalmente, ganha força o apelo cada vez mais frequente das empresas ao discurso do interesse comum entre capital e força de trabalho, um dos aspectos centrais da reorganização do processo de trabalho levada a cabo a partir dos anos 1980.

C) Peso relativo da produtividade e da taxa salarial na evolução da taxa de mais-valia

A seguir, efetuamos uma comparação entre as taxas de variação da produtividade do trabalho e da taxa salarial para os dois subperíodos indicados acima, com o objetivo de identificar o peso relativo desses fatores no crescimento da taxa de mais-valia. Utilizamos desse recurso para, posteriormente, tentar caracterizar as modalidades predominantes de exploração da força de trabalho.

Conforme observamos no capítulo 2, o conceito de produtividade apropriado para a identificação dos determinantes do crescimento da taxa de mais-valia é o de produtividade horária (razão entre o valor novo e o número de horas trabalhadas pelos trabalhadores produtivos). Na medida em que nossas estimativas se baseiam, em razão de limitação estatística, no conceito de produtividade aparente (razão entre o valor novo e o número de trabalhadores produtivos), as análises que efetuamos a partir dessas estimativas deverão dar o devido peso a esse fator e, na medida do possível, recorrer a informação adicional.

As tabelas 5.11 e 5.12 reúnem as taxas de variação anual da taxa de mais-valia, da produtividade do trabalho e da taxa salarial. O Gráfico 5.13 apresenta os mesmos dados para o subperíodo 1996-2007.

⁷³ Para uma exposição ampla desses processos, ver Fontes (2010), especialmente o capítulo 5.

Tabela 5.11

Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial – variação anual (%)
– 1991-1994

Ano	Taxa de mais-valia	Produtividade do trabalho	Taxa salarial
1991	1,36	-0,76	-1,73
1992	9,13	10,52	3,62
1993	8,14	13,31	6,81
1994	14,76	4,40	-6,15
1991-1994	8,35	6,87	0,64

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

Tabela 5.12

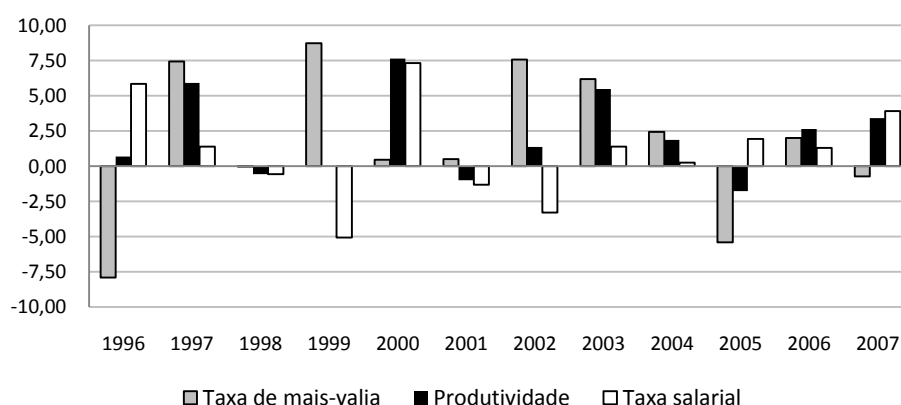
Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial – variação anual (%)
– 1996-2007

Ano	Taxa de mais-valia	Produtividade do trabalho	Taxa salarial
1996	-7,90	0,67	5,85
1997	7,43	5,90	1,39
1998	-0,03	-0,58	-0,56
1999	8,72	0,03	-5,07
2000	0,46	7,63	7,32
2001	0,50	-1,00	-1,31
2002	7,57	1,37	-3,30
2003	6,18	5,48	1,38
2004	2,43	1,87	0,24
2005	-5,42	-1,78	1,94
2006	2,00	2,63	1,29
2007	-0,74	3,40	3,91
1996-2007	1,77	2,14	1,09

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 2000. Elaboração própria.

Gráfico 5.13

Taxa de mais-valia, produtividade do trabalho e taxa salarial - variação anual (%) - 1996-2007



Fonte: IBGE, SCN referência 2000. Elaboração própria.

No subperíodo 1990-1994, o crescimento da taxa de mais-valia tem como principal determinante o aumento da produtividade do trabalho, que cresce 6,9% a.a., frente a uma taxa salarial estagnada (crescimento de apenas 0,6% a.a.). A afirmação é válida para o subperíodo como um todo, uma vez que, em anos específicos, a influência da queda da taxa salarial também parece evidente. Em 1991, a queda da taxa salarial (-1,7%) supera a da produtividade (-0,8%). Por outro lado, em 1994 os dois fatores estão presentes, com predomínio da redução salarial (o recuo dos salários de 6,2% supera o aumento de 4,4% da produtividade). Além disso, a importância atribuída ao aumento da produtividade no subperíodo como um todo pode ser menor do que indicam esses números, na medida em que se baseia em indicadores de produtividade e taxa salarial aparentes.⁷⁴

No subperíodo 1995-2007, o crescimento da taxa de mais-valia, à primeira vista, também se baseia no aumento da produtividade do trabalho (2,1% a.a.), frente a uma taxa salarial em pequena elevação (1,1% a.a.). Todavia, essa avaliação inicial deve ser relativizada. Tanto o crescimento da produtividade como o da taxa salarial, calculados em termos aparentes, são insignificantes.

Observando os anos em que ocorrem incrementos da taxa de mais-valia (seis ao todo, se desconsiderarmos os anos de 2000 e 2001, em que a taxa fica praticamente estagnada), verificamos que:

- i) em dois deles a queda da taxa salarial parece ter sido o fator decisivo. Assim, em 1999 essa taxa recua 5,1% frente a uma estagnação da produtividade. Já em 2002, a queda de 3,3% dos salários supera o pequeno incremento da produtividade (1,4%);
- ii) em outros dois anos parece clara a importância do aumento da produtividade.

Em 1997, a produtividade cresce 5,9%, contra um crescimento da taxa salarial

⁷⁴ Com referência aos anos citados de 1991 e 1994, uma avaliação mais precisa acerca dos fatores que influenciaram a taxa de mais-valia dependeria da verificação da produtividade horária e, portanto, da distribuição da jornada de trabalho. Lamentavelmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), que traz informações sobre o último aspecto, não foi a campo nesses dois anos. Para suprir essa lacuna, recorreremos à PED (Seade/Dieese) referente à RMSP. É verdade que a PED é de pouca aplicabilidade em nosso caso. Primeiro, por sua limitação geográfica (a despeito do peso da RMSP), enquanto nossas estimativas do valor adicionado e do capital variável se referem ao Brasil. Depois, pela composição setorial adotada (exclusão da agropecuária, por exemplo). Feita a ressalva, verifica-se que, em 1991, o percentual de assalariados que trabalham acima da jornada legal passou de 36,1% para 38,5% no conjunto dos setores; na indústria, o crescimento foi ainda maior, passando de 34,8% para 38,3%. Em 1994, o percentual dos que trabalham acima da jornada legal passou de 38,4% para 39,2% no conjunto dos setores e de 38,7% para 39,8% na indústria, sinalizando que parte do que aparece como aumento da produtividade pode ser resultado de aumento da jornada.

de 1,4%. Situação semelhante ocorre em 2003, quando a produtividade cresce 5,5%, enquanto a taxa salarial cresce 1,4%;⁷⁵

iii) finalmente, em dois outros anos é difícil estabelecer o predomínio de algum dos fatores citados. Em 2004, a produtividade cresce apenas 1,9% frente a uma taxa salarial estagnada. Em 2006, a produtividade cresce 2,6% e a taxa salarial tem um pequeno incremento (1,3%).⁷⁶

O ponto a destacar, para além dos fatores relevantes em cada caso, é que o crescimento mais moderado da taxa de mais-valia no subperíodo 1995-2007 como um todo (apenas 1,8% a.a.) *não pode ser atribuído a uma eventual recuperação salarial* (como vimos, a taxa salarial ficou praticamente estagnada), e sim ao fraco desempenho da produtividade do trabalho.

Caberia uma observação acerca do triênio 2005-2007, quando a taxa de mais-valia experimenta queda de 1,4% a.a. Esse resultado decorre de um pequeno incremento da taxa salarial (2,4% a.a.), associado a um incremento insignificante da produtividade (1,4% a.a.). Por enquanto, não é possível afirmar se esses dados prenunciariam uma tendência ou se se trata de variação meramente conjuntural.

5.2.3 Modalidades de exploração da força de trabalho

A análise da evolução dos índices de produtividade e dos salários reais no período 1990-2007 deixa clara a dificuldade da economia brasileira de alicerçar o desenvolvimento capitalista, a não ser de forma episódica, no aumento da produtividade nos setores de bens-salário – o mecanismo clássico da mais-valia relativa. Embora nossa estimativa da produtividade não especifique índices setoriais, não há razões para considerarmos que nos setores de bens-salário o desempenho da produtividade tenha sido superior ao do conjunto da economia.⁷⁷

⁷⁵ A propósito da situação da jornada de trabalho nesses anos, cabe notar que, em 1997, a PNAD aponta redução do percentual que trabalha acima da jornada legal, de 39,8% para 38,4%. Em 2003, o percentual passa de 38% para 37,6%. Quer dizer: aparentemente, os aumentos de produtividade não resultam de aumento da jornada de trabalho.

⁷⁶ Uma avaliação desses dois anos deve levar em conta a circunstância de que, em ambos, ocorre uma pequena redução no percentual que trabalha acima da jornada legal: em 2004, de 37,6% para 36,4%, e, em 2006, de 35,3% para 34,6% (dados da PNAD).

⁷⁷ Conforme dissemos no capítulo 2, ainda que para a mais-valia relativa os aumentos de produtividade relevantes sejam aqueles que ocorrem na produção de bens-salário, em toda a análise estamos supondo que os índices de produtividade tendem a convergir no conjunto dos setores e que, portanto, os incrementos de produtividade identificados para o conjunto da economia se verificam também nos setores de bens-salário.

Um aspecto que corrobora essa conclusão, particularmente para o subperíodo 1995-2007, no qual o aumento médio da produtividade é insignificante, é que esse aumento pode ocultar alguma medida de intensificação do trabalho. Isso também serve de base para relativizarmos o aumento médio mais elevado da produtividade no subperíodo 1990-1994.

Apesar dessa avaliação, não compartilhamos a tese segundo a qual o mecanismo clássico da mais-valia relativa está, por definição, excluído do horizonte de possibilidades das economias dependentes, como é o caso do Brasil. De qualquer modo, pelo menos no período estudado, é clara a importância que assume o recurso a outros métodos de extração de mais-valia, expressão da brutal ofensiva do capital contra a força de trabalho então desencadeada.

Assim, nesta subseção, teceremos algumas considerações acerca dos fatores que ajudam a explicar por que, no Brasil, o aumento da taxa de mais-valia ocorreu em paralelo com a estagnação (em alguns anos, redução) do custo salarial – ao contrário dos países capitalistas avançados, onde o incremento da exploração do trabalho geralmente ocorre junto com o *aumento* do custo salarial (a produtividade crescendo mais rápido do que este último). Nesse sentido, é necessário avaliar a manifestação no Brasil, no período em estudo, dos mecanismos que, direta ou indiretamente, afetam a taxa salarial.

1. *Sobre a importância do prolongamento do tempo de trabalho.* Como resultado de um amplo processo de lutas, a Constituição Federal de 1988 reduziu a duração do trabalho normal de 48 para 44 horas semanais.⁷⁸ Ao mesmo tempo, a nova Constituição manteve aberta a possibilidade de realização de horas extras, que, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, devem limitar-se a duas horas diárias além da jornada normal de oito horas.⁷⁹ Isso resultou, de imediato, num enorme crescimento da proporção de assalariados que trabalham acima da jornada legal. Assim, para a RMS, estima-se que essa proporção passou de 24,4% nos seis meses anteriores à promulgação da nova Constituição para 41,2% nos seis meses seguintes (DAL ROSSO, 1998, p. 87).

Por outro lado, a jornada de trabalho média apresenta tendência de redução no período em estudo. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o número médio de horas trabalhadas pelos empregados passou de 44,3 horas semanais em

⁷⁸ Sobre o processo de redução da jornada de trabalho no Brasil, pode-se consultar Grazia (2007, p. 154-62). Além da redução da jornada semanal, a Constituição de 1988 reduziu de 8 para 6 horas o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento. Vale notar que a redução da jornada em 1988 ocorreu após mais de meio século de vigência da norma anterior, estabelecida pela Constituição de 1934, que previa jornada de 48 horas semanais e 8 horas diárias (*ibid.*, p. 158 e 161).

⁷⁹ A Constituição de 1988 também elevou de 20% para 50% o acréscimo na remuneração da hora extra em relação à hora normal de trabalho.

1988 para 40,3 em 2007, representando uma queda de 9,0%.⁸⁰ Para a RMSP, a PED aponta uma queda menor: de 45 para 43 horas semanais (-4,4%).⁸¹ No entanto, essa tendência de redução da jornada de trabalho encobre um fato nada auspicioso, qual seja, o aumento do percentual de empregados que trabalham abaixo de 40 horas semanais. De acordo com a PNAD, o referido percentual passou de 17% em 1992 para 18,5% em 2007, o que reforça o diagnóstico de degradação salarial.⁸² Quanto ao percentual de assalariados que trabalham acima da jornada legal, ainda se manteve bastante elevado, embora com tendência de diminuição: de 38,5% em 1992, passou a 37,5% em 1999 e a 32,3% em 2007 (dados da PNAD). Para a RMSP, o percentual passou de 38,2% em 1992 para 37,4% em 2007 (dados da PED).

Em resumo, a tendência de redução da jornada de trabalho média se dá *pari passu* com um aumento do percentual de assalariados que trabalham abaixo da jornada legal e com a manutenção de um percentual elevado daqueles que trabalham acima dela.⁸³ Somados, os dois grupos representavam, em 2007, mais da metade dos assalariados.

A manutenção de um percentual elevado de assalariados trabalhando além da jornada normal constitui um claro sintoma de que a taxa salarial média no país permanece muito baixa, obrigando os trabalhadores à realização de horas extras.⁸⁴ Tal fenômeno, portanto, corrobora a hipótese da importância que assume no país o mecanismo da *mais-valia absoluta*. E note-se que esses números não revelam a situação real referente à prática das horas extras no país:

Mesmo dentro do universo dos que ainda trabalham com carteira assinada, todo tipo de arranjo informal é feito entre empresas e trabalhadores com o objetivo de escapar ao pagamento de encargos sociais (horas extras pagas “por fora”, portanto não computadas, ou mesmo horas trabalhadas além da jornada legal sem nenhum pagamento adicional, como, aliás, costuma frequentemente acontecer nos famosos bancos de horas etc.) (GRAZIA, 2007, p. 167).

⁸⁰ Cálculos do IPEA com base em dados da PNAD. Ver IPEA (2009).

⁸¹ Horas semanais trabalhadas pelos assalariados no trabalho principal. Média dos setores de indústria, comércio e serviços.

⁸² Referindo-se à mesma tendência para o total dos ocupados, o IPEA avalia: “Possivelmente, o quadro geral de baixo dinamismo econômico, acompanhado da elevação do desemprego e de queda na remuneração do trabalho, terminou impondo a muitos ocupados [...] o exercício de qualquer horário, por menor que seja, como estratégia de sobrevivência mínima” (IPEA, 2009, p. 10).

⁸³ “Apesar da tendência de diminuição da jornada de trabalho verificada em muitos países, particularmente no Brasil, também se percebe o aumento da utilização das horas extras, configurando uma situação paradoxal, em que o mercado de trabalho comporta, ao mesmo tempo, pessoas desempregadas ou com jornadas parciais e trabalhadores com jornadas muito extensas em razão das horas extras” (DIEESE, 2006, p. 21).

⁸⁴ Evidentemente, existem outros fatores, além do nível do salário real, que levam o trabalhador a realizar horas extras, tais como a pressão patronal (frente a uma frágil ou inexistente organização dos trabalhadores em determinados ramos de atividade) e o aumento do desemprego. Além disso, as empresas lançam mão desse recurso como forma de atender a aumentos conjunturais da demanda (DIEESE, 2006, p. 21 e 26; DAL ROSSO, 2008, p. 66; GRAZIA, 2007, p. 193).

A propósito do banco de horas, regulamentado em fins dos anos 1990 como medida de flexibilização do tempo de trabalho, cumpre chamar a atenção para o seu significado no tocante à economia com o pagamento de horas extras (GRAZIA, 2007, p. 198), portanto como forma de elevação da mais-valia absoluta.⁸⁵

Por fim, é necessário mencionar as horas extras não pagas de modo nenhum, graças à pressão constituída pelo aumento do desemprego e pelas medidas de flexibilização das relações de trabalho. Aí se inclui a prática corrente em certos setores e empresas de transferência de tarefas para fora do local de trabalho.

Ao lado do prolongamento da jornada de trabalho através de horas extras, outros meios de ampliação extensiva do tempo de trabalho (mais-valia absoluta) preservaram sua importância no período em estudo, tais como as múltiplas jornadas.⁸⁶

2. *Sobre a importância da intensificação do trabalho.* O aumento da intensidade do trabalho se transformou num dos métodos mais importantes de extração de mais-valia na fase atual. Há um crescimento do valor novo por trabalhador que nas estatísticas aparece sob o rótulo de aumento de produtividade, mas que pode corresponder, conforme já observamos, a intensificação.⁸⁷

Vários fatores explicam o crescimento da intensificação no período. Como explicação mais geral – que transcende, portanto, o caso brasileiro –, há o processo de reorganização do trabalho, que ganha força a partir dos anos 1980 (no caso do Brasil, a partir dos anos 1990). Entre as determinações específicas à economia brasileira, cabe mencionar, por um lado, a redução da jornada normal de trabalho em 1988 e, por outro, certos ingredientes das políticas neoliberais. De acordo com Dal Rosso (1998, p. 97), a reação das empresas à redução da jornada normal de trabalho não se restringiu ao aumento das horas extras, envolvendo também a intensificação do trabalho. No tocante às políticas neoliberais com maior incidência sobre o grau de intensidade, destacam-se a desregulamentação do mercado de trabalho e a política macroeconômica de viés contracionista.

⁸⁵ Relatando a experiência de alguns setores com o banco de horas, Grazia (2007, p. 173) menciona a ocorrência de problemas como aumento do estresse, aumento de lesões por esforço repetitivo e acidentes de trabalho nos períodos de pico da produção devido às jornadas extensas.

⁸⁶ De acordo com a PNAD, o percentual de empregados com mais de um trabalho passou de 4,3% em 1992 para 4,9% em 2007. Note-se, a propósito, que, na nova série do Sistema de Contas Nacionais (SCN referência 2000), o conceito de pessoal ocupado foi substituído pelo de “ocupações” – soma dos trabalhos principal e secundário das pessoas ocupadas (HALLAK NETO *et al.*, 2008, p. 579).

⁸⁷ A partir de pesquisa levada a cabo no Distrito Federal, Dal Rosso (2008, p. 103) conclui que está em curso um processo de intensificação do trabalho na economia brasileira. Por outro lado, o autor mostra que esse processo não é homogêneo, observando-se diferenças nos graus de intensidade e nos instrumentos de intensificação de acordo com os setores da economia.

Quanto aos instrumentos de intensificação do trabalho, formas tradicionais se mantiveram no período, ao mesmo tempo em que novas formas emergiram.⁸⁸ Entre as primeiras destacam-se: i) *aumento do ritmo e da velocidade*, que, de acordo com Dal Rosso (2008, p. 191), constitui “o meio individualmente mais empregado para intensificar o trabalho nos dias de hoje”;⁸⁹ ii) *acúmulo de tarefas*, expressando o fato de que, graças ao aumento do desemprego e à reorganização do processo de trabalho, em vários setores da economia um trabalhador passou a realizar o trabalho antes realizado por dois ou mais.⁹⁰

Entre as formas de intensificação associadas propriamente à atual reorganização do trabalho, destacam-se: i) *gestão por resultados*, compreendendo, por um lado, o cumprimento de metas pelo trabalhador ou grupo de trabalhadores; por outro, o condicionamento de parte da remuneração ao desempenho do trabalhador, no que se inclui a participação nos lucros e resultados (PLR), regulamentada em 1994;⁹¹ ii) *polivalência, versatilidade e flexibilidade*. “Tais características, tão ambicionadas pela gestão contemporânea, envolvem graus adicionais de intensidade, pois seu efeito é ampliar o emprego da força de trabalho em tarefas diversas, sem aumentar a contratação de mão de obra” (DAL ROSSO, 2008, p. 191-2).

Assim, o processo de trabalho no capitalismo contemporâneo tende a combinar formas tradicionais e modernas de intensificação do trabalho. Ou seja, as formas ditas arcaicas não são eliminadas (DAL ROSSO, 2008).⁹²

Por fim, assume importância no tocante à intensificação do trabalho a instituição do banco de horas em muitas empresas, dado o seu potencial efeito de redução dos tempos mortos ao longo da jornada de trabalho.

3. *Sobre a importância da redução do salário real*. Em relação ao peso desse fator – aparentemente secundário, uma vez que, na média do período, houve estagnação da taxa

⁸⁸ Baseamo-nos aqui no levantamento efetuado por Dal Rosso no Distrito Federal, a partir da compreensão de que certas tendências aí identificadas podem ser transpostas para o conjunto da economia brasileira, ou, pelo menos, para os seus setores mais importantes.

⁸⁹ Conclusão extraída da pesquisa realizada pelo autor no Distrito Federal.

⁹⁰ Dal Rosso (2008, p. 119) detalha as situações em que isso ocorre: “Tal mecanismo pode ser implementado em diversas circunstâncias, seja quando o montante global das tarefas aumenta sem o aumento do número de empregados, seja quando o número de empregados foi reduzido por políticas de contenção de gastos [...] seja ainda quando ocorre a saída de pessoal ou por morte ou por aposentadoria e não ocorre sua reposição [...]”.

⁹¹ Na avaliação de Grazia (2007, p. 152), a PLR “constitui ferramenta feita sob medida para os objetivos dos novos modelos produtivos”. Sua importância do ponto de vista da intensificação do trabalho reside no fato de conseguir “o empenho do trabalhador que, para cumprir as metas estabelecidas – condição para o recebimento dos benefícios – não desperdiça nenhum minuto para aumentar a produtividade, melhorar a qualidade, diminuir o absenteísmo etc.” (*ibid.*).

⁹² “Ilude-se aquele que pensar que os meios tradicionais de exploração do trabalho foram eliminados dos negócios contemporâneos. Ao contrário, os mecanismos seculares do fordismo e da revolução industrial acumulam-se e somam-se aos instrumentos mais modernos” (DAL ROSSO, 2008, p. 115).

salarial –, é necessário levar em conta que nossa estimativa da taxa salarial não mede a evolução do poder aquisitivo dos trabalhadores. Mesmo com o critério adotado (o do salário como custo para o capitalista), a taxa apresenta redução em alguns anos. Isso não é estranho, tendo em vista as múltiplas estratégias adotadas no período para a redução do custo salarial.

A mais importante dessas estratégias é a terceirização. Considerando apenas o segmento do emprego assalariado formal, a remuneração média dos trabalhadores terceirizados correspondia, em 1995, a 58,9% da remuneração média do total dos empregados formais. Em 2005, esse percentual, embora sofrendo uma ligeira melhora, ainda correspondia a 63,8%.⁹³

Um outro fenômeno que opera na mesma direção de redução dos salários, embora não seja exclusivo do período recente, é a elevada taxa de rotatividade presente no mercado de trabalho brasileiro (GRAZIA, 2007, p. 149-50): as empresas demitem e contratam novos empregados para realizar as mesmas funções dos despedidos em troca de um salário inferior.

À luz dos diversos mecanismos que afetam a taxa salarial, podemos avaliar a importância da superexploração do trabalho no Brasil no período em estudo. Vimos no capítulo anterior que a superexploração se configura justamente quando assumem importância, por longos períodos, métodos de elevação da taxa de mais-valia que implicam redução da taxa salarial, como o prolongamento da jornada, o aumento da intensidade do trabalho ou a compressão do salário real. Vimos também que, nos dois primeiros casos, a superexploração se caracteriza devido ao fato de que só ocorre crescimento da taxa de mais-valia porque o salário não cresce proporcionalmente ao aumento do valor da força de trabalho exigido pelo maior desgaste envolvido;⁹⁴ no último caso, a compressão do salário o coloca abaixo do valor normal da força de trabalho.

O período em estudo pode ser caracterizado pela presença expressiva, no Brasil, de métodos associados à superexploração, inclusive no subperíodo 1990-1994, quando a produtividade do trabalho experimenta um crescimento aparentemente importante.⁹⁵ O aprofundamento, na fase atual do capitalismo, de relações de dependência, aliado ao prolongamento da crise estrutural, explica a reprodução de características historicamente associadas às economias dependentes – em particular, a dificuldade de elevação consistente

⁹³ Cálculos de Pochmann (2008, p. 33), com base nos dados da Rais/Caged (MTE).

⁹⁴ Lembremos que, sempre que o salário não acompanha o aumento da jornada de trabalho, ocorre superexploração: supõe-se que o aumento do salário seja indispensável para manter o trabalhador nas novas condições “normais”. O mesmo raciocínio é válido para a intensificação.

⁹⁵ “Aparentemente”, devido à provável influência da intensificação do trabalho para o aumento da taxa de mais-valia, conforme já observamos.

da produtividade do trabalho e a expansão do EIR –, favorecendo a presença de mecanismos de superexploração. Alguns aspectos devem ser considerados a esse respeito.

Em primeiro lugar, o fato de a taxa salarial não ter caído no período não significa ausência de superexploração. Para o objetivo de avaliar a importância do fenômeno, o que importa não é a evolução da taxa salarial *per se*, e sim a comparação do salário recebido por diferentes estratos de trabalhadores com o valor da força de trabalho. Embora não disponhamos de informação específica para o universo de trabalhadores considerados no presente trabalho, a saber, o dos trabalhadores classificados como empregados e absorvidos nos setores considerados *produtivos*, podemos ter uma ideia do fenômeno a partir de dados da PNAD relativos às classes de rendimento para o conjunto dos empregados.⁹⁶

Assim, o percentual de empregados que recebiam até um salário mínimo correspondia, em 1992, a 31,5% do total, reduzindo-se para 24,9% em 2007. Considerando, por outro lado, o percentual daqueles que recebiam até dois salários mínimos, observamos que esse número passou de 61,5% em 1992 para 65,9% em 2007. Ou seja, em torno de dois terços dos empregados recebiam até dois salários mínimos. Ora, esse valor correspondia, na época, a aproximadamente 44% do “salário mínimo necessário” estimado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).⁹⁷

Em segundo lugar, devemos considerar o problema por um outro ângulo, qual seja, o do *aumento* do valor da força de trabalho associado à intensificação do trabalho e ao prolongamento do tempo de trabalho, tendências que, como vimos, tiveram forte incidência no período.⁹⁸ A intensificação do trabalho, embora com variações em termos de setores, é um fenômeno de grande amplitude, conforme pudemos constatar através dos indícios apontados anteriormente, para não mencionar o elevado número de doenças ocupacionais. Quanto à outra fonte de aumento do valor da força de trabalho – o aumento extensivo do tempo de trabalho –, o aspecto que mais chama a atenção é a persistência no país de um elevado

⁹⁶ A rigor, na avaliação da importância da superexploração só devem ser considerados os trabalhadores produtivos para o capital (portanto, o critério é o da produção de mais-valia), e não o total de assalariados; muito menos, os conta própria e os empregadores.

⁹⁷ O Dieese define o salário mínimo necessário de acordo com o preceito constitucional: “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, art. 7º, inciso IV). O Dieese acrescenta: “Foi considerado em cada mês o maior valor da ração essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário”. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminMenu09-05.xml>>. Acesso em 16 jun. 2011.

⁹⁸ Como no caso da evolução dos salários, também aqui só deveriam ser considerados, a rigor, os trabalhadores dos setores produtivos, embora tendências de aumento extensivo e intensivo do tempo de trabalho possam ser identificadas em outros setores de atividade.

percentual de assalariados trabalhando acima da jornada legal a fim de assegurar o atendimento das necessidades básicas de reprodução da força de trabalho.

Enfim, esses indícios de defasagem entre o salário médio vigente e o valor da força de trabalho nos levam a considerar que a tendência de superexploração não sofreu inflexão no país no período recente.

A análise da evolução das condições de exploração da força de trabalho na economia brasileira reafirma tendências que haviam sido detectadas no capítulo anterior para o conjunto das economias dependentes. Nesse sentido, a elevação da taxa de mais-valia no Brasil no período 1990-2004 terminou reiterando a existência de um diferencial histórico de taxas de mais-valia frente às economias avançadas. Esse fenômeno evidencia a importância das economias dependentes para o enfrentamento da crise estrutural.

Por outro lado, o caso do Brasil reafirma a outra tendência identificada naquele capítulo, relativa à importância que ainda possuem modalidades de exploração distintas do crescimento da força produtiva do trabalho. O caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista se manifesta também nessa dimensão, na medida em que a concentração de inovações tecnológicas decisivas nos países dominantes termina bloqueando um ritmo mais intenso de crescimento da produtividade do trabalho na periferia do sistema.

6 CONCLUSÃO

As transformações que tiveram lugar na economia brasileira a partir dos anos 1990, como parte da resposta do capital à crise estrutural, tiveram forte impacto sobre as condições em que se processa a exploração capitalista da força de trabalho, afetando duramente as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Os resultados da estimativa empírica que realizamos para a economia brasileira apontam um claro aumento do grau de exploração da força de trabalho no período em estudo, expresso (i) no aumento da taxa de mais-valia no conjunto dos setores produtivos e (ii) na queda do salário relativo (parcela dos salários no valor novo produzido) nos mesmos setores. O aumento da taxa de mais-valia foi expressivo no subperíodo 1990-1994 e prosseguiu, embora num ritmo mais moderado, no subperíodo 1995-2004. No subperíodo 2005-2007, houve um ligeiro declínio que, por ora, não pode ser tomado como indício de uma reversão da tendência.

Esses mesmos resultados mostram que os determinantes do aumento do grau de exploração variaram em diferentes momentos do período considerado. Assim, no subperíodo 1990-1994, o aumento da produtividade do trabalho aparece como o principal fator explicativo do aumento da taxa de mais-valia (mas tendo na devida conta o aumento do grau de intensidade do trabalho oculto pelos dados de produtividade). Já para o subperíodo 1995-2007, não é possível detectar o predomínio claro de um fator, na medida em que as taxas de crescimento da produtividade e dos salários apresentam níveis médios muito baixos. Isso é particularmente válido no caso dos aumentos de produtividade, que, mais uma vez, podem ocultar aumentos da intensidade do trabalho.

Aliando os resultados da estimativa empírica a alguma informação adicional (referente à importância que tiveram as inovações tecnológicas, a indícios de intensificação do trabalho etc.), buscamos identificar as modalidades predominantes de exploração no período. A conclusão é que continua sendo importante a presença de modos mais regressivos de exploração, a exemplo da intensificação do trabalho, do alongamento da jornada e da redução do salário real. A mais-valia relativa clássica, fundamentada no aumento da produtividade do trabalho nos setores produtores de bens-salário, embora também presente no período, ainda não tem o peso que geralmente apresenta nas economias avançadas em termos de contribuição para o aumento da taxa de mais-valia. Ainda que a estimativa empírica realizada não permita, por conta das limitações da metodologia das estatísticas oficiais, identificar o peso relativo dos diferentes métodos, os indícios apresentados corroboram essa avaliação.

O aumento do grau de exploração na economia brasileira nos anos 1990 e na primeira metade dos anos 2000 se deveu, em primeiro lugar, ao prolongamento, nesse período, da fase depressiva do capitalismo mundial iniciada em meados dos anos 1970. Tendo na sua origem a queda da taxa de lucro nas principais economias avançadas, a crise introduziu uma nova configuração na dinâmica do capitalismo, na qual a recuperação da rentabilidade não produziu uma retomada sustentada da acumulação no conjunto do sistema. Assim, o sinal mais claro do prolongamento da crise é a persistência de um ritmo mais lento (além de instável) da taxa de acumulação de capital. Aliado à baixa participação do emprego produtivo no emprego total, esse comportamento da taxa de acumulação resultou numa tendência de redução relativa da capacidade de produção de mais-valia. Enquanto isso, desde os anos 1980 registrou-se um aumento da pressão por apropriação de mais-valia, graças à expansão do capital para a esfera financeira, aí incluído um grande volume de capital fictício. A solução encontrada pelo capital para essa contradição entre produção e apropriação de mais-valia consistiu no aumento do grau de exploração dos trabalhadores que ainda conseguem empregar-se, reproduzindo de forma particularmente severa o velho mecanismo de buscar compensar a queda na massa de mais-valia mediante o aumento de sua taxa e, dessa maneira, elevar a rentabilidade do capital.

Em segundo lugar, o aumento do grau de exploração na economia brasileira no período está associado à reiteração e aprofundamento da sua condição de dependência. A pressão por novos espaços de valorização do capital no contexto da crise impôs aos países dependentes um grau sem precedentes de abertura de suas economias. Dada a maior integração desses países na economia mundial em todas as fases do ciclo do capital – capital-dinheiro, capital produtivo, capital-mercadoria –, eles tiveram que arcar, desde os anos 1990, com um volume acrescentado de transferências de valor para as economias avançadas: para o capital produtivo, em função do aumento do investimento externo direto; para o capital que se valoriza na esfera financeira, em função do aumento dos investimentos financeiros, incluindo aqueles de natureza puramente especulativa. Em ambos os casos, o maior volume de transferências é sustentado por um aumento do grau de exploração, conforme ficou claro no caso do Brasil. Essa evolução reafirma a tendência histórica de manutenção de taxas de exploração mais elevadas nas economias dependentes em relação às prevalecentes nas economias avançadas. Independentemente dos efeitos que esse aumento do volume de transferências possa ter no tocante à continuidade do processo de acumulação de capital no país dependente, ficam evidentes, desde logo, suas consequências para as condições de reprodução da força de trabalho.

Em suma, o prolongamento da crise estrutural e o aprofundamento da dependência *exigiram* o aumento da exploração da força de trabalho. Esse aumento do grau de exploração, porém, tornou-se possível graças, por um lado, ao aumento dos níveis de desemprego no país, provocado pela própria crise, pelas políticas neoliberais adotadas para superá-la e pelo processo de reestruturação das empresas, orientado para a redução relativa do gasto em capital variável; por outro, à instabilidade generalizada que passou a presidir as condições de compra e de consumo da mercadoria força de trabalho pelo capital, fenômeno difundido pelo eufemismo da “flexibilização” das relações capital-trabalho e que resultou de um amplo processo de desregulamentação do mercado de força de trabalho. O resultado foi uma precarização generalizada das relações capital-trabalho, incluindo o aumento de formas precárias de emprego assalariado (trabalhadores sem registro, terceirizados, temporários), do trabalho por conta própria etc. Em síntese, seja pela escalada do desemprego aberto, seja pelo crescimento de formas precárias de ocupação da força de trabalho, registrou-se no país uma expansão do exército industrial de reserva (EIR), que tornou possível ao capital elevar a taxa de mais-valia.

Essa expansão do EIR é, ao mesmo tempo, o principal fator explicativo da importância relativamente pequena que teve o aumento da produtividade do trabalho como mecanismo para a elevação do grau de exploração no conjunto dos setores da economia (embora em certos setores esse fator tenha tido maior importância). Com efeito, a expansão do EIR constituiu um desestímulo à introdução em escala mais ampla de inovações tecnológicas. Além desse fator, podemos mencionar a semi-estagnação que assinalou o período, associada ao baixo crescimento do investimento em capital fixo. É possível afirmar, portanto, que a redução do custo salarial ainda exerce um papel importante no aumento do grau de exploração, a despeito das interpretações que procuram reduzir a importância desse fator.

Isso implica afirmar a persistência, no período, de modalidades de exploração mais regressivas na economia brasileira; precisamente os métodos que configuram uma superexploração dos trabalhadores. Uma análise de alguns fenômenos que assinalaram o período mostra que a superexploração está longe de constituir um fenômeno em vias de extinção no país: o apelo ao alongamento do tempo de trabalho (expresso seja mediante o alto percentual de assalariados que são forçados a trabalhar acima da jornada legal em função do baixo nível médio dos salários, seja mediante o uso de formas mais ou menos veladas de extensão do tempo de trabalho), à intensificação do trabalho (acentuação do ritmo de trabalho, exigências de polivalência, maior frequência de mecanismos de remuneração variável) e a

diferentes mecanismos de redução do custo salarial (terceirização, substituição de trabalhadores por outros que se submetem a salários mais baixos) deixa claro que essa tendência continuou muito atuante no período.

Em síntese, a não resolução da crise capitalista e a não superação da condição de dependência da economia brasileira impuseram condições muito severas aos trabalhadores, expressas na persistência de taxas de exploração elevadas e de modalidades regressivas de exploração da força de trabalho.

Essa trajetória, porém, só foi possível graças à diminuição da capacidade de resistência dos trabalhadores no período. Assim, enquanto o prolongamento da crise e o aprofundamento da dependência exigiram um aumento do grau de exploração, a derrota imposta à classe trabalhadora propiciou as condições políticas necessárias para que esse aumento se efetivasse. É verdade que, num cenário de expansão do EIR, o espaço para que os trabalhadores aumentassem sua participação na riqueza produzida (isto é, para a redução do grau de exploração) ficou mais restringido, de modo que as organizações da classe trabalhadora ficaram bastante fragilizadas para obter êxito em suas reivindicações. No entanto, a referida derrota, aliada a outros processos envolvendo tais organizações, foi decisiva no sentido de impedir modificações substantivas daquele cenário.

Essa correlação de forças francamente desfavorável aos trabalhadores também ajuda a explicar a dificuldade de alteração dos modos predominantes de exploração da força de trabalho. A fragmentação dos trabalhadores comprometeu, por exemplo, a continuidade das lutas por reduções ulteriores da jornada de trabalho, pela imposição de limites à intensificação do trabalho e pela adoção de mecanismos de elevação do poder de compra dos salários.

É interessante confrontar a explicação anterior com outras interpretações existentes acerca da trajetória recente do capitalismo e sua relação com a distribuição primária da renda. O *mainstream* da ciência econômica nega a crise estrutural do capital, atribuída aos choques do petróleo e à má condução da política econômica nos países avançados, aí incluído o pesado ônus representado pelo *Welfare State*. No caso dos países ditos “em desenvolvimento”, os problemas com que se depararam nos anos 1980 teriam decorrido, de igual modo, da escolha de políticas econômicas erradas, em particular a estratégia de industrialização por substituição de importações, resultando na hipertrofia do Estado e no excesso de regulação dos mercados. A dependência é ignorada, sob o argumento de que a globalização (da “economia”, dos “mercados”) produz apenas interdependência. Descartadas a crise capitalista e a dependência, toda a crise que se abateu sobre os trabalhadores e a

redução da parcela salarial na renda são atribuídas aos próprios trabalhadores, cujas organizações seriam responsáveis pelo engessamento do mercado de trabalho. A solução apontada consiste em sucessivas gerações de reformas (de fato, um ciclo interminável), focadas na “retirada” do Estado e na liberalização geral dos mercados, particularmente o de trabalho. O que os mecanismos de mercado eventualmente não conseguirem alcançar deve ser objeto de políticas sociais focalizadas.

A heterodoxia ocupa o polo oposto. A crise é atribuída à instabilidade inerente ao capitalismo, frente à qual constituiria um equívoco completo o esvaziamento do Estado e o desmonte dos mecanismos de regulação dos mercados, inclusive no plano internacional, mecanismos que teriam assegurado a dinâmica virtuosa do sistema no pós-guerra. A solução, portanto, implicaria não “menos Estado”, mas um Estado dotado de maior capacidade de intervenção, exigência que se torna crucial com o advento da globalização financeira. A dependência dos países da periferia capitalista não é negada, mas não constitui, de qualquer modo, um fator estrutural. Nesses termos, a alteração da participação dos trabalhadores na riqueza produzida dependeria, para além de medidas mais gerais que assegurassem a efetividade da política econômica (como a limitação dos fluxos de capital), da reconstrução dos mecanismos de regulação do mercado de trabalho e da montagem de sistemas de negociação coletiva, aliadas à ampliação dos sistemas de proteção social.

Embora formulando diagnósticos e apontando soluções distintas, as duas interpretações compartilham o terreno comum do não reconhecimento do caráter histórico do capitalismo, além de sustentarem interpretações ingênuas acerca da relação Estado-capital e Estado-força de trabalho. Ao negarem a crise e a dependência dos países periféricos (ortodoxia) ou ao desconhecem o caráter estrutural desses fenômenos (heterodoxia), essas correntes revelam a sua incapacidade de identificar as verdadeiras causas da evolução das condições de exploração da força de trabalho desde os anos 1990 nos países dependentes, inclusive no Brasil, que, em última instância, remetem a transformações profundas no modo de funcionamento do capitalismo em escala global.

Nessa linha, a perspectiva de um capitalismo estruturalmente menos explorador nos países dependentes, como o Brasil, parece fora de cogitação no horizonte previsível. Um capitalismo menos explorador (no sentido de taxas de mais-valia relativamente baixas para os padrões históricos, aliadas a um importante componente de salário indireto) só existiu como exceção na história desse sistema, a saber, na curta experiência do pós-guerra e num grupo bastante limitado de países. No caso dos países da periferia capitalista, nunca houve algo parecido (o que não significa que a taxa de mais-valia não tenha sofrido reduções em

determinadas conjunturas, em que a resistência das organizações de trabalhadores foi especialmente forte). Além do mais, essas taxas elevadas de mais-valia foram sustentadas, em larga medida, por mecanismos mais “primitivos” de extração de sobretrabalho (o que não significa que os aumentos de produtividade estivessem excluídos por definição).

A gravidade da crise capitalista iniciada nos anos 1970, revelada pela sua sobrevida e pela sua abrangência, rebate com violência sobre o *conjunto* da força de trabalho nesses países: i) sobre a fração (relativamente diminuta) dela que (ainda) consegue integrar o exército ativo de trabalhadores, forçada a submeter-se a graus elevados de exploração e à retirada sistemática de direitos; ii) sobre a fração (crescente) dela que é condenada a integrar as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo em que constitui uma pressão sobre o exército ativo. Em condições de maior mobilidade do que na fase anterior, o capital nos países dependentes maneja esses dois componentes da força de trabalho em busca de uma rentabilidade suficiente para garantir a continuidade de sua condição de sócio minoritário no processo de acumulação mundial.

Nesse contexto, a luta que tem como horizonte apenas a minimização dos efeitos da exploração capitalista parece ainda mais fadada ao fracasso agora do que em momentos anteriores. Certamente essa dimensão também deve figurar na agenda das organizações da classe trabalhadora, aí incluída a elevação do salário indireto, mediante a ampliação da cobertura dos sistemas de proteção social. A eficácia dela, porém, está condicionada à sua subordinação à luta mais ampla pela superação da própria exploração capitalista.

REFERÊNCIAS

ALBARRACÍN, D. Capitalismo tardío, ¿Quo Vadis?: Problemas contemporáneos para la teoría de las ondas largas. 2009. Disponível em: <<http://www.vientosur.info/documentos/Quo%20Vadis.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2010.

ALMEIDA JÚNIOR, A. C.; RIBEIRO, N. R. A crise no Brasil: o início de um novo ciclo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/1791_7135dcaa06f07e49fefe6008151911f3.pdf?PHPSESSID=f8bd91c17e901125f6dfc9b107c22c4f>. Acesso em: 23 jan. 2010.

ASTARITA, R. Un año de descenso en la crisis: septiembre 2007 – septiembre 2008. 2008 (2008a). Disponível em: <http://www.cta.org.ar/base/IMG/pdf/Material_II_SOBRE_LA_CRISIS_FINANCIERA.pdf>

_____. Crítica de la tesis de la financiarización. 2008 (2008b). Disponível em: <www.correntoig.org/IMG/pdf/Critica_tesis_de_la_financiarizacion.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

BACH, P. El boom de la posguerra. Un análisis crítico de las elaboraciones de Ernest Mandel. **Estrategia internacional**, n. 7, mar./abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ft.org.ar/estrategia/ei7/ei7boom.html>>. Acesso em: 17 set. 2009.

_____. Cinco preguntas claves sobre la crisis capitalista mundial. 2008. Disponível em: <<http://www.pts.org.ar/spip.php?article8772>>. Acesso em: 16 set. 2009.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno dívida externa**, n. 6, São Paulo, 1994.

BEHRING; E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2007.

BIHR, A. A propósito de un exceso de plusvalía. **Herramienta**, Buenos Aires, n. 41, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/revista-herramienta-n-41/proposito-de-un-exceso-de-plusvalia>>. Acesso em: 09 set. 2009.

BOSCH, G. Tendencias y nuevos aspectos de la duración del trabajo. **Revista internacional del trabajo**, v. 118, n. 2, p. 147-167, 1999.

CAPUTO L., O. ¿Estados Unidos y China: locomotoras en la recuperación y en las crisis cíclicas de la economía mundial? In: ESTAY R., J. (comp.). **La economía mundial y América Latina**: tendencias, problemas y desafíos. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, 2005.

_____. A economia mundial e a América Latina no início do século XXI. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 247-272, maio/ago. 2008.

CARCANHOLO, R. A. Sobre o conceito de mais-valia extra em Marx (versão preliminar). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. **Anais...** Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/art0001.pdf>>.

_____. A categoria marxista de trabalho produtivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/Trabalhoproductivo9332.pdf>>.

_____. Aspectos teóricos de la crisis capitalista. **Herramienta**, Foro Capitalismo en trance, Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.herramienta.com.ar/foro-capitalismo-en-trance/aspectos-teoricos-de-la-crisis-capitalista>>. Acesso em: 09 set. 2009.

_____. Produtividade e intensidade do trabalho. Anexo IV de A dialética da mercadoria: guia de leitura. s/d. Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/4Anexo1.pdf>>.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11., 2006, Vitória. **Anais...** Disponível em: <<http://rcarcanholo.sites.uol.com.br/Textos/Klismoealternativas.pdf>>.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora Unesp, IE-Unicamp, 2002.

CIPOLLA, F. P. Os limites da participação dos trabalhadores nos ganhos das empresas. **Revista de economia política**, São Paulo, v. 27, n. 4 (108), p. 616-632, out./dez. 2007.

DAL ROSSO, S. **O debate sobre a redução da jornada de trabalho**. São Paulo: Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET, 1998.

_____. **Mais trabalho!** A intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DEDECCA, C. S. **Racionalização econômica e trabalho no capitalismo avançado**. 2. ed., Campinas, SP: Unicamp, IE, 2005.

DIEESE. A jornada de trabalho no Brasil. Relatório técnico. Convênio SE/MTE nº 04/2003-DIEESE, 2006. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/observatorio/Prod02_2006.pdf>.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Crisis y salida de la crisis**. Orden y desorden neoliberales. México: FCE, 2007.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

FILGUEIRAS, L.; PINHEIRO, B. R. Bloque de poder dominante y vulnerabilidad externa de la economía brasileña. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. **Los condicionantes de la crisis en América Latina**: inserción internacional y modalidades de acumulación. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo**: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

GANDÁSEGUI, FILHO, M. A. Vigência e debate em torno da teoria da dependência. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

GONÇALVES, R. Desestabilização macroeconômica e dominação do capital financeiro no Brasil. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. **Neoliberalismo y sectores dominantes**: tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, 2006.

GONÇALVES, R. *et al.* Vulnerabilidad estructural externa en América Latina. In: ARCEO, E.; BASUALDO, E. (comp.). **Los condicionantes de la crisis en América Latina**: inserción internacional y modalidades de acumulación. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

GOUVERNEUR, J. **Comprender la economía**. La cara oculta de los fenómenos económicos. Edição eletrônica, 2005. Disponível em: <<http://www.i6doc.com/livre/?GCOI=28001100746330>>. Acesso em: 08 ago. 2010.

GRAZIA, G. **Tempo de trabalho e desemprego**: redução de jornada e precarização em questão. São Paulo: Xamã, 2007.

GUERRERO, D. Depauperación obrera en los países ricos: el caso español. In: _____. (ed.). **Macroeconomía y crisis mundial**. Madri: Trotta, 2000.

_____. **La explotación**. Trabajo y capital en España (1954-2001). Barcelona: Montesinos, 2006. Disponível em: <<http://pc1406.cps.ucm.es/>>.

HALLAK NETO, J. *et al.* Trabalho e rendimentos na nova série do Sistema de Contas Nacionais. **Revista de economia contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 571-592, set./dez 2008.

HARMAN, C. La tasa de ganancia y el mundo actual. **International socialism**, n. 115, Summer 2007. Disponível em: <http://www.enlucha.org/archivos/La_tasa_de_ganancia_y_el_mundo_actual.pdf>. Acesso em: 28 set. 2009.

HUSSON, M. **Miséria do capital**: uma crítica do neoliberalismo. Lisboa: Terramar, 1999 (1999a).

_____. Contra el fetichismo financiero. **Razón y revolución**, n. 5, otoño 1999, reedición electrónica (1999b). Disponível em: <<http://www.razonyrevolucion.org.ar/textos/ryr5-D-husson.rtf>>.

HUSSON, M. After the golden age. In: ACHCAR, G. (ed.). **The legacy of Ernest Mandel**. London: Verso, 2000. Disponível em: <<http://hussonet.free.fr/after.pdf>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

_____. La subida tendencial de la tasa de explotación. **Viento Sur**, 2008. Disponível em: <<http://www.vientosur.info/documentos/Husson.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2009.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil, Referência 2000**. Nota metodológica n. 1 – Apresentação da nova série do Sistema de Contas Nacionais, referência 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Sistema de Contas Nacionais – Brasil, Referência 2000**. Nota metodológica n. 22 – Revisão da série 1995-1999 (retropolação). Rio de Janeiro: IBGE, 2007b. Disponível em: <www.ibge.gov.br>.

_____. **Sistema de Contas Nacionais: Brasil, 2002-2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IPEA. Carga horária de trabalho: evolução e principais mudanças no Brasil. **Comunicado da Presidência**, n. 24, jul. 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/comunicado_presidencia/09_07_29_ComunicaPresi_24_CargaHoraria.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2010.

KATZ, C. Cómo estudiar hoy al capitalismo. 1998. Disponível em: <http://www.correntroig.org/IMG/pdf/Como_estudiar_el_capitalismo.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

_____. Ernest Mandel e a teoria das ondas longas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 7, p. 74-103, dez. 2000.

_____. Una interpretación contemporánea de la ley de la tendencia decreciente de la tasa de ganancia. **Laberinto**, Universidad de Málaga, España, n. 8, p. 85-100, feb. 2002 (2002a). Disponível em: <http://www.correntroig.org/IMG/pdf/Una_interpretacion_contemporanea.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2009.

_____. Etapa, fase y crisis. 2002 (2002b). Disponível em: <lahaine.org/katz/b2-img/Etapa.doc>.

MANDEL, E. **El dólar y la crisis del imperialismo**. 2. ed., México: Era, 1976.

_____. **O capitalismo tardio**. Sao Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **El capital: cien años de controversias en torno a la obra de Karl Marx**. México: Siglo XXI, 1985.

_____. **Las ondas largas del desarrollo capitalista: la interpretación marxista**. Madrid: Siglo XXI, 1986.

_____. **Long waves of capitalist development: a Marxist interpretation**. 2. ed. revisada. Londres: Verso, 1995.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. México: Era, 1973.

_____. Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F. H. Cardoso y J. Serra). **Revista mexicana de sociología**, México, número especial, p. 57-106, 1978.

_____. El ciclo del capital en la economía dependiente. In: OSWALD, U. (coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979.

_____. A crise teórica. In: _____. **América Latina: dependência e integração**. São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

_____. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. **Praga, estudios marxistas**, n. 3, p. 89-107, set. 1997.

MARIÑA FLORES, A. El ciclo del salario en México: tendencias de largo plazo y efectos de la imposición del neoliberalismo. In: COLOQUIO LATINOAMERICANO DE ECONOMISTAS POLÍTICOS, 5., 2005, UNAM, D.F. Disponible em: <<http://www.critica-azcapotzalco.org/ASAC/integrantes/AMF/ponencia052.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2010.

MARIÑA FLORES, A.; MOSELEY, F. La tasa general de ganancia y sus determinantes en México: 1950-1999. **Economía: teoría y práctica**, México, nueva época, n. 15, p. 35-65, 2001.

MARQUETTI, A. Taxa de mais-valia na indústria brasileira, 1949-1985. Texto de debate, 1993.

_____. Progresso técnico, distribuição e crescimento na economia brasileira: 1955-1998. **Estudos econômicos**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 103-124, jan./mar. 2002.

_____. A economia brasileira no capitalismo neoliberal: progresso técnico, distribuição, crescimento e mudança institucional. In: PROGRAMA DE SEMINÁRIOS ACADÊMICOS, Seminário nº 3/2004, IPE-USP, 2004, São Paulo. Disponible em: <<http://www.econ.fea.usp.br/seminarios/artigos/marquetti.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2010.

MARQUETTI, A.; MALDONADO FILHO, E.; LAUTERT, V. The profit rate in Brazil, 1953-2003. A ser publicado em **Review of radical political economics**, 2010.

MARTÍNEZ GONZÁLEZ, B. G. Una comparación del salario relativo entre México y Estados Unidos, 1960-1990. **Economía: teoría y práctica**, nueva época, n. 6, p. 77- 86, 1996.

_____. Algumas evidências da superexploração nos países subdesenvolvidos: a atualidade do pensamento de Marini. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 105-121, jun. 1999.

_____. Plusvalor, ingreso de trabajadores autónomos y diferencias nacionales de tasas de plusvalor. **Problemas del desarrollo**, v. 36, n. 142, jul./sep. 2005. Disponible em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/7588>>.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1984a).

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro III, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (1984b).

MATEO, J. P. El período de crisis y ajuste en la economía de Venezuela a partir de la evolución de la tasa de plusvalor. In: JORNADAS DE ECONOMÍA CRÍTICA ¿ALTERNATIVAS AL CAPITALISMO?, 10., 2006, Barcelona. Disponível em: <<http://www.ucm.es/info/ec/jec10/ponencias/710tome.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2010.

_____. **La tasa de ganancia en México, 1970-2003**: análisis de la crisis de rentabilidad a partir de la composición del capital e la distribución del ingreso. Tese (doutorado). Universidad Complutense de Madrid, 2007.

MATTICK, P. Sobre *El capitalismo tardío*, de Ernest Mandel. In: _____. **Crítica de la teoría económica contemporánea**. México: Era, 1980.

MEDEIROS, C. A. “A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais”, por Rodolfo Hoffman e Marlon Gomes Ney. **Econômica**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 41-45, jun. 2008.

MONTES, P. **El desorden neoliberal**. 3. ed., Madrid: Trotta, 1999.

MOSELEY, F. The decline of the rate of profit in the postwar U.S. economy: an alternative Marxian explanation. **Review of radical political economics**, v. 22(2-3), p. 17-37, 1990.

_____. The rate of profit and the future of capitalism. **Review of radical political economics**, v. 29(4), p. 23-41, 1997.

OSORIO, J. **Crítica de la economía vulgar**: reproducción del capital y dependencia. México: Miguel Ángel Porrúa, Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004. Disponível em: <http://www.estudiosdeldesarrollo.net/pagina_tipo_cuatro.php?libro=critica_de_la_economia>. Acesso em: 18 mar. 2010.

PAULANI, L. M.; PATO, C. G. Investimentos e servidão financeira: o Brasil do último quarto de século. In: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, J. P. G. A contabilidade social na perspectiva clássica: capital produtivo e não-produtivo: traçando um mapa do Sistema de Contas Nacionais brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 14., 2009, São Paulo. **Anais...** Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/4_congresso/1493_1bfca8a10df8282e38f5dc7912afca81.pdf>. Acesso em: 02 set. 2009.

POCHMANN, M. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ROSDOLSKY, R. La sección sobre el proceso de producción. In: _____. **Génesis y estructura de El capital de Marx** (estudios sobre los Grundrisse). 4. ed., México: Siglo XXI, 1985.

ROWTHORN, B. Capitalismo maduro. In: _____. **Capitalismo, conflito e inflação**: ensaios de economia política. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SAAD-FILHO, A. Salários e exploração na teoria marxista do valor. **Economia e sociedade**, Campinas, n. 16, p. 27-42, jun. 2001.

SALAMA, P. A abertura revisitada: crítica teórica e empírica do livre-comércio. Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini sobre a mais-valia absoluta. In: MARTINS, C. E.; SOTELO VALENCIA, A. (orgs.). **A América Latina e os desafios da globalização**: ensaios dedicados a Ruy Mauro Marini. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Boitempo, 2009.

SHAIKH, A. The falling rate of profit and the economic crisis in the U.S. In: CHERRY, R. *et al.* **The imperiled economy**, Book I, Union for Radical Political Economy, 1987. Disponível em:

<<http://homepage.newschool.edu/~AShaikh/The%20Falling%20Rate%20of%20Profit%20and%20the%20Economic%20Crisis%20in%20the%20US.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

_____. La onda larga de la economía mundial en la segunda mitad del siglo XX. In: GUERRERO, D.; ARRIOLA, J. (eds.). **La nueva economía política de la globalización**. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2000. Disponível em:

<<http://homepage.newschool.edu/~AShaikh/Ch.%201%20%28La%20Nueva%20Economia%20Politica%20De%20La%20Globalization%29%20La%20on.pdf>>. Acesso em: 23 fev. 2010.

_____. **Valor, acumulación y crisis**: ensayos de economía política. 2. ed., Buenos Aires: RyR, 2006.

SHAIKH, A.; TONAK, E. A. **Measuring the wealth of nations**: the political economy of national accounts. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

SWEEZY, P. M. **Teoria do desenvolvimento capitalista**. 5. ed., Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VALLE BAEZA, A. Productividad: las visiones neoclásica y marxista. Originalmente publicado em **Investigación económica**, v. L, n. 198, p. 45-69, oct.-dic. 1991.

_____. Diferencias nacionales de salarios medios: el caso de México y Estados Unidos. 1997-98. Disponível em: <<http://usuarios.multimania.es/vallebaeza/id3.htm>>. Acesso em: 24 set. 2010.

_____. La productividad del trabajo al encuentro de la teoría marxista. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 25-46, jun. 1998.

_____. Problemas de empleo en América Latina. **Política y cultura**, n. 17, p. 99-116, primavera de 2002.

_____. Problemas de empleo y atraso: hacia una explicación. In: SEMINARIO DE ECONOMÍA DEL TRABAJO Y DE LA TECNOLOGÍA, LA SITUACIÓN DE LOS TRABAJADORES ANTE LOS CAMBIOS TECNOLÓGICOS, 1., 2006, IIEC, UNAM. **Memoria...** Disponível em:

<http://usuarios.multimania.es/vallebaeza/Problemas_empleo_atraso_IIEC.pdf>. Acesso em: 24 set. 2010.

APÊNDICE

Tabela A-1
Estimativa do valor adicionado bruto marxiano

		1990	1991	1992	1993	1994	1995
agropecuária	VAB	2.211.532	11.341.965	119.966.659	2.627.674	30.457.595	35.555
	RMB	13.083	69.500	735.835	18.071	139.930	16.369
		2.198.449	11.272.465	119.230.824	2.609.603	30.317.665	19.186
extrativa	VAB	466.784	2.367.787	25.041.920	407.320	3.190.907	5.045
	RMB	9.515	47.612	415.318	8.432	61.430	92
		457.269	2.320.175	24.626.602	398.888	3.129.477	4.953
transformação	VAB	7.250.028	36.206.342	410.845.893	10.098.718	82.835.658	114.686
	RMB	199.712	1.015.123	8.669.881	187.787	1.481.565	6.924
		7.050.316	35.191.219	402.176.012	9.910.931	81.354.093	107.762
util. públicas	VAB	729.622	3.728.749	47.131.387	1.081.776	9.368.877	16.040
	RMB	-	-	-	-	-	-
		729.622	3.728.749	47.131.387	1.081.776	9.368.877	16.040
construção	VAB	2.120.445	10.362.926	118.608.628	2.871.960	28.296.067	33.807
	RMB	243.941	1.242.439	10.843.052	230.720	1.858.692	10.131
		1.876.504	9.120.487	107.765.576	2.641.240	26.437.375	23.677
serv. produtivos	VAB	1.462.076	7.201.430	82.817.052	1.875.650	15.328.902	31.612
	RMB	251.655	1.321.862	11.338.919	224.541	1.873.403	8.667
		1.210.421	5.879.568	71.478.133	1.651.109	13.455.499	22.945
subtotal setores produtivos		13.522.581	67.512.663	772.408.534	18.293.547	164.062.986	194.563
comércio	VP	4.761.966	22.524.709	242.691.776	5.755.172	47.643.516	96.646
	RMB	658.862	3.617.951	36.922.068	813.872	6.589.705	18.754
subtotal comércio		4.103.104	18.906.758	205.769.708	4.941.300	41.053.811	77.892
VAB _m		17.625.685	86.419.421	978.178.242	23.234.847	205.116.797	272.455

Tabela A-1 (cont.)

		1996	1997	1998	1999	2000	2001
agropecuária	VAB	40.958	44.824	47.845	50.782	57.241	66.819
	RMB	18.858	19.988	20.744	22.049	24.653	29.603
		22.100	24.836	27.100	28.733	32.588	37.216
extrativa	VAB	6.763	6.885	6.281	9.111	16.271	16.454
	RMB	109	118	119	133	148	155
		6.655	6.767	6.162	8.977	16.123	16.299
transformação	VAB	124.769	138.459	136.100	149.554	175.934	191.646
	RMB	8.119	8.584	8.770	8.767	9.956	10.305
		116.650	129.875	127.330	140.787	165.978	181.341
util. públicas	VAB	19.239	21.968	26.490	29.842	34.752	33.585
	RMB	-	-	-	-	-	-
		19.239	21.968	26.490	29.842	34.752	33.585
construção	VAB	42.253	49.721	53.329	52.228	56.364	59.486
	RMB	11.535	12.084	12.015	12.332	13.900	14.348
		30.718	37.636	41.314	39.896	42.464	45.138
serv. produtivos	VAB	39.072	47.065	51.224	53.996	86.568	95.556
	RMB	10.235	11.154	11.130	11.229	17.392	18.512
		28.837	35.911	40.094	42.767	69.176	77.044
subtotal setores produtivos		224.199	256.994	268.491	291.003	361.081	390.623
comércio	VP	107.395	119.010	121.029	131.730	154.460	168.186
	RMB	22.146	24.060	23.999	25.279	28.156	29.124
subtotal comércio		85.249	94.950	97.030	106.451	126.304	139.062
VAB _m		309.448	351.944	365.521	397.454	487.385	529.685

Tabela A-1 (cont.)

		2002	2003	2004	2005	2006	2007
agropecuária	VAB	84.251	108.619	115.194	105.163	111.566	127.267
	RMB	36.578	47.867	51.497	48.077	47.984	56.252
		47.673	60.752	63.697	57.086	63.582	71.015
extrativa	VAB	20.419	25.249	31.997	45.368	58.864	53.669
	RMB	228	237	261	246	277	285
		20.191	25.012	31.736	45.122	58.587	53.384
transformação	VAB	214.562	264.955	320.223	333.296	353.387	389.619
	RMB	12.334	12.888	13.465	15.191	15.784	18.665
		202.228	252.067	306.758	318.105	337.603	370.954
util. públicas	VAB	42.206	50.365	64.683	70.391	76.414	81.791
	RMB	-	-	-	-	-	-
		42.206	50.365	64.683	70.391	76.414	81.791
construção	VAB	67.219	68.935	84.868	90.228	96.287	111.201
	RMB	17.370	17.215	17.805	21.046	22.784	22.991
		49.849	51.720	67.063	69.182	73.503	88.210
serv. produtivos	VAB	106.379	122.104	142.483	164.715	175.682	197.513
	RMB	21.363	23.426	21.595	25.452	28.096	32.064
		85.016	98.678	120.888	139.263	147.586	165.449
subtotal setores produtivos		447.163	538.594	654.825	699.149	757.275	830.803
comércio	VP	184.904	224.885	260.583	294.390	332.754	392.476
	RMB	32.909	31.127	36.728	39.636	42.378	49.895
subtotal comércio		151.995	193.758	223.855	254.754	290.376	342.581
VAB _m		599.158	732.352	878.680	953.903	1.047.651	1.173.384

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN referência 1985 e 2000. Elaboração própria.

VAB = valor adicionado bruto (PIB); RMB = rendimento misto bruto; VP = valor da produção; VAB_m = valor adicionado bruto marxiano.

Tabela A-2
Estimativa do capital variável

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
agropecuária	402.078	1.968.551	22.230.038	538.401	4.251.214	14.071
extrativa	102.322	521.508	5.239.283	100.033	793.139	2.071
transformação	2.629.365	12.831.878	128.550.859	2.766.272	22.414.602	53.056
util. públicas	392.391	1.963.975	25.592.117	681.747	5.261.831	7.624
construção	561.174	2.559.282	26.622.003	564.022	4.244.379	10.319
serv. produtivos	719.530	3.492.991	39.420.375	895.036	7.043.891	16.717
total (=V)	4.806.860	23.338.185	247.654.675	5.545.511	44.009.056	103.858
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
agropecuária	16.655	17.935	18.592	20.288	23.344	25.181
extrativa	2.502	2.734	2.890	3.304	4.019	4.782
transformação	63.827	68.979	71.260	73.032	87.619	93.437
util. públicas	9.239	11.248	11.328	10.099	10.684	11.736
construção	11.826	12.521	13.157	13.354	15.687	18.045
serv. produtivos	19.974	21.627	23.052	24.679	35.638	38.559
total (=V)	124.023	135.043	140.279	144.756	176.991	191.740
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
agropecuária	28.473	35.358	41.324	45.302	47.003	46.680
extrativa	5.448	6.971	8.426	10.328	11.773	13.497
transformação	100.770	120.542	144.948	163.151	177.957	201.926
util. públicas	11.643	11.767	13.115	14.719	16.183	16.845
construção	20.450	21.625	25.709	28.478	29.210	35.799
serv. produtivos	40.112	46.799	53.451	61.357	68.352	79.728
total (=V)	206.896	243.062	286.973	323.335	350.478	394.475

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN referência 1985 e 2000. Elaboração própria.

O capital variável corresponde à soma das remunerações (salários e contribuições sociais).

Tabela A-3
Estimativa da taxa de mais-valia – 1990-1994

Ano	VAB _m	V	M = VAB _m - V	m' = M/V
1990	17.625.685	4.806.860	12.818.825	2,67
1991	86.419.421	23.338.185	63.081.236	2,70
1992	978.178.242	247.654.675	730.523.567	2,95
1993	23.234.847	5.545.511	17.689.336	3,19
1994	205.117	44.009	161.108	3,66

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 1985. Elaboração própria.

Unidades monetárias: 1990 e 1991 – Cr\$ 1.000; 1992 – Cr\$ milhões; 1993 – Cr\$ milhões; 1994 – R\$ 1.000.

VAB_m = valor adicionado bruto marxiano; V = capital variável; M = massa de mais-valia; m' = taxa de mais-valia.

Tabela A-4
Estimativa da taxa de mais-valia – 1995-2007

Ano	VAB _m	V	M = VAB _m - V	m' = M/V
1995	272.455	103.858	168.597	1,62
1996	309.448	124.023	185.425	1,50
1997	351.944	135.043	216.901	1,61
1998	365.521	140.279	225.242	1,61
1999	397.454	144.756	252.698	1,75
2000	487.385	176.991	310.394	1,75
2001	529.685	191.740	337.945	1,76
2002	599.158	206.896	392.262	1,90
2003	732.352	243.062	489.290	2,01
2004	878.680	286.973	591.707	2,06
2005	953.903	323.335	630.568	1,95
2006	1.047.651	350.478	697.173	1,99
2007	1.173.384	394.475	778.909	1,97

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN, referência 2000. Elaboração própria.

Unidade monetária: R\$ 1.000.

Tabela A-5
Estimativa do trabalho assalariado

	1990	1991	1992	1993	1994	1995
agropecuária	5.135.200	5.098.700	5.063.500	4.923.400	4.849.600	5.281.034
extrativa	266.100	241.900	220.600	224.400	205.400	175.680
transformação	7.229.800	6.810.700	6.426.900	6.426.800	6.456.400	6.707.447
util. públicas	324.000	306.900	290.700	315.100	283.500	405.642
construção	2.686.000	2.460.100	2.255.100	2.305.600	2.173.200	2.327.029
serv. produtivos	1.663.300	1.628.100	1.607.000	1.630.900	1.681.300	2.446.815
total	17.304.400	16.546.400	15.863.800	15.826.200	15.649.400	17.343.647
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
agropecuária	4.976.756	4.938.404	4.754.379	4.967.914	5.233.729	5.259.875
extrativa	162.371	164.023	161.086	160.260	180.545	182.513
transformação	6.395.206	6.262.607	6.061.076	6.185.888	6.781.114	6.737.314
util. públicas	369.069	371.931	378.451	373.681	342.196	357.267
construção	2.412.336	2.477.310	2.793.661	2.578.860	2.664.508	2.712.101
serv. produtivos	2.396.399	2.459.283	2.560.566	2.477.396	2.765.147	2.850.864
total	16.712.138	16.673.558	16.709.219	16.743.999	17.967.239	18.099.934
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
agropecuária	5.188.653	5.374.433	5.766.954	5.779.951	5.580.483	5.458.726
extrativa	185.460	186.360	200.618	198.618	206.730	227.384
transformação	6.943.087	7.108.045	7.969.573	8.286.893	8.402.417	8.850.920
util. públicas	342.419	355.649	369.777	372.432	380.027	388.913
construção	2.663.294	2.538.544	2.823.758	2.905.044	2.942.639	2.971.421
serv. produtivos	2.946.462	3.052.888	3.163.871	3.378.427	3.579.647	3.682.814
total	18.269.375	18.615.919	20.294.551	20.921.365	21.091.943	21.580.178

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN referência 1985 e 2000.

Variável: 1990-1994 – pessoal ocupado; 1995-2007 – ocupações. Dados para o período 1995-1999 obtidos por retroprolação.

Tabela A-6
Trabalho assalariado – setores produtivos e improditivos

	Total (L)	Setores produtivos (Lp)	Setores improdutivos (Li)	Lp/L	Li/L
1990	37.474.800	17.304.400	20.170.400	0,462	0,538
1991	37.525.200	16.546.400	20.978.800	0,441	0,559
1992	37.275.900	15.863.800	21.412.100	0,426	0,574
1993	37.287.000	15.826.200	21.460.800	0,424	0,576
1994	37.540.300	15.649.400	21.890.900	0,417	0,583
1995	44.114.676	17.343.647	26.771.029	0,393	0,607
1996	44.002.778	16.712.138	27.290.640	0,380	0,620
1997	44.112.340	16.673.558	27.438.782	0,378	0,622
1998	44.616.350	16.709.219	27.907.131	0,375	0,625
1999	45.083.683	16.743.999	28.339.683	0,371	0,629
2000	48.761.025	17.967.239	30.793.786	0,368	0,632
2001	50.333.808	18.099.934	32.233.874	0,360	0,640
2002	52.205.605	18.269.375	33.936.230	0,350	0,650
2003	53.131.104	18.615.919	34.515.185	0,350	0,650
2004	56.366.700	20.294.551	36.072.149	0,360	0,640
2005	57.984.006	20.921.365	37.062.641	0,361	0,639
2006	60.482.622	21.091.943	39.390.679	0,349	0,651
2007	61.932.149	21.580.178	40.351.971	0,348	0,652

Fonte dos dados brutos: IBGE, SCN referência 1985 e 2000.

Variável: 1990-1994 – pessoal ocupado; 1995-2007 – ocupações. Dados para o período 1995-1999 obtidos por retroprolação.